

CADERNO DE TEXTOS

35º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional

Curitiba/PR, 25 a 30 de janeiro de 2016

Tema Central: Em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar

Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2014/2016

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo

Secretário-Geral: Cláudia March Frota de Souza

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Marinalva Silva Oliveira

<http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Apresentação	08
Metodologia de Trabalho	09
Proposta de Cronograma e Pauta do 35º CONGRESSO	10
Proposta de Regimento do 35º CONGRESSO	11
TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
Texto 1 - MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA – Diretoria do ANDES-SN	21
Texto 2 - EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA GREVE DOS DOCENTES FEDERAIS EM 2015 - Contribuição do professor André Mayer - sindicalizado da ADUFOP Seção Sindical	28
Texto 3 – A GREVE DOCENTE E A LUTA POR UM ANDES CONSTRUÍDO PELA BASE - Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical	31
Texto 4 – É HORA DA UNIDADE PRA DERROTAR O AJUSTE FISCAL DE DILMA E LEVY - Contribuição da(o)s professor(a)es Janaína Bilate (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Máira Mendes (ADUSC), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Bruno José Oliveira (ADUNIRIO), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Diego Marques (APUB)	32
Texto 5 - DIANTE DA CONJUNTURA DE ATAQUES AOS TRABALHADORES, AVANÇAR A ORGANIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO COM OS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES - Contribuição da(o)s professor(a)es Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Douglas Ferreira de Paula (ADUA) e Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN)	35
Texto 6 - AVANÇAR NA LUTA CONTRA O AJUSTE FISCAL, CARREIRA DOCENTE, E CONDIÇÕES DE TRABALHO! - Contribuição da(o)s professor(a)es Celi Taffarel (Apub); Marise Carvalho (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Érika Suruagy (Aduferpe); Patricia Sartoratto (Adufg); Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Aduesb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apu); Cláudio Lira (Apub); Fernando Cunha (Adufph); Flávio Melo (Aduferpe); Eduardo Silva (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Adufff); Alberto Handfas (Adunifesp)	37
Texto 7 - INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRA REFORMAS E A CONSTRUÇÃO A UNIDADE CLASSISTA - Contribuição da(o)s professor(a)es Lucinéia Scremin Martins e Alcides Pontes Remijo – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical.	42
Texto 8 - COMO VIRAR O JOGO E ABRIR UM NOVO PERÍODO DE LUTAS PROPOSITIVAS EM PROL DOS DIRETOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA? - Contribuição da(o)s professor(a)es Alexis Nicolas Saludjian, Ana Claudia Tavares, Cláudio Rezende Ribeiro, Cláudia Piccinini, Cleusa Santos, Elaine Martins Moreira, Elidio Alexandre, Eunice Bonfim Rocha, José Miguel Bendrao Saldanha, Lenise Fernandes, Luciana Andrade, Luciana Boiteux, Luciano Coutinho, Maria Coelho, Maria Cristina Miranda da Silva, Mariana Trotta, Mauro Luis Iasi, Patricia March, Regina Pugliese, Regina Simões, Renata Flores, Salatiel Menezes dos	45

<i>Santos, Sandra Martins de Souza, Jose Henrique Erthal Sanglard, Sara Granemann, Vicente Gil - sindicalizados da Adufrj-SSind</i>	
Texto 9 - BASTA DE DILMA-PT, TEMER E RENAN-PMDB, AÉCIO-PSDB! DERROTAR O AJUSTE FISCAL! CONTRA O PL 5069. FORA CUNHA! POR UMA ALTERNATIVA CLASSISTA DOS TRABALHADORES, DA JUVENTUDE E DO POVO POBRE! - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es Raquel Dias Araújo (Sinduece), Cláudia Alves Durans (Apruma), Raphael Goes Furtado (Adufes), Lana Bleicher (Apub), Douglas Moraes Bezerra (Adufpi), Wagner Miqueias F. Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC), José Vitório Zago (Adunicamp)</i>	50
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
Texto 10 – POLÍTICA SINDICAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	56
Texto 11 - CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	60
Texto 12 - POLÍTICA EDUCACIONAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	62
Texto 13 - II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2016 – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	66
Texto 14 - POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	67
Texto 15 - COMISSÃO DA VERDADE - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	71
Texto 16 - POR UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	74
Texto 17 - PLANO DE LUTAS DAS QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS, AMBIENTAIS – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	76
Texto 18 - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	79
Texto 19 - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	87
Texto 20 – A CONTRARREFORMA DA SAÚDE PÚBLICA - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	92
Texto 21 - EM DEFESA DE UMA COMUNICAÇÃO EFETIVAMENTE PÚBLICA! - <i>Contribuição dos professores Anderson David Gomes dos Santos (ADUFAL) e César Ricardo Siqueira Bolaño – sindicalizados da ADUFS Seção Sindical</i>	94
Texto 22 - PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO OU ESCOLAS SEM EDUCAÇÃO? - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es Raquel Dias Araujo (SINDUECE), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Lana Bleicher (APUB), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Douglas Moraes Bezerra (ADUFPI), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical ANDES-SN na UFSC).</i>	97
Texto 23 - CONTRA O PL 5069/13 - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es Cláudia Durans (APRUMA), Raquel Dias (SINDUECE), Lana Bleicher (APUB), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raphael Furtado (ADUFES) e Wagner Miquéias (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)</i>	99
Texto 24 - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 - <i>Contribuição do GTPE/ADUFPA Seção Sindical</i>	101
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
Texto 25 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	106

Texto 26 - SOBRE A MULTICAMPIA E A INTERIORIZAÇÃO DAS IES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	113
Texto 27 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	114
Texto 28 - RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS – RSC - <i>Contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida, Renata Pires Gonçalves, Valdênia Carvalho e Almeida e Vânia Aparecida Lopes Leal - Sindicalizadas da ASPUV Seção Sindical</i>	127
Texto 29 - ABONO PERMANÊNCIA - <i>Contribuição das professoras Joana D'Arc Germano Hollerbackh, Márcia Cristina Fontes Almeida, Renata Pires Gonçalves, Valdênia Carvalho e Almeida e Vânia Aparecida Lopes Leal – sindicalizadas da ASPUV Seção Sindical</i>	128
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 30 - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	131
Texto 31 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 60º CONAD - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	132
Texto 32 - GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	134
Texto 33 - FUNDO ÚNICO - FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	135
Texto 34 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	137
Texto 35 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	137
Texto 36 - APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST) - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	138
Texto 37 - SEDE DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	139
Texto 38 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	139
Texto 39 - REGIMENTO ELEITORAL - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	140
Texto 40 - ALTERAÇÃO DO INCISO IX DO ARTIGO 5º DO ESTATUTO DO ANDES-SN - <i>Contribuição da Diretoria da APUFPR Seção Sindical</i>	153
Texto 41 - PROPORCIONALIDADE DIRETA E QUALIFICADA NA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES-SN - <i>Contribuição da(o)s professor(a)es: Cláudia Durans (Apruma), Raquel Dias (Sinduece), Wagner Miquéias (Seção Sindical do Andes na UFSC), Lana Bleicher (APUB), Douglas Moraes (ADUFPI), Raphael Furtado (Adufes)</i>	154
SIGLAS	156

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado em proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I – MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	
TR 1 - MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA	27
TR 5 - DIANTE DA CONJUNTURA DE ATAQUES AOS TRABALHADORES, AVANÇAR A ORGANIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO COM OS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES	36
TR 6 - AVANÇAR NA LUTA CONTRA O AJUSTE FISCAL, CARREIRA DOCENTE, E CONDIÇÕES DE TRABALHO!	42
TR 7 - INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRA REFORMAS E A CONSTRUÇÃO A UNIDADE CLASSISTA	45
TR 8 - COMO VIRAR O JOGO E ABRIR UM NOVO PERÍODO DE LUTAS PROPOSITIVAS EM PROL DOS DIRETOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA?	50
TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS	
TR 10 – POLÍTICA SINDICAL	59
TR 11 - CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL	61
TR 12 - POLÍTICA EDUCACIONAL	66
TR 13 - II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2016	67
TR 14 - POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL	70
TR 15 - COMISSÃO DA VERDADE	74
TR 16 - POR UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA	75
TR 17 - PLANO DE LUTAS DAS QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS, AMBIENTAIS	79
TR 18 - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA	86
TR 19 - POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA	90
TR 20 – A CONTRARREFORMA DA SAÚDE PÚBLICA	93
TR 21 - EM DEFESA DE UMA COMUNICAÇÃO EFETIVAMENTE PÚBLICA!	96
TR 22 - PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO OU ESCOLAS SEM EDUCAÇÃO?	99

TR 23 - CONTRA O PL 5069/13	100
TR 24 - RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015	103
TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES	
TR 25 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES	112
TR 26 - SOBRE A MULTICAMPIA E A INTERIORIZAÇÃO DAS IES	114
TR 27 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES	122
TR 28 - RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS – RSC	128
TR 29 - ABONO PERMANÊNCIA	129
TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 30 - ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN	131
TR 31 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 60º CONAD	132
TR 33 - FUNDO ÚNICO - FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN	136
TR 34 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)	137
TR 35 - MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA	138
TR 36 - APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	139
TR 37 - SEDE DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL	139
TR 38 - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL	140
TR/TD 39 - REGIMENTO ELEITORAL	141
TR 40 - ALTERAÇÃO DO INCISO IX DO ARTIGO 5º DO ESTATUTO DO ANDES-SN	153
TR 41- PROPORCIONALIDADE DIRETA E QUALIFICADA NA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES-SN	155

Apresentação

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado em Curitiba - PR, sob a organização da SINDUTF-PR, no período de 25 a 30 de janeiro de 2016, e seu tema central é: *“Em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores”*.

Este tema é aparentemente muito batido, pois acompanha a história desta organização desde a sua origem, há trinta e cinco anos, que serão completados em 19 de fevereiro de 2016. De acordo com as atas do Congresso de Fundação da Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior, ANDES (Campinas, 17 a 20 de fevereiro de 1981), a nascente entidade nacional teria, entre suas funções, *“buscar a integração com as entidades representativas de professores, trabalhadores e demais setores sociais, na luta pela democracia e pelos interesses da sociedade brasileira”*, o que se traduzia na *“participação na Campanha Nacional pela Democratização do país”* e no desenvolvimento de *“Campanha Nacional pela Defesa e Ampliação do Ensino Público e Gratuito...”*. Nestes trinta e cinco anos de lutas específicas e gerais ocorreram várias conquistas, algumas consagradas em leis, desde a Constituição até leis ordinárias, consagrações que, no entanto, mostraram-se frágeis, seja porque muitas vezes leis não são cumpridas, ou porque são criados expedientes para burlá-las e seja porque as leis são mudadas retirando-se direitos que nelas estavam inscritos – não por outra razão, o Congresso Nacional aprova recorrentemente emendas à Constituição. Nesta história, então, os eixos de luta não mudam ou mudam muito pouco e são, melhor dizendo, atualizados.

Os docentes têm protagonizado lutas importantes em 2015, como as greves de estaduais em diversos estados e no setor das federais, todas elas em defesa do caráter público das instituições. Este caráter é hoje aviltado por cortes de verbas e por medidas, já implantadas ou em vias de o serem, que, ao mesmo tempo em que retiram a responsabilidade do Estado no financiamento, que é a condição necessária para que haja Autonomia, buscam estabelecer cobranças de taxas, contratações terceirizadas e parcerias público-privado, como supostas saídas para o financiamento da educação e da pesquisa. As conquistas democráticas da sociedade brasileira são postas em questão para criminalizar os movimentos sociais e impor a retirada de direitos dos trabalhadores, o que mantém atual a luta pela democracia.

A preparação do 35º CONGRESSO deve se dar com base numa avaliação do ano de 2015, o que inclui um balanço da implementação do plano de lutas estabelecido pelo 34º CONGRESSO, à luz de um profundo debate sobre conjuntura e com referência aos trinta e cinco anos do ANDES-SN, sobretudo nos princípios que embasaram essa história, pois são eles que fazem com que determinados eixos mantenham-se atuais e que o sindicato mantenha-se como trincheira de luta.

A conjuntura é difícil, os desafios são muitos, mas o ânimo do movimento docente ao definir o plano de lutas de 2016 deve ser o mesmo que o moveu a constituir esta entidade, há trinta e cinco anos.

Boa leitura, bons debates.

Até Curitiba

A Diretoria

Metodologia de trabalho

O Congresso do ANDES-SN tem como tarefa maior definir posicionamentos políticos estratégicos e aprovar o Plano de Lutas anual do Sindicato, a partir das discussões e decisões das assembleias gerais dos docentes frente a temas que estão relacionados diretamente ao trabalho docente e suas reivindicações.

Os eventos nacionais deliberativos do ANDES-SN (Congressos e CONAD) constituem espaços democráticos de debate, de participação da base da categoria e de definições que norteiam as ações do Sindicato. Todo o trabalho é subsidiado por Cadernos de Texto que disponibilizam, previamente, o conjunto de propostas em debate, dentro do temário proposto.

A estrutura de funcionamento desses eventos deliberativos baseia-se na sucessão de três tipos de espaços: grupos mistos, preparação e realização das plenárias.

Os **grupos mistos** têm como objetivo fazer com que todos os participantes, reunidos em pequenos agrupamentos, discutam os temas pautados no evento, de forma a facilitar o amadurecimento das posições trazidas das assembleias gerais de cada Seção Sindical, e apontar as propostas que serão submetidas à deliberação nas plenárias. O resultado dos encaminhamentos dos grupos deve ser consolidado, uma vez que todos os grupos debatem todos os temas.

A **preparação das plenárias** tem como tarefa fundamental essa consolidação, para que a dinâmica de deliberações tome por base o que já foi apreciado e indicado nos grupos mistos. O trabalho nessa fase é exaustivo, exige muitas horas de dedicação e é realizado pelos diretores, que serão responsáveis pela condução da mesa dirigente da plenária, com o apoio dos relatores dos grupos.

A **realização das plenárias** tem revelado dinâmicas variáveis segundo o temário, mas também segundo a clareza e a pertinência das propostas encaminhadas para deliberação, abrindo espaço ao contraditório em relação às grandes polêmicas, e cumprindo a sua função primordial, que é a de deliberar, pelo voto da maioria dos delegados, sobre as propostas vindas dos grupos mistos.

O **Caderno de Textos** está organizado de modo a contemplar os seguintes aspectos:

1) o claro **ordenamento dos temas** do Congresso: conjuntura, centralidade, políticas (contendo proposições de princípios e posicionamentos estratégicos) e depois os planos de luta (contendo proposições de ações e agenda para sua implementação);

2) Os **Textos de Apoio (TA)** cumprem uma função pedagógica e de registro histórico para o movimento; após cada TA, uma caixa de texto com as resoluções aprovadas no 34º Congresso complementa o resgate histórico; e os **Textos Resolução (TR)** apresentam o que é novo, de fato, em termos de propostas.

O desafio será definir as prioridades e ações para o ano de 2016, na forma de uma agenda de lutas a ser apresentada à categoria e que se traduza em um chamamento forte à mobilização, que é o caminho para as conquistas.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA PARA O 35º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Curitiba, 25 a 30 de janeiro de 2016

Tema Central: Em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores.

25/1 (2ª feira)	26/1 (3ª feira)	27/1 (4ª feira)	28/1 (5ª feira)	29/1 (6ª feira)	30/1 (sábado)
9h às 12h 14h às 18h Credenciamento 10h às 13h Plenária de Abertura Plenária de Instalação	9h às 12h Grupo Misto Tema II	Livre	9h às 12h Grupo Misto Tema IV	9h às 13h Plenária do Tema III	9h às 12h Plenária do Tema IV
15h às 19h Plenária do Tema I	14h às 18h Grupo Misto Tema II	15h às 19h Grupo Misto Tema III	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 18h Plenária do Tema IV	14h às 16h Plenária de Encerramento
Livre	Livre	Livre	18h30 às 21h30 Plenária do Tema II	Livre	

Pauta

Tema I – Movimento docente, conjuntura e centralidade da luta.

Tema II – Políticas sociais e plano geral de lutas.

Tema III – Plano de lutas dos setores.

Tema IV – Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 35º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Capítulo I

Do CONGRESSO

Art. 1º. O 35º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SINDICATO NACIONAL, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e organizado pela SINDUTF-PR, reunir-se-á no período de 25 a 30 de janeiro de 2016, na cidade de Curitiba (PR).

Art. 2º. O 35º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II

Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do 35º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

“Art.15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL às organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X – criar, indicando seus componentes, ou extinguir comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões.”

Capítulo III

Dos(as) Participantes

Art. 4º. São participantes do 35º CONGRESSO:

I - delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e ao voto;

a) um(a) delegado(a) de cada diretoria de seção sindical (S.SIND.) ou AD-Seção Sindical (AD-S.SIND.) (Art. 16, inciso I do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

b) delegados(as) de base de cada S.SIND. ou AD-S.SIND. (Art. 16, inciso II do Estatuto) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do Art. 17 do Estatuto;

c) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais (Art. 16, inciso III do Estatuto), indicados em proporção cumulativa, fixada pelo § 1º do art. 17;

d) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), nos termos do Art. 41, inciso VIII do Estatuto.

II - os membros da comissão organizadora e da comissão diretora do 35º CONGRESSO, com direito à voz;

III - os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva S.SIND. ou AD-S.SIND., e secretarias regionais, com direito à voz;

IV - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora e comissão diretora, com direito à voz.

§1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL não poderão participar como convidados(as) do 35º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos.

§2º Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só poderão ser substituídos(as), durante a realização do 35º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar, junto à comissão diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 35º CONGRESSO;

b) haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das S.SIND. ou AD-S.SIND., e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 35º CONGRESSO;

c) quando o(a) delegado(a) de S. SIND. ou AD-S.SIND., ou delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º. O Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL preside o 35º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros em exercício da Diretoria (Art.32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (Art.32, V), participam com direito à voz.

Capítulo IV

Do Credenciamento

Art. 6º. O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das S. SIND. ou AD-S.SIND. do ANDES-SINDICATO NACIONAL e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via secretarias regionais, ao 35º CONGRESSO encerrar-se-á às 18h do dia 25 de janeiro, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.SIND. ou AD-S.SIND. que os indicou.

§ 3º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.SIND., mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados até o início da plenária de instalação, que deverá deliberar sobre estes até o seu final.

§ 5º Cada delegado(a) ou observador(a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e/ou votação, em cores diferentes.

§ 6º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos órgãos

Art. 7º. São órgãos do 35º CONGRESSO:

I - As Comissões:

a) Organizadora;

b) Diretora;

II - Os Grupos Mistos;

III - As Plenárias.

§ 1º As comissões organizadoras e a diretora são criadas a partir da convocação do 35º CONGRESSO.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização deste evento.

§ 3º O quórum mínimo de funcionamento de cada órgão do 35º CONGRESSO é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quórum de funcionamento reduz-se para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito ao voto, só podendo ocorrer deliberação depois de verificado o quórum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II

Da Comissão Organizadora

Art. 8º. A Comissão Organizadora é constituída por 3 (três) representantes da SINDUTF-PR Seção Sindical e por 3 (três) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 9º. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 35º CONGRESSO;

II – organizar, junto com a comissão diretora, a plenária de abertura do 35º CONGRESSO;

III - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 35º CONGRESSO.

Parágrafo único. Das decisões da comissão organizadora cabe recurso à comissão diretora.

Seção III

Da Comissão Diretora

Art. 10. A Comissão Diretora do 35º CONGRESSO é composta pelos(as) Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 11. É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se, junto com a comissão organizadora, pelo credenciamento dos(as) participantes do 35º CONGRESSO;

II - decidir e efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste regimento, e anunciar a substituição do(a) delegado(a) ao 35º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 35º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV - elaborar a prestação de contas do 35º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

V - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias do 35º CONGRESSO;

VI - organizar a composição dos grupos mistos do 35º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

VII - Responsabilizar-se, em conjunto com os relatores dos grupos mistos, pela consolidação dos relatórios dos diferentes grupos.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora cabe recurso à plenária.

Seção IV Dos Grupos Mistos

Art. 12. Os Grupos Mistos são compostos por:

I - Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de delegados(as) representativos(s) dos(as) sindicalizados(as) via secretarias regionais, todos(as) com direito à voz e a voto;

II - Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito à voz;

III - Diretores(as) do ANDES-SINDICATO NACIONAL, com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13. Cada grupo misto é composto por, no máximo, 35 (trinta e cinco) delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único. Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma Seção Sindical ou AD-Seção Sindical, ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da mesa coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser um(a) observador(a), devidamente credenciado(a).

§ 3º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora, salvaguardando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 15. As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 35º CONGRESSO, observado o quórum de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e aberta a 2ª (segunda) lista.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais da metade dos(as) delegados(as) presentes.

Art.16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir a reunião do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art. 17. É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório da reunião do grupo de acordo com as normas deste regimento e com as instruções da comissão diretora;

II - fazer constar do relatório o número de votos, texto completo das propostas surgidas no grupo e a situação final de cada proposta submetida à deliberação.

III- fazer constar os nomes completos do(a) coordenador(a), relator(a) e secretário(a).

Art.18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 1 (uma) hora, após o encerramento da reunião dos referidos grupos, para entregar à comissão diretora o relatório de seu grupo digitado, garantidas as condições pela comissão organizadora.

Art. 20. A consolidação dos grupos mistos será feita em reunião pelos membros da comissão diretora para tal designados, com auxílio do(as) relatores(as) dos diversos grupos mistos.

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do 35º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às propostas das Plenárias dos temas II, III e IV do 35º CONGRESSO.

IV As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária quando tiverem sido aprovadas, ou obtido 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo

Art. 22. O início das reuniões dos grupos mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no cronograma do 35º CONGRESSO.

Art. 23. As reuniões dos grupos mistos terão duração de:

a) do Tema II: 7 (sete) horas, em dois turnos;

b) do Tema III: 4 (quatro) horas;

c) do Tema IV: 3 (três) horas;

Parágrafo único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 35º CONGRESSO.

Seção V Das Plenárias

Art. 24. As Plenárias são compostas por:

I - Delegados(as) de S.SIND., AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), e pelo presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, todos com direito à voz e ao voto;

II - Observadores(as) de S.SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via secretarias regionais, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros da comissão diretora com direito à voz;

IV - Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito à voz.

Art. 25. As Plenárias do 35º CONGRESSO serão dirigidas por uma mesa coordenadora, composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º (1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º (2ª) secretário(a).

§ 1º A Comissão diretora indica, entre seus membros, os(as) componentes das mesas coordenadoras das plenárias.

§ 2º A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da mesa coordenadora, devendo os membros não pertencentes à comissão diretora do 35º CONGRESSO serem indicados(as) pelos(as) delegados(as) presentes.

§ 3º As deliberações são adotadas por maioria simples - maior número de votos - dos(as) delegados(as) presentes, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do Sindicato.

Art. 26. Compete ao(a) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório da plenária;

III - Entregar o Relatório, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 29. Compete ao(à) 2º (2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - Entregar a ata, digitado e na forma definitiva, à comissão organizadora até 3 (três) dias após a conclusão da plenária.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - As plenárias de abertura e de instalação terão 3 (três) horas de duração, juntas e no mesmo período;

II – Plenária do Tema I: 4 (quatro) horas;

III – Plenária do Tema II: 6 (seis) horas em dois períodos;

IV – Plenária do Tema III: 4 (quatro) horas;

V – Plenária do Tema IV: 6 (seis) horas, em dois períodos;

VI – Plenária de Encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º Cada plenária, excetuada a de encerramento, poderá ser prorrogada por até 1(uma) hora;

§ 2º A Plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º As Plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 4º Os grupos mistos poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado neste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 6º A duração da plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o regimento, o temário e o cronograma do 35º CONGRESSO;

II - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 35º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do anexo ao caderno de textos deste evento;

III - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao 35º CONGRESSO.

Art. 32. A verificação do quórum, no início da plenária do 35º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença, na qual constará: o nome do(a) delegado(a), o nome da S.SIND., AD-S.SIND. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da Plenária, será recolhida a 1ª (primeira) lista de presença e será aberta a 2ª (segunda) lista;

§ 2º A verificação de quórum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 33. Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões (grupo misto e ou plenária), a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições ou sorteio, conforme definido pelo grupo misto ou plenária.

Art. 34. Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo misto ou da plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O grupo misto ou a plenária poderão deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as);

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do grupo misto ou da plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) aprovadas nos grupos mistos;

b) minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos grupos mistos;

c) oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d) sugeridas pela comissão diretora, conforme o inciso III do Art. 21.

§ 3º As propostas remetidas pelos grupos mistos para a plenária, só serão apreciadas nesta, quando tiverem sido aprovadas, ou obtidos 30% (trinta por cento) dos votos em, pelo menos, um grupo.

Art. 36. As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento, têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 37. As deliberações que impliquem alterações do estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL terão de ser aprovadas por mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 35º CONGRESSO, conforme dispõe o § 1º do Art. 21 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 38. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do 35º CONGRESSO, até às 15 (quinze) horas do dia 29 de janeiro de 2016, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do CONAD, sendo neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 4º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do 35º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até às 10 (dez) horas do dia 30 de janeiro de 2016.

§ 3º A critério da plenária de encerramento podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, apresentadas até 30 (trinta) minutos antes do início da plenária, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto, cabendo à comissão diretora avaliar se atendem aos critérios estabelecidos.

Art. 39. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 40. Nos grupos mistos e nas plenárias, só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação, no tempo de 1 (um) minuto.

§ 1º Somente constarão da ata da sessão as declarações de votos feitas nas plenárias, se apresentadas por escrito à mesa.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente às propostas de encaminhamento.

Art. 41. A Diretoria terá como prazo máximo até o dia 29 de fevereiro de 2016 para divulgar o relatório final do 35º CONGRESSO.

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 43. Este regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 35º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional.

Curitiba, 25 de janeiro de 2016

Atendendo ao disposto no Art. 38 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 35º CONGRESSO obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s): _____

Cidade _____

Cep.: _____

e-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados presentes ao 35º CONGRESSO do ANDES-SN, realizado em Curitiba/PR, no período de 25 a 30 de janeiro de 2016, manifestam _____

**TEMA I - MOVIMENTO DOCENTE,
CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA**

MOVIMENTO DOCENTE, CONJUNTURA E CENTRALIDADE DA LUTA

TEXTO DE APOIO

A particularidade da crise do capital, que teve início na década de 1970, é que se trata de uma longa crise estrutural, e no seu interior acontecem subciclos de ondas mais curtas. Essa longa crise se materializa no processo de financeirização do capital, de reestruturação produtiva e de contrarreforma do Estado fundamentado, ideologicamente, no neoliberalismo. Trata-se de um processo de recomposição do poder de classe da burguesia por meio da privatização de empresas estatais, da mercantilização, da apropriação privada do fundo público e do mecanismo da dívida pública soberana.

Cada dia mais se observa o aprofundamento da desigualdade social no que diz respeito à distribuição da riqueza, com o aumento da concentração de renda em escala planetária que remontam aos patamares de desigualdade do início do século XX. A metade mais pobre da população mundial (50%) possui menos de 1% da riqueza ao passo que os 10% mais ricos concentram 90% da riqueza mundial, sendo que os 1% mais ricos concentram 50% da riqueza total produzida.

Essa crise longa e estrutural tem como eventos relevantes, após a ruptura dos acordos de Bretton Woods em 1971: o primeiro choque de petróleo em 1973; o segundo choque de petróleo em 1979; o golpe de juros de 1979 do Banco Central dos EUA; a crise da dívida externa na América Latina, caracterizando esse período de “década perdida”, expresso na moratória da dívida mexicana de 1982 e do Brasil em 1987; o Consenso de Washington em 1989; a crise dos “tigres asiáticos” de 1997; a moratória da dívida da Federação Russa de 1998; a desvalorização do Real no segundo governo FHC em 1999; a moratória da dívida Argentina em 2001; até a recente “crise dos *subprimes*” de 2008 que impactou fortemente nos trabalhadores dos países da zona do euro, impondo o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social e a precarização do emprego.

Nessa caracterização da crise como estrutural, chama a atenção o seu caráter irreformável e incontornável do sistema do capital. Isso posto, todos os esforços para superar a crise por meio de reformas políticas ou institucionais, tem se mostrado um esforço ineficaz sob o viés da classe trabalhadora, fazendo com que as crises se multipliquem e se ampliem a cada novo ciclo. Diversas mobilizações aconteceram na Europa nesse período recente: greves por ramo, por empresa, greves gerais, ocupações dos locais de trabalho e prédios públicos, bloqueios de ruas etc. Com base nessas mobilizações, surgiram novas formações políticas, tais como o Syriza, constituído em 2004 por um conjunto de vários partidos e movimentos de esquerda, na Grécia, e o Podemos (2014), na Espanha. Este último surgiu a partir do movimento dos indignados, que tomou as praças da Espanha em maio de 2011.

Na Grécia, o Syriza ganhou as eleições em 2015 com 36% dos votos, prometendo lutar contra as políticas de austeridade impostas pela Troika – Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já no governo, durante o curso das negociações com os credores e a Troika, o Syriza promoveu um referendo contra a assinatura do acordo que impunha duras medidas fiscais e cortes orçamentários para os trabalhadores e privatizações em benefício dos credores. A população grega, no referendo, rejeitou a assinatura do acordo com 61% dos votos. Porém, mesmo com esse resultado, o governo do Syriza assinou um outro acordo com a Troika, ainda mais restritivo que aquele rejeitado na consulta popular.

Após a assinatura do novo acordo (que abriu o caminho para o terceiro “resgate” da Grécia), foram convocadas novas eleições, sendo vencedor novamente o Syriza (agora sem os setores

que rejeitaram o acordo). Nesse mesmo ano, por iniciativa do governo grego, teve início a auditoria da dívida pública da Grécia, que contou com a participação da Auditoria Cidadã da Dívida Pública brasileira. O relatório de nove pontos finaliza dizendo que a “Comissão considera que a Grécia tem sido e ainda é vítima de um ataque premeditado e organizado pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia. Esta missão violenta, ilegal e imoral destina-se exclusivamente a transferir a dívida privada para o setor público”. Diferentemente do que aconteceu com a auditoria da dívida do governo do Equador (2007/2008), não houve maiores consequências, no sentido de repúdio do pagamento daquela parte considerada ilegal.

Todo esse processo vivenciado pelo povo grego nesse ano deixa profundos ensinamentos para todos os trabalhadores, no que diz respeito aos limites da institucionalidade burguesa e as relações estabelecidas com base nas “exigências” financeiras dos mercados globalizados.

Nessa longa crise estrutural, merece destaque a atual etapa iniciada com a “crise dos *subprimes*”, de 2008, no principal centro imperialista. É uma crise que ainda está em curso e que chegou aos países chamados “emergentes” com força a partir da queda dos preços das principais *commodities* (matérias-primas e/ou de pouco valor agregado) particularmente pela diminuição do dinamismo da economia chinesa e do baixo crescimento dos países europeus. A atual etapa da crise tem colocado, especialmente nos países da zona do euro, em pauta as “políticas de austeridade” capitaneadas pela Troika, a qual tem provocado altas taxas de desemprego, precarização do trabalho (o avanço do emprego *junk*), ataque aos direitos trabalhistas, privatização das empresas estatais e transformação de direitos sociais como a previdência, saúde e educação em serviços mercantilizados, inclusive financiados com recursos do fundo público.

Nesse quadro, não podem ser omitidas as guerras contra o “terrorismo” deflagradas pelos EUA e OTAN após o atentado às “Torres Gêmeas” de *World Trade Center* em 2001, no Afeganistão (2001) e no Iraque (2003-2011). Na mesma direção, há uma dinâmica de guerra civil e de destruição de Estados nacionais desencadeada pela intervenção imperialista dos EUA e dos países europeus no curso da “primavera árabe” na Líbia (2011) e na Síria (2011). São conflitos muito complexos que envolvem monarquias absolutas e ditaduras aliadas dos EUA que oprimem e exploram seus povos, disseminando lutas religiosas e despertando poderosos interesses econômicos e geopolíticos do imperialismo, envolvendo também a histórica luta do povo palestino pelo direito à auto-determinação. Esses conflitos provocaram a destruição de estados nacionais, contribuíram para o surgimento do Estado Islâmico e para a xenofobia em relação aos imigrantes árabes nos países europeus, expressão contemporânea da barbárie gerada pelo capitalismo. A atual crise dos imigrantes, provocada pela própria política dos EUA e da OTAN, exacerba sentimentos xenofóbicos fundamentalmente contra os povos árabes e a religião islâmica e ideologias reacionárias em determinados segmentos da população do continente europeu. Essa dinâmica do movimento do capital coloca a barbárie cada vez mais presente.

Na América Latina, o “boom” das *commodities* (2003-2013) amenizou os impactos da crise de 2008. Atualmente, a queda do preço dos principais produtos de exportação deixa em evidência os problemas históricos do continente que ainda depende da exportação de produtos agrícolas e minérios. O superciclo das *commodities* corresponde também, em linhas gerais, a um ciclo de implantação de governos “progressistas” na região. Essa caracterização abarca uma variedade muito ampla de regimes e de políticas. Há governos considerados progressistas, que se originaram de movimentos sociais, como no caso do Equador, da Bolívia e da Venezuela, os quais realizaram algumas transformações importantes no sentido da nacionalização dos seus principais recursos naturais e de contraposição aos interesses norte-americanos de criação de uma Área de Livre Comércio (ALCA) estabelecendo, no seu lugar, a Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA). Outros governos ditos progressistas realizaram ações reformistas pontuais, mas sem desmontar as políticas econômicas neoliberais. Para todos esses governos e também para o conjunto da América Latina e do Caribe chegou agora o momento das

definições, uma vez que a renda que contavam para fazer políticas de redistribuição da riqueza, e assim sustentar governos de pacto social, chegou ao seu fim.

O Brasil é mais um caso desse processo de crescimento com base nas exportações de *commodities* e com eleições de governos, de origem popular, que realizaram reformas de cunho assistencialista mantendo a política neoliberal. Ao longo do ciclo petista, o governo de pacto social levou a cabo uma política de apoio ao agronegócio, de desindustrialização, de investimentos em infraestrutura (por meio do PAC) em benefício de grandes empreiteiras e de estímulo ao conteúdo nacional nas vendas das empresas estatais (ex. Petrobras), denominada por algumas formulações de neo-desenvolvimentismo. Ao mesmo tempo, políticas sociais paliativas, importantes para seus beneficiários, também foram implementadas, como o Bolsa-família, o Minha Casa Minha Vida (tendo como principais beneficiários as empreiteiras). A crise atual coloca em evidência a fragilidade dessa política (incluindo os elementos de corrupção entre governantes, dirigentes de empresas estatais e empresários das grandes empreiteiras), desnudando seu caráter de classe e de continuidade com as políticas macroeconômicas neoliberais, levando o governo do PT e os seus aliados a assumirem explicitamente uma política de austeridade, de retirada de direitos, de precarização do trabalho, em benefício da oligarquia financeira internacional, que exige tais políticas para garantir suas altas taxas de acumulação de capital.

A ofensiva geral do capital no atual governo

O acúmulo e a concentração de riquezas nas mãos de poucos necessitam de um Estado forte para regulamentar a barbárie, extraindo dos trabalhadores as suas condições de vida. Uma das expressões do aprofundamento da exploração e da insignificância que a vida dos trabalhadores representa para o capital, foi a tragédia ocorrida no dia 5 de novembro com o rompimento da barragem em Minas Gerais, controlada pela empresa Mineradora Samarco, acionista da Vale do Rio Doce juntamente com a BHP Billiton. Os mortos e os desabrigados deixados por esse crime são de um valor incalculável. Já se sabe que este é o maior desastre ambiental da história brasileira e que o bioma sofreu perdas irreparáveis. A principal responsável é a Vale do Rio Doce, maior exportadora de minério de ferro do Brasil e privatizada em 1997. Esse desastre não foi acidental, foi criminoso e mostra o quanto a exploração capitalista não tem limites e quanto o Estado não exerce nenhuma fiscalização sobre a exploração.

Para agravar ainda mais essa situação, diversos projetos, medidas e propostas são enviadas ao Congresso e ameaçam a extinção de espécies dos biomas brasileiros e da vida humana. Assim se procede com os ataques aos povos indígenas, a PEC 215/2003 que teve sua votação acelerada para satisfazer aos interesses dos latifundiários e das empresas do agronegócio. A PEC determina que as terras indígenas existentes não poderão ser ampliadas e obriga que novas demarcações sejam submetidas à votação no Congresso Nacional, retirando do Poder Executivo a prerrogativa da manutenção e proteção fundiária dos povos tradicionais.

Uma outra medida grave contra os povos indígenas foi a privatização no atendimento à saúde com a criação do Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI), como serviço social autônomo. Essa atitude está na esteira do processo de privatização de todo o sistema de saúde pública, implantando modelos de gestão sob a responsabilidade de Organizações Sociais (OS), Fundações Estatais de Direito Privado, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), parceria público-privadas e outras. Para aprofundar ainda mais a mercantilização da saúde, a presidente Dilma sancionou a Lei nº 13.097/2015 que abre o “mercado” de Saúde no Brasil ao capital estrangeiro. Dentre as medidas que tramitam no Congresso Nacional está a PEC 451/14 que estipula a obrigatoriedade de todas as empresas contratarem planos de saúde privados para seus empregados. Ao mesmo tempo, foi aprovada a Emenda Constitucional 86/15 que limita o orçamento destinado ao SUS, bem como transfere parte considerável desses recursos para emendas parlamentares (“orçamento impositivo”).

O projeto do governo de aliança com o capital avança para todas as comunidades tradicionais por meio da aprovação da Lei nº 13.123/2015 que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético,

a proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa lei, ao contrário da proteção, entregará o patrimônio genético e os conhecimentos para os especuladores de fármacos, empresas mineradoras, alimentícia, dentre outras, contribuindo para que as comunidades não consigam sobreviver com a perda das suas reservas e sua produção.

O agravamento da crise econômica e política fez aumentar a rejeição da população brasileira ao governo Dilma, de acordo com as últimas pesquisas de opinião. Em resposta, o governo aposta em articulações com algumas centrais sindicais e outros movimentos para a sustentação da sua política. Assim foi aprovada a Medida Provisória 680/2015, que instituiu o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), regulamentada pelo Decreto nº 8.479/2015, com o falso discurso que contribuirá para proteger os empregos, quando na realidade incide diretamente sobre os direitos dos trabalhadores na redução da jornada de trabalho com redução de salário.

No bojo dos ataques aos direitos dos Servidores Públicos Federais (SPF), tramita no Congresso Nacional o PL 2723/2015 que altera o Regime Jurídico Único (RJU) e autoriza a implantação do sistema de escritório remoto, o “*home-office*”. Esse PL, caso aprovado, aprofundará a precarização do trabalho, ampliando a jornada e os mecanismos de controle produtivistas sobre os servidores públicos.

A situação de perdas de direito da classe trabalhadora se agrava ainda com a aprovação das Leis nº 13.134/2015 – Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial. Já o auxílio doença e a pensão por morte também passam por nova regulamentação com a aprovação da Lei nº 13.135/2015, ambas alteram prazos e cortam direitos. Assim, a luta contra a regulamentação da terceirização, que aprofunda a precarização e a flexibilização do trabalho, deve se intensificar na medida em que o PL 4330/2004 foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal sob a forma de PLC 30/2015.

Na forma autoritária de implementação do seu projeto, o governo tornou obrigatória a adesão de novos SPF ao FUNPRESP, por meio da Lei nº 13.183/2015 e, em meio ao chamado “pacotes de maldade”, o governo anuncia a suspensão dos concursos públicos para 2016, o que pode levar à extinção do RJU para abrir caminho a formas de contratações precarizadas, via OS, por exemplo, e apresenta a PEC 139/15, que extingue o abono permanência.

O argumento do governo é que com essas medidas irá economizar para sair da crise e, com o ajuste fiscal, pagar os juros e a amortização da dívida pública. Para a classe trabalhadora, significa o corte de direitos, privatizações e aumento de impostos (como telefonia, água, energia, combustíveis e tarifas de ônibus, dentre outros). O Governo já havia cortado do orçamento os maiores percentuais para o Ministério das Cidades (17,3 bi), Saúde (11,77 bi) e Educação (11 bi). No pacote do ajuste, se aprofunda os cortes para os trabalhadores nos seguintes montantes aproximados para o orçamento de 2016: adiamento do reajuste dos servidores, R\$ 7 bilhões; suspensão de concursos, R\$ 1,5 bilhão; eliminação do abono de permanência, R\$ 1,2 bilhão; implementação do teto remuneratório do serviço público, R\$ 800 milhões; redução do gasto com custeio administrativo, R\$ 2 bilhões; mudança de fonte do PAC – Minha Casa Minha Vida – R\$ 4,8 bilhões; mudança de fonte do PAC, sem Minha Casa Minha Vida, R\$ 3,8 bilhões; e cumprir o gasto constitucional com Saúde, R\$ 3,8 bilhões. Enquanto isso, destina do PIB só para pagar juros e amortizações da dívida R\$ 939 bi (49% do orçamento), de acordo com a atualização da Auditoria Cidadã da Dívida até 30 de outubro.

A crise econômica se articula a uma crise política que aumenta a inserção de medidas ultraconservadoras que alimentam práticas “moralistas” utilizadas para aumentar a opressão entre os povos. É dessa forma que está tramitando o PL 6583/2013 – Estatuto da Família, no qual o conceito de família se baseia apenas na união estável ou de casamento entre um homem e uma mulher, desconsidera a pluralidade da organização familiar brasileira, incluindo as famílias homoafetivas, além de incitar a discriminação quanto à orientação sexual diversa. Um embate que tem ocorrido em Estados e em municípios é relativo à retirada dos Planos de Educação do trecho que diz que escolas devem promover a igualdade de gênero, de raça e de orientação sexual, seguindo a linha de uma bancada conservadora, opressora e sexista. Nessa linha de

retrocesso no âmbito dos direitos humanos, tramita o PL 5069/2013 que tipifica crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto, criminalizando as mulheres vítimas de estupro.

A PEC 171/1993, aprovada na Câmara dos Deputados, reduz a maioria penal, criminaliza a juventude pobre e negra. Na esteira da criminalização da pobreza, dos jovens negros, das mulheres, estão os movimentos sociais e sindicais que poderão ter seus direitos de manifestação e de liberdade de expressão enquadrados na Lei Antiterrorismo de nº 2016/15. Na ditadura Militar tivemos o AI-5, no governo do PT/PMDB e base aliada temos a Lei Antiterrorismo, um atentado aos direitos humanos sem precedentes no estado de direito tão propalado pelos governos democráticos burgueses.

Ampliar a unidade de ação para enfrentar a mercantilização da vida

O balanço das manifestações políticas da população brasileira no último período envolve um complexo conjunto de elementos que são balizadores das perspectivas e dos desafios de nosso sindicato nacional. A polarização eleitoral caracterizada pela disputa de frações da burguesia pela gestão do capital, capitaneada por PT X PSDB, envolveu a palavras de ordem da oposição de direita “contra a corrupção, defesa do *impeachment*, intervenção militar e defesa da família tradicional”. Já os setores governistas foram às ruas para “defender a democracia, o governo Dilma e contra o golpe”. De fundo, tais embates não expressaram nenhuma contradição classista fundamental na medida em que tanto a oposição de direita quanto os setores governistas defendem o mesmo projeto de administração do capitalismo e suas disputas se limitam à disputa do poder político. Esse momento é acompanhado de um avanço de setores conservadores e reacionários, expressa na composição eleita do Congresso Nacional que constituiu a bancada BBB (“bala, boi e bíblia”), em referência aos parlamentares vinculados à repressão militar, aos latifundiários e aos fundamentalistas religiosos.

Ainda assim, os setores classistas têm reagido intensificando suas lutas e iniciativas de articulação tática e construindo ações em unidade. Essa unidade encontra algumas dificuldades de consolidação, uma vez que determinadas entidades de classe cooptadas pela política do pacto social, ao mesmo tempo em que criam espaços para mobilizar a sociedade contra as medidas de austeridade e políticas conservadoras, não responsabilizam o governo e os partidos políticos da base de sustentação que são, muitas vezes, protagonistas das medidas conservadoras e de ataques aos direitos sociais e trabalhistas.

Por outro lado, o ano de 2015 também foi acompanhado de diversas mobilizações e lutas de cunho classista de diversos setores e categorias, tanto do setor público quanto do setor privado. Além de várias manifestações e ocupações, diversas greves foram deflagradas pelo país, são elas: trabalhadores da Volkswagen, bancários, petroleiros, caminhoneiros, correios, Servidores Públicos Estaduais e Federais, dentre elas, a greve nas instituições de ensino da categoria docente, além das paralisações de aeronautas e aeroviários do Brasil e a greve de fome dos indígenas.

Do ponto de vista das lutas gerais, destacaram-se a mobilização dos trabalhadores e entidades sindicais contra a regulamentação da terceirização (PL 4330, transformado em PLC 30/2015); mobilização do movimento estudantil contra a redução da maioria penal; mobilização das mulheres contra as opressões machistas, especialmente contra o PL 5069/2013 (que dificulta o atendimento às vítimas de violência sexual e restringe o aborto em casos de estupro); e a Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, no dia 18 e setembro, que reuniu 15 mil manifestantes, em São Paulo, convocados pelo Espaço de Unidade de Ação por meio da iniciativa da CSP-Conlutas.

O conjunto de ataques aos direitos sociais e trabalhistas do governo federal tem se reproduzido nos estados e nos municípios, implicando em cortes de verbas às instituições estaduais e municipais de ensino superior (IEES/IMES). Os impactos são sentidos na falta de investimentos e diminuição de verbas de custeio, implicando na paralisação de obras e de processos licitatórios e num rápido sucateamento de estruturas físicas e instalações. Várias instituições não têm

recursos sequer para honrar contratos com empresas que prestam serviços terceirizados, o que se soma à crônica carência de pessoal docente e técnico-administrativo, ocasionando um aprofundamento da precarização.

Esse quadro provocou intensas mobilizações e greves nas IEES/IMES do ANDES-SN em 2015. As lutas ocorreram em torno da defesa da autonomia, de melhores condições de trabalho, de salários, de carreira e de financiamento das universidades. O descumprimento de acordos firmados com movimento docente motivou greves em diversos estados. Nesses enfrentamentos, docentes, técnico-administrativos e estudantes atuaram conjuntamente, mostrando uma forte capacidade de unificação nas lutas em defesa de direitos e da universidade pública.

Como parte da luta contra as medidas de austeridade do governo federal em torno do Ajuste Fiscal, a Campanha Salarial Unificada dos SPF potencializou um conjunto de ações e de manifestações nacionais e nos Estados com o objetivo de enfrentar a privatização, terceirização e precarização do serviço público, inclusive com a deflagração de greves de diversas entidades dos SPF. O Fórum Nacional de Entidades dos Servidores Público Federais (Fórum dos SPF) tem papel fundamental nessas mobilizações, pois envolve um conjunto amplo de divergências políticas mais gerais, ao mesmo tempo em que potencializou lutas unificadas em torno da pauta geral de reivindicações dos SPF. Em um primeiro momento, o governo buscou de todas as formas quebrar a unidade do Fórum, chamando reuniões com as entidades em separado para tratar da pauta geral. As lutas unificadas e as mobilizações nacionais forçaram o governo a se movimentar e a sair da posição de “reajuste zero” para uma proposta de índice salarial de 10,8% divididas em dois anos e reajuste de alguns outros benefícios. Embora tal proposta de índice não recomponha as perdas inflacionárias do período, as propostas do governo para algumas categorias incluíam aspectos das suas pautas específicas, ocasionando a assinatura de acordos entre governo e entidades em separado.

A luta em defesa da educação pública, eixo geral das resoluções do 34º Congresso do ANDES-SN, mobilizou a categoria docente a deflagrar diversas greves no setor das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES) e também a construção da greve nacional dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a maior greve da história do setor das IFES totalizando 139 dias de paralisação.

Essas lutas foram respostas da categoria docente aos intensos ataques que a educação pública tem sofrido neste ano. Além dos enormes cortes orçamentários para a educação tanto em âmbito federal quanto nos estados, o processo de mercantilização da educação avança com diversas medidas, tais como a PEC 395/2014 que, se aprovada, modificará a constituição federal e permitirá a cobrança de taxas e de mensalidades nos cursos de extensão, especialização e mestrado profissional nas instituições públicas; o PLC 77/15 que cria o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação ampliando as parcerias público-privadas na área de Ciência e Tecnologia; o PL 4643/12 que autoriza a criação de Fundo Patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior, com explícita intenção de vincular a educação aos interesses de mercado permitindo, até mesmo, a utilização desses recursos para investimentos na esfera financeira-especulativa e desresponsabilizar o poder público do financiamento destas instituições de ensino, na medida em que permitirá doações de pessoas físicas e jurídicas para o Fundo com a contrapartida de isenção de imposto de renda para os doadores.

Os processos de privatização da educação em curso são acompanhados por ações de governos federal e estaduais para precarizar ainda mais os serviços públicos, especialmente da educação. Um grande número de greves docentes na educação básica enfrentou a reverberação da política de ajuste fiscal nos estados, o não pagamento do piso do magistério, os ataques aos planos de carreira, os cortes nos orçamentos, o parcelamento de salários de docentes e servidores estaduais, a criação de fundos de previdência complementar e outras medidas que atacam o serviço público.

Os ataques orquestrados por governos e por setores empresariais à educação pública e gratuita enfrentam a resistência dos trabalhadores e dos estudantes organizados em suas entidades representativas ou por intermédio de movimentos de oposição autônomos. Ainda que com toda

a precarização das instituições públicas de ensino no Brasil, o caráter público e gratuito que ainda se mantém são conquistas das lutas. Lutas que enfrentam políticas deliberadas de cortar recursos da educação pública e de manter e ampliar o repasse de recurso público para as empresas educacionais privadas na forma de FIES, PROUNI e PRONATEC, por exemplo.

O conjunto dessas lutas, gerais e específicas, caracterizou-se como defesa dos direitos sociais e trabalhistas e resistência às medidas de austeridade dos governos federal e estaduais, especialmente na defesa do caráter público da educação que tem sofrido diversos ataques ao longo do ano. Ao mesmo tempo, destacou-se a construção de unidade de ação com diversos setores classistas para enfrentar os desdobramentos da crise do capital que assolam a classe trabalhadora e a juventude brasileira. Nesse sentido, é importante apontar que tais lutas impuseram limitações ao projeto do capital para implementar seu projeto, tendo que lançar mão de medidas autoritárias e arbitrárias para impor sua política à sociedade brasileira, inclusive com a utilização do aparato policial militar para reprimir e criminalizar toda e qualquer manifestação de contrariedade à política econômica em curso.

A construção dessas ações em unidade reforça o desafio do ANDES-SN de ampliar a unificação das lutas em torno de pautas classistas. Nesse sentido, é tarefa do nosso Sindicato Nacional intensificar, em conjunto com a CSP-Conlutas, a construção do Espaço de Unidade de Ação nacionalmente e nos Estados, o II Encontro Nacional de Educação 2016, o Fórum Nacional dos SPF e das iniciativas em torno da Greve Geral (aprovada no 7º CONAD Extraordinário). Para intensificar a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras no próximo período, é preciso avançar em articulações amplas do conjunto das entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais e populares em torno de pautas e de ações construídas conjuntamente em torno da defesa e da ampliação dos direitos sociais e trabalhistas intensificando a pressão sobre governos, Congresso Nacional e burguesia, os quais atacam a população brasileira.

Nas instituições públicas de ensino, vivenciamos o acirramento das disputas de projetos de educação. O projeto privatista, em curso no cotidiano das instituições públicas nas últimas décadas, se aprofundou e foi assumido pelo governo federal, por governos estaduais e por gestores das IES públicas, tem reverberado na categoria docente e esteve presente de forma intensificada nos debates travados nas greves e nas mobilizações recentes da educação. Esse percurso nos coloca um desafio de avançar nos processos de consciência dos trabalhadores docentes e de aprofundar a compreensão da necessidade de intensificar as lutas em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, de forma autônoma em relação à governos e reitorias.

Por meio desses elementos apontados, é imprescindível que o ANDES-SN estabeleça, com prioridade para o próximo período, a defesa do caráter público e gratuito da educação, enfrentando os projetos privatistas dos governos, do Congresso Nacional e dos setores empresariais, estabelecendo uma agenda de lutas que movimente a nossa categoria nacionalmente e em cada instituição, pois os ataques são muitos. Além disso, todos os esforços são necessários para a construção de lutas unificadas com setores classistas e aqueles que se proponham à unidade de ações para enfrentar a política de destruição dos direitos sociais e trabalhistas propostas pelos governos e pelo Congresso Nacional. Para tanto, essa unidade deve envolver os movimentos sociais e sindicais através dos princípios historicamente defendidos pela classe trabalhadora e pelo movimento docente, assim como no método de construção do trabalho sindical pela base. Diante da avaliação da conjuntura e dos desafios para as ações do ANDES-SN, a Centralidade da Luta no ano de 2016:

TR - 1

Defesa do caráter público, gratuito e de qualidade da educação e defesa dos serviços públicos de qualidade e dos direitos dos trabalhadores, ampliando a unidade classista dos movimentos sindical e popular.

TEXTO 2

Contribuição do professor André Mayer - sindicalizado da ADUFOP Seção Sindical

EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA NA GREVE DOS DOCENTES FEDERAIS EM 2015

TEXTO DE APOIO

Introdução

A greve nacional dos docentes das IFE (Instituições Federais de Ensino) teve seu início em 28 de maio de 2015. Sob o comando do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior / ANDES-SINDICATO NACIONAL. Seu término se deu entre 13 e 16 de outubro - Saída Unificada.

Os principais pontos da pauta de reivindicações dos docentes das IFE - Campanha 2015: defesa do caráter público da universidade; condições de trabalho; garantia de autonomia; reestruturação da carreira; valorização salarial de ativos e aposentados. Estes pontos foram aprovados no 34º Congresso do ANDES e ratificados do 60º CONAD. (ANDES 2015b e 2015c)

Qual a relação entre educação e emancipação humana na greve dos docentes federais de 2015? Apresentar polêmicas como resposta a esta pergunta é o que pretende este texto. Estas polêmicas terão como referência a crítica radical à ordem do capital, realizadas pela teoria social de Marx e pela tradição marxista. Uma opção de classe!

Tendo como determinação o método da teoria social de Marx, a metodologia aqui utilizada, pautou-se em pesquisa teórico-bibliográfica; em jornais, comunicados e notícias, que se encontram no site do ANDES, desde 28/09/2015; anais do 34º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional e dos anais do 60º CONAD.

Pontos para o debate

O tema da emancipação humana foi determinante na teoria social de Marx. Desde sua opção de classe em favor da classe operária e sua opção comunista, entre 1842-1844, passando pelo seu “todo artístico”, *O Capital* em 1867, até o fim de sua vida, Marx, junto com Engels, se dedicou a estabelecer uma crítica radical ao Modo de Produção Capitalista (MPC) e a apontar a necessidade de uma sociedade “para além do capital”, uma sociedade emancipada, comunista, em que o “livre desenvolvimento de cada um, será o livre desenvolvimento de todos, apontando o devir dessa sociedade emancipada “de cada um segundo suas capacidades e a cada um segundo suas necessidades”. (Marx, 1983, 2010); Como parte da *Práxis* (conjunto das objetivações humanas), a educação estaria sujeita às determinações da produção material da vida social. Para Lombardi (2011) é fundamental entender a educação nos marcos de um modo de produção específico e como se desenvolve a luta de classes dentro desta sociabilidade.

Segundo Mészáros (2005) uma reformulação da educação é impossível sem a correspondente transformação do quadro social. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente.

Para Tonet (2014) seria inviável organizar a educação no sentido de conferir-lhe um caráter emancipador. “Seria possível, no interior dela, realizar atividades educativas de caráter emancipador: 1) Conhecimento acerca do fim a ser atingido (a emancipação humana); 2) Apropriação do conhecimento acerca do processo histórico e, especificamente, da sociedade capitalista; 3) Conhecimento da natureza específica da educação; 4) Domínio dos conteúdos específicos a serem ensinados; 5) Articulação das atividades educativas com as lutas, tanto

específicas como gerais, de todos os trabalhadores”. Para Tonet (2008) a formação integral implica a emancipação humana.

Ao analisarmos:

- O tema do 34º Congresso do ANDES-SN: “manutenção e ampliação dos direitos dos trabalhadores: avançar na organização dos docentes e enfrentar a mercantilização da educação”;
- A Carta de Brasília (34º Congresso): “avançar na organização dos docentes e na unidade com os movimentos e entidades classistas nacionais e internacionais, para enfrentar a mercantilização da educação, combater as políticas neoliberais e defender intransigentemente os direitos dos trabalhadores”;
- A Carta de Vitória (60º CONAD): debater e atualizar os planos de lutas gerais e específicos do Andes aprovados no 34º Congresso; avaliar ainda o papel do Sindicato Nacional na condução da greve, federais e estaduais, defesa da educação pública; intensificar junto à CSP-CONLUTAS, ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva de construção da greve geral contra o ataque aos direitos da classe trabalhadora; considerando a apropriação do fundo público, seja para o pagamento da dívida pública, seja para subsidiar o setor privado da educação;
- O tempo da greve dos docentes federais em 2015 (Comunicados, Manifestações Públicas)

Qual a relação entre educação e emancipação humana?

Não temos nenhuma dúvida do avanço político do ANDES-SN durante a greve dos docentes federais em 2015. Tanto do ponto de vista da crítica ao capital e da mercantilização/precarização da educação, quanto da articulação interna e externa junto com outros servidores (SPF)¹

As vicissitudes da particularidade brasileira, apresentam um quadro de expressão da crise do capital em nossas terras. Para Mészáros (2002), trata-se de uma “crise rastejante”, levando a humanidade à beira do abismo, do ponto de vista material, espiritual e ambiental.

Ora, o fato de localizar o desmonte do atual governo em relação ao ensino superior federal público, com cortes de verbas, terceirização, sinalização de contratação via Organizações Sociais (OS), desrespeito e criminalização do movimento docente e dos SPF e o equivalente aporte e repasse de verbas à iniciativa educacional privada; o fato de localizar este processo dentro dos marcos da sociabilidade burguesa contemporânea, não apontou ainda, ou apenas residualmente, para o avanço do caráter “emancipador” dessa luta. As reivindicações ainda pautam pela manutenção e ampliação dos direitos, ainda se enquadram na esfera dos parâmetros da “ordem burguesa”. Não se considerou ainda de forma determinante, a impossibilidade objetiva do Estado, que atua no comando político do movimento do capital, em “conceder” qualquer recuperação dos direitos, com sua atuação exatamente ao contrário, ou seja, mais retirada dos direitos, desmonte das IFE e aportes ao “negócio educacional privado”, nos marcos da crise estrutural do capital (Mészáros, 2002).

O último comunicado do CNG assim aponta:

¹ Vale registrar que a campanha/greve do ANDES-SN se deu concomitante com a Campanha Unificada 2015 dos Servidores Públicos Federais (SPF) e continha como principais reivindicações da Campanha Unificada: política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias; índice linear de 27,3%; data base 1º de maio; direito de negociação coletiva (Convenção 151 OIT); paridade salarial entre ativos e aposentados; retirada dos projetos do Congresso Nacional que atacam os direitos dos servidores; aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores; isonomia salarial e de todos os benefícios entre poderes.

Encerra-se a greve, mas não aluta. Os ataques em curso contra os direitos sociais serão intensificados e exigirão articulação dos docentes federais com demais SPF, conjunto dos trabalhadores e estudantes, mediante ações unitárias de resistência e luta. A organização docente deve continuar apontando rumos que indiquem a possibilidade de manutenção e ampliação de direitos, a defesa da educação pública e a construção de uma sociedade que respeite e dignifique o ser humano. Para tanto, é preciso manter o fortalecimento do ANDES - SN, nas bases, enquanto lídimo representante dos docentes, ampliando o número de sindicalizados, realizando trabalhos na base que evidenciem a importância de uma entidade classista e autônoma. (COMUNICADO CNG Nº 46, 11/10,2015)

Notas complementares:

A falência dos direitos e das políticas sociais na ordem do capital.

Fruto das contradições do capital e da luta de classes, direitos e políticas sociais: faliram, fracassaram, quebraram, malograram, ruíram, despedaçaram, desmoronaram.

Prostraram-se os direitos na ordem do capital.

Como possibilidade objetiva: porque é uma impossibilidade objetiva a efetivação dos direitos nos marcos da apropriação privada dos meios de produção e da exploração do trabalho alheio.

Como mediação emancipadora: porque os direitos tornaram-se mediação alienante à ordem quando aparentam serem conquistadas; que vão existir de fato; e cria a figura fictícia do “cidadão”.

Prostraram-se as políticas sociais na ordem do capital.

Como possibilidade objetiva: porque as políticas sociais são absolutamente débeis para solucionar a questão social e suas infinitas expressões, fruto da “Lei Geral da Acumulação Capitalista”.

Como mediação emancipadora: porque as políticas sociais tornaram-se mediações funcionais para administrar a miséria. Um gigantesco complexo de administração da barbárie!

A cada direito que aparenta ser conquistado e que supõe sua efetivação; a cada política social que se apresenta a solucionar alguma expressão da questão social; o capital encontra espaço para que suas contradições se resolvam.

Considerações Finais

Manter o avanço político/organizativo e a aliança com os SPF; a luta pela educação superior pública, gratuita e de qualidade e combater o avanço do “mercado da educação” é fundamental. É necessário agora se apropriar de um debate teórico/metodológico e político para avançar na percepção da impossibilidade objetiva de qualquer conquista significativa dentro dos marcos da ordem do capital, pois como diz Mészáros (2002), ela é *irreformável e incontrolável*.

Referências Bibliográficas

ANDES SINDICATO NACIONAL, CSP - CONLUTAS. *Greve Nacional dos Docentes Federais, 2015. Comunicados do Comando Nacional de Greve (CNG); Informandes Especiais; Notícias*. In <http://grevenasfederais.andes.org.br/>, acesso em setembro de 2015.

_____. RELATÓRIO FINAL DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL Brasília/DF, 23 a 28 de fevereiro de 2015. In <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em setembro de 2015.

_____. RELATÓRIO FINAL DO 60º CONAD - Conselho do ANDES - Sindicato Nacional Vitória/ES, 13 a 16 de agosto de 2015. In <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em setembro de 2015.

LOMBARDI, J.C. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas, Sp: Editora Alínea, 2011.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Vol. I, 1-2, São Paulo: Abril Cultural, "Os economistas", 1983.

_____. *Sobre a questão Judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, J. P. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. Textos originais de Marx de 1843-1875.

TONET, Ivo. [*Atividades Educativas Emancipadoras*](#). In Rev. Práxis Educativa. Vol. 9, n. 1, 2014.

TEXTO 3

Contribuição da Diretoria da APUR Seção Sindical

A GREVE DOCENTE E A LUTA POR UM ANDES CONSTRUÍDO PELA BASE

TEXTO DE APOIO

A greve dos docentes das universidades brasileiras teve como motivação principal a luta contra a política de ajuste fiscal e em especial os cortes de verbas para educação, que atingiram fortemente os orçamentos das universidades públicas federais.

As condições de negociações em torno da carreira docente e da reversão dos cortes foram extremamente difíceis, com o governo jogando claramente para evitar uma negociação efetiva. Além disso, é importante ressaltar que a crise política do governo Dilma, com a pressão política oriunda das tentativas golpistas da direita, foi mais um fator que aumentou as incertezas da greve.

De qualquer forma, a construção da greve tem sido um aspecto importante para um posicionamento político de oposição aos cortes e em defesa da universidade pública. Cabe sublinhar neste balanço provisório, que a condução da greve nacional da categoria em um cenário complexo - como brevemente apontado - é, sem dúvida, algo extremamente difícil, e exigiria das direções sindicais uma política de luta, mas também de grande precisão.

Num cenário de extrema dificuldade política, com o governo em crise, que em nenhum momento se dispôs a uma negociação efetiva, um acerto importante do movimento docente foi a construção da unidade do Fórum das entidades sindicais do serviço público, mesmo sob o fogo cerrado das tentativas do governo em dividi-lo (o que acabou efetivamente acontecendo nas negociações em separados) representou uma importante conquista para as lutas que virão.

Uma conclusão preliminar da greve é a importância da construção de uma nova direção para o movimento docente; uma condição subjetiva mas essencial para preparar as lutas necessárias para o próximo período. As greves de 2012 e 2015 demonstraram que não podemos fugir dessa questão, sob a pena de sermos constantemente derrotados.

Dessa perspectiva, a crise do movimento docente, que já se manifestou na greve de 2012 (com o papel divisionista e pró-governo do Proifés e o ultrasquerdista do Andes) representou um componente negativo num cenário político ainda mais complicado do que há três anos.

A política da direção do Andes precisa ser caracterizada como centrista, ou seja fica no meio do caminho, assim, ao mesmo tempo que teve um acerto importante quando apostou na construção da unidade do Fórum das entidades sindicais do serviço público, mesmo sob o fogo cerrado das

tentativas do governo em dividi-lo (o que acabou efetivamente acontecendo nas negociações em separados), por outro lado, adotou alegremente a política da CSP-Conlutas.

Assim, no momento crucial da greve, quando a maioria das entidades do serviço público jogavam todas as fichas nas mobilizações e negociações em Brasília. A diretoria do Andes seguindo a CSP-Conlutas decidiu abandonar a campanha salarial para participar da aventura divisionista (...) do dia 18 de setembro (ato pelo Basta/Chega Dilma em oposição ato da CUT/MST/MTST do dia 20 de agosto).

A Direção do ANDES apresentou como norma na greve uma mensagem triunfalista que não correspondem ao processo de negociações nem os impactos reais do movimento. A falta de sintonia com as bases, e o estilo predominante de demonstrar que havia avanços, quando qualquer um poderia ver as dificuldades foi um fator decisivo para amplificar as dificuldades que já eram muitas.

O efeito prático dessa política era exatamente o contrário do que se pretendia, assim, a falta de adesão de importantes universidades ao movimento grevista, em especial na região sul e sudeste era mascarado com um quadro de greve com muitas seções sindicais de uma mesma universidade, mas não se explicava por que a base tradicional do Andes (inclusive com diretores do sindicato) não entraram em greve ou mesmo entraram muito tempo depois e alguns casos saíram logo.

A explicação adotada, apresentada informalmente era que os professores da reitoria, os governistas, os docentes produtivistas não queriam lutar, ou seja, uma explicação sociológica de segunda categoria para isentar a diretoria do Andes da sua responsabilidade política.

Uma conclusão preliminar da greve é a importância da construção de uma nova direção o movimento docente, uma condição subjetiva mas essencial para preparar as lutas necessárias para o próximo período. As greves de 2012 e 2015 demonstraram que não podemos fugir dessa questão, sob a pena de sermos constantemente derrotados.

TEXTO 4

Contribuição da(o)s professor(a)es Janaína Bilate (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Máira Mendes (ADUSC), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Bruno José Oliveira (ADUNIRIO), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Diego Marques (APUB)

É HORA DA UNIDADE PRA DERROTAR O AJUSTE FISCAL DE DILMA E LEVY.

TEXTO DE APOIO

O presente texto é uma contribuição de professoras e professores que participaram ativamente das greves que se desenvolveram em 2015 pelo Brasil. Tanto no setor das estaduais, como também na greve das federais, que se configurou como a mais longa da história do ANDES SN. Acreditamos no ANDES SN como sindicato combativo e construtor da unidade do sindicalismo brasileiro, seja, construindo a CSP-Conlutas, mas também o Fórum dos SPF. Para qual a direção vem dando prioridade e produzindo com isso, acertos nas greves e na luta contra os ataques a classe trabalhadora. Assim, apresentamos nossa contribuição na perspectiva de enriquecer o debate da conjuntura política.

Sem dúvida nenhuma, estamos passando por um momento histórico importante da luta de classe. A crise que se abriu com o estouro da bolha imobiliária nos EUA, e sua rápida

contaminação dos mercados europeus colocou fim num período de hegemonização do pensamento neoliberal. Foi a partir desse momento que, se abriu um período de convulsões e revoluções democráticas pelo Mundo Árabe, retomando o protagonismo das massas nas ruas e praças. Uma crise econômica que gerou desestabilização política de governos autoritários, mas também de perfil democrático burguês.

Os efeitos dessa crise desenvolveram-se de forma desigual no tempo e no espaço. Assim, vimos seu desenvolvimento nos EUA, posteriormente na Europa e agora com mais força na China, e também na América Latina. Colocando em cheque o Neodesenvolvimentismo, sustentado por uma política de reprimarização da economia baseada na exportação de commodities, principalmente, para China. Por isso, percebemos só agora seus efeitos na América Latina, principalmente, no Brasil e sua imediata combinação com uma crise política. Isso também é observado em outros países como Bolívia, Venezuela e Equador símbolos da resistência do processo Bolivariano que agora se encontra estagnado e retrocedendo, como no caso da Venezuela.

Há um processo internacional de reorganização política seja de revezamento entre grupos de direita para manter o poder dentro do mesmo campo ou de extrema polarização entre o continuísmo e as alternativas que nascem no mundo contra os planos de austeridade que cada vez mais se aplica a todos os trabalhadores.

Isso vem deixando a política cada vez mais incerta, e como é nas crises que podem surgir às oportunidades. Acreditamos no desenvolvimento das contradições, acompanhando as lutas que vão aparecendo no cenário e potencializando-as sem sectarismo. Fruto do acirramento da luta é o surgimento do SYRIZA na Grécia e do PODEMOS na Espanha. Duas alternativas nascida da contestação de medidas que intensificam a espoliação do povo. Apoiamos até onde foi progressivo o SYRIZA, na sua campanha combativa e com possibilidade de real de ser um polo de referência internacional para esquerda, que avistava um modelo dinâmico de confluência de vários setores de luta. Mesmo com sua capitulação acreditamos que o povo grego deu um salto à esquerda, à radicalidade, e que por enquanto permanece esse acúmulo mesmo depois da última eleição que reconduziu Tsipras.

Reconhecemos que, nem sempre esses processos são de avanços, mas também de estagnação e com possibilidades de saltos em determinados momentos. Mesmo assim, toda essa convulsão na Grécia, na Espanha e no Mundo Árabe inspirou uma juventude indignada por todo o mundo e Junho de 2013 no Brasil é parte deste processo. Portanto, é importante a continuidade da luta para que tais processos não refluem, mesmo que seus protagonistas iniciais capitulem. Exemplo disso, é a formação da Unidade Popular UP na Grécia, cumprindo um papel importante de manutenção de um polo de contestação à política do EUROGRUPO e de mobilização a partir das pautas que levaram o SYRIZA a ser uma alternativa de poder.

No Brasil os tempos encurtaram e a vida política acelerou novamente. Ninguém ousa dizer que a política não esteja eletrizante. Depois de Junho de 2013 o povo tomou gosto pela rua, isso sem dúvida é um avanço independente de suas motivações. O aprofundamento da crise econômica combinada com uma crise política deixa a conjuntura mais desafiadora para aqueles que buscam uma saída verdadeira para o povo.

Em 2015 foi o ano em que se iniciou a aplicação de um plano de austeridade no Brasil gerenciado pelo Governo Dilma. Neste ano vimos a publicação das MPs 664 e 665 atacando direitos previdenciários e trabalhistas, em seguida veio um ajuste fiscal draconiano que cortou quase 70 bilhões das áreas sociais e o aumento da taxa de juros, combinado com elevação da taxa de energia elétrica e combustível. Que fez disparar a inflação corroendo o salário dos trabalhadores, somando a isso, os projetos de leis mais reacionários dos últimos tempos como a redução da maioria penal, minirreforma política e a terceirização.

A crise de representação do regime expressou-se na figura de Eduardo Cunha, com as denúncias de recebimento de propina da PETROBRAS, depositados em suas contas na Suíça. Somando-se a isso, o seu método autoritário que, lançou mão de todos os artifícios e manobrou o congresso para aprovar projetos de interesse da burguesia. Hoje, ele é o alvo de mobilizações que acorrem

em todo país “FORA CUNHA”. Tendo o movimento feminista como protagonista dos atos que estão ocorrendo de norte a sul, reafirmando a força da luta e organização das mulheres no cenário político e o dever das organizações sindicais e políticas de potencializá-las.

Os estudantes de São Paulo estão dando um belo exemplo ao ocupar as escolas contra a Reorganização Escolar proposta pelo Governo Alckmin, adotando o mesmo método dos estudantes chilenos que ocuparam as escolas por educação pública e gratuita. Já foram 20 escolas ocupadas contra o projeto que levará ao fechamento de escolas e demissão de professores.

O funcionalismo federal foi um importante setor das mobilizações que ocorreram em 2015, fruto do avanço na sua organização com a retomada da unidade em torno do fórum dos SPF. Possibilitando a articulação entre as categorias em greves. Configurando-se como um setor com uma representatividade sindical progressista, visto que, várias categorias já se livraram das direções da CUT, CTB e demais burocracias sindicais pelegas. Temos também, alguns sindicatos ou federações nacionais que reivindicam a CONLUTAS, com destaque para ANDES, FENASPS e SINASEFE e a FASUBRA (desfilhada da CUT).

É natural que, no cenário político de disputa, muitos trabalhadores e movimentos populares sérios sejam deslocados para um dos polos, porque não conseguem enxergar uma alternativa viável em curto prazo, que possa expressar seu descontentamento. Por isso, estamos vendo setores populares sendo canalizados pelo sentimento de indignação com a corrupção e instabilidade econômica, expressos nos atos do dia 15/03 e do dia 16/08. Por outro lado há alguns setores combativos que vendo a polarização e avaliando um fortalecimento da direita clássica e de posições até fascistas, pensam está do lado do mal menor (PT/PMDB). Há ainda aqueles que não vendo nenhuma alternativa, se fecham em suas lutas sindicais numa conjuntura de lutas importantes, mas ainda fragmentadas, achando que estão respondendo o suficiente à falsa polarização apresentando alternativa a sua base, em todos os casos são ações que respondem ao imediatismo devido às pressões conjunturais.

Mas o atual cenário de crise econômica e política ainda irá se desenvolver ora em ritmo mais acelerado ora mais lento, e para isso temos a necessidade de pensar em construir uma alternativa política que não necessariamente responda ao imediatismo. Mas que poderá ser fruto de experiências concretas como a frente “povo sem medo” e outras experiências respeitando os tempos de cada um para manter a unidade.

Como alternativa a uma política imediatista, o terceiro campo é necessário. Um campo que componha os setores combativos presentes nas greves e nas ocupações e aproxime uma nova leva de lutadores, que surgem da luta concreta por direitos. Um campo que combine a luta sindical com a luta política, desmistificando-o como um campo apenas eleitoral. Pois, um campo combativo só poderá se desenvolver a partir da luta dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda, combinando a ação direta das massas e a disputa eleitoral para o acúmulo de força. Aproveitando toda experiência dos levantes e vitórias eleitorais da classe trabalhadora que, mudaram a política na América Latina e as novas experiências que surgem a cada dia.

TEXTO 5

Contribuição da(o)s professor(a)es Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR), Douglas Ferreira de Paula (ADUA) e Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN)

DIANTE DA CONJUNTURA DE ATAQUES AOS TRABALHADORES, AVANÇAR A ORGANIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO COM OS MÉTODOS DA LUTA DE CLASSES

TEXTO DE APOIO

A conjuntura econômica e política nacional e internacional é marcada pelo avanço da crise do capitalismo e por profundos impactos na economia brasileira. O discurso do governo petista de que o Brasil resistiria às tendências desagregadoras da crise mundial simplesmente evaporaram. O que presenciamos é o aprofundamento da recessão econômica, que atinge a indústria, serviços e comércio. A previsão mais otimista para o ano de 2015 é de queda do PIB em torno de -3% e de -1% em 2016.

O quadro geral da crise mundial e da economia brasileira leva os governos a atacarem mais profundamente as condições de vida e trabalho das massas exploradas no país. Desde o final de 2014 até o presente, o Governo Federal de Dilma Rousseff (PT), juntamente com o Congresso Nacional, não tem feito outra coisa que aprovar as medidas de destruição de direitos e conquistas sociais. Foi assim com o envio das Medidas Provisórias 664 e 665/2014 pelo governo ao Congresso, resultando na aprovação de restrições aos direitos de seguro desemprego, defeso, pensão por morte e aposentadoria. Logo em seguida um novo ataque: a aprovação do PL 4330/04, a chamada Lei de Terceirização, impondo a expansão das condições precárias do trabalho terceirizado a todas as atividades de trabalho. Governo e Congresso acenam ainda com a discussão e aprovação de um conjunto de novos ataques aos direitos dos trabalhadores, das comunidades indígenas, bem como o avanço da privatização no setor público.

Mas as medidas contra direitos sociais e repressivas aos movimentos sociais não param por aí. A aprovação da Lei Antiterrorista pelo Congresso Nacional objetiva criminalizar as lutas sociais, sob o suposto objetivo de combater práticas terroristas e garantir a realização das olimpíadas em 2016, para proteger os lucros dos capitalistas. Na verdade, em meio ao avanço da crise mundial e seus impactos na economia do país e da crise política, governo, Congresso e capitalistas pretendem pressionar a classe operária e demais explorados a não saírem às ruas com independência política e seus próprios métodos de luta de classe para preservar e conquistar suas reivindicações. Na prática, a Lei Antiterrorista representa uma herança repressiva do governo do PT contra os movimentos sociais.

As mulheres têm sido alvo de ataques do Congresso e dos governos. Em meio à crise econômica e política avança uma ofensiva reacionária da burguesia, por meio de medidas do executivo, legislativo e judiciário no sentido de reforçar o obscurantismo e o reacionarismo contra os já limitados direitos conquistados pelas mulheres. Por isso, tem tramitado pelo Congresso projetos de lei que, por exemplo, da bancada religiosa e da “bala” no sentido de atacar a vida das mulheres, das crianças e jovens. É o caso de projeto de lei que tipificam o aborto como crime hediondo. O PL 5069/2013, de autoria do presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB) e de mais doze deputados de partidos como PT, PV, PDT, PSB, PTB, PSDB, PSC, PR, PRTB e PP, que já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, obriga as mulheres que foram estupradas a passarem por uma verdadeira via crucis para terem acesso legal ao aborto. Esse projeto faz parte, portanto, do conjunto de ataques aos explorados.

Em meio aos ataques, os trabalhadores, mesmo sob o controle das direções sindicais burocráticas e governistas, têm mostrado o caminho para resistir às medidas antipopulares dos governos e do Congresso e avançar na luta de classes. No último período, pudemos observar

que categorias saíram à luta por suas reivindicações, como metroviários, rodoviários, metalúrgicos, professores do ensino básico e das Instituições Federais de Ensino (IFE), servidores federais de diversos órgãos, entre outras. Mas as lutas permanecem isoladas uma das outras: burocracia e governos procuram dividir as categorias, reforçar o corporativismo e manobrar nos sentido de negociar separadamente, de modo a impor duras perdas e derrotas. Nesse momento, professores, estudantes e pais travam uma dura luta em São Paulo contra as medidas do governador Geraldo Alckmin de fechamento de escolas públicas da rede estadual de ensino. A ocupação das escolas e a resistência ao fechamento fazem parte dos métodos da luta de classes e apontam para o avanço da luta em defesa da educação pública.

O movimento docente protagonizou em 2015 a maior greve, em termos de duração, da história da categoria. Não há qualquer dúvida sobre a justeza da deflagração da greve nesse cenário de aprofundamento da crise, desmonte dos serviços públicos e destruição de direitos. Também não podemos ter dúvidas de que os motivos que levaram à greve continuam vigentes e se aprofundam. A greve docente não ocorreu isoladamente. Diversas categorias dos servidores públicos federais e estaduais decretaram greve no período. Pela dimensão dos ataques dos governos, estava colocada a necessidade da unificação das diversas greves em curso e a construção de uma greve geral para derrubar as medidas antipopulares. De um modo geral, prevaleceu na greve docente o método da aposta na negociação com o governo e de pressão dentro dos limites da institucionalidade. As lutas baseadas no método da ação direta (ocupações, bloqueios, piquetes, manifestações) foram insuficientes para massificar as atividades de greve e mostrar a potência da categoria diante de um governo intransigente. Os protestos mais radicalizados foram protagonizados pelos estudantes nos atos em Brasília. As mobilizações, manifestações e atos pós-greve devem se amparar nos métodos de luta de classes (ação direta).

TR - 5

Diante da crise econômica e política, os ataques aos empregos, salários e direitos, o 35º Congresso do ANDES-SN defende:

- 1. Contra as medidas antipopulares do governo Dilma, dos governos estaduais e do Congresso Nacional! Derrubar nas ruas as MPs 664/665, o PLC 30/2015 (Lei da Terceirização) e o ajuste fiscal, voltado ao sacrifício dos explorados!**
- 2. Em defesa dos empregos e dos salários: nenhuma demissão, estabilidade no emprego! Emprego a todos com a divisão das horas de trabalho entre todos os trabalhadores, reduzindo a jornada sem redução de salários! Salário mínimo vital calculado nas assembleias de base, reajustado automaticamente diante do aumento da inflação! Abaixo o PPE!**
- 3. Unir efetivos e terceirizados na luta pelo fim de toda terceirização, derrubada do PLC 30 e em defesa da efetivação/contratação direta de todos os 12 milhões de terceirizados, sem concurso, com salários e direitos iguais aos efetivos!**
- 4. Em defesa da educação e saúde públicas: reversão dos cortes de verbas! Estatização sem indenização dos sistemas privados de educação e saúde, sob controle dos trabalhadores!**
- 5. Derrotar a ofensiva reacionária da burguesia! Abaixo o PL 5069, o Estatuto da Família e a Lei da “Heterofobia”! Em defesa do aborto livre, seguro e gratuito, fornecido pelo Estado!**
- 6. Abaixo a Lei Antiterrorista! Contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais! Pelo direito irrestrito de manifestação e livre expressão política e de pensamento! Constituir os comitês de luta contra a repressão!**
- 7. Construir a greve geral para derrubar de conjunto os ataques aos direitos e o ajuste fiscal do governo! Unificar as lutas e impor as reivindicações por meio da ação direta das massas!**
- 8. Oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma (PT/PMDB)! Por uma frente única de luta no campo da independência de classe! Abaixo o capitalismo! Por um governo operário e camponês!**

TEXTO 6

Contribuição da(o)s professor(a)es Celi Taffarel (Apub); Marise Carvalho (Apub); Joelma Albuquerque (Adufal); Érika Suruagy (Aduferpe); Patricia Sartoratto (Adufg); Tiago Nicola (Adusc); Cláudio Félix (Aduesb); Paulo Riela (Adufs); David Romão (Apur); Cláudio Lira (Apub); Fernando Cunha (Adufpb); Flávio Melo (Aduferpe); Eduardo Silva (Aduferpe); Eudes Baima (Sinduece); Marco Oliveira (Sesduft); Domingos Savio (Adunemat); Humberto Clímaco, Everaldo Andrade (Adusp); Juanito Vieira (Adufff); Alberto Handfas (Adunifesp)².

AVANÇAR NA LUTA CONTRA O AJUSTE FISCAL, CARREIRA DOCENTE, E CONDIÇÕES DE TRABALHO!

TEXTO DE APOIO

2015, um ano de grandes lutas.

No plano internacional, duros ataques são dados pelo imperialismo, que tenta retomar o controle e os espaços perdidos e mira nos direitos e conquistas dos trabalhadores. Pressionados, os povos e as nações da Europa estão sendo submetidos, nos últimos anos, a rigorosos planos de ajustes fiscais, que criam um cenário de desemprego, arrocho e recessão. Na América Latina e em outros países de regiões dominadas pelo imperialismo, países onde o capital internacional perdeu margem de ação sofrem a pressão imperialista que tem buscado sua desestabilização política e, ao mesmo tempo, introduzir políticas que visam a fazer recuar os movimentos populares que impuseram certo limite a seus anseios nos últimos anos. É o que tem acontecido na Venezuela, na Argentina e mais recentemente no Brasil.

A crise interminável que acompanha a sobrevivência do modo de produção capitalista se mostra em suas formas mais terríveis com o prosseguimento da política de guerra infinita, a chamada crise dos refugiados, a seguida violação da soberania dos povos.

No Brasil, ano de 2015 ficou marcado pelas lutas dos trabalhadores contra o Plano Levy aplicado pelo governo que avançou no ataque aos serviços e servidores públicos, e provocou um aumento significativo do desemprego. A crise econômica aguçada pelos ajustes fiscais, combinada com a crise política instaurada pela política de governabilidade e pelo movimento golpista organizado pelos derrotados nas últimas eleições presidenciais, colocaram a pauta dos trabalhadores sob forte ataque, numa ofensiva pela retirada de direitos, o que impactou nas campanhas salariais, com vários acordos salariais no limite, uma centena deles abaixo da inflação.

O Governo Federal passa a adotar medidas a partir do final do ano de 2014 e início de 2015 que culminam na retirada de direitos trabalhistas, na ameaça de destruição dos serviços públicos, na perda do caráter público da educação, nos avanços da precarização das relações de trabalho e, fundamentalmente numa série de medidas de destruição da nação e de suas forças produtivas. A política econômica adotada pelo Governo Federal implicou em um ajuste fiscal e em cortes no orçamento da união em torno de 9 bilhões, somente no orçamento do MEC. Os cortes impactaram todos os serviços públicos e a eles somaram-se medidas no parlamento – Câmara dos Deputados e Senado - que ampliaram dia-a-dia, as perdas dos trabalhadores, a destruição dos serviços públicos, a destruição do patrimônio público, a destruição das forças produtivas, a destruição da nação. Ainda em 2014, após a reeleição a presidente Dilma Rousseff (PT/PMDB), passou a implementar o Plano de governo dos derrotados (PSDB/DEM) e adotou medidas perversas para os trabalhadores. O exemplo foram as Medidas Provisórias 664 e 665, aprovadas

² Nota: Os signatários da presente contribuição se identificam como Oposição Sindical Cutista no ANDES-SN.

pelo Congresso Nacional em 2015, que retiraram direitos previdenciários e trabalhistas, afetando especialmente setores da classe trabalhadora altamente vulneráveis. Os ataques avançam no legislativo e no judiciário como a aprovação pela Câmara dos Deputados do PL 4330/2004, que busca ampliar a terceirização do trabalho, e a consideração, pelo Supremo Tribunal Federal da constitucionalidade das Organizações Sociais para prestação de serviços públicos. Medida que destrói completamente o caráter público da universidade pública.

Segundo DIEESE, 25 negociações analisadas, entre julho e agosto, 90% conseguiram apenas zerar a inflação, enquanto em 2014, 93 % das categorias tiveram aumento real. Os dados de 2015 apontam os piores resultados para os trabalhadores desde 2008.

O pacote de medidas editado em 22 de maio de 2015 para cortar despesas do governo e elevar a arrecadação de impostos e outras receitas bloqueou R\$ 69,9 bilhões em gastos no orçamento, para garantir superávit primário. Em 14 de setembro de 2015, um novo Pacote implicou em adiamento do reajuste dos servidores em seis meses, suspensão de concursos, eliminação do abono permanência, implementação do teto remuneratório do serviço público, redução com os gastos do custeio administrativos, redirecionamento de recursos do FGTS para pagamento de despesas do programa Minha Casa Minha Vida, redução nos investimentos de obras públicas, revisão de gastos com subvenção de garantia de preços agrícolas. Ajustes se seguiram nos ministérios para redução de gastos do governo em torno de 200 milhões de reais por ano. Paralelo a estas medidas recessivas e que tiram direitos o Banco Central aumenta taxas de juros. Para termos uma ideia do que isto significa basta verificarmos que 1% de aumento da taxa Selic representa para o tesouro nacional um custo adicional de 14 bilhões, que saem dos recursos arrecadados pela união e que deveriam ir para melhorias dos serviços públicos. Desde outubro de 2014 até o momento a taxa Selic aumentou 4% o que significa um custo adicional de 56 bilhões de reais ao ano para o governo.

A partir de 13 de março de 2015, seguem-se atos, manifestações e greves que demonstram por um lado que a classe trabalhadora não aceita arcar com o ônus da crise econômica e fiscal, não aceita que a parcela da classe trabalhadora que depende dos serviços públicos seja penalizada e, por outro, não aceita a reversão golpista da vontade das urnas de 2014. As greves dos correios, dos bancários, neste momento, a greve dos petroleiros em defesa da Petrobras dirigida pela FUP-CUT sinalizam que, frente aos ataques é necessária uma forte resistência para barrar estes ataques. É nessa base que o movimento operário e popular busca um reagrupamento que originou iniciativas positivas como a Frente Brasil Popular, de iniciativa da CUT, MST e outras entidades, que o Andes infelizmente não integra. Com razão, após edição do pacote de 14 de setembro a Executiva Nacional da CUT escreveu:

A insistência por parte do governo federal no aprofundamento das políticas de “austeridade” para gerar superávit primário (destinado a pagar banqueiros e especuladores de títulos da dívida pública) é confirmada pelo conteúdo global desse pacote e tem sido a moeda de troca exigida pelo empresariado para continuar apoiando o governo. Os setores que apostam neste tipo de política que aguçou já a crise com meio milhão de empregos perdidos e uma recessão prolongada, são os mesmos interessados em rebaixar salários e retirar direitos, fragilizar os sindicatos, para criar condições para um modelo econômico que amplie as desigualdades sociais, faça novas entregas do patrimônio público, diminua a proteção social, reduzindo ao mínimo as funções do Estado e colocando o país numa situação de subordinação aos interesses das corporações multinacionais. (...) (Resolução da Executiva Nacional da CUT, outubro de 2015).

Por outro lado, esta posição de Dilma, em ampla contradição com a base social que se serviu de sua candidatura para barrar a reação e preservar as conquistas obtidas animou os representantes diretos do imperialismo a encetar um movimento que, de um lado, busca assegurar suas demandas por meio da própria equipe econômica do governo (a política econômica dos

derrotados) e, por outro, busca uma brecha para uma iniciativa golpista, se aproveitando do abismo que se abre entre o governo e a base social.

Ao contrário do que diziam alguns dirigentes sindicais que em tempos de crise não há muito o que os trabalhadores fazerem, como o presidente do ANDES na análise do conjuntura do último congresso, os trabalhadores por meio de suas organizações construíram, num ano difícil, greves na educação básica (destaque para o Paraná e São Paulo), e no ensino superior estadual (destaque Bahia, Paraná e Ceará) conseguindo colocar no cenário nacional o enfrentamento ao desmonte da educação pública, e com conquistas importantes para a categoria dos professores no caso das Estaduais baianas. No setor das federais, o setor da educação protagonizou a greve, junto com outros setores como o INSS, numa luta de enfrentamento direto ao ajuste fiscal que retirou direitos e cortou o orçamento das universidades, da educação, e da saúde. Neste contexto conturbado os bancários em greve conseguiram arrancar um reajuste superior à inflação, e os petroleiros fizeram uma greve histórica em defesa da pauta Brasil.

No caso dos Servidores Federais, suas entidades apresentaram uma pauta em choque com a política econômica: 1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias 2. Índice linear de 27,3% 3. Data-base 1 de maio 4. Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT) 5. Paridade Salarial entre ativos e aposentados 6. Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores; 7. Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores 8. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes. 9. Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares. 10. Extinção do fator previdenciário 11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas 12. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores. 13. Concurso público pelo RJU. 14. Combate a toda forma de privatização. 15. Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados 16. Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais. 17. Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial. 18. Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez. 19. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira. 20. Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH.

Neste cenário a CUT, o MST, o MTST e outras organizações da classe trabalhadora realizando, a frente única, colocaram milhares de pessoas em diferentes ações de rua, com manifestações, paralisações nacionais contra o ajuste fiscal, contra a retirada de direitos e em defesa da democracia, contra o golpismo. Mesmo com o bloqueio de setores esquerdistas, abriram um luta explícita contra o golpismo que de forma oportunista quis aproveitar do contexto de fragilidade e de problemas do governo Dilma. É preciso lembrar que no mês de setembro, setores que se reivindicam de esquerda engrossaram as marchas golpistas pelo país que defendiam o impeachment, quando de forma ajustada fizeram atos pelo Basta/Chega de Dilma, onde infelizmente o ANDES participou.

De outro lado, contudo, há setores que equivocadamente separam a luta em defesa das conquistas democráticas e pelo respeito à vontade popular da luta contra o ajuste fiscal do Ministro Levy que, ao atacar as conquistas populares e impor um muro às lutas, como no caso da greve dos docentes, acaba por ser a outra face da reação que tenta impor uma saída golpista. O Governo Dilma, para ser fiel ao voto que derrotou a reação tucana no segundo turno de 2014, teria que demitir Levy e revogar as medidas recessivas e de liquidação de direitos que compõem o atual ajuste fiscal. O Governo, sob este aspecto, está numa disjuntiva, ou abandona esta política econômica ou as organizações populares terão de mudar sua relação com a presidente.

O nosso lado é com os trabalhadores e o povo, não com os banqueiros e a imprensa. A luta exige unidade contra os exploradores que querem as coisas como estão, que defendem as instituições atuais herdadas da ditadura militar, como a reação conservadora do PSDB, apoiado no Ceará pelo PMDB e pela mídia. Por isso, neste momento é necessária uma ampla unidade daqueles que querem verdadeiras mudanças no país, e por isso consideramos fundamental a participação do ANDES na Frente Brasil Popular e na Frente Povo Sem Medo, na linha de reaproximar os professores universitários dos demais trabalhadores organizados. Não há

justificativa plausível para o ANDES-SN ter se recusado a engrossar as seguidas manifestações convocadas pela CUT e pelos movimentos sociais, todas elas exigindo, como palavra de ordem central, o fim do ajuste fiscal, ao mesmo tempo se opondo ao golpismo. Só o seguidismo cego ao sectarismo da CSP-Conlutas explicam esta ausência que, inclusive no meio da greve das IFE, nos separou da imensa maioria do movimento dos trabalhadores. Eis uma tarefa central deste Congresso: rever esta política!

Para enfrentar a situação é preciso fazer no plano econômico o contrário da política de Levy:

1. Centralização cambial, derrubada dos juros: controlar a mobilidade de capitais, o governo deve reaver a autoridade de definir o câmbio e taxas de juros em favor dos interesses populares. A centralização do câmbio permitiria ao Banco Central reduzir fortemente os juros. Os especuladores não ameaçariam remeter seus dólares para o exterior quando bem quiserem, terão de alocar o dinheiro em títulos públicos, mesmo a juros menores, ou em ativos produtivos.

2. Reindustrialização e proteção comercial: Proteger a indústria da competição predatória internacional. O "livre" comércio, bom para as multinacionais, serve para reduzir salários em nome da "competitividade". São necessárias tarifas e barreiras de importação em ramos industriais mais relevantes. É preciso acabar com as desonerações da folha da contribuição patronal ao INSS, voltando a vigorar o 20% de contribuição ao INSS, reforçando a Previdência pública e solidária.

3. Fim do superávit fiscal, investimento público e reestatização: O fim da política de fixar metas de superávit fiscal (percentual do PIB do montante reservado para pagar juros a especuladores e banqueiros), com a retomada dos investimentos na melhoria dos serviços públicos, para criar ou recriar empresas estatais nas áreas de transporte, eletricidade, telefonia, com mais hospitais e escolas. O que reforçaria o mercado interno para a indústria, pois, além de novos empregos, a produção de bens de consumo coletivo barateia o custo de vida, desafogando o orçamento da família trabalhadora com serviços públicos de qualidade.

4. Outras medidas estruturais são necessárias: destravar a reforma agrária, a reforma tributária taxando grandes fortunas e heranças, fazendo os ricos pagarem mais impostos, e menos os trabalhadores, sobretudo os de menor renda; as reformas agrária e urbana terão também efeitos no mesmo sentido.

Greve das federais

A greve se encerrou sem que fosse efetivamente iniciada as negociações das pautas específicas da categoria. O principal motivo foi a intransigência do governo federal, que empenhado na aplicação do Ajuste Fiscal e nos cortes orçamentários do Plano Levy apostou no desgaste do movimento com a protelação das negociações com os docentes, e na ameaça de que o dia 31 de agosto é o limite das negociações. Mas a diretoria do ANDES-SN tem sua cota, ao praticamente abandonar a luta pela pauta específica, ao mesmo tempo em que faz o sindicato se ausentar das iniciativas unitárias contra o Plano Levy-Renan, como as manifestações de 20 de agosto. Voltemos ao começo.

Entramos em greve porque a pauta de reivindicação dos docentes não foi atendida pelo Governo Federal e não foram sinalizados processos de negociação para tratar dos pontos centrais a saber: defesa do caráter público da educação e portanto reversão dos cortes e de medidas privatizantes, condições de trabalho, com conclusão de obras ampliação de infraestrutura, manutenção, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira e valorização salarial de ativos e aposentados, reposição das perdas salariais, reajuste de salários, correções na carreira, enfim a melhoria das condições de trabalho. A esta pauta o governo apresentou uma proposta de vigência de um acordo de quatro anos para anualmente rever salários na base de em média 5% anual, o que significa abaixo das perdas inflacionárias. Após quatro meses e muita pressão o governo apresentou uma proposta de redução da vigência do acordo de 4 para 2 anos, mas mantendo os índices anuais (5,5% em janeiro de 2016 e 5% em janeiro de 2017) a incidir nos salários somente em agosto de 2016.

Com dificuldades desde o seu início, com grandes universidades com tradição de luta deixando de aprovar sua adesão e outras saindo da greve sem esperar sinalização do CNG, o movimento paredista começou a se desintegrar num quadro em que as direções do ANDES-SN e do Proifes não abriram uma saída para a situação. A primeira, aferrada a uma linha de denúncia do governo, fazendo pouco caso das reivindicações concretas, que chegou às raias do golpismo (Marcha de 18 de setembro) impediu ao longo dos últimos 3 meses que o movimento se alçasse à unidade, em particular nos atos da CUT e movimentos sociais que integravam a luta contra o plano Levy, e a segunda, enfeudada ao Governo.

A manifestação aguda da impotência da direção do ANDES-SN foram nas últimas reuniões do CNG quando, perplexa diante do fim da greve em várias IFE, a maioria alinhada a ela votou por não apresentar a proposta do governo às assembleias de base (apenas as representações da APUB e APUR, votaram a favor), para em seguida, na votação da proposta de organizar a saída unitária da greve, os setores identificados com a Direção se dividiram com a proposta obtendo 9 votos em 19.

A malograda “ocupação” do MEC na quinta, dia 24, resultou tão-somente numa vaga promessa de audiência, prevista inicialmente para o dia 5/10, enquanto o governo reafirmou para o ANDES-SN a proposta que fez para as categorias em greve, já citada acima.

Esta proposta não representava vitória para o movimento. Contudo, o risco que corríamos era o de uma volta ao trabalho desarticulada, com graves riscos de um recuo organizativo com graves consequências para o futuro do MD. A hora era de preservar o movimento, impedindo a dispersão. Nesse sentido, os signatários desta contribuição defenderam a proposta de que as AGs decidissem: 1. Indicar a volta às aulas num período unificado; 2. Aceitar a proposta do Governo, preparando novas etapas da luta; 3. Forjar a unidade com as Centrais Sindicais e movimentos populares, na luta por outra política econômica e contra o ajuste fiscal, bem como contra o pacote de 14 de setembro. Simplesmente recusar a proposta, num contexto de recuo espontâneo da greve, que levaria a uma dispersão do movimento num recuo desordenado e sem nenhuma aquisição, exigia uma postura mesmo defensiva, de preservar a integridade do movimento.

De certa forma, foi o que ocorreu, de um jeito ou de outro. Tirar as lições desta greve, apontando para uma política que aponte para a unidade com a classe, preparando o que chamamos acima de novas etapas da luta, é uma das tarefas deste congresso.

Alguns elementos do curso da greve, ocorrida em meio à polarização com a direita. Na crise política, a CUT acertou em convocar, com o MST, o MSTs, e outras organizações sindicais e populares, atos no dia 20 de agosto em todo o país contra a ofensiva da direita, contra o Ajuste Fiscal, em defesa dos direitos e da democracia. Neste momento histórico os trabalhadores precisam de suas organizações para se defender dos ataques engendrados também no Plano Renan/ Levy.

Ali, fizeram bem os docentes federais que, contra a diretoria do ANDES-SN, unidos aos milhares de trabalhadores/as e suas organizações, levaram suas bandeiras e reivindicações às ruas no dia 20/8, exigindo ao governo Dilma o fim do Plano Levy-Renan, e o atendimento das reivindicações.

Afinal, se o golpismo e o retrocesso são inaceitáveis, é igualmente claro que não se pode combater o golpismo com o programa econômico dos golpistas (Plano Levy-Renan). Tiveram razão as centenas de milhares que ocuparam as ruas dia 20, pois o retrocesso é um golpe nos trabalhadores e, a melhor maneira de evita-lo é levantando as bandeiras de nossa classe. Mas há quem considere que tanto faz que haja ou não retrocesso, como a direção do ANDES-SN que jogou papel ativo na tentativa malograda de esvaziar o dia 20.

Já antes, o ANDES/SN e o Comando Nacional de Greve (sob orientação da CSP/Conlutas) tinham tratado com indiferença a Marcha das Margaridas, que nos dias 10 e 11 de agosto, quando mais de 70 mil trabalhadoras do campo marcharam em Brasília, na defesa da luta pela terra e pelos direitos das mulheres.

O isolamento da base do ANDES-SN, fruto da política sectária da direção sindical e da CSP/Conlutas comprometeu a unidade necessária dos trabalhadores. A unidade entre os trabalhadores não se faz por meio de ultimatos, como quer a direção do ANDES/SN e da CSP-Conlutas, e nem com posições centristas que insistem em se esconder nos momentos de acirramento provocado pela direita, expresso na fórmula *Nem 16/8 e Nem 20/8*.

Esta política teve um efeito na própria greve, uma vez que nos impediu de nos apoiar na unidade da classe, ainda mais quando os atos de 20/8 colocavam explicitamente a luta contra o ajuste fiscal, para aprofundar a mobilização e abrir um canal de real negociação com o Governo.

Uma conclusão preliminar da greve é a importância da construção de uma nova direção para o movimento docente que tenha clara a tarefa de reatar os laços com o grosso do movimento operário e popular e que se use a plataforma de reivindicações como base para a unidade, uma condição subjetiva mas essencial para preparar as lutas necessárias para o próximo período. As greves de 2012 e 2015 demonstraram que não podemos fugir dessa questão.

Por outro lado, dado os elementos acima, e a própria discussão que o Conad extraordinário não realizou, é preciso reabrir a discussão de avaliar a relação com a CSP/Conlutas que se revelou num ano de lutas, um fato de isolamento e não de unidade.

São alguns elementos da discussão. Ao debate, companheiros.

TR - 6

Avançar na organização dos docentes e na unidade com as organizações do movimento operário e popular para enfrentar o ajuste fiscal e seus efeitos na educação, em geral, e na universidade, e intensificar a luta pela valorização do magistério, pela preservação dos direitos dos trabalhadores e em defesa do patrimônio público, da soberania nacional e da democracia.

TEXTO 7

Contribuição da(o)s professor(a)es Lucinéia Scremin Martins e Alcides Pontes Remijo – sindicalizada(o)s da ADUFG Seção Sindical.

INTENSIFICAÇÃO DAS CONTRA REFORMAS E A CONSTRUÇÃO A UNIDADE CLASSISTA

TEXTO DE APOIO

A categorização da época em que vivemos como o período da crise estrutural do capital tem explicitado cotidianamente o acerto teórico de analistas marxistas como Istvan Meszasros entre outros e as perversas consequências para a humanidade de um sistema sociometabólico que intensifica as tendências destrutivas e a regressão social. No auge da atual crise as guerras se proliferam atingindo os cinco continentes do planeta. O avanço dos interesses imperiais sobre a bandeira da Organização do Atlântico Norte (OTAN) tem levado a guerra para os quatro cantos do mundo e inclusive para dentro das fronteiras europeias – apoio logístico, econômico e político aos movimentos fascistas da Ucrânia – para impor seus interesses em todo o globo.

A humanidade já vivenciou no século passado os efeitos de duas guerras mundiais que se desdobram dos processos de crise do capitalismo e está diante de uma nova escalada de violência internacionalmente articulada. A interrupção desta escalada de guerras se constitui numa medida urgente, e precisa ser assumida como ação consciente de governos, povos e organizações políticas. O objetivo dos atuais confrontos militares podem ser sinteticamente analisados como o deslocamento das tensões econômicas - decorrente das crises - em um processo amplo de destruição de riqueza e de busca da linha de menor resistência para forjar um

breve “ciclo” de produção de mais valor no complexo industrial militar e na indústria da “reconstrução” das nações invadidas e ocupadas.

Por outro lado, quando o capital não faz uso das tropas da OTAN e do Estados Unidos de forma autônoma, para impor aos povos seus interesses imperiais busca construir medidas políticas e econômicas para subjugar povos e nações. Desta maneira as distinções entre periferia e centro vão perdendo a cada dia as distinções que marcaram grande parte da metade do século XX - atualmente existem mais pobres nos estados unidos do que entre os chineses. As chamadas políticas de austeridade aplicadas em solo europeu têm ampliado a pobreza na mesma proporção que retira os direitos das classes trabalhadoras e da população em geral. A Grécia desponta como um exemplo da perversidade das políticas do capital em particular da dominação Alemã sobre a comunidade europeia – é a ascensão do 4º Reich através da TROIKA (Banco central Europeu, FMI, Comunidade Europeia). Os memorandos impostos ao povo grego com a colaboração das mais diversas forças políticas do campo conservador à social democracia de esquerda, no parlamento grego, demonstram que as alternativas dentro da comunidade europeia são a intensificação da espoliação de toda uma nação. Romper com os monopólios e o imperialismo implica em constituir um bloco de forças contra hegemônico capaz de colocar a Grécia e seu povo novamente de pé. As greves gerais das classes trabalhadoras gregas têm demonstrado que a insatisfação popular acumula forças para novos e necessários enfrentamentos em defesa da autodeterminação do povo grego e do fim da dominação Alemã, escondida sob o manto da Comunidade Europeia.

Na América Latina a ofensiva do imperialismo estadunidense é sentida em todo o continente. A estratégia de dominação amo imperial se intensifica com a adoção de medidas econômicas de desvalorização das moedas nacionais e redução dos preços das commodities intensificando os impactos da crise e impondo a intensificação da dependência e transferência de riqueza da “periferia” para o “centro”. Desta maneira presenciamos em várias nações latino americanas a intensificação das políticas de contra reformas que diante da polaridade entre o capital e o trabalho se institui como estado máximo ao capital e mínimo para os trabalhadores. A implantação destas políticas se concretizam por meio de diferentes mecanismos, que vão deste o golpe de estado, a guerra econômica aberta – Venezuela – as ações de enfraquecimento político dos governantes e a chantagem econômica aberta – a adoção da lei antiterrorismo é apresentada como uma condição para que as nações obtenham grau de investimento para o capital yanque. Poucos povos e governos latino americanos estão preparados para o enfrentamento desta ofensiva que no limite poderá se converter em disseminação de guerras. Neste sentido, a República Bolivariana da Venezuela, com todas as dificuldades impostas pela guerra econômica e política tem conseguido avanços em impedir o avanço de para militares financiados pelos interesses do capital e de seus sócios menores na oligarquia venezuelana. A manutenção da revolução socialista em Cuba e da direção política do partido comunista cubano é exemplo de que a sociedade socialista se constitui numa fortaleza decisiva para a autodeterminação dos povos. Os avanços nas negociações de paz entre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP) e o Estado Colombiano forjam uma conjuntura em que a ocupação militar estadunidense (em mais de 9 bases militares) sofrerá uma importante derrota e possibilitará a constituição de uma alternativa política conscientemente socialista para o povo colombiano na medida em que as FARC-EP se constitua em partido político.

No Brasil a ofensiva dos interesses imperialistas estão diretamente associada intensificação de políticas econômicas e sociais voltadas para a exploração da riqueza nacional em benefício dos interesses do bloco de poder dominante formado pela associação entre imperialismo, monopólios e o latifúndio. Combinando o arcaico e o ultramoderno numa estrutura social em que a 9ª economia do mundo é ao mesmo tempo a 169ª em desenvolvimento humano – a nação mais desigual do mundo. Nossas reservas de minerais, produção agrícola e industrial são alvo de permanente expropriação para satisfazer as necessidades do imperialismo e de seus sócios menores nacionais. Neste sentido, a atual neoconservadora na sociedade brasileira não é uma mera casualidade da composição eleitoral parlamentar do congresso nacional ou das assembleias legislativas estaduais e parlamentos municipais. Trata-se da combinação entre ação econômica e dominação ideológica dos interesses do bloco de forças dominante. O esgotamento

da política de conciliação de classes do petismo – que possibilitou a reciclagem do estado autocrático burguês por mais de uma década – indica que a intensificação das contradições entre capital e trabalho tornam-se cada vez mais explícitas para toda a sociedade levando as classes em conflito a reorganizar suas forças nos distintos embates cotidianos. Neste sentido, a luta econômica dos trabalhadores em defesa dos seus salários e dos seus direitos é contraposta aos interesses do capital que busca concentrar e centralizar a riqueza e ao mesmo tempo forjar uma reconfiguração ideopolítica da sociedade brasileira voltada para a transferência dos “recursos dos de baixo” para os “de cima” da sociedade brasileira. Não é atoa que as pautas conservadoras no congresso estão sendo aprovadas sucessivamente, criando um ambiente social de restrição das liberdades individuais e da democracia que se assemelham aos piores momentos da última ditadura, criminalizando a luta, o protesto e os lutadores sociais, bem como as suas organizações. Para a concretização dos objetivos de intensificação da exploração da nação e de seu povo é necessário reduzir a resistência social e política a iniquidade, se possível mantê-la existente apenas como um elemento de legitimação da própria ordem de exploração – desta forma se fortalece no movimento sindical o sindicalismo de estado, colaboracionista e atrelado à reprodução da ordem desigual do capital.

As pautas conservadoras foram socialmente disseminadas pelos meios de comunicação tratando de forjar as bases ideológicas da ofensiva econômica do bloco de forças dominante na sociedade brasileira. Esta ascensão está em processo, o ódio social contra a juventude, a homofobia, a intensificação de discriminação de gênero, o não reconhecimento de direitos indígenas, a configuração familiar do falso moralismo burguês entre outras ações políticas e sociais, se constituem em um processo reafirmação do estado autocrático burguês. A maioria parlamentar conservadora atual é expressão deste movimento e elemento importante de intensificação da das medidas econômicas voltadas para o capital.

A fragilidade política e ideológica do governo federal (poder executivo) e da composição política que administra os interesses do capital é contraditória na medida em que o processo de reconfiguração da autocracia burguesa necessita alterar os fundamentos políticos, econômicos e jurídicos atuais, para intensificar a espoliação das classes trabalhadoras e da riqueza nacional. A agenda de privatizações, endividamento público e privado, redução de direitos sociais e arrocho salarial, entre outras medidas, necessitam ser implementadas de forma acelerada para constituir uma contra-tendência ao processo de crise que se intensifica nos países “centrais” do sistema sociometabólico do capital. Caso a constituição e/ou o governo se constituírem em obstáculos a essa ofensiva do capital, as campanhas de golpe de estado, renúncia ou impeachment ganham a luz do dia. O ano de 2015 foi marcado por inúmeras manifestações de ódio, apelo a violência e ao golpe. A ofensiva do capital se converte em ação fascista e dissemina o ódio contra as organizações e lutadores sociais. O genocídio de nações indígenas é silenciosamente omitido em nome dos interesses do latifúndio travestido de agronegócio.

Nesta conjuntura as organizações das classes trabalhadoras precisam resistir e construir instrumentos de luta e ação contra a ofensiva do capital. As organizações políticas, sindicais e movimentos sociais das classes trabalhadoras precisam intensificar os esforços para a constituição de uma unidade classista das forças sociais contra-hegemônicas. As diferenças políticas e ideológicas no campo dos lutadores sociais se constitui num obstáculo que precisa ser superado por meio da construção de ações sociais e políticas unitárias, mesmo que inicialmente apenas pontualmente. No 34º Congresso do ANDES-SN o movimento docente aprovou “*que o ANDES-SN participe como observador da Frente por Reformas Populares promovida pelo MTST e mais 26 entidades e delibere sobre sua efetiva participação no próximo Congresso.*” A adequação política desta deliberação foi demonstrada em várias manifestações durante o ano de 2015, desta a luta contra as terceirizações 15/04 até a luta contra a direita e por mais direitos (20/08). A experiência dos enfrentamentos de 2015 forjaram a necessidade de constituição da Frente Povo Sem Medo. Uma frente em que os princípios classistas são reafirmados e que tem a capacidade de dialogar com amplos setores das classes trabalhadoras. Sem em momento algum deixar de caracterizar a contradição fundamental entre capital e trabalho esta frente política compreende que a ofensiva da direita em um golpe de estado, *impeachment* ou renúncia presidencial fortalece ainda mais as contra reformas e a violência

contra os trabalhadores e suas organizações. Neste sentido, habilmente, coloca como possibilidade para as classes trabalhadoras fazer o enfrentamento das políticas do capital, implementadas pelo governo denunciando os cortes nas áreas sociais, as privatizações e o arrocho salarial e ao mesmo tempo rechaçando o discurso do golpismo, do impeachment e da renúncia.

Precisamos reconhecer que o campo político circunscrito a Central Sindical e Popular não é suficiente para reagir a ofensiva do capital. Neste sentido, sem abrir mão do classismo, mas abandonado as tendências esquerdistas que levam ao isolamento, cabe às organizações e lutadores deste campo político fortalecer a ação unitária contra a retirada de direitos e contra a direita, forjando um polo classista capaz de reorientar os movimentos políticos das classes trabalhadoras para o enfrentamento do capital. A construção de espaços de ação unitários se constitui num momento preliminar para a construção da greve geral, a Frente Povo Sem Medo tem se plasmado neste instrumento articulador de movimentos de diferentes matizes políticos das classes trabalhadores, participar deste espaço é buscar a construção do bloco de forças contra-hegemônico. Aqueles que ainda acreditam na perspectiva governamental, na socialdemocracia veem a cada dia suas ilusões serem desfeitas. Cabe ao campo classista demonstrar que a unidade na ação e na luta cotidiana são capazes de forjar os instrumentos de ação no combate aos interesses do capital, abrindo o caminho para a construção efetiva da alternativa socialista na sociedade brasileira.

TR – 7

Centralidade da Luta

O movimento docente deve intensificar a luta em defesa do caráter público e gratuito da educação e a unidade das classes trabalhadoras contra as reformas do capital.

TEXTO 8

Contribuição da(o)s professor(a)s Alexis Nicolas Saludjian, Ana Claudia Tavares, Cláudio Rezende Ribeiro, Cláudia Piccinini, Cleusa Santos, Elaine Martins Moreira, Elidio Alexandre, Eunice Bonfim Rocha, José Miguel Bendrao Saldanha, Lenise Fernandes, Luciana Andrade, Luciana Boiteux, Luciano Coutinho, Maria Coelho, Maria Cristina Miranda da Silva, Mariana Trotta, Mauro Luis Iasi, Patricia March, Regina Pugliese, Regina Simões, Renata Flores, Salatiel Menezes dos Santos, Sandra Martins de Souza, Jose Henrique Erthal Sanglard, Sara Granemann, Vicente Gil - sindicalizados da Adufrj-SSind

COMO VIRAR O JOGO E ABRIR UM NOVO PERÍODO DE LUTAS PROPOSITIVAS EM PROL DOS DIRETOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E GRATUITA?

TEXTO DE APOIO

A incessante morte de imigrantes africanos tentando alcançar solo europeu, a constante e cada vez mais forte repressão policial a estudantes e docentes que lutam para garantir seus direitos à educação em diversas partes do mundo, do Brasil à África do Sul, as seguidas ações de injustiça socioambiental concretizada em desastres como o recente rompimento de barragens de resíduos da Vale no município de Mariana-MG, assim como a crescente onda de violência física e simbólica contra as mulheres, representam diferentes faces da barbárie o capitalismo contemporâneo. Para enfrentar estes ataques, é necessário clareza e capacidade para aglutinar lutas que alterem a correlação de forças atual.

Os meios de comunicação controlados pelas corporações têm destacado personagens como o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ressaltando as suas rugas com a presidente Dilma e com o PT, e o seu controle sobre o PMDB. Segundo a grande mídia sua força estaria localizada no poder de decidir, como se fosse ato de sua vontade pessoal, sobre o impeachment da presidente. A confirmação de suas contas na Suíça, deixando patente sua mentira nos depoimentos da CPI da Petrobras, esclareceu a situação: não se tratava de um confronto direita-esquerda, nem ele estava imbuído do poder de decisão sobre o *impeachment*, nem a vinculação com o PSDB era tão orgânica como anunciado.

Os acontecimentos vão redimensionando o tamanho dos personagens, permitindo uma melhor compreensão do real, o que remete ao problema de como operam as classes e frações de classes que compõem o bloco no poder.

Os setores dominantes não trabalham em favor do *impeachment* da presidente; ao contrário, veem na sua fraqueza uma extraordinária oportunidade de aceleração e aprofundamento do desmonte do Estado social em prol dos setores que manejam as finanças e frações afins.

A lista das contrarreformas é assustadora. A aprovação do PLC 101/15, conhecida como lei antiterrorismo permite tipificar como crime protestos sociais e se sancionada, representará uma ameaça permanente a liberdade de manifestação e ao direito fundamental ao protesto social. O intento de flexibilizar os direitos trabalhistas, como quer o PMDB, sobrepondo o negociado ao legislado, a volta da desvinculação de receitas da União, impondo ainda maiores retrocessos na educação pública e na Seguridade Social, visto que desvinculam recursos constitucionalmente previstos para estas áreas, em prol do superávit primário e, para culminar, a PEC 395-B que flexibiliza a gratuidade da educação nos estabelecimentos públicos, desconstituindo a gratuidade constitucional, tudo isso é parte da ofensiva aos direitos sociais.

Se examinarmos a área econômica, a lógica do ajuste fiscal, as propostas que reduzem mais ainda os direitos na legislação trabalhista, a possibilidade de novas concessões às multinacionais na Petrobras, bem como as mudanças favoráveis ao agronegócio pilotadas pela ministra Kátia Abreu, constituem um conjunto de medidas que objetivam limitar os direitos sociais no Brasil e torna-los tão escassos quanto os existentes no período pré Constituição Federal de 1988. A forma desta regressão de direitos sociais, como já foi denunciado pelo próprio Andes-SN, ocorre não pela via de sua supressão total, mas sobretudo pela sua mercantilização, retoricamente justificada pelo ajuste fiscal; na verdade, um imperativo de frações do capital que acumulam ganhos simultaneamente, quando mercadejam com novos serviços e capturam recursos públicos para a execução de direitos realizados por privados, a exemplo do FIES.

O ajuste fiscal já provocou 800 mil novos desempregados, um déficit em conta corrente da ordem de 7% do PIB e a expectativa é de que em 2015 e 2016 o crescimento do PIB seja negativo, realimentando o ciclo vicioso que incide de modo mais brutal sobre o conjunto da classe trabalhadora. Todas essas consequências expressam o esgotamento do ciclo expansivo promovido pelas *commodities* e pelo dito neodesenvolvimentismo que combinaria pactos sociais entre o capital e o trabalho em prol de políticas redistributivas, objetivando manter as bases de um padrão de acumulação assentadas na superexploração e na expropriação feroz dos trabalhadores do campo e da cidade.

A via dita neodesenvolvimentista, contudo, sofreu profundos abalos com o agravamento da crise estrutural do capitalismo. A redução do crescimento da China, da Europa e dos EUA, expôs a vulnerabilidade do modelo econômico lulista e do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Com a queda abrupta do preço das *commodities*, a fragilidade estrutural do país tornou-se exposta, afinal, o grosso das exportações brasileiras é de produtos primários ou de produtos industriais de baixo e médio conteúdo tecnológico; inversamente, as importações são basicamente de produtos de maior valor agregado, o que explica o déficit crescente das transações comerciais do país. Com isso, o principal pilar do chamado neodesenvolvimentismo, a indução econômica estatal, por meio de créditos subsidiados do BNDES – banco que teve seu capital aumentado em dez vezes na última década – e do Banco do Brasil foi duramente abalado. E para piorar o quadro, as denúncias da corrupção na Petrobras, expressas na operação

Lava-Jato, atingiram fortemente os investimentos de todo o setor de infraestrutura e petróleo, este último de modo especialmente grave em virtude da drástica queda do seu preço no mercado internacional.

Desse modo, os tímidos avanços nos contratos da Petrobras, como a exigência de conteúdo nacional na construção naval e nas plataformas de petróleo, por exemplo, foram derretidos rapidamente. Novamente, o setor de bens de capital está sendo rapidamente erodido, em proveito das corporações multinacionais e, em especial, chinesas.

A crise econômico-política é, por conseguinte, uma crise decorrente das contradições do capitalismo dependente, agora agravado pelos marcos neoliberais da política econômica. A saída do ajuste fiscal, por sua vez, contempla os anseios do setor bancário que coleciona recordes de lucratividade, turbinados pela maior taxa de juros do mundo³. As ações que dependem da dívida não param de subir, expondo cada vez mais a fragilidade do modelo econômico, o que requer a continuidade dos juros elevados e acentuados cortes de gastos públicos na área social. Este modelo somente irá piorar as condições de vida do conjunto da classe trabalhadora, em todas as suas matizes.

Nesse sentido, o que parecia ser uma conquista e um êxito do modelo dito neodesenvolvimentista, como a melhoria do salário mínimo e os acordos salariais com algum ganho para os trabalhadores (entre 2005 e 2012), está sendo paulatinamente retirado pela inflação, pela elevação da taxa aberta de desemprego e pelo virtual congelamento das bolsas “de assistência” que sustentam as políticas indicadas pelo banco mundial de ‘alívio à pobreza’.

Situação do mundo do trabalho

O sindicalismo oficial, liderado pela CUT, associou-se de modo subalterno ao modelo dito neodesenvolvimentista e, com a sua crise, optou pela tática do avestruz: enterrou sua cabeça no solo para não ter de se posicionar diante da reversão das expectativas que anunciavam um pretenso ‘pacto social’ em que os raros avanços e conquistas estão sendo completamente desconstituídos. Os movimentos, como MTST e a CSP, assumiram maior protagonismo, e junto com a Carta do II ENERA (MST), expressam uma crítica mais abrangente e vigorosa ao estado geral da educação no Brasil, reiterando que a política de parcerias com o setor privado na educação não pode ser continuada. A proposição de verbas públicas exclusivamente para as instituições públicas é um anúncio importante na conjuntura. Aconteceram greves muito importantes, em termos de duração, que mostraram que os trabalhadores do serviço público não compactuam com o desmonte dos direitos sociais.

As iniciativas de constituição de frentes de lutas classistas, avançaram em alguns momentos, como as lutas empreendidas em SP em 18 de setembro e a luta das mulheres em defesa da legalização do aborto. Entretanto, em seu conjunto, não foram capazes de estruturar uma frente mais sólida e permanente de lutas unitárias .

Em 2005 ocorreram cerca de 350 greves no país, em 2014 foram aproximadamente 2 mil greves. Categorias importantes as protagonizaram, muitas de modo politizado, mas as lutas não permitiram uma confluência de pautas, de táticas e, muito menos, de estratégias. Os desafios organizativos continuam sendo enormes e o Andes-SN deve colaborar de forma protagônica na superação destes desafios, aprofundando seus métodos de construção de luta de modo a contribuir de maneira aprofundada e ampla na organização da classe, sobretudo através da busca pela construção da unificação solidária das lutas do setor da educação pública neste decisivo ano de 2016.

Um elemento novo na conjuntura brasileira é o avanço da direita ideológica. Preliminarmente, é preciso desvincular a ação dessa direita da ação (e direção) dos setores dominantes que manejam o bloco no poder. A pauta da direita, valendo-se do mote da corrupção, tema situado

³ Em 2014, o Itaú Unibanco alcançou um lucro líquido de R\$ 20.242 bilhões; o Bradesco, um lucro líquido de R\$ 15.089 bilhões, e o Banco do Brasil teve um lucro líquido de R\$ 11.343 bilhões, mas fecharam 5 mil postos de trabalho. <http://espacosocialista.org/portal/?p=3827>

na esfera moral, está focalizada em valores universalistas que não ultrapassam essa lógica. Tendem a diluir as questões classistas que perpassam temas como os direitos das mulheres, aborto e toda sorte de discriminação a que é submetida a classe trabalhadora.

Esse setor, no entanto, no rastros e escombros da crise, logrou maior capilarização em segmentos da classe trabalhadora. **Devemos nos indagar sobre os motivos de tal ampliação.** Impulsionando a bandeira do *impeachment* da presidente Dilma, esse setor tem conseguido muita penetração na sociedade brasileira, algumas vezes em alianças com correntes religiosas. Sobretudo, é necessário destacar que, cada vez mais, estão dirigindo suas ações contra a esquerda, tendo como alvo educadores, professores, artistas, etc.

Na falta de base popular organizada, setores do PSDB tentaram incorporar essa direita em seu campo de apoio, intento que, até o momento, não surtiu êxito. Desse modo, iniciativas ultradireitistas como Movimento Brasil Livre” (MBL), “Revoltados *Online*”, “Vem pra Rua”, “SOS Forças Armadas” seguem mobilizando setores da pequena classe média, como foi possível demonstrar nas manifestações de março de 2015. Em algumas pesquisas, o deputado Bolsonaro chegou a ser mencionado por mais de 6% dos entrevistados, o que obviamente expressa uma mudança, visto que, diferente do candidato Enéas, está lastreado por iniciativas mais estruturadas e organizadas socialmente.

A onda conservadora e as políticas que aprofundam a desresponsabilização do Estado com os direitos sociais podem ser verificados de forma mais nítida nas políticas de Seguridade Social e de Educação.

Lutar contra a política de mercantilização da previdência.

A presidente Dilma Rousseff sancionou, em 04.11.15, a Lei 13.183 que por sua abrangência e gravidade constitui-se em mais uma agressiva contrarreforma previdenciária com graves incidências no Regime Geral da Previdência Social e também sobre o claro posicionamento dos docentes das IFE em sua recusa a Funpresp.

Efetivamente os novos professores que ingressaram nas IFE e, sobretudo, aqueles que constituem a base do Andes-SN recusaram a previdência privada. A correta recusa dos docentes em transformar suas aposentadorias em investimentos do mercado de capitais levou o governo a criar um dispositivo de adesão automática e retroativa dos ingressantes no serviço público a partir de 04.02.2013, com o objetivo de reverter a grande vitória dos trabalhadores que até o momento quase inviabilizam a Funpresp. Entretanto, esta vitória para ser duradoura convoca o sindicato a construir e priorizar a luta pelo retorno das aposentadorias públicas e integrais para todos os novos docentes e para o conjunto de servidores públicos, única alternativa aceitável para a classe trabalhadora.

Todavia, a luta dos Servidores Públicos não pode e não deve isolar-se e desconhecer os escandalosos ataques desfechados ao Regime Geral da Previdência Social. A fórmula 85/95 não oferece melhor alternativa de aposentadoria do que o Fator Previdenciário. Ambos terão vigência e oferecem como alternativa, respectivamente, ou contribuir mais ou receber menos dependendo do fator escolhido. As mulheres e suas múltiplas responsabilidades e jornadas, serão atingidas de maneira especial com esta exigência porque são as mulheres que quase sempre cuidam e criam os filhos e da casa, além do trabalho que realizam fora dela. Estarão mais velhas e menos protegidas com estas medidas.

Educação: pública quer dizer pública mesmo

A forma final do PNE aprovado em 2014, refirmada em grande parte no documento “A Educação Básica na Pátria Educadora”, já anunciava o aprofundamento da grave crise verificado hoje na educação pública. Com efeito, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica um ataque frontal à autonomia dos professores do ensino básico e a retirada de diversas conquistas a favor da educação pública de qualidade. O recente fechamento de escolas em diversos lugares do país, sobretudo de escolas do campo e, mais recentemente, de escolas do estado de São Paulo; a crescente militarização de escolas no estado de Goiás; o anúncio de criação de OS para contratação de professores do ensino básico também em Goiás e São Paulo;

a aliança de prefeituras, como no caso de Belo Horizonte, com fundações ligadas a setores do grande capital, como a Fundação Odebrecht, para construir e gerir escolas por meio de parceria público-privada. Todo este cenário revela a maneira intensa, constante e fragmentada que a educação pública tem sido atacada, evidenciando um projeto coerente com os diversos projetos de lei que atingem a educação pública em todos os seus níveis.

O PLC 77/15, que trata de “estímulos à inovação”, regulamentando novo código de C&T, ataca diretamente o regime de Dedicção Exclusiva dos professores das IFE, fomentando ao mesmo tempo a venda de serviço para o setor privado como forma de manutenção salarial e rompendo com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que constitui um dos pilares constitucionais do projeto brasileiro de universidade pública, autônoma, crítica e socialmente comprometida. Na mesma esteira de rupturas das garantias constitucionais, a PEC 395B instaura a possibilidade de cobrança do ensino em instituições públicas, reforçando o caráter público-privado da educação previsto no PNE. Até mesmo o espaço físico das universidades vem sendo ameaçados de privatização em ações que vão desde a alienação de patrimônio a empresas, tais como a EBSEH, até a possibilidade de venda do solo dos campi universitários para a especulação imobiliária, como é o recente caso de regulamentação do solo do campus da Ilha do Fundão no Rio de Janeiro, que pode desencadear um processo de dilapidação do patrimônio de diversas IFE no país que possuem campus muitas vezes localizados em locais estratégicos para o mercado imobiliário.

Ataques voltados diretamente para a ação político-pedagógica dos professores surgem nas diversas esferas: municipais, estaduais e nacionais. O conjunto dos projetos que tramitam para criminalizar os professores, alimentado por movimentos como o “Escola sem partido” que, através de alianças com setores conservadores de diversos matizes, pretendem inviabilizar a tarefa do professor como construtor de saberes, transformando-o em mero reprodutor e transmissor de conteúdos supostamente neutros e apolíticos, o que dialoga plenamente com a política de aligeiramento do ensino proposta pelo PNE e pela BNCC, estimulando, inclusive, a reprodução de conteúdo por via de apostilas que, também, se tornam uma mercadoria a ser comercializada pelas fundações de ensino privado.

Concomitantemente, enquanto os repasses do MEC aos setores privados do ensino superior têm aumentado, os cortes seletivos empreendidos pelo ajuste fiscal têm atingido de forma intensa a educação pública. Os movimentos classistas, entretanto, não têm logrado efeito para barrar estes ataques.

A greve estudantil, anunciada como uma greve massiva, não se confirmou, inclusive com a estagnação dos recursos para a assistência estudantil. A greve dos docentes, a mais longa da história do Andes-SN, apesar de revelar contradições e desigualdades importantes referentes à distribuição de recursos no país, e mesmo dentro das universidades, conjugada com o novo perfil das IFE e de seus professores pós REUNI, não contou com a mesma adesão do que a de 2012 e, a rigor, não proporcionou visibilidade à pauta da crise da educação pública da forma desejada. Todos os elementos da crítica ao estabelecido estavam na pauta, mas não foi possível adensar os pontos centrais que possibilitassem uma luta massiva que desse visibilidade e caráter de real luta contra a contrarreforma na educação pública brasileira. Em plena greve, o governo Federal anunciou corte de 50% das verbas de investimentos, de 10% das verbas de custeio das Federais e de 75% das verbas destinadas a programas de pós-graduação, mas isso não foi suficiente para unificar os trabalhadores da educação superior de modo mais capilarizado.

Compreender os motivos do hiato entre a crise real nas universidades e a formação da consciência de seus trabalhadores é um tema crucial para o Andes-SN.

O longo espaço de tempo entre o I e o II ENE (previsto para acontecer em 2016) não ajudou o processo de organização das lutas da Educação. A exemplo dos anos anteriores, muitas greves da educação básica e superior aconteceram em diversos estados, mas sem que as mesmas lograssem um movimento nacional capaz de enfrentar a ofensiva mercantil e empresarial na educação brasileira.

Diante das adversidades, precisamos considerar os desafios imediatos que devem ser abraçados pelo movimento docente em defesa da educação pública e gratuita e dos direitos dos trabalhadores:

1. Perseverar na política de formação de um polo classista, agregando setores sindicais, como a CSP, sindicatos próximos ao campo da Intersindical, setores descontentes com a CUT, bem como movimentos sociais, como MTST, MST, Via Campesina, movimentos urbanos diversos, estudantes, organizações de trabalhadores terceirizados, bem como partidos dispostos a fazer frente ao desmonte dos direitos sociais e a lutar por outro porvir histórico para a classe trabalhadora, enfrentando a exploração e as expropriações;
2. Avançar na realização do II ENE, ampliando o seu arco de forças, priorizando setores sindicais que têm protagonizado lutas em prol da educação pública e dispostos a combater o controle empresarial da educação brasileira, bem como as forças que lograram construir o II ENERA, os movimentos estudantis, e demais movimentos sociais que têm contribuído para a organização da classe de forma intensa e combativa, estabelecendo diálogo em torno da centralidade que a educação pública deve assumir nas próximas lutas;
3. Retomar a discussão de uma agenda da classe trabalhadora para a educação pública no Brasil.

TR - 8

O Andes-SN deve retomar a discussão de uma agenda da classe trabalhadora para a educação pública no Brasil, aglutinando movimentos sociais que ampliem seu arco de forças em prol da educação pública. A construção do II Encontro Nacional de Educação deve constituir tarefa político-pedagógica que seja capaz de construir, através de sua base, as bases para um enfrentamento unificado em prol da educação pública.

TEXTO 9

Contribuição da(o)s professor(a)es Raquel Dias Araújo (Sinduece), Cláudia Alves Durans (Apruma), Raphael Goes Furtado (Adufes), Lana Bleicher (Apub), Douglas Moraes Bezerra (Adufpi), Wagner Miqueias F. Damasceno (Seção Sindical do Andes-SN na UFSC), José Vitorio Zago (Adunicamp)

**BASTA DE DILMA-PT, TEMER E RENAN-PMDB, AÉCIO-PSDB!
DERROTAR O AJUSTE FISCAL!
CONTRA O PL 5069. FORA CUNHA!
POR UMA ALTERNATIVA CLASSISTA DOS TRABALHADORES,
DA JUVENTUDE E DO POVO POBRE!**

TEXTO DE APOIO

Ao escrevermos esta tese, estamos estarrecidos com a destruição da natureza e de vida de milhares de pessoas promovidas pela Vale em Minas Gerais com extensão até o Espírito Santo. Esse não é o primeiro desastre ambiental e nem será o último, enquanto estivermos sob relações sociais e econômicas constituídas sob a forma capitalista, onde o Estado está capturado pelos interesses das corporações transnacionais que submetem a vida humana e a natureza à destruição.

Correu o mundo uma fotografia de uma criança encontrada morta após afogamento em uma praia da Turquia. Dois acontecimentos que nos levam a questionar: para onde vamos? Que alternativa construir? Qual a nossa responsabilidade histórica com o futuro da humanidade e com o planeta? Pensamos que urge a necessidade do debate profundo, programático, estratégico e ideológico. Nesse sentido, o ANDES como Sindicato Nacional de docentes tem um papel

fundamental para o diálogo com a nossa classe e juventude, para enfrentar os reacionários, o governismo, a fim de avançarmos para uma sociabilidade superior, socialista e não retroagirmos à barbárie.

Desde 2008, com a explosão da crise nos Estados Unidos, o mundo vem enfrentando o que pode ser a maior crise mundial. Economias de países inteiros faliram ou ampliaram seu grau de dependência com os países mais ricos do mundo, em especial com os Estados Unidos e com a Alemanha. Para responder a essa crise, os imperialistas desencadearam ataques duríssimos ao proletariado em nível mundial, particularmente sobre os países latinos.

Nesse contexto, a economia chinesa, que no período anterior foi o motor auxiliar da economia mundial, não consegue mais crescer como antes. De forma geral, a economia dos “países emergentes”, que em anos anteriores estavam fugindo da crise, agora começa a apresentar graves problemas monetários e financeiros.

Esse ciclo econômico continua marcado por um ataque sem precedentes ao nível de vida da classe trabalhadora, para salvar os lucros dos banqueiros e grandes empresários. Na Europa a aplicação dos planos ditos de austeridade implicou à classe trabalhadora ter seus direitos históricos atacados e ver seu nível de vida ruir de maneira brutal, com o fim de programas sociais, previdenciários e de saúde, maiores dificuldades de acesso ao estudo e aumento do preço da cesta básica.

As políticas anti-imigração e os ataques aos direitos dos trabalhadores imigrantes são parte dessa realidade. As guerras e as ditaduras no Oriente Médio e na África, bem como o surgimento de organizações islâmicas fundamentalistas, semeiam o terror nestas regiões e empurram milhões de pessoas a fugirem de seus países. Uma parte destes imigrantes busca refúgio na Europa, de maneira ilegal, colocando em risco a suas vidas.

A crise de migratória na Europa, a maior desde a segunda guerra mundial, já tomou proporções de uma verdadeira tragédia humanitária. Apenas este ano, mais de 300 mil refugiados de guerras e da miséria ocasionada pela crise econômica mundial, chegaram aos países europeus, provenientes principalmente de oriente médio e África. Milhares morrem ao tentar atravessar o mar Mediterrâneo. As cenas de corpos chegando às praias da Grécia e Itália, na tentativa de fazer a travessia do Mediterrâneo, mostram, de forma chocante, o drama da situação. O que vemos hoje são homens, mulheres e crianças, que se espremem nos navios “negreiros” da atualidade, em estações de trem e atravessam longas distâncias para chegar à fronteiras, para fugir da morte. Entretanto, temos visto também a solidariedade dos trabalhadores e povos europeus, levando alimentos aos refugiados nas estações, marchas têm sido organizadas com milhares nas ruas, contra seus próprios governos, como na Áustria e na Alemanha.

No Brasil começamos a viver um fenômeno parecido, com os imigrantes haitianos e de nações africanas que se refugiam em nosso país. Essa é uma parte da realidade.

Diante dessa dura realidade, a classe trabalhadora, os setores oprimidos e a juventude, tem dado um salto em sua luta durante esses sete anos contra os planos do imperialismo e seus governos em cada um de seus países. Na China, por exemplo, o número de greves em 2014 foi o dobro do ano anterior. No mundo todo praças e ruas foram ocupadas. Setores da classe operária moveram-se e protagonizaram levantes por segmentos e inúmeras greves gerais. Só na Grécia, nos últimos anos, assistimos a mais de 35 greves gerais. A polarização social e política segue forte na Europa, com crescimento de alternativas de centro e reformistas e também da direita mais conservadora.

No mundo árabe, o processo mais intenso das revoltas e revoluções foi marcado pela derrubada de ditaduras sanguinárias. Também nessa região do planeta segue uma dinâmica de lutas, polarização e conflitos, em praticamente todo o Oriente Médio. A resistência histórica do povo palestino, que há décadas enfrenta o enclave imperialista representado pelo estado de Israel, persiste. Defendemos uma Palestina livre e laica, onde convivam todos os povos da região. Pelo fim do Estado de Israel, criação artificial das Nações Unidas e do imperialismo norte-americano, que só tem servido ao massacre e genocídio dos povos que originariamente habitavam a região! Denunciamos o massacre e defendemos a resistência do povo sírio.

Em cada um desses casos, em escala mundial, a ausência de alternativas de direções independentes tem cobrado o seu preço. A resistência, muitas vezes heroica, dos trabalhadores e dos povos, esbarra nos limites dos programas e alianças construídas pelas direções dos diversos processos.

A CSP-Conlutas tem buscado explorar todas as possibilidades de ampliar a unidade de ação da classe trabalhadora em escala mundial, impulsionando a ação direta, a solidariedade de classe e a articulação internacional entre organizações independentes e de luta. A constituição da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas, em 2013, foi um momento importante dessas iniciativas. A realização da segunda reunião internacional da Rede, colada ao Congresso da CSP-Conlutas, também foi um passo importante diante do desafio de construção de um polo e sua articulação no plano internacional. A construção e a afirmação dessas ferramentas são muito importantes, num mundo de economia cada vez mais globalizada, com necessidade de enfrentamentos unificados às empresas e a uma burguesia que tem seus negócios “internacionalizados”, o que exige o desenvolvimento de ações de solidariedade ativa, ações e campanhas coordenadas mundialmente, seja por categorias, setores, países, continentes.

A América Latina, e o Brasil em particular, que vinha de uma situação de mais atraso na luta de classes, se somam ao processo mundial, com novas lutas, explosões sociais, greves de resistência, polarização social e política. A crise política e econômica do país dá um novo salto. Seguem as movimentações e pressões em torno da proposta de impeachment/renúncia da presidente Dilma. Embora, seja clara a intenção do imperialismo e da maioria da burguesia considerar menos pior a manutenção do mandato de Dilma-PT.

Logo após as manifestações da oposição burguesa e do governo em agosto, pesos pesados da burguesia (FIESP-FIRJAN-REDE GLOBO- Banco Itaú e outros setores) saíram a público para defender a governabilidade de Dilma. O PMDB e Renan Calheiros lançavam com Dilma a “Agenda Brasil”, parecendo indicar certa “trégua” frente à crise política, em prol do ajuste fiscal, tornando mais distante um plano B, como resposta à pressão do empresariado.

A fragilidade do governo advém, em primeiro lugar, da ruptura massiva dos trabalhadores e da maioria da população com ele e com o PT. Tal fragilidade em meio a grave crise econômica, a divisões interburguesas, e a Operação Lava-Jato compõem um cenário que dificulta uma ação política unificada que possa oferecer segurança e norte à própria maioria da burguesia.

O rebaixamento da nota do país para grau especulativo pela agência de risco norte-americana Standard & Poor’s é por um lado reflexo da crise econômica e política do país. Por outro, é também chantagem para que governo e Congresso se unam a fim de garantir medidas mais profundas de “ajuste fiscal”, que permitam mais exploração, possibilitem ataques mais duros aos direitos dos trabalhadores, e mais desnacionalização da economia.

Essas agências de risco, como todos sabem, manipulam as crises, atendem a interesses do capital financeiro e especulativo e orientam os investimentos especialmente dos Fundos Pensão. Embora a credibilidade de tais agências tenha saído bastante arranhada na crise que atingiu os EUA em 2008, suas “notas” continuam contando muito para as condições de créditos e investimentos para países e empresas. Sobretudo são um dos mecanismos que orientam a rapina em épocas de crise, especialmente de nações subordinadas e semi-colonizadas como o Brasil.

A crise econômica segue, portanto, se aprofundando: as previsões de recessão já ultrapassam 2,5% do PIB para 2015, e o Banco Central já prevê recessão de no mínimo 0,6% em 2016; as demissões e o desemprego, por sua vez, seguem crescendo, especialmente na indústria.

Segundo dados da Fiemg, por exemplo, a redução da produção física no setor automotivo no primeiro semestre desse ano é da ordem de -10,7% no país, e de -26,3% em MG; já a redução do faturamento é de -19,2% no Brasil, e -27,7% em MG. Por outro lado, devido à recessão, a diminuição de receita do governo federal atingiu R\$ 112 bilhões, fazendo com que os cortes obtidos na primeira fase do ajuste fiscal fossem insuficientes para produzir o *superávit* primário previsto. Por isso, o governo apresentou uma proposta de Orçamento para 2016 com rombo de R\$ 30 bilhões.

Nos últimos 12 meses, o aumento da taxa de juros acarretou um crescimento de R\$ 452 bilhões dos juros da dívida (7,9% do PIB), que tiveram que ser rolados e pagos com mais dívida. Ou seja, se a conta de déficit e superávit fosse realizada sobre o montante total do orçamento (incluindo a parte de 47% destinada ao pagamento da dívida), o déficit primário (excluída a dívida) seria de R\$ 51 bilhões ou 0,9% do PIB, e o déficit de juros seria de R\$ 452 bilhões ou 7,9% do PIB. Isso quer dizer que 90% do déficit “fiscal” total advém da dívida, que cresce exponencialmente com os sucessivos aumentos dos juros.

A crise econômica é grave porque ela se insere numa crise econômica mundial, que vive um novo momento com a crise na China. Ela ainda se combina com uma queda mundial de preços das matérias-primas (cujas exportações têm mantido superávit comercial do Brasil), e com uma crise interna de diminuição da taxa média de lucro e da produtividade de amplos setores da indústria, com conseqüente queda do investimento em capital fixo por parte do governo e das empresas privadas. Soma-se a tudo isso a Operação Lava-Jato, com a conseqüente crise na Petrobrás e paralisação ou diminuição da atividade de grandes empreiteiras em obras de construção civil.

A crise política retroalimenta essa crise econômica. O rebaixamento do Brasil a grau especulativo acelera a exigência de maiores ataques do governo à classe trabalhadora que favoreçam o aumento da exploração, e da arrecadação para tentar cobrir os supostos R\$ 30 bi de déficit na proposta de Orçamento de 2016.

Para enfrentar a crise, governo, Congresso, patronal e imperialismo vão buscar desferir ataques mais duros à classe. Das propostas de cortes e “austeridade” que o governo apresentou mais recentemente consta: mais arrocho e retirada de direitos sobre o funcionalismo; mais cortes nos gastos sociais e nos investimentos, incluindo “Minha Casa Minha Vida”; desaceleração do aumento do salário mínimo; “venda de ativos” do governo, através da privatização de parcelas da Petrobrás e outras empresas, criação da CPMF.

A burguesia e o imperialismo necessitam para sair da crise avançar no patamar de exploração. Os ataques atuais (demissões, acordos salariais inferiores a inflação, corte de verbas sociais e a retirada de direitos, já realizada) são insuficientes. A luta e a resistência dos trabalhadores, por outro lado, vêm impedindo o número de demissões pretendido em alguns setores. Além disso, a maioria de acordos coletivos ainda conquistou reajustes acima da inflação (70% esse ano, contra 90% ano passado). O grau de arrocho salarial que eles pretendem ainda não foi atingido (apesar da inflação de 9,29%). Então, contraditoriamente, apesar de um governo mais fraco e da crise, enfrentaremos maiores e mais duros ataques.

Também de maneira contraditória, a crise do governo e do PT, e o desgaste do Congresso abrem brechas para votações de medidas conservadoras e antidemocráticas. Setores e personagens aliados do PT todos esses anos, como Eduardo Cunha, Marcos Feliciano ou Pastor Everaldo, aproveitam o vácuo para aprovar medidas como a maioria penal. A conclusão da votação da Reforma Política, por exemplo, significa um grande ataque à liberdade partidária que atinge duramente PSTU, PCB, PPL, PCO, e agora, também, o PSOL (embora a recente votação do STF sobre esse tema, coloca em xeque ao menos pontos da reforma votada no Congresso).

Cresce a indignação e a instabilidade das classes médias. Cresce e acirram as lutas da classe trabalhadora, com forte presença do setor operário, que já realiza um número de greves somente igualável aos anos 80.

A grande contradição é o que de mais progressivo existe na realidade: a ruptura da classe trabalhadora, especialmente da classe operária com o governo e com o PT, não significa ainda a demolição e superação da burocracia sindical, especialmente das organizações sindicais e movimentos sociais vinculadas ao governo. Eles são um enorme obstáculo para a luta unificada contra o governo e a burguesia e para a superação do mesmo. Importante registrar que, ao mesmo tempo essa ruptura abre um novo e importante espaço para nossa intervenção unificada para derrotar o projeto da burguesia em suas variantes.

Foi um grande acerto da CSP-Conlutas a construção do dia 18, como alternativa de classe aos dias 16 e 20 de agosto, construindo uma manifestação e um polo nacional de mobilização contra

o governo e a oposição burguesa. A composição social da Marcha foi outro destaque: majoritariamente de trabalhadores e setores mais proletarizados.

Em qualquer cenário, o fortalecimento e continuidade de um polo classista de mobilização contra o governo e a oposição burguesa, em defesa dos trabalhadores contra suas medidas é uma necessidade do movimento, que a partir da CSP-Conlutas e do Espaço Unidade de Ação devemos seguir construindo.

Estamos vivendo forte processo de polarização política no país. Por um lado, há um brutal ataque aos direitos de nossa classe (ajustes, demissões, privatização da Petrobrás etc.) e, dentro dela, um ataque direto às conquistas democráticas dos setores LGBTs, negros e negras, indígenas, mulheres (redução da maioria, contra a PEC 205 estatuto da família, PL 5069 entre outros). Por outro lado, há uma reação forte da classe, com greves contra demissões e por salários, sendo que a greve dos petroleiros é a expressão mais categórica. Junto a isso, e como parte desse processo mais geral das lutas dos trabalhadores, estão os atos contra o PL 5069 protagonizados pelas mulheres, principalmente, mulheres jovens.

Há tempos, as mulheres têm atuado na linha de frente das lutas e greves no Brasil. E têm sido parte importante da vanguarda das lutas das categorias em curso. Essa maior participação das mulheres não é um fenômeno separado da classe, se combina com um processo internacional em que milhares de mulheres têm saído às ruas, contra a violência e o estupro, a exemplo das mobilizações ocorridas na Índia (2012), Argentina (2015) e Espanha (2014 e 2015).

A resposta nas ruas contra o PL 5069/2013, que dificulta o acesso ao aborto legal para as mulheres vítimas de estupros, reuniu milhares ou centenas de pessoas nas capitais brasileiras e são expressão de um elemento novo e muito progressivo. O elemento novo é que se observa uma consciência de luta contra o machismo, que tem promovido ações e protestos, num cenário em que a ideologias opressoras e a violência contra a mulher aumenta e atinge níveis de barbárie. Reacende-se também a possibilidade de fazer a luta pela legalização do aborto em outro patamar. Os atos também avançaram da luta contra o PL, para a luta contra o “Fora Cunha”.

Nessa conjuntura pensamos ser muito importante para a conjuntura reafirmar as resoluções do dia 19:

1) garantir um perfil contra o governo e a oposição burguesa, classista, com um programa mínimo de defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo pobre contra o ajuste fiscal, as privatizações, a retirada de direitos, pela suspensão do pagamento da dívida entre outros pontos, constituindo uma alternativa classista dos trabalhadores, uma frente para lutar que a partir da CSP-Conlutas possa aglutinar outras entidades, setores e mesmo os partidos de esquerda; 2) estruturar nos estados esse mesmo processo, e reproduzir manifestações com o mesmo caráter construído nacionalmente; 3) a partir de tal aglutinação e frente capitaneada pela CSP-Conlutas e o Espaço Unidade de Ação, intervir nas lutas buscando sua unificação, fazendo unidade de ação com quem for possível, apresentando-se com perfil e marca contra o governo e a oposição burguesa, como uma alternativa classista; 4) toda essa política de frente-única para lutar, reforça nossa política de crescimento da CSP-Conlutas nacionalmente, nos estados, na base, e nas estruturas.

TEMA II – POLÍTICAS SOCIAIS E PLANO GERAL DE LUTAS

POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O plano de lutas deliberado pelo 34º Congresso, em fevereiro de 2015, definiu, em relação às questões sindicais, um conjunto de tarefas, as quais podem ser reunidos em quatro eixos: 1. CSP-Conlutas; 2. Construção das mobilizações de massa de 2015; 3. Luta contra precarização e terceirização; e 4. Desafios político-organizativos do ANDES-SN.

Em relação à Central, a tarefa principal do ANDES-SN consistiu em “intensificar sua participação na CSP-Conlutas para sua consolidação e enraizamento na base da nossa categoria, mas reconhecendo a necessidade de qualificar essa participação por meio da realização do debate político interno, nas bases da categoria”, de modo que “a CSP-Conlutas se fortaleça em todos os estados do país como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora”. Como parte desse processo, o Congresso deliberou “contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados, destacando aqueles que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN”, bem como fortalecer, nesses setoriais, a luta contra o FUNPRESP e demais regimes de previdência privada complementar.

Como parte desse processo, no 7º CONAD Extraordinário, deliberou-se propor ao 2º Congresso da CSP-Conlutas a intensificação de “ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, como vem sendo consolidadas no Espaço de Unidade de Ação”, a busca pela “mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, contrário às terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação” e o fortalecimento da “articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, em uma orientação de luta anticapitalista”, apontando, por fim, a construção de uma greve geral para enfrentar os ataques aos direitos dos trabalhadores.

O 2º Congresso da CSP-Conlutas contou com a participação de cerca de 2500 ativistas sindicais e populares, entre delegados e observadores, além de ter recebido 23 delegações de outros países. A delegação do ANDES-SN foi composta por 111 membros, entre delegados e observadores. O 2º Congresso da CSP-Conlutas aprovou resoluções importantes relacionadas ao Plano de Ação, como, por exemplo, a intensificação de ações e de políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, o fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação, a defesa da liberdade e da autonomia sindical contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade e no imposto sindical.

O ano de 2015 foi marcado por muitas lutas, com destaque para as ações unitárias do conjunto da classe. A luta do conjunto dos trabalhadores brasileiros contra o PL 4330 teve centralidade no primeiro semestre. O Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra o PL 4330, realizado no dia 15 de abril, convocado pela CSP-Conlutas, CUT, CTB, Intersindical, Nova Central, expressou uma forte ação unitária na luta contra os ataques de patrões e de governos.

Além do fechamento de rodovias, paralisações dos metroviários e rodoviários, no RS e da realização de grandes Atos, como o de São Paulo, com mais de vinte mil pessoas, o elemento de qualidade foi o fato de uma parte da classe operária ter entrado em cena, paralisando a produção, como foi o caso dos metalúrgicos da região do ABC e de São José dos Campos, em São Paulo. No âmbito da educação, as greves dos trabalhadores em educação, em mais de dez estados, por emprego, salário, melhores condições de trabalho e contra os ataques à previdência.

Em consonância com a intensificação da participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2015, e com nosso apoio às lutas contra as demissões e a nossa participação em fóruns que lutam pela garantia do emprego, conforme aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN, destaca-se: a luta pela revogação da Lei nº 13.134/2015 (originária da Medida Provisória 665) e da Lei nº 13.135 (originária da Medida Provisória 664), recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional após pressão do Governo Federal.

As tentativas de reforma trabalhista, composta por um conjunto de medidas que buscam a retirada e/ou a flexibilização de direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, impõem a necessidade de lutarmos contra a Política de Proteção ao Emprego (PPE), que propõe a diminuição dos salários em até 30% do seu valor mensal pelos empresários, em caso de situação “comprovada” de crise da empresa. Na mesma perspectiva, devemos derrubar o Acordo Coletivo Especial (ACE), que objetiva mudar a legislação em relação às negociações coletivas entre o sindicato e a empresa, com a prevalência do negociado sobre o legislado.

Tais lutas, em que o ANDES-SN está envolvido no âmbito da CSP-Conlutas e de fóruns como o Espaço de Unidade de Ação e o Fórum das Entidades Nacionais dos SPFs, podem ser alavancadas se realizadas buscando a unidade da classe trabalhadora na defesa de seus direitos, contra o ajuste fiscal, na perspectiva da construção de uma greve geral. Nesse embate, cumpriu papel fundamental a greves que construímos no ANDES-SN em 2015.

No âmbito macro, cabe destacar o processo de mobilização que consolidou no segundo semestre a Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, no dia 18 de setembro, e o Encontro Nacional de Lutadores, no dia 19 de setembro, ambos em São Paulo. Reunindo mais de 15 mil manifestantes, essas atividades demonstraram a necessidade de aglutinarmos forças para barrar os ataques do governo e do legislativo contra os direitos dos trabalhadores. Como parte desse processo também, foi apontada uma agenda de lutas e de mobilizações. Para o ano 2016, é indispensável que intensifiquemos nossa articulação com o conjunto da classe.

A nossa participação no debate no interior da Central sobre os trabalhadores terceirizados, defendendo nossa proposta de luta contra as terceirizações e a exigência de concurso público para o ingresso no serviço público, deve ser adensada com a luta pela garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados, com isonomia salarial para trabalho igual, enquanto houver terceirização. Nesse sentido, as seções sindicais devem instar este debate nas coordenações estaduais da CSP-Conlutas e participar da reunião do GTPFS para subsidiar a diretoria na construção da contribuição do ANDES-SN ao seminário no interior da central sobre terceirizações.

Atualmente, o Brasil está vivenciando uma recessão sem precedentes. Não há uma perspectiva otimista de retomada do crescimento, nem pelo governo e nem pelos agentes econômicos. Os reflexos da crise internacional devem se fazer sentir no nosso país pelo menos pelos próximos dois anos.

Da mesma forma, também se agrava a crise política, embora as instituições do Estado continuem a funcionar dentro de um uma enxurrada de denúncias em todos os poderes. O debate sobre o impeachment da presidente Dilma dominou o noticiário durante todo ano, agora se junta com o início do processo de discussão do afastamento de Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, transformando-se, estes dois processos, em uma verdadeira troca de favores entre os envolvidos com intuito de um proteger o outro. A perspectiva, nesse sentido, é que tanto a crise política quanto a econômica sigam se aprofundando, como também a resistência

dos trabalhadores. Essa situação reforça a importância do papel da CSP-Conlutas e de suas entidades filiadas.

No âmbito mais amplo do processo de reorganização e de luta autônoma da classe trabalhadora, torna-se fundamental a realização do dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT), em conjunto com entidades sindicais e movimentos sociais de orientação classista que lutam contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade, no imposto e na investidura sindical – conforme aprovado no 2º Congresso da CSP-Conlutas. É urgente a denúncia pública dos ataques do Estado brasileiro ao sindicalismo classista, a exemplo do que vem ocorrendo com o ANDES-SN, com destaque para o conluio entre o governo federal e seu braço sindical no Movimento Docente das IFE. Faz-se necessário garantir o direito dos professores se organizarem e se fazerem representar no ANDES-SN.

Por trás de um discurso “modernizante” acrítico, por vezes sedutor, revela-se que o horizonte desta iniciativa é a ampliação da exploração dos trabalhadores do serviço público, por meio da captura de maior tempo de vida do trabalhador para o trabalho (utilizando modernos aparatos tecnológicos de controle e de disciplina do trabalho, via internet e outros sistemas a distância), como já ocorre em muitos setores da iniciativa privada e mesmo entre nós docentes, tão afetados pela intensificação do trabalho e pelo produtivismo acadêmico. É necessário que o ANDES-SN e as Seções Sindicais enfrentem o tema, por meio de debates e de outras atividades, bem como seja estudado mais detidamente o referido PL 2723/2015, que pode conter, inclusive, inconsistências legais ou constitucionais.

Finalmente, é importante lutar contra o Projeto de Lei Complementar (PLC) 101/2015, que tipifica o crime de terrorismo, de autoria do Executivo, a chamada Lei Antiterrorismo. O texto volta para o plenário da Câmara dos Deputados por ter sido alterado no Senado, incluindo a possibilidade da lei ser aplicada para criminalizar os movimentos sociais.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - POLÍTICA SINDICAL

O 34º CONGRESSO delibera:

- 1. Intensificar sua participação na CSP-Conlutas, para sua consolidação e enraizamento na base da nossa categoria, mas reconhecendo a necessidade de qualificar essa participação por meio da realização do debate político interno nas bases da categoria.*
- 2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça em todos os Estados do país como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora.*
- 3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados, destacando aqueles que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN.*
- 3.1 Fortalecer, nesses setoriais, a organização de campanhas pela revogação da FUNPRESP, bem como qualquer regime de previdência privada complementar.*
- 4. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2015.*
- 5. Reafirmar a luta contra as terceirizações e precarizações, em articulação com as entidades dos servidores público, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança etc.) nos quadros de pessoal e nos concursos públicos.*
- 6. Defender, juntamente com a CSP-Conlutas, o direito irrestrito de greve, lutando contra a aprovação dos PLs 327/2014 e 4497/2001 e similares que, na prática, o suprimem.*
- 7. Apoiar as lutas contra as demissões e participar de fóruns que lutam pela garantia do emprego.*

8. Realizar um CONAD Extraordinário, tendo como tema 'Contribuições do ANDES-SN para o II Congresso da CSP-Conlutas'.

8.1 Estimular as seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a CSP-Conlutas, para serem debatidas no CONAD Extraordinário.

9. Que o ANDES-SN participe como observador da Frente por reformas populares promovido pelo MTST e mais 26 entidades e delibere sobre sua efetiva participação no próximo Congresso.

10. Realizar levantamentos e/ou atualizações, pelas Seções Sindicais, da situação de precarização em suas IE, na EAD e outras formas precárias de trabalho.

11. Realizar seminário nacional no ano de 2015 compatibilizando a data de realização do seminário nacional com as demais atividades do ANDES-SN para debater a questão da precarização nas IE, considerando o percurso histórico deste processo e não somente questões conjunturais, enfrentando a situação da EAD, dos professores substitutos, visitantes e bolsistas, e pautando a necessidade de organização dos trabalhadores em condições de vínculos precários.

12. Lutar contra a precarização do trabalho docente no contexto da multicampia, especialmente no que diz respeito à fragmentação da carga horária em diversos campos, defendendo que o docente seja lotado em um único campus e/ou departamento.

13. Que o GTPFS e o GTPE promovam uma reunião conjunta para debater sobre a expansão e multicampia aprofundando os estudos sobre essas políticas nas IE.

14. Que a Diretoria do ANDES-SN, em nível nacional, e as diretorias de suas Seções Sindicais, em nível local e regional, levem para as reuniões do Espaço Unidade de Ação, da CNESF, do Fórum dos Servidores Federais, da CSP-CONLUTAS e de todos os demais fóruns de organização dos trabalhadores dos quais participam, a proposta de uma campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unidade sindical.

15. Que nas mídias impressas e digital do ANDES-SN sejam veiculadas informações sobre a liberdade de organização sindical auxiliando, com isso, no trabalho de formação na base

16. Intensificar a divulgação das ações do Sindicato Nacional e de mobilização junto aos professores das IE em defesa da liberdade de organização sindical e do direito dos professores se organizarem e se fazerem representar no ANDES-SN.

Recomendação: que a diretoria do ANDES-SN solicite à CSP-Conlutas o adiamento do prazo para o envio de textos ao Caderno do 2º Congresso do CSP-Conlutas e/ou a criação de um anexo ao Caderno com prazo estendido para envio das contribuições

TR - 10

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Defender na CSP-CONLUTAS que em 2016 se implemente a campanha nacional pela ratificação, por parte do governo brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unicidade sindical.

2. Em relação ao Seminário Nacional, as CSP e o debate sobre os trabalhadores terceirizados:

2.1 lutar contra as terceirizações, defendendo o concurso público para o ingresso no serviço público;

2.2 lutar pela garantia de todos os direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores terceirizados, com isonomia salarial para trabalho igual, enquanto houver terceirização;

2.3 pautar em reunião do GTPFS debate sobre a terceirização, com base no acúmulo do nosso sindicato de forma a subsidiar a diretoria na elaboração de texto com a posição do ANDES-SN à CSP-CONLUTAS;

2.4 que as seções sindicais se empenhem, no âmbito da CSP-CONLUTAS estaduais, na

construção dos seminários regionais ou estaduais sobre o tema das terceirizações tanto no serviço público quanto no setor privado;

3. Realizar, no primeiro semestre de 2016, seminário nacional para debater a questão da precarização do trabalho docente nas IE, considerando a situação da EaD, dos professores substitutos, visitantes e bolsistas, na perspectiva de organização dos trabalhadores com vínculos precarizados.
4. Realizar reunião conjunta do GTPFS e do GTPE para debater o trabalho e a organização docente diante da expansão e da multicampia das IES.
5. Intensificar a luta contra o PLC 30/15, que busca ampliar as terceirizações nas relações de trabalho.
6. Lutar contra o PLV 18/2015 oriundo da MP 680-2015, conhecida como PPE.
7. Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais expressa no PLC 101/2015, aprovado no Senado, que possibilita tipificar como ato terrorista a luta por direitos.
8. Lutar contra alterações, nos regimes jurídicos, que buscam a intensificação do trabalho por meio do sistema de escritório remoto (home-office) no serviço público, a exemplo do PLC 2723/2015.
9. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2016, em particular: o Espaço de Unidade e de ação e os Fóruns de Servidores Públicos, em âmbito nacional e nos Estados.
10. Aumentar a participação do ANDES-SN nos espaços de mobilização com movimentos sindicais e populares com a perspectiva de contribuir com a construção da unidade do campo classista, de forma autônoma em relação aos partidos, aos governos e aos patrões.
11. Avaliar, com o setor das federais, o papel e as perspectivas de rearticulação da CNESF na conjuntura atual.

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

Há uma demanda histórica pela formação política dos docentes militantes do ANDES-SN, que tem sido atendida com importantes esforços de capacitação, de caráter muito diferenciado, por parte das Seções Sindicais e da Direção Nacional. A avaliação sobre as ações de formação desenvolvidas apontam a necessidade de darmos continuidade à essa política, com a constituição de um curso de formação, de caráter nacional, mas que ocorra em diferentes Secretarias Regionais.

As lutas desses últimos anos, com destaque para as greves federais e estaduais, têm trazido para o Sindicato muitos militantes novos que se juntam à militância histórica do movimento docente, num processo de enriquecimento mútuo. Essa confluência entre as lutas enfrentadas pelos militantes docentes de hoje e de ontem coloca para o sindicato a necessidade de um salto qualitativo na sua formação política. É necessário, para fazer a síntese das lutas históricas e das lutas presentes, avançar na construção de uma política de formação sindical, que supere o caráter fragmentado e episódico da formação política que vigora até agora entre nós.

Esse é o fundamento da proposta, elaborada no âmbito do GTPFS e aprovada pela Diretoria do ANDES-SN, de um Curso Nacional de Formação Política do Andes-SN, que estamos apresentando no 35º Congresso. Trata-se de um importante passo no processo de construção de uma política que pode e deve ser ampliada para abarcar outras modalidades no que diz respeito à duração das atividades, à organização dos conteúdos, à gestão dos processos de capacitação etc.

Nesse caso, a proposta consiste num curso nacional que acontecerá em 4 diferentes Secretarias Regionais do Sindicato, ao longo de 4 Encontros de Formação (cada encontro ocorrerá em uma Região do Brasil), nos quais serão trabalhados os seguintes eixos:

- I. Fundamentos da sociedade capitalista, mundo do trabalho hoje e organização sindical.
- II. Formação econômico-social do Brasil e da América Latina.
- III. História dos movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.
- IV. Universidade, trabalho e movimento docente.

Esses quatro eixos serão preenchidos com conteúdos concretos. Tais componentes serão obviamente pautados pela tradição da teoria social crítica, que se fundamente na crítica da economia política e abarca a crítica ao conjunto do metabolismo social do sistema do capital que atualmente avança com sua lógica depredadora sobre a natureza, a sociedade e os valores civilizatórios da humanidade. Ainda que seja desejável que os militantes possam participar do conjunto de Encontros, essa questão não será condição obrigatória, ou seja, as seções sindicais poderão indicar diferentes sindicalizados para cada encontro do Curso ou, até mesmo, definir para qual atividade enviar seus representantes.

A proposta que ora estamos apresentando ocorrerá em 2016. A organização das atividades ficará a cargo da Diretoria do ANDES-SN, especialmente a partir da articulação da Coordenação do GTPFS com as Secretarias Regionais.

Os participantes serão indicados pelas Seções Sindicais, levando também em consideração a situação daqueles sindicalizados que por causa da própria luta política estão na situação de oposição sindical ou em outras situações específicas, como aqueles sindicalizados diretamente nas Secretarias Regionais do ANDES-SN. O financiamento dos participantes ficará a cargo das seções sindicais. Se houver condições, podem até participar militantes de outros movimentos sociais, ainda que a prioridade absoluta seja atender a demanda pela formação política do próprio Sindicato.

TR - 11

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Criar o Curso Nacional de Formação do ANDES-SN, com a realização de Encontros de Formação (em diferentes Secretarias Regionais), organizados de acordo aos seguintes eixos:

- I.** Fundamentos da sociedade capitalista, mundo do trabalho hoje e organização sindical.
- II.** Formação econômico-social do Brasil e da América Latina.
- III.** História dos movimentos sociais: exploração, opressão e revolução.
- IV.** Universidade, trabalho e movimento docente.

2. Realizar, em 2016, 4 Encontros de Formação nos meses de março (Eixo 1), de maio (Eixo 2), de agosto (Eixo 3) e de outubro (Eixo 4).

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

As deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN atualizadas no 60º CONAD indicavam a importância da continuidade da luta contra a mercantilização da educação, a precarização do trabalho docente e o novo sentido dado, pelo governo, ao caráter público da educação. As resoluções aprovadas nesses dois grandes espaços deliberativos do ANDES-SN, e que vêm sendo desenvolvidas, continuam atuais, mas necessitando de novas ações que possam tentar barrar a avalanche de propostas elaboradas pelo poder executivo e pelo poder legislativo, as quais continuam aproximando cada vez mais a educação de uma *commoditie*, buscando, dessa forma, a valorização via Bolsa de Valores.

O ano de 2015, sob o “manto” do mote pátria educadora, escolhido e anunciado pela presidente da república no dia da posse, foi um dos mais difíceis na história da educação pública brasileira. A Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) apresentou em abril o documento intitulado *Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra da construção Nacional* e em julho outro na mesma perspectiva *Pátria Educadora Eixo 1 – Federalismo Cooperativo*, cujas análises críticas foram realizadas pelo GTPE e apresentadas no Caderno 26 do ANDES-SN, publicado em outubro de 2015. Esses documentos defendem a criação de uma escola dualista e discriminatória, cuja qualidade esta assentada na concepção da meritocracia. Além disso, há uma proposta do governo federal para a criação de um sistema nacional de educação, numa concepção de federalismo raso, que em nada contribui para universalizar o acesso e a permanência à educação pública.

Outras ações, vindas do executivo ou do legislativo, passaram a circular ao longo de todo o ano. A PEC 395/2014 foi uma delas. Essa Proposta de Emenda Constitucional tramita no Congresso, e o ANDES-SN vem realizando fortes ações contra a PEC, tendo participado da Audiência Pública na Comissão Especial da Câmara de Deputados, ocasião, na qual, como voz isolada, se manifestou veementemente contra essa proposta que visa extinguir o princípio constitucional da gratuidade do ensino público. O ANDES continua na defesa inegociável do princípio expresso no Caderno 2, no qual apresenta o seu projeto para a Universidade pública brasileira.

A PEC 395/14 também foi analisada pelo GTPE e consta do Caderno 26. O ANDES-SN, visando lutar contra à aprovação de tal projeto, tem se manifestado em vários espaços e desencadeado uma campanha nacional que tenta impedir que, no Senado e na segunda votação que ocorrerá na Câmara, esse absurdo se transforme em Lei, a qual permitirá a cobrança, pelas instituições públicas, de taxas e de mensalidades para cursos de especialização, de extensão e de mestrado profissional. Cabe destacar, também, que o ANDES-SN, por meio de sua Assessoria Jurídica Nacional, ingressou como *Amicus Curiae* em processo de julgamento do Tema de Repercussão Geral 525, que trata da cobrança de mensalidade em cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados por instituições públicas. Ou seja, nosso Sindicato Nacional está envidando todos os esforços para enfrentar a aprovação desta PEC que, caso seja aprovada, será o anúncio da privatização total da educação pública, como de há muito demandam os organismos internacionais como a OCDE e o BM.

Cabe destacar que, enquanto o governo federal brasileiro segue a cartilha neoliberal de mercantilização da educação pública, na Argentina o caminho está sendo inverso. Em outubro de 2015, o Senado argentino modificou a Lei nº 24.521 da educação superior, garantindo a gratuidade nas universidades públicas argentinas. Essa lei foi instituída no governo de Carlos Menem, em 1995, como parte de um pacote neoliberal de privatização e de precarização de instituições públicas, e possibilitou a cobrança de taxas aos estudantes de universidades públicas

(chamadas de contribuição financeira). A modificação da legislação estabelece agora que “os estudos de graduação em Universidades Nacionais são gratuitos e implicam na proibição de estabelecer sobre eles qualquer tipo de taxas e tarifas diretas ou indiretas”. Ainda, a nova redação da lei proíbe as universidades públicas argentinas de “assinar acordos ou convênios com outros Estados, instituições ou organizações nacionais e internacionais, públicas ou privadas, que impliquem em ofertar educação como um serviço lucrativo ou mercantilizado”.

O objetivo de privatizar/mercantilizar a educação superior está demonstrado no Censo da Educação Superior, publicado pelo INEP em 2014, que indica que das 2.416 instituições de ensino existentes 2112 são privadas, o que representa mais de 87% do total. Em relação às matrículas, 74% se encontra em instituições privadas. O número de cursos também demonstra a predominância das instituições privadas, já que dos 31.866 registrados no INEP, 20.961 estão localizados no setor das particulares.

No Caderno 26 do ANDES-SN, de outubro de 2015, já constam algumas informações que reiteram que o Projeto Pátria Educadora significa, de fato, a privatização da educação, o que se concretiza, dentre outras medidas, pelos recursos destinados às instituições privadas. Até outubro de 2015, ao mesmo tempo que o governo federal cortou aproximadamente R\$11 bilhões da educação pública, já tinham sido empenhados R\$ 8,5 bilhões ao setor privado por meio do FIES, além de terem sido emitidos títulos do Tesouro Nacional em favor desse Programa.

Outras medidas estão em tramitação e que precisam ser combatidas, pois representam não só a privatização da educação e seu empresariamento, mas também significam um ataque à autonomia e à liberdade de ensino, à censura dos conteúdos a serem ministrados, tornando-se uma forma de exercer um forte controle nas atividades do professor, como é o caso do PL 867/2015, que propõe a criação do Programa Escola sem Partido, que pretende cercear de toda a autonomia e a liberdade de ensino, representando um retrocesso nos avanços que as lutas empreendidas desde o período da ditadura empresarial militar conseguiram conquistar.

A PEC 10/2014 é outra investida contra a educação propondo a criação do Sistema Único da Educação Superior Pública, ferindo a autonomia outorgada pela constituição federal, para esse nível de ensino. O PL 518/2009 é mais um projeto que visa a mercantilização da educação ao propor a transformação do MEC em Ministério da Educação de Base, transferindo a Educação Superior para o MC&T, passando a incluir nesse último todas as atividades referentes à educação superior como a pesquisa, a extensão, o ensino, a avaliação. Dessa forma, pode com isso diminuir em qualidade essas áreas, voltando-as ainda mais para os interesses da “inovação”, o que significa um maior alinhamento com o mercado. Ademais, se o projeto for aprovado, constituir-se-á em mais um obstáculo à efetivação de um Sistema Nacional de Educação com articulação orgânica entre todos os níveis e modalidades de ensino.

Os ataques à educação superior pública são fortes e constantes. Tramita no Congresso Nacional o PL 4643/2012 que propõe a criação, em cada instituição federal de ensino superior, do Fundo Patrimonial, com o objetivo principal, segundo os parágrafos do artigo 1º, de tornar a Universidade cada vez mais vinculada aos interesses mercantis e desresponsabilizar o poder público com o financiamento dessas instituições. O texto do PL é explícito em relação a isso quando diz que esse Fundo deve “tornar-se uma fonte vitalícia de recursos, imune às interveniências políticas na definição do orçamento da instituição federal de ensino superior” e também propugna “financiar pesquisas e programas de extensão associadas à inovação e ao desenvolvimento tecnológico de interesse geral”. Não resta dúvida, juntando outros PL que ora tramitam no Legislativo, o caráter privatista e mercantil que se aprofunda nas propostas apresentadas, visando, todas, aprofundar o empresariamento da educação superior.

Na mesma direção, encontra-se uma nova e terrível ameaça sobre a educação superior. Trata-se da atualização, de forma ainda mais perversa, do Acordo Geral de Comércio e Serviços (AGCS) da Organização Mundial de Comércio (OMC). A proposta é a instituição de um novo acordo denominado *Trade in Services Agreement* (TISA), cujo objetivo é aprofundar mais o sentido da educação como mercadoria. Tal tratado deverá derrubar qualquer barreira que venha a impedir

que a educação, mas não só ela, a saúde também, por exemplo, sejam tratadas como um serviço. Deve-se impedir que o governo brasileiro assine tal acordo, como o fez com o AGCS. Caso isso venha a ocorrer, todos os setores da economia estarão incluídos, a educação não será exceção, o que abrirá definitivamente as portas desse “serviço” para as diferentes formas de internacionalização, incluindo a oligopolização com compra de parte das instituições brasileiras por empresas estrangeiras, por exemplo.

Todos esses ataques à educação acompanharam o desenrolar da mais difícil e mais longa greve do Setor das Federais, que durou 139 dias. A greve serviu para escancarar os cortes que a educação sofreu em função do chamado ajuste fiscal, cerca de 11 bilhões de reais, com rebatimentos imediatos em programas como o PROAP que teve 75% de seus recursos cortados, impedindo com isso que docentes e discentes de programas de pós-graduação participassem de eventos com passagens e diárias financiados pelas instituições federais. Também ficou estampada a diminuição de recursos para outros programas tais como o PARFOR, o PIBID e Ciências sem Fronteiras. O movimento grevista fez várias manifestações junto às reitorias, inclusive com a campanha “abre as contas, reitor”, buscando junto aos órgãos competentes de cada universidade informações sobre o que representaria para o funcionamento da instituição os cortes sofridos.

A greve também serviu para mostrar o descaso do Ministério da Educação com os docentes das instituições públicas. Durante todo o período da greve, o então ministro, Renato Janine, não recebeu o movimento docente, um registro histórico do descaso deste governo pelo fato de que em todas as greves de nosso sindicato o ministro da educação recebeu o ANDES-SN. A truculência policial exercitada, com consentimento, à porta do MEC merece registro para que se tenha clareza de como o governo Dilma do PT trata os trabalhadores que, dentro da legalidade, lutam pelos seus direitos.

As greves do setor das estaduais realizadas em 2015 também descortinaram a disputa de projetos educacionais frente aos governos estaduais. A luta contra a precarização das instituições públicas de ensino apontou a necessidade de ampliação do financiamento público e em defesa dos direitos trabalhistas conquistados pela categoria docente e que são atacados sistematicamente pelos governos estaduais, os quais seguem o mesmo receituário do governo federal, reproduzindo, inclusive, a lógica repressiva de utilização do aparato policial militar, atacando as manifestações.

Algumas ações foram realizadas para fazer frente aos ataques do executivo e do legislativo que não cessam de ocorrer. O GTPE realizou no final de maio, na UFSC, o IV Seminário Estado e Educação com o tema “A Contrarreforma do Estado e os Impactos na Educação Pública”, que teve questões discutidas e traduzidas em um Caderno de Texto elaborado pelas seções sindicais com base nos seguintes eixos: PNE – mercantilização e ressignificação do caráter público da educação; Trabalho Docente, Carreira e Produtivismo; Internacionalização. Tais indicadores serviram de norte para a elaboração de propostas de políticas educacionais.

Assim como as reuniões do GTPE, a elaboração de material, além de debates sobre as temáticas mais atuais da área contribuíram para o enfrentamento antes, durante e pós-greve, aos ataques à educação e aos direitos dos docentes. Dessa forma, é fundamental dar ampla divulgação do Caderno 26 do ANDES-SN junto à categoria docente, às entidades sindicais e acadêmicas, às institucionais, aos movimentos sociais ligados à educação (comitês locais em defesa da educação pública) e à mídia, com realização de debates.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 34º CONGRESSO delibera:

I. Denunciar a crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024).

2. *Que as Secretarias Regionais envidem esforços juntos as seções sindicais para a criação e fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública.*
3. *Propor aos Comitês Estaduais a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação, envidando esforços na sua construção.*
4. *Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente na EAD.*
5. *Acompanhar a tramitação da PEC 10/2014 e discutir, no GTPE e no Setor IEES/IMES e IFE, o significado da criação do sistema único de educação superior, levando em conta a autonomia das instituições.*
6. *Aprofundar as discussões sobre a reforma nos cursos de formação de professores, nos GTPE nacional e locais.*
7. *Realizar no primeiro semestre 2015 o IV Seminário de Estado e Educação, tendo como tema a contrarreforma do Estado e os impactos na educação pública.*
8. *Intensificar a luta contra o produtivismo, que está presente nos critérios de progressão e promoção dos docentes das instituições de ensino, que acirra a competição entre os professores.*
9. *Contrapor-se à proposta anunciada pelo presidente da CAPES de contratar professores por meio das Organizações Sociais, eliminando o ingresso por meio de concurso público e solicitar reunião com o MEC para apresentar posicionamento do ANDES-SN.*
10. *Continuar o acompanhamento das matérias em tramitação no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais que digam respeito às políticas educacionais, atualizando as discussões, assim como realizando ações de enfrentamento às contrarreformas educacionais implementadas pelo Estado.*
11. *Que as seções sindicais realizem, durante o ano de 2015, um levantamento sobre os critérios do INEP/MEC e secretarias de educação e ciência e tecnologia para avaliação dos cursos de graduação e educação básica, identificando os pontos que são responsabilidades do Estado, encaminhando o resultado para análise do GTPE, visando propor ações de enfrentamento à precarização do ensino público.*
12. *Lutar pelo oferecimento de creches com funcionamento em tempo integral, que sejam públicas e gratuitas e de qualidade, com financiamento estatal, atendendo o total da demanda manifesta.*
13. *Lutar para que em todos os locais de trabalho e estudo nas instituições de ensino tenham creche em período diurno e um espaço de convivência no período noturno.*
14. *Que o ANDES-SN garanta espaços de convivência infantil em todas as suas atividades para que a responsabilidade com os filhos não seja impeditivo para a participação dos responsáveis nas atividades, quando houver demanda.*
15. *Considerando que o corte de R\$7 bilhões do orçamento da Educação já manifesta seus efeitos nas esferas estaduais, dirigir-se a todas as entidades sindicais e as centrais, bem como às organizações de movimento popular para a realização de uma campanha exigindo do Governo Federal a revogação dos cortes do orçamento, em geral, e a recomposição do orçamento da educação, em particular.*

III - FINANCIAMENTO

O 34º CONGRESSO delibera:

1. *Realizar estudo, com o apoio da subseção da DIEESE no ANDES-SN e do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômico (ILAESE), e a contribuição das Seções Sindicais, sobre o financiamento das IES públicas (federais, estaduais e municipais) nas últimas décadas, que relacione os recursos aplicados nestas instituições com as respectivas Receita Corrente Líquida (RCL) do ente federado no qual elas estão inseridas. Comparar, ao longo do período estudado, os valores aplicados em Pessoal/“Recursos Humanos”, Custeio e Capital (Investimento), relacionando-os com o crescimento do número de matrículas (na graduação e pós-graduação), do número de professores e funcionários técnico-administrativos, do número de cursos (graduação e pós-graduação), do número de campi e IES, dentre outros indicadores.*
2. *Levantar e divulgar estudos sobre a crescente transferência do fundo público para o setor privado, em especial via FIES, PRONUNI, PRONATEC, PRONACAMPO e BNDES.*

TR - 12

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Dar ampla divulgação do Caderno 26 do ANDES-SN para a categoria, às entidades sindicais, às acadêmicas, às institucionais, aos movimentos sociais ligados à educação (comitês locais em defesa da educação pública) e na mídia.
2. Que as Seções Sindicais promovam debates, utilizando o Caderno 26 do ANDES-SN como referência, sobre os documentos Pátria Educadora, PEC 395/14 e do PL 4362/12.
3. Reafirmar posição contrária à aprovação do PL 518/2009 que transfere a educação superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia.
4. Lutar contra a aprovação da PEC 10/2014.
 - 4.1 Realizar reunião conjunta entre GTPE e GTSSA para discutir o teor da PEC 10/2014 que propõe a criação do Sistema Único de Educação Superior Pública, procurando demonstrar a experiência do SUS.
5. Lutar contra a aprovação do PL 867/2015 que propõe o Programa Escola sem Partido.
 - 5.1 Produzir material sobre o PL 867/2015 para subsidiar debates a serem realizados nas seções sindicais.
 - 5.2 Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas contra a aprovação do PL 867/2015.
6. Lutar contra a aprovação do PL 4643 de 2012 que propõe a criação, nas IFES, do Fundo Patrimonial.
7. Lutar contra a assinatura, pelo governo brasileiro, do *Trade in Services Agreement* (TISA), que visa regulamentar a educação como serviço.
 - 7.1 Articular ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas contra a assinatura do TISA.
8. Intensificar a denúncia da crescente mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024) e nos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional.



Diretoria do ANDES-SN

II ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2016

TEXTO DE APOIO

A necessidade de enfrentamento ao projeto privatista de educação, orquestrado pelos setores empresariais, governos e congresso nacional, requer a organização de espaços que possibilitem a ampla participação dos setores classistas e combativos para a construção programática de um projeto de educação pública referenciado nas lutas sociais. Nesse sentido, é imprescindível que envidemos esforços para a construção do II Encontro Nacional de Educação, que ocorrerá em Brasília, no mês de junho de 2016.

O tema central definido pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já!, do qual o ANDES-SN faz parte, é: Por um Projeto Classista e Democrático de Educação. Os eixos que orientarão os debates do II ENE são: 1) GESTÃO: democracia, eleições, conselhos, autonomia; 2) FINANCIAMENTO: dívida pública, ajuste fiscal e educação, ressignificação do caráter público da educação; 3) FORMAÇÃO e TRABALHO

DOCENTE: reforma curricular, carreira, produtivismo, EaD e a precarização da formação e do trabalho docente; 4) AVALIAÇÃO: meritocracia, produtivismo, avaliações externas, SINAES; 5) ACESSO E PERMANÊNCIA: moradia, transporte, alimentação, bolsa, creches, ENEM, SISU, vestibular e cotas sociais e raciais; 6) GÊNERO, SEXUALIDADE e QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS. O sindicato nacional tem acúmulo e elaboração política para essas questões que são sistematicamente atualizadas em nossos eventos nacionais deliberativos e no GTPE. Portanto, é importante fomentar os debates nos encontros preparatórios e nacional com base em nossas resoluções.

Desde já, é fundamental a construção dos encontros preparatórios nos estados, nos municípios e nas regiões, bem como fortalecer ou organizar os comitês estaduais em defesa da educação pública.

TR - 13

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, constituam os comitês estaduais em defesa da educação pública e fortaleçam os já existentes.
2. Que as secretarias regionais e as seções sindicais, em conjunto com demais entidades representativas dos trabalhadores e dos estudantes, realizem os encontros preparatórios até abril de 2016.
3. Participar do II Encontro Nacional de Educação em junho de 2016, em Brasília (DF), organizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já, enviando esforços para o envio de sindicalizados e de caravanas com demais trabalhadores e estudantes.
4. Defender no II ENE a elaboração de uma agenda de lutas em defesa da educação pública, organizada pelo Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública Já e articulada com demais entidades representativas dos trabalhadores da educação e do movimento estudantil.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ETNICORRACIAIS, DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

TEXTO DE APOIO

O aumento de projetos de lei (PL) e de propostas de emendas à constituição (PEC) que extinguem, ou que atacam frontalmente direitos adquiridos por mulheres, negros, indígenas, LGBTs, crianças e jovens do Brasil, exige um alerta redobrado por parte do ANDES – Sindicato Nacional (ANDES-SN) na conjuntura atual. PECs e PLs que há anos foram apresentados e arquivados ou que caíram no esquecimento dos parlamentares são desengavetados e votados de forma precipitada, sem que haja discussão adequada ou sem que os movimentos sociais sejam ouvidos. A ofensiva neoconservadora, de caráter moralista, que atende a fundamentalismos religiosos e a ideologias políticas reacionárias, exige uma resposta imediata, orquestrada e firme por parte dos nossos sindicalizados.

Essa ofensiva conservadora contou com uma contribuição importante do governo Dilma que, em nome da governabilidade e de acordos espúrios, favoreceu a ascensão do deputado Marcos Feliciano à presidência da Comissão de Direitos Humanos, em 2013, vetou o kit anti-homofobia, em 2012, e recuou em temas caros aos direitos humanos. Com isso, e associado a outros fatores, a bancada BBB (bancada da bala, do boi e da bíblia) ganhou força e aumentou de forma expressiva sua participação na atual legislatura, podendo se configurar como grande e grave retrocesso aos direitos humanos. Ao que tudo indica, essa bancada BBB vem usando a velha receita da defesa da família tradicional, bem como da moral e dos bons costumes para atacar as lutas pela defesa dos direitos das mulheres, da diversidade sexual e étnicorracial.

O atual presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), deu sinal inequívoco de que está disposto a usar qualquer método para garantir a aprovação de Projetos de Lei e Propostas de Emenda à Constituição que signifiquem retrocesso de direitos. Assim foi na aprovação da PEC 171/93, que reduz a maioria penal. No dia da votação da proposta, entidades sindicais, inclusive o ANDES-Sindicato Nacional, movimentos sociais e estudantil realizaram uma manifestação contra a aprovação da PEC, sendo reprimidos pela polícia convocada pelo presidente da Câmara, Deputado Eduardo Cunha. Por conta da pressão social, a proposta não passou. No entanto, o deputado burlou o regimento da Câmara de Deputados e submeteu novamente o mesmo conteúdo para apreciação dos parlamentares, conseguindo, dessa forma, a aprovação da proposta.

Outras iniciativas estão tramitando no Congresso Nacional, como o PL 5059/2013, também de autoria do Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que proíbe médicos e outros profissionais de saúde a prestarem orientação sobre as possibilidades de aborto legal, inclusive em caso de estupro – uma verdadeira afronta à dignidade da mulher e às lutas que elas vêm empreendendo há mais de um século pelo direito de controle sobre seus corpos. Na mesma linha e na contramão das reivindicações históricas das mulheres, tramitam o PL 7443/06 e o PL 4917/01, que caracterizam como crime hediondo as mulheres que cometerem aborto; o PL 1545/11, que prevê a reclusão de 6 a 20 anos e suspensão do exercício profissional para o médico que realizar aborto, para casos não previstos na atual legislação; a PEC 164/2012, que considera o feto detentor de cidadania e, se aprovado, caracterizará aborto como homicídio; o PL 478/07, também conhecido como estatuto do nascituro, que, se aprovado, proibirá o aborto em todos os casos, até mesmo se a gravidez ameaçar a vida da mulher ou decorrer de estupro, tornando crime hediondo a prática do aborto, além de prever uma pensão alimentícia às mulheres que tiverem um filho fruto de estupro, o que levou o PL a ser apelidado de “bolsa estupro”.

Na contramão da luta pela ampliação dos direitos civis dos LGBT, temos o PL 6583/13 que pretende instituir o Estatuto da Família definindo “entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável”, desconsiderando os vários formatos de famílias existentes: casais de gays, casais de lésbicas, famílias monoparentais, dentre outros. Seguindo a mesma linha de ataque frontal aos direitos humanos, o PL 620/15 propõe impedir a adoção conjunta, de criança, por casal homoafetivo argumentando que a adoção por casais homossexuais “pode gerar desgaste psicológico e emocional” na criança. Isso sem mencionar o PL 7382/10, que torna crime a suposta discriminação de heterossexuais e determina a criação de políticas públicas para evitar preconceito contra pessoas com a orientação heterossexual, como se essas pessoas fossem vítimas de preconceitos e de violências cotidianas. Já o PL 1672/11, também proposto pelo Presidente da Câmara dos Deputados, estabelece o terceiro domingo de dezembro como o dia do orgulho hétero, pois, segundo argumenta o proponente, “os heterossexuais se transformarão, pela propaganda midiática, em reacionários”.

No que diz respeito aos direitos conquistados pelos povos indígenas e quilombolas, há de se considerar e denunciar a PEC 215/00, que transfere da Funai para o Congresso Nacional a autonomia para demarcar terras indígenas, quilombolas e zonas de conservação ambiental bem como a ratificação das demarcações já homologadas. Além disso, essa proposta inclui a possibilidade de arrendamento das terras indígenas, que são bens da União e que, com isso, seriam passíveis de serem usadas para lucros de terceiros. Prevê ainda que indígenas sejam

categorizados entre diferentes estágios de desenvolvimento e de inserção na sociedade nacional, confrontando o artigo 231 da Carta Magna, que reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, superando a lógica da tutela, integração e assimilação cultural, ou seja, um verdadeiro retrocesso sobre vários aspectos! Não há dúvidas de que a retirada dessa prerrogativa do Executivo Federal atende aos interesses do agronegócio e de demais empresas que visam o lucro imediato, sem preocupações sociais ou com o meio ambiente.

Ainda na linha do avanço da ofensiva conservadora no Congresso, tramitam: o PL 3722/12; o Estatuto do Desarmamento, que reduz de 25 para 21 anos a idade mínima para a compra de armas e descentraliza o procedimento para concessão do porte, restrito atualmente à Polícia Federal, ampliando as categorias que passarão a ter direito a portar armas, como servidores do Ibama, agentes de trânsito e motoristas de caminhão, além de permitir a liberação do porte sem comprovação da necessidade de armamento. Na verdade, esse PL pretende estabelecer o regulamento para o armamento.

Há que citar também a proposição que torna obrigatório o ensino do criacionismo na educação básica pública e privada em todo país, sob a justificativa esdrúxula de que “os estudantes ficam confusos com o aprendizado que recebem nas escolas sobre o evolucionismo, de Charles Darwin, e o criacionismo, que aprendem nas igrejas”.

Chama a atenção o aumento dos casos de assédios morais nos ambientes de trabalho, muitas vezes com interseções com o machismo, o racismo e a LGBTfobia, e que merece, por parte do conjunto do Sindicato Nacional, ações para barrar esse tipo de prática.

Por sua vez, as ruas têm dado sinais que não aceitarão os possíveis retrocessos ensaiados pelo Congresso Nacional ao realizarem grandes manifestações, em várias cidades brasileiras, contra o PL 5069/13. Também se destacam outras manifestações de rua que aconteceram em algumas cidades contra o extermínio da juventude negra pelo aparelho repressor do Estado; as marchas contra a intolerância religiosa, as manifestações pela afirmação da identidade negra e outras passeatas em que as mulheres reivindicavam o direito de legislar sobre seu próprio corpo. Todas essas manifestações sinalizam que há resistência, há luta e há possibilidades de avançarmos contra a ofensiva conservadora.

O ANDES-SN tem respondido com rapidez e atenção aos ataques perpetrados contra os direitos desses grupos. O 34º Congresso deliberou pela descriminalização do aborto, pela descriminalização das drogas, contra a criminalização e o extermínio da juventude pobre e negra e reafirmou a luta contra o racismo, a LGBTfobia, o machismo e pela ampliação de direitos dos povos indígenas, das mulheres e dos LGBTs.

Nesse sentido, a atual conjuntura coloca para o conjunto do Sindicato a necessidade de avançarmos na luta pela ampliação de direitos dos povos indígenas, das mulheres, das/os negras/os e dos LGBTs, em articulação com a CSP-Conlutas e os movimentos sociais, a luta contra a LGBTfobia, o machismo e a discriminação etnicorracial e seus impactos e desdobramentos nos espaços acadêmicos.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

VIII - POLÍTICAS DE CLASSE, ETNIAS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL

O 34º CONGRESSO delibera:

- 1. Divulgar e fortalecer o abaixo-assinado pela aplicação de 1% do PIB para o combate à violência contra a mulher, organizado pelo Movimento Mulheres em Luta.*
- 2. Acompanhar, junto ao Congresso Nacional, projetos de leis, bem como iniciativas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos deputados, Câmara Distrital, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e do Senado, relativas às questões etnicorraciais, de gênero, LGBT. Opor-se a quaisquer projetos ou medidas de caráter legislativo, administrativo ou judicial contrários aos direitos das mulheres, etnico-raciais e dos LGBT e apoiar projetos ou medidas que ampliem tais direitos.*

3. Acompanhar, junto ao Congresso Nacional e debater nas seções sindicais, as discussões sobre direitos reprodutivos, posicionando-se a favor da descriminalização do aborto.

4. Lutar pela laicidade do estado brasileiro, bem como promover debates sobre como essa questão impacta as relações existentes entre professores, técnico-administrativos e estudantes, na realidade de cada IE.

5. Apoiar e participar do ato público do dia 26 de setembro de 2015 no Território Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) e do VII Seminário de História Indígena: Índio Caboclo Marcelino que será realizado entre os dias 23 a 27 de setembro no Território Indígena Tupinambá de Olivença (Ilhéus/Bahia) às vésperas da Caminhada Tupinambá em Memória aos Mártires do Massacre do Rio Cururupe (séc. XVI) e ao Índio (Caboclo) Marcelino (Séc. XX).

6. Intensificar, junto com os movimentos sociais e a CSP-Conlutas a luta contra a criminalização e toda ordem de violência que vulnerabilizam os direitos indígenas, com o objetivo de subsidiar uma campanha para fortalecer a garantia de seus direitos.

7. Incentivar que as seções sindicais em conjunto com os movimentos sociais e a CSP-Conlutas apoiem a campanha pela não aprovação das PEC 215/00, 38/99 e 237/11 e pela revogação e não aprovação da PLP 227/12 e PL 1610/96.

8. Apoiar, em conjunto com outras entidades e movimentos sociais, a realização do acampamento Terra Livre, em Brasília, de 13 a 17 de abril de 2015.

9. Fortalecer, junto à CSP-Conlutas, a luta dos povos indígenas e todos os atingidos pela construção de hidrelétricas na Amazônia, especificamente a luta dos povos xinguanos contra a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

10. Que as Seções Sindicais contribuam com um levantamento de dados sobre violências de gênero, étnico-racial e moral, as formas que esta ocorre e sua intensidade dentro das IEs, e assim consolidarmos ações de combate destas.

11. Lutar pela obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na educação superior.

12. Lutar pela liberdade religiosa, indicando às Seções Sindicais, ações de aprofundamento deste debate.

13. Combater o racismo institucional, que respalda a violência racial e promulga o mito da demografia racial em várias instituições, a exemplo da escola e as mídias.

14. Intensificar ações no sentido da aplicabilidade da lei nº 10.639, e o trato do racismo como crime, conforme indica a lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989.

15. Lutar junto aos movimentos sociais e sindicais pela desmilitarização das polícias.

16. Lutar contra a criminalização e o extermínio da população pobre e negra, cujas políticas governamentais tentam legitimar pelo discurso de combate ao uso de drogas, ao tráfico e à criminalidade. Lutar pela descriminalização das drogas.

Recomendações:

1. Recomendar à CSP-Conlutas a realização de Seminário sobre os Povos Indígenas com o tema: Universidade Intercultural Indígena e a Preservação da Alteridade e Autonomia dos Povos Indígenas e a questão da luta pela terra.

2. Recomendar a realização de Seminários locais, Regionais e inter-regionais sobre temáticas relativas à violência nas IES para mobilizar, informar e sensibilizar a comunidade local a respeito do tema e suas implicações nos espaços acadêmicos e sociais.

TR - 14

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Lançar, durante a realização do II ENE, que ocorrerá em Brasília, em junho de 2016, a cartilha que discute ações contra a discriminação etnicorracial, o preconceito de gênero e a orientação sexual.

2. Intensificar a luta em defesa dos direitos das mulheres, dos/as indígenas, da juventude e dos LGBT, e contra as ações (administrativas, legislativas e judiciais) que buscam restringir tais direitos e a discriminação etnicorracial.

3. Propor à CSP-Conlutas e aos movimentos sociais a realização de uma campanha pela ampliação de direitos das mulheres, dos indígenas, da juventude dos/das LGBT e contra a aprovação:

3.1 da Proposta de Emenda à Constituição 171/93 que diminui a maioria penal de 18 para 16 anos;

3.2 do Projeto de Lei nº 5069/13 que tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem “induz” a gestante à prática de aborto;

3.3 do Projeto de Emenda à Constituição Federal 215/00 que passa ao Congresso Nacional as competências exclusivas à aprovação de demarcação de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas;

3.4 do Projeto de Lei nº 478/07 que dispõe sobre o Estatuto do Nascituro;

3.5 do Projeto de Lei nº 1545/11 que penaliza o médico que interromper a gravidez fora das hipóteses existentes na lei atual – estupro e risco de vida para mulher e fetos anencefálicos – , com a reclusão de 6 a 20 anos;

3.6 do Projeto de Lei nº 6583/13 que dispõe sobre o Estatuto da Família;

4. Lutar pela aprovação do PL 882/2015 que trata da legalização do aborto, desde que a interrupção da gravidez seja feita até as doze primeiras semanas de gestação.

5. Lutar, no âmbito das seções sindicais, pela ampliação de normas que estabelecem respeito à identidade de gênero das pessoas trans, conhecida como nome social, nas IES.

6. Realizar na próxima reunião do GTPCEGDS um painel sobre assédio moral e suas interseções com as violências de gênero, LGBTfóbica, etnicorracial.

7. Intensificar, no âmbito das seções sindicais, ações contra o racismo, a lgbtfobia e o machismo.

8. Intensificar a luta, no âmbito das seções sindicais e das Secretarias Regionais, a luta contra o assédio moral.



Diretoria do ANDES-SN

COMISSÃO DA VERDADE

TEXTO DE APOIO

A Comissão da Verdade do ANDES-SN, desde sua criação, ocorrida no 32º Congresso, Rio de Janeiro, em 2013, e composição, nos 58º e 59º CONADs, Santa Maria, 2013, e Aracaju, 2014, respectivamente, vem desenvolvendo ações que visam contribuir para a investigação dos fatos ocorridos durante o período da ditadura empresarial-militar dos anos 1964-1985, no interior das IES, bem como lutar pela revisão da Lei de Anistia.

Mesmo transcorridos anos depois e pretensamente vivendo um ambiente de democracia, as dificuldades de obter informações de um período de cerceamento das liberdades civis e de perseguições aos movimentos sociais de contestação ao regime, num espaço específico, como foram as universidades brasileiras, mostram-se enormes e difíceis. Há registros de fatos que demonstram que docentes, técnico-administrativos e estudantes pagaram com a própria vida o fato de não concordarem com as ações e com as políticas do regime. No entanto, tais informações, além de continuarem escassas e obscuras, necessitam ser ampliadas e, para isso, foi necessário o envolvimento das seções sindicais.

É nesse sentido que, desde o primeiro momento, as Seções Sindicais foram convidadas a participar de um levantamento de nomes de membros das IES que foram vitimados em cassações, torturas, perseguições e assassinatos por agentes de organizações ligados ao regime

ditatorial e que continuam impunes na sociedade brasileira. Tal ação busca contribuir para outros trabalhos já desenvolvidos por movimentos sociais, tais como “Tortura Nunca Mais” e “Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos”.

A exigência de realizar encontros preparatórios ao Seminário Nacional – pensado inicialmente para 9 e 10 de dezembro de 2014, mas por diversos motivos transferido e efetivado em 31 de março e 1º de abril de 2015 – envolveu Secretarias Regionais e Seções Sindicais de todas as regiões brasileiras, que se viram provocadas a participar de atos de repúdio ou de momentos de reflexão de nossa memória histórica no ano que marcou os 50 anos do golpe militar.

O primeiro encontro preparatório ocorreu em Belém, nos dias 23 e 24 de outubro de 2014, abrangendo as regiões Norte e Centro-Oeste, enfocando aspectos pertinentes às ações empreendidas pelos governos da ditadura na Amazônia, cujos reflexos ainda são percebidos em políticas públicas dos dias atuais, inclusive no interior das universidades públicas da região. Já o segundo encontro, em Fortaleza, nos dias 13 e 14 de novembro, registrou a presença repressora dos agentes da ditadura nos movimentos rurais e nas universidades nordestinas, quando foram ressaltadas as diversas perseguições e torturas a docentes. No terceiro encontro, no Rio de Janeiro, nos dias 25 e 26 de novembro, envolvendo as regiões Sudeste e Sul, a ênfase se deu na análise das práticas desenvolvidas pela ditadura nos movimentos sociais urbanos, notadamente naqueles que se opuseram diretamente às suas políticas. Também foi analisado que há reflexos nos dias de hoje de práticas herdadas daquela época, que igualmente reproduzem ações repressivas e de perseguição aos que se colocam contrários ao pensamento hegemônico dos representantes do capital.

Durante o Seminário Nacional, ocorrido em Porto Alegre, além de ser apresentada uma síntese dos temas dos encontros preparatórios, foram analisadas áreas consideradas fundamentais para a compreensão das práticas e das políticas empreendidas pelas forças da ditadura nas IES e na sociedade. Assim, passaram a ser analisados exemplos de ações repressoras em terras indígenas e quilombolas, em comunidades ribeirinhas das áreas de barragem de hidrelétricas, nos agrupamentos urbanos de desassistidos de moradia, nos sindicatos de trabalhadores metalúrgicos e no próprio interior das universidades públicas.

Também foram observadas algumas formas de resistência da sociedade a todo esse processo, como a mobilização para a recuperação da memória e a luta por justiça, a organização de entidades do movimento sindical e social nos dias atuais, bem como a construção de Comissões da Verdade nas IES e seus resultados. Uma mesa específica sobre o quadro similar de processos autoritários ocorrido em países da América Latina (Argentina, Chile e Uruguai) forneceu os elementos necessários à compreensão de que a ditadura empresarial-militar brasileira fez parte de um projeto de ampliação do capitalismo, recorrendo àquele momento ao uso da violência extrema e ao cerceamento das liberdades civis.

A edição do Caderno Especial com o registro sintético de todas as participações nos eventos e a sua divulgação no 35º Congresso do ANDES-SN deve ser compreendida como um instrumento orientador a mais de ações futuras que devem ser empreendidas pelas Seções Sindicais. Também as imagens gravadas em DVD das partes substantivas de palestras e de depoimentos serão editadas e disponibilizadas brevemente no site do Sindicato.

O movimento de retrocesso conservador que estamos presenciando na sociedade, de retirada de direitos da classe trabalhadora, por ações do Governo e do Congresso Nacional, estimulado por uma mídia preconceituosa e aliada aos interesses da classe empresarial, leva-nos a ressaltar a importância de o Sindicato continuar com a realização de ações com o fim de atingir os objetivos originais da Comissão da Verdade e a contribuir para ações de alteração do quadro atual.

Após a entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade em dezembro de 2014, a sociedade brasileira viveu, em 2015, um processo de esquecimento da luta histórica, empreendida com ênfase nos anos anteriores. A conjuntura política e econômica parece ter sido determinante para esse oportuno apagamento de um passado conflituoso (e ainda nebuloso) enquanto os inúmeros processos de denúncias de corrupção se tornam espaços da preocupação

coletiva nos dias de hoje.

Essa realidade pode ter sido determinante para que as Seções Sindicais até então envolvidas na luta pelo desvelamento das ações autoritárias e repressoras de agentes da ditadura nas IES também paralisassem ou reduzissem suas ações. Por sua vez, o confronto com os governos (federal e estaduais) que provocou greves intensas e difíceis nas IES públicas contribuiu para esse estado de inanição.

Torna-se vital para a continuidade deste trabalho o envolvimento das Seções Sindicais, no sentido de convocar a categoria para participar de ações que levem a pressionar instâncias políticas da sociedade a revisar a Lei da Anistia, promovendo a restauração da verdade e da justiça pela punição dos autores de atos criminosos de lesa-humanidade praticados nos anos da ditadura empresarial-militar.

A necessidade de se debruçar sobre os resquícios do entulho autoritário da época da ditadura em Estatutos e Regimentos das IES, visando sua superação no momento em que são realizados processos estatuintes, motiva a continuidade da tarefa já aprovada no 34º Congresso a ser empreendida pelas Seções Sindicais. O levantamento de títulos honoríficos e homenagens concedidos a personalidades identificadas com a ditadura no interior de cada IES, propondo seu cancelamento, ou, no mínimo, registrando o questionamento dessas concessões, é outra tarefa a ser empreendida pelas Seções Sindicais. Também o levantamento da situação dos docentes que sofreram ações autoritárias por agentes da repressão na ditadura (perseguições políticas, assassinatos, expurgos e cassações) torna-se imprescindível para a construção de um quadro nacional e sua ampla divulgação.

Por fim, a continuidade dos trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES-SN dependerá da dedicação dos membros da coordenação nacional e de uma maior aproximação das Seções Sindicais com os desafios que estão colocados para o Sindicato efetivamente contribuir com o processo de recuperação da memória e da justiça no país, apresentando as particularidades da inserção dos braços da ditadura no interior das IES.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Autorizar que o relatório final do Seminário Nacional da Comissão da Verdade, que ocorrerá nos dias 31 de Março e 1º de Abril de 2015, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, e de seus encontros preparatórios seja transformando em Caderno Especial do ANDES-SN, a ser lançado no 60º. CONAD, se considerando referência do sindicato na luta pela restauração da memória histórica, sendo enviado às instituições de ensino superior.

2. Convidar, sem ônus para o ANDES-SN, a Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias para participar do Seminário Nacional da Comissão da Verdade do Sindicato.

3. Indicar que o Caderno Especial se constitua em instrumento mobilizador, nas Seções Sindicais, da luta contínua pela revogação da lei de Anistia e pela responsabilização dos autores de atos criminosos praticados pela ditadura empresarial-militar.

4. Indicar às Seções Sindicais que intensifiquem a luta pela construção de Comissões da Verdade nas suas respectivas IES, de modo que realizem estudos e pesquisas de situações e regimentos universitários, que indiquem em continuidade do entulho autoritário.

5. Propor que as Seções Sindicais lutem contra a violação de direitos humanos, pelo cancelamento de títulos honoríficos, homenagens a personalidades e/ou datas claramente identificadas com a ditadura empresarial-militar no interior da IES, bem como pela alteração nominal em instituições e espaços públicos, substituindo-os por nomes de vítimas da ditadura.

6. Apoiar a iniciativa da formação da Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias e estabeleça ações conjuntas entre Comissão da Verdade do ANDES-SN e a Rede, considerando-a mais um organismo para fortalecer a luta dos trabalhadores pelo restabelecimento da verdade histórica.

7. Criação de Comissões de Verdade nas IEES/IMES, onde ainda não foram constituídas, incluindo o estudo da continuidade da presença do entulho autoritário originário da ditadura militar nos Estatutos e Regimentos das IEES/IMES.

TR - 15

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Propor às seções sindicais que construam instrumentos de luta, no espaço de suas respectivas IES, pela revisão da Lei da Anistia e a punição dos autores de atos criminosos praticados pela ditadura empresarial-militar.
2. Aprofundar, no âmbito das seções sindicais, estudos e pesquisas sobre a presença do entulho autoritário da ditadura nas IES, em seus respectivos Estatutos e Regimentos.
3. Que as seções sindicais, sob orientação da Comissão da Verdade, realizem um levantamento, no interior de suas respectivas IES, sobre a situação dos docentes que foram perseguidos, assassinados, expurgados e cassados durante o período da ditadura, com vistas à construção de um quadro nacional da situação.

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

POR UMA REFORMA TRIBUTÁRIA PROGRESSIVA

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã tem feito um importante trabalho de divulgação do absurdo que constitui o “sistema da dívida” e a forma como sustenta o capital financeiro, que interfere tanto nos direitos da cidadania, por meio do esvaziamento dos direitos sociais, quanto na dinâmica econômica, inibindo a criação de riqueza real, gerando baixo crescimento e desemprego.

Contudo, na crise atual, que causa redução significativa da arrecadação, apesar dos enormes cortes de recursos para os serviços públicos, das medidas de ajuste fiscal que atingem os direitos dos trabalhadores, o superávit primário é mínimo. Isso significa que, na hipótese de suspensão do pagamento da dívida e na sua subsequente auditoria, a quantidade de recursos para cumprir as funções sociais do estado e os investimentos necessários para desenvolver o país ainda assim seriam insuficientes.

Sem dúvida, a principal medida a ser defendida pelos trabalhadores é a suspensão do pagamento da dívida pública. Porém, enquanto essa medida não agregar força política suficiente para ser imposta, é pertinente avaliar uma proposta mais justa de distribuição da carga tributária.

Assim, é urgente aumentar a arrecadação, sendo necessário implementar, simultaneamente, duas alternativas: 1) combate à sonegação; e 2) substituir os impostos regressivos – que incidem prioritariamente sobre os trabalhadores, ou seja, oneram proporcionalmente mais os trabalhadores – por aqueles que devem incidir sobre o capital, as rendas e as grandes fortunas.

Os sindicatos e os movimentos sociais têm utilizado cada vez mais a palavra de ordem “que os ricos paguem a conta”. Nada mais justo, do ponto de vista de um país em que a renda e, principalmente, toda a riqueza produzida são injustamente distribuídas (estudos mostram que no Brasil, 0,9% da população detém mais do que 60% das riquezas do país, sendo que 40% estão concentradas em apenas 0,21% da população). Assim é correto, do ponto de vista macroeconômico, termos como nossos objetivos centrais o crescimento e a diminuição do desemprego e a distribuição progressiva da riqueza produzida pela sociedade.

O Andes-SN já tem tradição de elaboração sobre temas complexos que dizem respeito aos interesses fundamentais da classe trabalhadora e deve, a partir do GT Verbas, articular em parceria com a Auditoria Cidadã da Dívida, com o DIEESE e outros parceiros que possam contribuir, realizar estudos que possam embasar a luta por uma reforma tributária progressiva, substituição de impostos regressivos por impostos progressivos.

Tais estudos devem abranger a quantificação, quando possível, do conjunto das alterações tributárias propostas, de forma a que se constituam em instrumentos referenciais concretos nesta luta. A título de exemplo, vamos listar um conjunto de proposições que ilustram o tema, são elas:

- 1) revogação de todas as medidas de ajuste fiscal que traduzem prejuízos aos trabalhadores;
- 2) reformulação da contrarreforma tributária implantada por FHC e mantida por Lula (não tributação dos dividendos, desconto da base de cálculo dos juros de capital próprio etc.);
- 3) instituição de novas alíquotas do imposto e renda da pessoa física, que diminua o imposto sobre os rendimentos mais baixos e que aumente significativamente para os altos rendimentos;
- 4) regulamentação do imposto sobre as grandes fortunas, com forte progressividade em relação ao patrimônio;
- 5) revisão do imposto territorial rural (ITR), isentando as pequenas propriedades e taxando progressivamente os latifúndios;
- 6) penalização da especulação imobiliária com impostos progressivos, segundo critérios sociais de uso dos imóveis;
- 7) alteração dos processos administrativos e judiciais, de forma a garantir a cobrança dos débitos tributários, principalmente no que concerne aos grandes devedores.

Por certo, essa relação não esgota as possibilidades de transferir a carga fiscal para os possuidores de grandes patrimônios e rendas, que deve ser associada com redução de impostos que incidem sobre o consumo de bens essenciais, como alimentos, combustível para transporte público coletivo etc.

Na situação à qual o país está submetido, isso significaria um estímulo ao consumo e aos investimentos nos serviços públicos e na infraestrutura. Do ponto de vista macroeconômico, a disponibilidade de capital para os grandes capitalistas, sem oportunidade de alocação produtiva diante da crise econômica, se transforma em especulação financeira ou evasão do capital.

Acreditamos que essas medidas devem ser acompanhadas do controle social da movimentação do capital para evitar sua fuga e garantir os recursos necessários para os investimentos que correspondam às reais necessidades da sociedade brasileira. Por outro lado, devemos reafirmar nosso permanente objetivo de realização da auditoria cidadã da dívida pública.

Outros aspectos a serem considerados são a Desvinculação das Receitas da União e dos Estados (DRU e DRE) – que retiram recursos vinculados aos direitos sociais, para a geração de superávit nas contas dos governos – e a Lei de Responsabilidade Fiscal (ou de Irresponsabilidade Social), que priorizam os encargos financeiros do Estado, criando, em várias oportunidades, uma verdadeira catástrofe social e humanitária, aprofundando a subordinação do Estado ao capital, em particular ao capital financeiro, fraudando inclusive a democracia, na medida que “impede” os governos de dar outros rumos para os recursos do Estado. É preciso disputar o fundo público!

TR - 16

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Desenvolver estudos sobre o tema “Reforma Tributária Progressiva”, sob a coordenação do GT Verbas, após rodada inicial de discussões com instituições, entidades e pessoas que já têm se dedicado à temática e solicitar apoio, por exemplo, do Dieese e da Auditoria Cidadã da Dívida, com o objetivo de verificar o potencial de arrecadação de cada imposto proposto, se

possível acompanhado de avaliação cifrada, visando a substituição de impostos que incidem sobre os trabalhadores ou que atingem proporcionalmente mais sobre os trabalhadores por aqueles que devem incidir sobre o capital, as rendas e as grandes fortunas.

2. Intensificar a luta contra a lei de responsabilidade fiscal (LRF), em articulação com os demais servidores públicos e, em especial, em sinergia com as demais entidades e movimentos que compõem a CSP-Conlutas, e elaborar uma publicação que explicita suas consequências negativas ao retirar ou restringir direitos dos trabalhadores. Realizar essa luta.

3. Lutar Pelo fim da Desvinculação das Receitas da União e dos Estados (DRU e DRE).

TEXTOS 17

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DAS QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS, AMBIENTAIS

TEXTO DE APOIO

Quando há 18 anos, considerada desde 1942 como uma das joias da coroa, a estatal⁴ Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) foi privatizada (1997), pelo então governo FHC⁵, sabia-se quão violentas seriam as consequências de mais esse ato de reconfiguração do Estado, haja vista o confronto posto entre 600 policiais militares e cerca de cinco mil manifestantes. Naquele dia, o entorno da sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ) foi transformado em emblemático cenário de guerra, terminando com dezenas de pessoas feridas e com a entrega da estatal ao capital privado.

No entanto, por mais que tivéssemos noção da natureza predatória e espoliadora do capital, não se imaginou que a desfaçatez, a vilania e a pilhagem pudessem chegar a tanto. A aniquilação da vida de pequenas e pacatas cidades como Mariana (MG), em particular do distrito de Bento Rodrigues, acompanhando todo trecho ao longo do Rio Doce até seu estuário em Linhares, município do ES, é um desastre da magnitude de uma Exxon-Valdez (1989 – Alasca), de um Chernobyl (1986 – Ucrânia). Portanto, marcando o futuro de todo o território da Bacia do Rio Doce com sérios problemas para as próximas décadas, e quiçá próximas de um século.

Nunca saberemos, nem teremos como contabilizar as perdas e os ataques à vida que se acumularam ao longo do tempo no Brasil: quantos escravos e descendentes foram sequestrados e aniquilados desde os tempos do Brasil Colônia; quantos tombaram nas guerras contra a coroa portuguesa ao longo da história; quanto sangue foi derramado nos governos totalitaristas no Brasil – Ditadura Vargas e Ditadura empresarial-civil-militar do golpe de 1964; quantos desapareceram nas tragédias anunciadas: vazamentos de petróleo e derivados – Campos (Chevron) e Angra dos Reis (Petrobrás), Vila Socó em Cubatão, Baía da Guanabara em 2000 / enchentes – Porto Alegre, Vale do Itajaí, Região Serrana do Rio de Janeiro / vazamento de resíduos químicos – contaminação pelo Césio 137 em Goiânia, Indústria Cataguases de Papel e Celulose na Zona da Mata mineira, atingindo o leito dos rios Pomba e Paraíba do Sul, com marcantes prejuízos ao ecossistema e à população ribeirinha.

⁴ É evidente que uma Vale Estatal, dentro de um contexto de desenvolvimentismo neo-extrativista, não a exime da natureza predatória do capital, pois seria quase tão destrutiva quanto.

⁵ Transação de privatização, no governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), da maior produtora de minério do mundo, que logrou “êxito” por R\$ 3,3 bilhões de reais há época (1997) quando estava avaliada por R\$ 92 bilhões de reais. Arrematada pelo então Consórcio Brasil – Companhia Siderúrgica Nacional (já privatizada – Governo Itamar Franco – 1993), a Bradespar (pertencente ao grupo Bradesco) e o Fundo de Investimentos Previ.

Em tempos de debates em torno da questão climática e hídrica, uma situação como a de Mariana, de Bento Rodrigues e de outras cidades ribeirinhas do Rio Doce, marcadas por uma tragédia anunciada e denunciada, exige intensificação das lutas em defesa da vida, dos biomas e do ecossistemas, e contra todo o processo predatório que traduz a natureza do capital e seu projeto.

A “crise econômica”, marca do fortalecimento das salvaguardas do capital, vem em escala global intensificando o processo predatório de maneira indiscutível e inaceitável. A barbárie vem se instalando e se intensificando no mundo do trabalho, nas cidades e no campo. Perdas de históricos direitos trabalhistas, conflitos e genocídio dos povos originários, dilapidação dos recursos naturais e culturais, e entrega ao mercado/capital financeiro, dos setores da educação, da saúde, da habitação, da segurança vêm transformando a vida cotidiana em um grande cenário aludido por Bertold Brecht – *Privatizado – Privatizaram sua vida/seu trabalho,/sua hora de amar e seu direito de pensar/É da empresa privada o seu passo em frente/seu pão e seu salário/E agora não contentes querem privatizar o conhecimento/a sabedoria/o pensamento/que só à humanidade pertence.*

A concentração atmosférica de dióxido de carbono (CO₂) vem ultrapassando sistematicamente a barreira de quatrocentas partes por milhão – valor quase 50% mais elevado daquele registrado durante o período pré-industrial, com graves consequências ambientais (liberação em larga escala de gases como o metano, o óxido nitroso e os halocarbonetos), atingindo principalmente os setores sociais mais pobres e vulneráveis.

Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Amazonas e Pará, enfim, todo o cenário latino americano, gritam a morte de Bento Rodrigues e o estado crítico de Mariana, marcando um fúnebre cortejo que atravessou todo o território do Rio até então Doce.

O quadro local de Mariana, para muito além do crime de uma mineradora (Samarco/Vale do Rio Doce), do governo de cumplicidade, do aparelho de violência de Estado coibindo a revolta popular, e da mídia burguesa distorcendo a realidade no sentido de proteger os projetos do capital, marca o cenário político nacional e latino-americano. A irresponsabilidade e o absurdo vêm imperando, matando, destruindo e transformando o território mineiro em um grande deserto estéril.

Dessa forma, percebe-se que uma das características mais evidentes que dá o tom da crise ambiental (produto do processo produtivo do grande capital que subordina as políticas de Governo) é a crise hídrica. A atual situação hídrica tem se configurado como demanda de água para o agronegócio, produção energética voltada para a indústria, assim como os 3,711 milhões de litros de água por hora gastos nos minerodutos. As irresponsabilidades sociais e ambientais vêm sistematicamente se avolumando e produzindo uma variedade de situações predatórias com fortes impactos socioambientais.

A política de governo, de um Estado máximo para o capital e mínimo para o social e ambiente, vem aprofundando esse processo. Agrotóxicos são utilizados em larga escala (incluindo pulverização aérea em proximidade a pequenos aglomerados populacionais), envenenando trabalhadores e trabalhadoras, populações rurais e quem consumir os alimentos, contaminando solo, rios, fauna e flora silvestres (abelhas e outros agentes polinizadores). Sobretudo, não deixando de considerar que pesquisadores americanos encontraram resultados que correlacionam este processo de envenenamento (agrotóxicos) ao aumento de situações clínicas de natureza neurológica nas novas gerações. A transgenia e o agronegócio, como central processo de intensificação produtiva e lucratividade fácil, marcam a ordem econômica capitaneada por empresas do naipe da Bayer, BASF, Syngenta e Monsanto, dando o tom da política governamental.

No Brasil, como no resto do mundo, um conjunto de conflitos é alimentado por meio da coação e da violência de Estado, na expulsão e nas sistemáticas agressões cometidas à população tradicional e a todos aqueles que estejam no caminho dos megaempreendimentos, da especulação imobiliária, do agronegócio e dos projetos de cidades voltadas para a remuneração do capital. Ademais, cada vez mais instrumentos são criados no sentido de estabelecer “bases

legais” para o avanço do projeto em curso e proteger a vilania do capital, como é o caso do PLC 101/2015 (lei antiterrorismo), criado pelo governo federal, que, de forma significativa, é assinada pelo Ministro da Fazenda, Joaquim Levy.

Portanto, estamos diante de uma agenda política, que somada à flexibilização das legislações ambientais (código florestal, marco da biodiversidade), código de mineração, legislação de liberação dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos (consumidos diretamente a uma proporção de cinco litros por ano para cada brasileiro/a), a PEC 215/2000 (que propõe que a demarcação de terras indígenas seja de competência exclusiva do Congresso Nacional, e não mais do Executivo Federal, marcando ainda mais a face conservadora daquele), coloca em grave risco os ecossistemas originais e sua biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis e a segurança alimentar, a vida no campo e nas cidades.

No sentido de dar curso ao enfrentamento dessas questões, é indispensável a ampliação da discussão (apontando ações) sobre a dinâmica de exploração fundiária, urbana e rural, em conjunto com os movimentos sociais organizados e em luta. Posto que o processo de financeirização fundiária e higienização social vem marcando, sistematicamente, o cotidiano da classe trabalhadora, intensificando as mais diversas formas de conflitos em que os ataques e a expulsão dos povos originários, a favelização, a periferação e a criminalização da população mais pauperizada são suas formas emblemáticas.

Diante desse contexto, o trabalho político que se coloca para o conjunto da categoria e do sindicato, é aquele de intensificação do debate, da mobilização e das ações de enfrentamento em conjunto com os movimentos sociais, pois as questões relacionadas com contexto ambiental, urbano e rural permanecem como objetos e alvos de ataques e contradições nessa conjuntura política, exigindo-nos avançar com respostas concretas, no seio da categoria e na sociedade como um todo.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

IV - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 34º CONGRESSO delibera:

- 1. Lutar contra o PL nº 7541/14, que cria bases de autorização aos órgãos de segurança pública, polícias civil e militar, para atuar nos campi das universidades públicas.*
- 2. Integrar-se à luta em favor da desmilitarização das polícias e da segurança pública em geral.*
- 3. Lutar para que as IES se posicionem contra os rodeios e eventos congêneres, caracterizados por maus tratos e crueldade contra os animais.*
- 4. Fortalecer os GTPAUA das seções sindicais, construindo articulações com movimentos sociais urbanos e rurais e criando ações de aproximação com os docentes que desenvolvem trabalhos na mesma linha política do sindicato, mas que atuam fora dele e pautar o debate sobre:*
 - a) Construir espaços de debates para articular a produção do conhecimento acadêmico com as demandas sociais, quanto à: projetos de cidade voltados para o capital, reservas aquíferas, minerais e biomas, nacionais e latino-americanos; projetos executivos ligados aos interesses do capital que atingem a organização dos espaços urbanos, rurais e reservas dos povos originários;*
 - b) aprofundar em conjunto com os trabalhadores do campo e da cidade, a luta pela Reforma Agrária e Urbana, reforçando a importância da educação pública nos contextos destas lutas;*
- 5. Debater, em conjunto com outros GTs, alternativas ao projeto de cidade e campo, voltadas para o capital.*
- 6. Promova a articulação dos GTs de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) e Ciência e Tecnologia (GTC&T) para encaminhar, junto à entidade e sua base, um amplo debate nacional sobre a crise ecológica, climática e hídrica.*

Recomendação

Organizar o 1º Seminário sobre questão urbana, mercantilização da cidade e seus impactos na universidade pública brasileira.

TR - 17

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Intensificar luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a matriz energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000.
2. Propor que as seções sindicais intensifiquem o debate sobre a matriz energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, incluindo a questão da exploração das jazidas de xisto betuminoso no Brasil e seus danos ao meio ambiente e à saúde pública.
3. Pautar nos Encontros Regionais do ANDES/SN, em 2016, debates no formato inter-regional, em 2016, a matriz energética e ambiental (Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade, Crise Hídrica e PEC 215/2000).
4. Participar das lutas nacionais e regionais em defesa da soberania alimentar (agroecologia camponesa, agricultura familiar, pesca artesanal) e contra a transgenia e agrotóxicos.
5. Realizar debate em conjunto com os movimentos sociais sobre o impacto socioambiental na regulamentação dos planos diretores das cidades e nas propostas de expansão dos espaços urbanos.
6. Defender, no interior da CSP-Conlutas, a intensificação dos debates sobre as questões socioambientais.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

1. Crise capitalista, CT&I e fundo público

Há um acúmulo teórico e político no ANDES-SN sobre a temática da Ciência e Tecnologia (C&T) como prática social que amplia a capacidade de percepção e de intervenção do homem (sociedade) sobre a natureza e sobre os grupamentos e indivíduos humanos. Como tal, é uma prática social que não passa incólume ao conflito que se desdobra na sociedade, mas, pelo contrário, é determinada pelo jogo de forças e de interesses que disputam o controle e o horizonte do metabolismo social.

A tendência inerente ao capitalismo é de que o *homo aeconomicus* se sobreponha a todas as demais dimensões da vida social, impondo sobre elas os critérios de viabilidade e existência. Trata-se, noutras palavras, do espraiamento da lógica mercantil e do princípio da acumulação de capital – amplamente baseados na ideia de eficácia e eficiência – para todas as esferas e práticas sociais, as de natureza econômica e de extra econômica. Daí a expressão sociometabolismo do capital talhada por István Mészáros.

O sociometabolismo do capital tende, desde a revolução industrial, a tornar a produção científica e tecnológica um elemento endógeno ao processo de acumulação de capital em seu incessante movimento de expansão, que se processa, simultaneamente, em duas direções: verticalmente, pela invenção de novos instrumentos e métodos que potencializam as forças produtivas na exploração de recursos (naturais e humanos) e mercados existentes; e,

horizontalmente, pelo ajuste espacial de modo a incorporar todos os territórios à lógica expansionista do capital – o imperialismo que desborda fronteiras nacionais e impõe tanto a lógica quanto o poder das corporações transnacionais e das potências mundiais sobre os povos de todas as nações. Em ambas as direções, o conhecimento científico e tecnológico desempenha papel fundamental, razão por que há quem afirme que C&T se tornaram as principais forças produtivas nas sociedades modernas e as corporações – que são as personificações jurídicas do capital – passaram a intervir decisivamente no direcionamento da pesquisa científica e na busca de apropriação dos seus produtos tecnológicos.

A vinculação de C&T à produção econômica, orientada pela expansão do capital, aprofundou-se muito nas últimas décadas em face da crise estrutural do capital, que aprofunda a concorrência intercapitalista e implica na concentração e na centralização da riqueza produzida em todo o mundo sob o poder de poucas corporações transnacionais. Nesse contexto, as rendas tecnológicas – vantagens que uma corporação adquire perante as demais, no mercado, por ter o domínio de novas tecnologias – passam a desempenhar papel fundamental. Nesse contexto, o investimento privado em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) tende a aumentar, como também cresce a pressão e a intervenção direta ou indireta do grande capital sobre as políticas de investimentos públicos nessa seara, bem como na própria estrutura e gestão das universidades e dos institutos públicos de pesquisa.

A insidiosa presença dos interesses do capital na produção científica e tecnológica só pode resultar em graves implicações, das quais a apropriação privada de um bem produzido socialmente e o carreamento de fundos públicos para interesses privados constituem apenas uma faceta. O mais problemático nisso tudo é, sem dúvida, o direcionamento da própria pesquisa para áreas de interesse das corporações (do mercado!), em detrimento dos vastos e dos graves problemas vividos pela maioria da população, principalmente em sociedades marcadas por níveis alarmantes de desigualdades como é o caso brasileiro. É esse o espírito orientador do sistema de avaliação das agências de fomento, com base quase exclusivamente no que consideram índices de produtividade dos docentes/pesquisadores e dos programas de pós-graduação, bem como do soerguimento de poderosos nichos de poder no interior das universidades e dos institutos de pesquisa no Brasil – os “empreendedores acadêmicos”.

Mas na atualidade, já não se trata apenas de prospectar novos conhecimentos que resultem em aplicações práticas ou em novas tecnologias com vistas à propulsão da lucratividade empresarial. Agora é ainda mais importante diversificar produtos e métodos já conhecidos, agregando a eles valor e atendendo a demandas localizadas ou nichos de mercado. Eis que a expansão do capital em sua época de crise estrutural e de açoitamento da concorrência encontra nos “processos inovativos” uma forma de deslocar temporalmente algumas de suas contradições internas. A inovação está, inclusive, diretamente ligada à principal estratégia pela qual o capital tenta resolver o problema de demanda sem gerar novos mercados – a obsolescência planejada ou a produção descartável. Não por outro motivo, o léxico empresarial e dos estados nacionais transformou o binômio Ciência e Tecnologia (C&T) no trinômio Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). O conjunto de técnicas que conduzem a maior intensidade do trabalho e ao aproveitamento de tempo e de recursos com desperdício próximo a zero – protocolos característicos do toyotismo! – foram saudados como as inovações metodológicas mais importantes das últimas décadas que respondem, em parte, pela salvaguarda do processo de expansão e de acumulação de capital. A “inovação” ganhou, assim, destacada posição no léxico empresarial e nos projetos dos formuladores de políticas econômicas em todo o mundo, adentrando decisivamente o imaginário e o próprio ofício de professores universitários e pesquisadores.

O ANDES-SN tem se pronunciado contrário à vinculação da C&T aos imperativos de lucratividade do capital, pois a entende como patrimônio da humanidade que deve ser posto a serviço da socialização do estoque de conhecimentos já existentes e da prospecção de novos conhecimentos com vistas à resolução dos problemas vivenciados pela maioria da sociedade. Como tal, a produção científica e tecnológica tem de ser livre de constrangimentos de organizações empresariais e deve perseguir o princípio básico da liberdade de escolha e de

abordagem dos problemas a serem investigados. A defesa da autonomia das instituições de ensino superior (didática, científica, de gestão e financeira), propugnada no Caderno 2, vai nessa direção. Aponta-se, pois, para a imperiosa necessidade de que a sociedade interfira decisivamente no controle do complexo de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica.

O sindicato combate, também, a incorporação da “inovação” ao lado e em pé de igualdade com a C&T por entender que se trata de uma das formas de atrelar o mister acadêmico às demandas das corporações capitalistas, impondo um *ethos* empresarial, empreendedor e competitivo aos locais de trabalho – nas universidades e nos institutos de pesquisa públicos, que são os responsáveis pela grande maioria das pesquisas científicas produzidas no Brasil. É de se anotar, ainda, que o deslocamento do papel da universidade daquilo que é seu mister para a produção de produtos e processos inovadores, com vista ao atendimento do mercado, tem implicações bastante graves para as universidades e para os institutos públicos de pesquisa, tanto em suas formas de financiamento quanto no próprio fazer acadêmico. Pois, consoante com o novo *ethos* do empreendedorismo acadêmico, as universidades e os institutos públicos de pesquisa devem se autofinanciar oferecendo produtos e serviços de inovação tecnológica no mercado. Além disso, o que esse novo *ethos* defende é um perigoso deslocamento das clássicas atividades do ensino e da pesquisa para outras relacionadas ao desenvolvimento de produtos e de processos inovadores que se justifiquem em face dos imperativos da lógica da lucratividade do capital, chão em que vicejam iniciativas como as incubadoras de produtos, de processos e de empresas.

Outro princípio que rege a ação do ANDES-SN é o da intransigente defesa do investimento do fundo público em políticas públicas que beneficiem a maioria da sociedade. E isso não é sem importância, porque, no que concerne à produção de C&T ou P&D, o Estado tem sido um protagonista fundamental, seja nos países centrais, seja nas periferias capitalistas. Também nesse quadrante, porém, a lei do desenvolvimento desigual e combinado deve ser levada em consideração, porque não apenas as proporções de investimentos do setor público e do privado são as mesmas, nem tampouco as formas de apropriação dos produtos científicos e tecnológicos seguem a mesma orientação.

Os países centrais, não por acaso sede das grandes corporações transnacionais, detêm condições econômicas, sociais, culturais e políticas que lhes facultam ampla supremacia científica e tecnológica sobre as nações de capitalismo hipertardio e dependente. Essa supremacia se estende nas posições privilegiadas que tais nações ocupam na divisão internacional do trabalho e na geopolítica mundial, e no extraordinário poder que suas empresas transnacionais adquiriram de intervir nas economias e sistemas políticos de nações de extrato dependente. Nessas condições, a produção científica e tecnológica, bem como os processos inovadores contam com amplo apoio financeiro das próprias corporações e do Estado. Já nas formações econômicas de capitalismo hipertardio e dependente, como é o caso do Brasil, as corporações estão muito mais interessadas na exploração do estoque de matérias-primas, bens naturais e força de trabalho a preços baixos, razão por que o investimento em P&D e CT&I não constitui uma necessidade premente a ser custeada pelo próprio capital. As iniciativas nesse sentido têm de partir, via de regra, do próprio Estado.

Nessas nações, os poderosos agentes econômicos procuram sempre externalizar os custos com P&D e CT&I, transferindo-os para os Estados Nacionais – que devem suprir a prospecção de novos conhecimentos e de produtos tecnológicos que respondam às necessidades da economia doméstica (leia-se: do capital monopolista personificado nas corporações) de concorrer no plano internacional. O fundo público é, então, requisitado para fazer frente a esse desafio que aparece no bojo da ideologia dominante como *conditio sine qua non* da inserção do país no mercado mundial, em que as rendas tecnológicas jogam papel decisivo. Engendram-se, dessa forma, as justificativas para as mais perversas e promíscuas simbioses entre o público e o privado, sob a justificativa do aumento da produtividade e da competitividade da economia doméstica. Assim, além de intervir na orientação da pesquisa científica e tecnológica, o capital termina se apropriando direta ou indiretamente do fundo público estatal para a produção de conhecimentos,

tecnologias e inovações que contribuam com o melhor posicionamento das empresas no cenário de concorrência mundial.

A intrusão da lógica do capital na produção de C&T, o aprisionamento das políticas estatais e a apropriação do fundo público para tal fim, como argumentado, se processam por várias vias. No caso do Brasil contemporâneo, sob a vigência do que Luis Carlos Bresser Pereira chamou de “novo desenvolvimentismo” (período Lula/Dilma), isso se materializa pelo concurso de três movimentos simultâneos. 1º) pela função ideológica: criação e disseminação de um discurso que justifica e legitima a ideia (apresentada como imperiosa necessidade) de baixar os custos produtivos do país, seja pelo açodamento da superexploração do trabalho, seja pela abertura de todas as fronteiras para a exploração de matérias-primas e de produtos naturais, seja ainda pela assim também apresentada imperiosa necessidade de “aproximação entre a produção do conhecimento nas instituições públicas de ensino superior e o mercado”, inclusive propugnando a urgência da produção tecnológica e inovadora dentro mesmo das universidades. 2º) Pela criação do arcabouço legal: respondem a isso as mudanças operadas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional 85/2015 e o que determinam instrumentos legais como o PL 2177/11, transformado em PLC 77/15, que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, e o PL 7735/14, transformado em Lei Ordinária 13.123/15 intitulada como Marco da Biodiversidade. 3º) Pela mudança da institucionalidade: mudanças nas estruturas das universidades e institutos de pesquisa e criação de Organizações Sociais que operem o trânsito entre os entes públicos e privados com fins à inovação tecnológica, como é o caso da Embrapii e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) propostas no PLC 77/2015.

Em seu conjunto, esses movimentos criam as mediações concretas para o manejo do fundo público, da capacidade instalada e da mão de obra especializada existentes nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa em função do desenvolvimento do capital privado, personificado em empresas nacionais ou estrangeiras. Isso tudo é feito sob a justificativa do desenvolvimento do Brasil para colocá-lo em níveis de competitividade razoáveis no plano mundial.

2. Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLC 77/2015): a prevalência do *ethos* empresarial e a privatização do público

Nada mais instrutivo quanto aos argumentos acima aludidos do que a produção e a tramitação, na Câmara Federal, do projeto de lei (PL) 2177, apresentado em 31 de agosto de 2011, pelos Deputados Bruno Araújo (PSDB/PE), Antonio Imbassahy (PSDB/BA), Ariosto Holanda (PSB/CE), Carlinhos Almeida (PT/SP), Izalci (PR/DF), José Rocha (PR/BA), Miro Teixeira (PDT/RJ), Paulo Piau (PMDB/MG), Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC) e Sandro Alex (PPS/PR). O PL tinha por objetivo instituir o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e contava, como se percebe, já na sua apresentação, com ampla coalisão de partidos, sejam eles da base governista sejam da oposição.

A unanimidade silenciosa em torno do PL 2177/2011 deitava raízes, dentre outras coisas, no fato de a proposição corresponder a requerimentos postos pelo projeto econômico capitaneado por Lula/Dilma de contrarreforma da universidade e dos institutos públicos de pesquisa. Pois, PL dá materialidade jurídica e institucional ao que propunha o próprio Bresser Pereira quando da elaboração do projeto de Reforma do Estado em 1994, ao determinar que ensino superior e pesquisa e desenvolvimento seriam serviços não exclusivos do Estado, cuja execução poderia ser facultada às Organizações Sociais (OS). De outra parte, o projeto legaliza amplo leque de arranjos institucionais já experimentados nas instituições públicas de ensino superior e nos institutos de pesquisa, que operavam a sangria de fundos públicos para o setor privado e, ao mesmo tempo, vendiam serviços universitários ao mercado. O exemplo mais cabal desses arranjos são as “fundações privadas ditas de apoio” que infestam hoje as IES e os institutos de pesquisa públicos. Um terceiro elemento, tido como fundamental pelo pesquisador Rogério Bezerra da Silva, no seu informe durante palestra realizada em 3/11/15 na Universidade de Campinas, sobre o tema “As ameaças do PLC 77/15 às instituições públicas de ensino e de

pesquisa”, refere-se à decisiva participação de um grupo de pesquisadores afeitos à perspectiva do “empreendedorismo acadêmico”, no Grupo de Trabalho responsável pela elaboração do texto do PL e da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 290/2013 que deu suporte ao mesmo. Esse grupo teria acompanhado toda a tramitação do PL, inclusive participado ativamente das audiências públicas promovidas pela Câmara acerca do referido Projeto de Lei.

As pilastras conceituais e institucionais propugnadas pelo PL 2177/2011 confrontavam preceitos inscritos na Constituição Federal, fazendo-se necessário coloca-lo em stand by enquanto se propunha, tramitava e aprovava uma emenda constitucional (EC). A Proposta de Emenda Constitucional ganhou o número 290/2013 e foi apresentada pela Deputada Margarida Salomão (PT/MG), ex-reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UJF) e diretora da Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições de Ensino Superior (ANDIFES), no período de 1998 a 2006. A PEC Gozou de tramitação célere e tinha como objetivo regulamentar os Art. 218 e 219 da Constituição Federal com o fim de criar os dispositivos constitucionais para albergar o que preceitua o Projeto de Lei nº 2177/2011. A referida proposta foi aprovada em primeiro turno, na Câmara Federal, em 25/3/2014 e, em segundo turno, no dia 23/4/2014, sendo enviada no dia 29/4/2014 ao Senado Federal. Nessa casa, teve rápida tramitação, tendo sido aprovada em sessão plenária no dia 17/2/2015 e promulgada como Emenda Constitucional 85 no dia 26/2/2015. A publicação no Diário Oficial da União (DOU) ocorreu no dia 3/3/2015.

O texto da PEC alega, em seu preâmbulo, a necessidade de adequar a produção científica e tecnológica doméstica às demandas econômicas e sociais do Brasil numa perspectiva que supere o modelo de substituição de importações. Defende, ainda, que a inovação constitui elemento fundamental da estratégia de desenvolvimento, tendo, portanto, de ser inscrita na Carta Magna, tendo em vista que à época de sua elaboração e dado o contexto de disputas que a cercou, a ideia de inovação não pôde ser contemplada limpidamente no texto. Pretende, ainda segundo a justificativa da parlamentar, “dotar de maior eficácia o sistema de ciência, tecnologia e inovação, desburocratizando procedimentos e viabilizando novas formas de trabalho”. Além disso, ainda segundo o preâmbulo, a PEC propicia “o compartilhamento de infraestrutura e do know-how adquirido pelas partes em projetos de cooperação”. Como se verá, a EC propugna o compartilhamento “pelas partes” (entenda-se entes públicos e privados) não apenas de *know-how* e infraestrutura, mas de mão de obra especializada de servidores públicos e empregados da iniciativa privada que lidam com pesquisa e inovação.

Argumenta, outrossim, pela urgência de desburocratizar os procedimentos da produção científica e tecnológica, dotando o sistema de maior eficácia, viabilizando novas formas de trabalho, apontando para maior flexibilização quanto às parcerias entre instituições que lidam com pesquisa científica e tecnológica e com inovação, sejam instituições públicas ou privadas.

Sob tais argumentos, a PEC viria a ser aprovada e transformada na Emenda Constitucional 85/2015 que cravou mudanças importantes na CF, das quais destacamos: i) inclusão da Inovação ao lado da Ciência e Tecnologia; ii) inserção da tecnologia e inovação ao lado da pesquisa básica como prioridade dos investimentos estatais; iii) inclusão da inovação e de atividades de extensão tecnológica no mesmo parágrafo que trata da formação de recursos humanos especializados para a produção científica e tecnológica; iv) inserção dos parágrafos 6º e 7º ao Art. 218 da CF em que se preceitua que, no cumprimento do *caput*, o Estado “estimulará a articulação entre entes, tanto públicos quanto privados, nas diversas esferas de governo”, bem como “promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação”; v) inserção do § único do Art. 219 que reza sobre o estímulo estatal, dentre outras coisas, à formação e ao fortalecimento da inovação nas empresas públicas ou privadas; à constituição e à manutenção de parques e de polos tecnológicos e outros ambientes promotores da inovação; vi) inclusão do Art. 219A que autoriza os diversos entes federados a firmar cooperação com entidades públicas ou privadas para a execução de projetos voltados à produção de CT&I, inclusive podendo compartilhar os recursos humanos especializados (diga-se, a mão de obra de professores, de pesquisadores e de pessoal técnico) e a capacidade instalada; vii) inclusão do Art. 219B que preceitua que o “Sistema Nacional de Ciência,

Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação”.

Realizadas essas mudanças conceituais, jurídicas e políticas no arcabouço constitucional, não apenas se concedia constitucionalidade à conhecida Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973/2004), questionada sob vários aspectos e que é amplamente modificada pelo PLC 77/2015, como se aplainava o terreno para a rápida tramitação e aprovação do PL 2177/2011 pela Câmara dos Deputados, pois o que poderia representar óbices foi afastado da CF por meio da EC 85/2015.

O PLC 77/2015 fora, pois, urdido segundo o espírito da reforma do Estado proposta por Bresser Pereira que concebia os serviços de educação, ciência e tecnologia como não exclusivos do Estado e propugnava que fossem realizados por Organizações Sociais (OS). A esse imperativo, o PLC responde criando a figura jurídica da Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) que tanto pode ser de natureza pública quanto de pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Tais instituições devem ter inscrito em suas finalidades a pesquisa científica ou tecnológica ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos – a chamada inovação. Os professores e os pesquisadores de universidades e de institutos públicos de pesquisa, inclusive os contratados sob o regime de Dedicção Exclusiva, poderão constituir, presidir e trabalhar em empresas dessa natureza ou ICTs auferindo remuneração por suas atividades e/ou produtos desenvolvidos no âmbito delas. O PL faculta, ainda, a possibilidade de afastamento de docentes de instituições públicas de ensino superior e de institutos de pesquisa para prestarem serviços a uma ICT, mantendo seus vencimentos e carreira na instituição de origem.

As ICTs públicas ficam autorizadas a compartilhar com outras ICTs ou empresas privadas – inclusive empresas estrangeiras – os recursos materiais (terrenos, prédios, instalações, laboratórios, equipamentos, instrumentos etc.) e humanos (pessoal técnico e pesquisadores, por exemplo), bem como “permitir o uso do seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação” conforme preconiza o inciso III do Art. 4º. É facultado às ICTs públicas a transferência de direito de uso sobre suas produções científicas, tecnológicas ou inovativas, com o que os servidores (professores, pessoal técnico especializado) envolvidos “ficam obrigados a repassar os conhecimentos e as informações necessários à sua efetivação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal” (§ 6º; Art. 6º).

Não é preciso grande capacidade inventiva para compreender que sobre a base de tais preceitos legais haverá não apenas uma simbiose entre o público e o privado, mas também um verdadeiro sequestro do patrimônio público tanto financeiro (fundo público), quanto material (capacidade instalada) e humano (pessoal técnico especializado) e, ainda pior, o patrimônio científico e tecnológico desenvolvido nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa. Na medida em que as descobertas e os inventos serão de propriedade das empresas ou dos ICTs e de seus colaboradores, caminha-se a largos passos para a esdrúxula hipótese de produções realizadas dentro das universidades públicas e dos institutos públicos de pesquisa serem diretamente apropriadas pela iniciativa privada, ficando os pesquisadores e as próprias instituições públicas proibidos de darem publicidade às suas criações.

O Art. 5º do PLC 77/2015 preconiza o investimento de fundos estatais dos vários entes federativos no capital social de empresas que são voltadas para a produção de CT&I, desde que como sócios minoritários. E, ainda, faculta a exigência de licitação nas compras e nos contratos efetuados com empresas de micro, pequeno ou médio porte “que tenham auferido, no último ano-calendário, receita operacional bruta inferior a noventa milhões de reais”, conforme prescrito no caput do Art. 20-A.

Há vários outros aspectos do PLC 77/2015 que merecem apreciação circunstanciada e que exigem vigoroso combate político da parte dos que lutam por um sistema público de C&T, que se dedique aos problemas mais prementes vivenciados na sociedade brasileira, com controle efetivo e público da sociedade. Os elementos que pusemos em realce, todavia, já nos permitem

sintetizar os pontos críticos da EC 85/2015 e do PLC 77/2015 e apontar as batalhas que temos de encampar. Os pontos críticos da EC e do PLC podem ser enunciados como a seguir:

- I) Representam a materialização da contrarreforma do Estado na seara da produção de C&T tal como defendido por Bresser Pereira nos anos 1990.
- II) Alargamento e aprofundamento da apropriação privada do fundo público nos setores estratégicos de produção de C&T.
- III) Privatização do conhecimento científico e tecnológico produzido nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa.
- IV) Vinculação e subordinação da produção científica e tecnológica desenvolvida nas universidades e nos institutos públicos às demandas do mercado.
- V) Apropriação e direito de uso por empresas privadas e por Organizações Sociais dos conhecimentos e das criações desenvolvidos nas universidades públicas e institutos públicos de pesquisa.
- VI) Universalização das Organizações Sociais como Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs) cujo impacto se sentirá na drástica diminuição de concursos públicos para as carreiras de professores universitários e de pesquisadores.
- VII) Imposição do *ethos* empresarial às carreiras de professores e de pesquisadores transformados em empreendedores acadêmicos, apontando para o fim do Regime de Trabalho de Dedicção Exclusiva nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa.
- VIII) Simbiose entre o público e o privado na produção de C&T e P&D com graves prejuízos para a sociedade e aumento do poder das corporações empresariais na determinação das políticas públicas da área.
- IX) Negação do direito de publicidade e de acesso público aos conhecimentos e aos produtos gerados nas universidades e nos institutos públicos de pesquisa.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Pautar no GTC&T e nas seções sindicais:

1.1 as políticas de C&T, os orçamentos, os critérios e os mecanismos de distribuição de recursos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica;

1.2 Combate a Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII);

1.3 a questão da pesquisa, da pós-graduação, e das políticas produtivistas e o seu impacto sobre o trabalho docente e a inserção subserviente e acrítica dos Programas de Pós-graduação às políticas implementadas pela CAPES e pelo CNPq;

1.4 a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito bioético e a luta contra a exploração destrutiva da natureza;

1.5 o PNPG e suas implicações sobre a definição da agenda de pesquisa e seu financiamento;

1.6 as relações éticas e políticas na produção do conhecimento e na pesquisa socialmente referenciada e as implicações da resolução 96 da CNS e na atuação das CEPs (Comitês de Ética em Pesquisa) nas pesquisas envolvendo seres humanos.

2. Organização de seminário, debates e atividades sobre os temas de C&T em particular sobre a inovação e a EMBRAPPII.

TR - 18

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Reafirmar a defesa de um sistema público de produção científica e tecnológica, com financiamento estatal, voltado para os problemas que atingem a maioria da sociedade brasileira.
- 2.** Reforçar a defesa de investimentos de verbas públicas exclusivamente em políticas e serviços públicos, inclusive quando se tratar de políticas de C&T.
- 3.** Lutar pelo aumento de verbas estatais para a pesquisa básica e tecnológica realizada nas IES públicas e nos institutos públicos de pesquisa.
- 4.** Intensificar o combate a toda forma de privatização do ensino, da pesquisa e dos resultados alcançados em instituições públicas de ensino superior e de institutos públicos de pesquisa.
- 5.** Lutar contra o PLC 77/2015 por meio de:
 - 5.1** elaboração e publicação via site do Andes-SN de material analítico enfocando o referido PLC 77/2015 e a Emenda Constitucional 85/2015 com o fim de subsidiar o debate nas seções sindicais, nas IES públicas e noutras instituições públicas vinculadas ao ensino superior e à produção de C&T;
 - 5.2** construção de ações conjuntas com Sinasefe, Fasubra, Movimento Estudantil e outras entidades vinculadas ao ensino superior e à produção de C&T contra o PLC 77/15;
 - 5.3** desenvolver ações em conjunto com outras entidades públicas vinculadas ao ensino superior e à produção de C&T no sentido de pressionar os senadores a votarem contra o PLC 77/15.
- 6.** Realizar no primeiro semestre de 2016 um seminário nacional sobre a política de C&T no Brasil – financiamento, estrutura, institucionalidade e impactos para as IES públicas – com o fim de produzir propostas alternativas e municiar a luta política do ANDES-SN no enfrentamento da privatização e da intrusão da lógica empresarial na produção de ciência e tecnologia.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA**TEXTO DE APOIO**

Entre os dias 6 e 8 de novembro de 2015, na cidade de Recife (PE), foi realizado o XVIII Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN e o 6º Encontro de Aposentados e Aposentáveis da ADUFEPE. Os debates em torno do Fundo Público – arrecadação de impostos e contribuições – e a sua destinação para interesses opostos aos trabalhadores, e, em particular, a retomada da contrarreforma da previdência colocam na ordem do dia a intensificação da luta em defesa dos direitos da aposentadoria e a reversão do processo de privatização da previdência pública dos trabalhadores.

No âmbito do regime geral de previdência, é fundamental reforçar a denúncia da manipulação dos dados pelo governo federal que afirma o caráter deficitário da Previdência Social. Os dados da tabela a seguir demonstram como a Previdência Social é constitucionalmente tratada como integrante da Seguridade Social e, nesse contexto, ao contrário do déficit se realiza um superávit na ordem de R\$ 56,35 bilhões (2014).

Receita, Despesas e Resultados da Seguridade Social 2007 - 2014

RECEITAS¹	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Receita Previdenciária	140.493	163.355	182.008	211.968	245.892	278.173	308.557	357.851
CSLL	34.411	45.502	43.592	45.754	57.845	57.488	65.732	65.534
CONFINS	102.463	120.094	116.759	140.023	159.891	181.555	201.527	195.179
PIS/PASEP ²	26.709	30.830	31.031	40.373	42.023	47.778	51.065	51.881
CPMF	36.483	3.058	2.497	3.148	3.414	3.765	0	0
Receitas de Órgãos da Seguridade ³	14.255	13.528	14.173	14.883	16.873	20.044	10.923	7.415
Contrapartida do Orç. Fiscal p/ EPU	1.766	2.048	2.051	2.136	2.256	1.774	1.273	1.391
RECEITA TOTAL DA SEGURIDADE	356.580	378.415	392.111	458.285	528.194	590.577	639.077	679.251
DESPESAS⁴	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Benefícios Previdenciários	182.575	199.562	224.876	254.859	281.438	316.590	357.003	402.087
Benefícios LOAS e RMV	14.192	15.641	18.712	22.234	25.116	30.324	34.323	38.447
Bolsa-Família e outras Transferências	8.756	10.605	11.877	13.493	16.767	20.530	23.997	26.156
EPU	1.766	2.048	2.015	2.136	2.256	1.774	1.273	1.439
FAT (seguro-desemprego, abono, outros)	17.957	21.416	27.742	29.755	34.738	40.491	46.561	51.833
Ministério da Saúde	45.212	50.270	58.270	61.965	72.332	80.063	84.412	83.935
Ministério do Desenvolvimento Social	2.278	2.600	2.746	3.425	4.033	5.669	6.719	3.986
Ministério da Previdência	4.496	4.755	6.265	6.482	6.767	7.171	7.280	5.188
Outras ações da Seguridade	3.365	3.819	6.692	7.260	7.552	9.824	9.824	9.824
DESPESAS TOTAL DA SEGURIDADE	280.597	310.716	359.195	401.609	450.999	512.436	571.392	622.895
RESULTADO DA SEGURIDADE	75.983	67.699	32.916	56.676	77.195	78.141	67.685	56.356

Elaboração própria. Fontes de dados das Receitas: Ministério da Previdência Social, Boletins Estatísticos da Previdência Social www.previdencia.gov.br, Ministério da Fazenda, Arrecadação, Análise Mensal da Receita – www.receita.fazenda.gov.br

Fontes de dados de Despesas: Ministério da Previdência Social – www.previdencia.gov.br, SOF, Orçamento Federal – www.orcamentofederal.gov.br, Informações orçamentárias, Estatísticas Fiscais, Despesas Orçamentárias por Agregados Funcionais e Programáticos.

Importante explicitar que o governo manipula os dados desconsiderando a vinculação constitucional do Regime Geral da Previdência Social à Seguridade Social, intensificando a lógica da privatização da previdência social e cortando o orçamento da Seguridade Social por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Um dos desdobramentos dessa política é a afirmação de que a previdência precisa ser privatizada e realizar descontos de aposentados e pensionistas. O que ocorre, de fato, com os recursos previdenciários é que eles estão se mantendo prioritariamente com os recursos das contribuições sociais dos trabalhadores, que se constituiu, em 2014, em 12,4% do PIB, enquanto que a despesa em 2014 foi de 11,5% do PIB. (Fonte: Anfip, 2014). O Resultado do superávit em 2013 foi de 1,5% do PIB e em 2014, foi de 1,0% do PIB, mesmo com as alterações introduzidas pelo governo que alteraram a fonte das receitas

As medidas irresponsáveis de desoneração da folha de pagamento ofertadas pelo governo às empresas, substituindo-a por uma tributação sobre o seu faturamento e sem nenhuma cobertura por parte do Tesouro Nacional, fez com que a previdência deixasse de arrecadar R\$19,4 bilhões, somente no ano de 2013, além dos R\$10,02 bilhões de recursos que deixaram de ser repassados do Tesouro ao orçamento da Seguridade Social no mesmo ano⁶

Por essa razão, o caráter da contrarreforma da previdência reafirma que o objetivo não é a garantia de recursos para a Seguridade Social, em especial para o Regime Geral da Previdência social, ao contrário, trata-se de um conjunto de medidas para garantir importantes lucros do capital financeiro com os recursos da classe trabalhadora. Nesse sentido, é fundamental fortalecer a luta pela aprovação da PEC 555/2006, pelo fim da taxa previdenciária dos aposentados instituída por meio da Emenda Constitucional 41/2003 (revogação o artigo 4º).

O aprofundamento da contrarreforma da previdência é estratégico para a conformação do modelo de transferência de recursos do fundo público dos trabalhadores para o capital e da restrição dos direitos de aposentadoria, impondo aos trabalhadores a adesão à previdência privada.

Nesse contexto, a Lei nº 13.183/2015 mantém o fator previdenciário e introduz a fórmula 85/95 como possível alternativa, ou seja, preserva as regras de decomposição da aposentadoria e estabelece a fórmula em que o tempo de contribuição e de idade são cumulativos para o direito à aposentadoria integral. Trata-se de mais um dispositivo em que a aparência de avanço é combinada com uma lógica de intensificação da exploração da força de trabalho.

Quanto à previdência privada dos servidores públicos federais (FUNPRESP), um novo ataque se concretiza na Lei nº 13.183 de 4/11/2015, originária da antiga Medida Provisória 676/2015. Essa Lei torna compulsória a inscrição ao fundo com a gravidade que passa a vigorar os descontos a partir de 30 de abril de 2012 conforme exposto.

Art. 4º O art. 1º da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

§ 2º Os servidores e os membros referidos no *caput* deste artigo com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, que venham a

⁶ http://www.anfip.org.br/informacoes/artigos/Previdencia-social-esclarecendo-a-meia-verdade-Paulo-Kliass_06-05-2013

ingressar no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, **serão automaticamente inscritos** no respectivo plano de previdência complementar desde a data de entrada em exercício. (GN)

A inclusão desse dispositivo, que é justificada como mera facilitação burocrática, tem a clara finalidade de forçar a inscrição dos servidores públicos federais ao fundo privado de previdência. Mesmo com a possibilidade de requerimento de cancelamento da inscrição por parte do servidor, o dispositivo fere ostensivamente o artigo 202 da Constituição federal, que diz:

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, **será facultativo**, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. (GN)

Se não há controle social pelos fundos públicos de aposentadoria, tendo em vista que os governos utilizam os fundos sem nenhuma transparência do emprego de tais recursos, com o recurso nas mãos das empresas privadas a situação ainda se agrava mais. Todas as decisões estão centradas nos diretores contratados para controlar e realizar os investimentos necessários à lucratividade. As medidas mostram como os fundos de aposentadoria são excelentes negócios de ganho econômico estratosférico, caso contrário, nenhuma empresa privada teria interesse em administrar tais fundos.

Importante reforçar o papel do ANDES-SN e de suas Seções Sindicais na constante luta contra a privatização da previdência. Assim, ocorreu com a campanha contra o FUNPRESP realizada durante anos anteriores, seminários regionais e inter-regionais, encontros nacionais, a exemplo do XVIII Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria, ocorrido em novembro de 2015. Importante fazer referência à baixíssima adesão ao FUNPRESP nesse período e uma ampla consciência dos docentes sobre as consequências da previdência complementar, ainda que sob forte pressão, considerando as medidas implementadas pela FUNPRESP, pelo MPOG e por muitas das administrações superiores das universidades e institutos federais, que se configuraram em um verdadeiro assédio, cujo objetivo era ampliar a adesão ao fundo.

No caso das universidades estaduais, a luta não tem sido diferente, nos estados como os do Paraná e da Bahia, os governos implementaram a previdência privada mesmo com a luta, inclusive sangrenta, como aconteceu no caso da greve dos servidores públicos do estado do Paraná, no primeiro semestre de 2015.

A reforma da Previdência do Paraná, aprovada em 29/4/2015, foi realizada impedindo a presença dos servidores públicos na Assembleia Legislativa. Reforma essa que teve parecer técnico do Ministério da Previdência, indicando que ela foi inconstitucional, com uma série de irregularidades, além de o governo do estado ter se apropriado do recurso existente do Fundo de Previdência Anterior.

O projeto de reforma da previdência feito na Bahia foi aprovado pelos deputados na calada da noite de 5 de janeiro de 2015. Reforma que criou o PrevBahia, fundação estatal de capital fechado, instituindo o Regime de Previdência Complementar (RPC) para o funcionalismo público do estado.

Mesmo com a mobilização em torno da não aprovação, Medidas Provisórias 665 e 664, que depois foram convertidas em Leis nº 13.134/2015 e nº 13.135/2015, respectivamente, representaram uma derrota para a classe trabalhadora. Somente a intensificação da unidade dos trabalhadores para conseguir a revogação dessas leis.

Por essas razões, necessitamos ampliar nossa luta e unificar com demais categorias de trabalhadores do setor privado e do setor público, tendo em vista que o ano de 2016 demandará muitos desafios, pois o governo, para aprovar os pacotes de ajuste fiscal na íntegra, poderá encaminhar, em caráter de urgência, um projeto que trata da reforma da previdência para

conseguir em troca a aprovação da CPMF, que agora será chamada de CPPrev, destinada a custear o pseudo déficit da previdência e a prestar conta aos investidores e credores mostrando que o país tem condições de continuar se mantendo no cenário econômico internacional como o grande fornecedor de matérias-primas e de território importante para o acúmulo do capital. Nesse caso, o governo e o Congresso Nacional estão juntos para manter tais interesses.

TR - 19

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Unificar a luta dos docentes e dos demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência, lutando também pela revogação das Leis nº 13.134/2015 e nº 13.135/2015.
- 2.** Estabelecer um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas: federal, estadual, municipal.
 - 2.1** Desenvolver análise jurídica sobre a Previdência Complementar nos Estados para os Servidores Públicos, por meio de suas assessorias, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos Estados.
 - 2.2.** Organizar, conjuntamente, ação jurídica do ANDES-SN e demais entidades dos Servidores Públicos Federais pela declaração de inconstitucionalidade da inscrição automática ao Funpresp (Lei nº 13.183 de 04/11/2015).
- 3.** Intensificar a luta pelo direito dos aposentados e dos pensionistas por meio de um calendário que comporte encontros regionais e estaduais com base na mobilização de base, unificando com os setores federais, estaduais e municipais.
- 4** Intensificar a luta contra o Funpresp e os fundos de pensão nos estados e municípios.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

VII - SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 34º CONGRESSO delibera:

- 1. Unificar a luta dos docentes e os demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência.
 - 1.1 Por meio de ação organizada do ANDES-SN e CSP-Conlutas, por suas Seções Sindicais e Secretarias Regionais do ANDES-SN, atuar contra a FUNPRESP e a Reforma do Sistema Previdenciário, incluindo as Medidas Provisórias 664 e 665/2014.**
- 2. Que o ANDES-SN estabeleça um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas: federal, estadual, municipal.
 - 2.1 Que o ANDES-SN desenvolva análise jurídica sobre a Previdência Complementar nos Estados para os Servidores Públicos, por meio de suas assessorias, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos Estados.**
- 3. Realizar, no mês de abril de 2015, articulando com a CSP-Conlutas e com os demais servidores públicos nos Estados, um dia de luta pelos direitos de aposentadoria.*
- 4. Realizar, nos dias 6 e 13 de março, das de luta pela retirada das MPs 664 e 665, articulando com os demais servidores públicos dos estados e com a CSP-Conlutas.*
- 5. Intensificar a luta pelo direito dos aposentados e pensionistas através de um calendário que comporte encontros regionais e estaduais a partir da mobilização de base, unificando com os setores federais, estaduais e municipais.*
- 6. Articular a luta pela estruturação da carreira docente à garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade.*
- 7. Intensificar a luta contra o FUNPRESP e fundos de previdência nos estados e municípios; lutar pela revogação da Reforma da Previdência e sua expressão em nível federal - FUNPRESP - e nas esferas*

estaduais e municipais, através de materiais com informações atualizadas para ser distribuído nacionalmente e promover seminários regionais e locais sobre o tema durante o ano de 2015.

8. Realizar Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.

9. Em relação à privatização da saúde e à EBSEERH, o ANDES-SN deve:

a) desenvolver ações nas seções sindicais das IFES onde não há HU no sentido de:

i. solicitar às administrações centrais informações sobre a expansão dos cursos da área de saúde e os compromissos assumidos junto ao MEC sobre a construção de hospitais e/ou federalização de hospitais públicos vinculados à assinatura de contrato com a EBSEERH;

ii. implementar ações no interior das IFES, em conjunto com técnicos administrativos e estudantes, na luta contra a privatização dos hospitais decorrente dos compromissos assumidos junto à EBSEERH;

iii. lutar para que a criação de novos cursos na área de saúde se dê a partir do debate nas instâncias democráticas da universidade.

b) dar continuidade, ampliar e intensificar as ações já aprovadas nas deliberações dos Congressos e Conad, sobre essa temática;

c) produzir material de divulgação a partir das informações coletadas pelas seções sindicais relativas ao processo de implementação da EBSEERH e aos processos de resistência à contratualização, articulando os dados e as experiências de luta nos materiais produzidos;

d) Fortalecer o SUS e intensificar a articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, incluindo a luta contra a ampliação da ação da EBSEERH que promove a adesão dos demais hospitais públicos vinculados ao SUS e a revogação dos contratos existentes;

e) dar continuidade, em articulação com a CSP-Conlutas, Fasubra, SINASEFE, movimento estudantil, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, movimentos sociais, à luta em defesa dos Hospitais públicos e contra a privatização dos mesmos, a partir da expansão da atuação da EBSEERH;

f) participar do ato nacional contra a EBSEERH no dia 6 de março de 2015, no Rio de Janeiro e nos atos dos demais estados; e do V Seminário da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, nos dias 27 a 29 de março de 2015, no Rio de Janeiro;

10. Solicitar ao setor das IEES/IMES a produção de material que alerte as IEES quanto à introdução, durante as etapas finais do trâmite legislativo da Lei 12550 (EBSEERH), aprovada no Congresso Nacional em 15/12/2011, de um artigo adicional (Art.17), que permite aos governos estaduais a criação de “empresas públicas de serviços hospitalares”.

11. Atualizar a análise das potenciais implicações da eventual criação de “empresas públicas de serviços hospitalares” nos Estados, no que se refere à manutenção das atuais atribuições dos HUS dentro das respectivas IEES, em especial nos campos do ensino e da pesquisa, para pautar no GTSSA e GTPE.

12. Que o ANDES-SN impulsione a luta nacional, de denúncia sobre o corte de direitos resultantes das MPs 664 e 665, em sua base.

13. Que o ANDES-SN, junto aos demais sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais desenvolva ações necessárias para ampliar a mobilização e luta pela retirada e/ou revogação das MPs 664 e 665.

14. Que o ANDES-SN desenvolva análise jurídica, por meio de suas assessorias jurídicas, para subsidiar ações políticas e jurídicas de combate à retirada de direitos que está no conteúdo das MP 664 e 665.

15. Dar continuidade a aplicação da pesquisa sobre a saúde e adoecimento docente.

16. Organizar oficinas regionais e/ou inter-regionais, em 2015, com o objetivo da implementação da pesquisa de saúde e adoecimento do trabalhador docente.

17. Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador.

A CONTRARREFORMA DA SAÚDE PÚBLICA

TEXTO DE APOIO

O Sistema Único de Saúde (SUS) se constitui numa das mais expressivas conquistas da classe trabalhadora dos anos 1980. Um vigoroso movimento de reforma sanitária conquistou, por meio de importantes lutas, a constitucionalização do que hoje ainda é o maior sistema público de saúde do mundo. Os princípios da universalidade, integralidade e do controle social constituem-se a base de um sistema que tem como objetivo a promoção da saúde, identificando os determinantes sociais da doença e fazendo o enfrentamento preventivo dos fatores do adoecimento. O SUS se constitui num importante instrumento para o desenvolvimento social brasileiro e de uma vida com qualidade.

Porém, os anseios populares foram, desde a aprovação do texto constitucional, obstaculizados pelos interesses de mercado, inclusive por diferentes governos, que nos anos 1990, seguindo as determinações dos organismos financeiros internacionais, consolidam o processo de mercantilização do direito à saúde, sobretudo a partir do subfinanciamento do SUS. É, nessa época, que a contrarreforma do estado se explicita nas formulações do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE). Para a área social, é proposto a constituição de Organizações Sociais (OS), que passarão a prestar os serviços de saúde em nome do Estado (serviço público não estatal).

O subfinanciamento, que se constituiu como estratégia central de desmonte do sistema público de saúde, combinado com o estímulo ao setor privado, sobretudo o de saúde suplementar, resultaram na opção pelo pagamento de planos de saúde privados por um percentual crescente dos trabalhadores. Atualmente, cerca de 70% da população é atendida exclusivamente pelo SUS, enquanto que 30% são atendidos pelos planos privados concomitante ao uso do SUS. Contudo, os gastos com a saúde privada no país superam os gastos com o SUS, evidenciando que se trata de um mecanismo de mercantilização do direito à saúde e não de promoção da saúde.

Por outro lado, o subfinanciamento histórico do SUS faz com que de cada R\$10,00 investidos no SUS, cerca de R\$7,00 sejam destinados à rede privada de atenção à saúde conveniada ao SUS, ou seja, o Sistema tem sido uma fonte importante para o complexo médico industrial, que tem na doença o seu foco de ação. Nesse sentido, o objetivo do SUS em promover a saúde foi paulatinamente sendo convertido em processo de valorização do capital que transforma o direito à saúde em mercadoria.

As políticas implementadas pelo Estado, – poderes executivo, legislativo e judiciário – no ano de 2015, combinam medidas de precarização do serviço público de saúde com subsídios ao setor privado. Em 2015, foi sancionada lei que permite a participação de capital estrangeiro na prestação dos serviços de saúde (Lei nº 13097/15). Está em trâmite, no Congresso Nacional, a PEC 451/14, de autoria do deputado Eduardo Cunha (importante representante dos planos de saúde e de previdência privados), que obriga os empregadores privados a contratar plano de saúde para os empregados, por meio de subsídios fiscais.

Em no dia 15 de abril, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 1923, declarando constitucional a contratação de Organização Social para os serviços públicos. Essa decisão explicita como a ofensiva privatista se configura como elemento estrutural do Estado.

Em junho deste ano, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou a proposta da Agenda Brasil que tem como um dos principais alvos o Sistema Único de Saúde, propondo que a população passe a pagar pelos serviços de saúde, como um meio de ampliar a fonte de

recursos para o SUS. Importante ressaltar que a resistência expressa de forma imediata por movimentos sociais fez com que tal proposição fosse suspensa. Entretanto, não há a garantia de que a proposição tenha sido abandonada definitivamente.

A contrarreforma do Estado, em particular a adoção das Organizações Sociais, foi amplamente implementada no SUS. Formas reconfiguradas da proposição têm sido implantadas, a exemplo da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Fundações Estatais de Direito Privado e Serviço Social Autônomo, dentre outros. A EBSERH tem avançado em unidades e IFES que ainda não possuem Hospitais Universitários, vinculando a contratualização à criação de novos cursos na área da saúde.

Na atual conjuntura, as medidas regressivas aos direitos dos trabalhadores adotadas em 2015 têm sérias consequências para as IFE e têm sido argumento para a retomada das iniciativas, por parte das reitorias, de contratualização com a EBSERH, nas Universidades em que as lutas dos movimentos sociais, sindical e de estudantes impuseram a não assinatura de contratos com a EBSERH. Os cortes no orçamento das IFE, na ordem de 30%, a suspensão de concursos combinada com o fim do abono permanência, entre outras medidas de precarização do trabalho, reforçam a ofensiva de imposição da EBSERH.

Diante do quadro conjuntural de cortes na educação, a tendência é de uma ofensiva também de implementação da EBSERH (um primeiro passo é o processo de adesão, solicitando um estudo preliminar para a contratualização, esse ato é geralmente adotado de forma monocrática, mas já representa um efetivo processo de implantação). A resistência a contratualização da EBSERH está articulada à luta pela defesa dos Hospitais Universitários, da autonomia universitária, do Regime Jurídico Único e da democracia universitária – em muitos casos, a contratualização ocorreu de forma contrária aos interesses da comunidade acadêmica, explicitando o déficit democrático das IFES. Por outro lado, tais lutas não se esgotam com a contratualização, adquirem, porém, um novo caráter, porque a presença da EBSERH nas universidades intensificará o processo de precarização do trabalho, problemas na atenção ao SUS, alteração do processo de ensino na área da saúde, intensificando a mercantilização da saúde, entre outras contradições decorrentes da equivocada decisão de Reitores em se submeter à chantagem do governo federal. O movimento docente precisa manter-se alerta e organizado para analisar as consequências da implementação da EBSERH, constituindo a vigilância permanente e elaborando denúncias dos impactos da implantação da EBSERH. Nesse sentido, é fundamental reforçarmos a atuação das seções sindicais no acompanhamento dos processos de implantação da EBSERH, elaborando dossiês para subsidiar a ação articulada nacionalmente, sobretudo as lutas nas IFE em que não houve a contratação da Empresa.

TR - 20

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que as Seções Sindicais realizem levantamento de informações sobre os contratos realizados entre a EBSERH e as IFES.
2. Que as Seções Sindicais levantamento de informações sobre os contratos realizados entre a EBSERH e as empresas privadas.
3. Produzir dossiê que registre os problemas vivenciados pelas IFES que aderiram à EBSERH, quando possível de forma conjunta com as entidades de base da FASUBRA e com movimento estudantil, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc.
4. Elaborar materiais de divulgação, incluindo Informandes e Caderno, com base nos fatos expressos nesses registros, para dialogar com a sociedade e mobilizar a categoria.
5. Defender o SUS contra o processo de privatização em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, incluindo a luta contra a ampliação da ação da EBSERH que promove a adesão dos demais hospitais públicos vinculados ao SUS e a revogação dos contratos existentes.

6. Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador, no ano de 2016.
7. Lutar, em articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, contra a PEC 451/2014, contra a entrada de capital estrangeiro nos serviços de assistência à saúde previsto na Lei nº 13.097/2015 (revogação do artigo 142, que altera a Lei nº 8080/1990).
8. Que as seções sindicais participem do 2º Encontro de Saúde do Trabalhador, da Central Sindical e Popular – Conlutas, que será realizado nos dias 26, 27, 28 de fevereiro de 2016, em Divinópolis (MG).

TEXTO 21

Contribuição dos professores Anderson David Gomes dos Santos (ADUFAL) e César Ricardo Siqueira Bolaño – sindicalizados da ADUFS Seção Sindical

EM DEFESA DE UMA COMUNICAÇÃO EFETIVAMENTE PÚBLICA!

TEXTO DE APOIO

Passamos em 2015 por mais um momento de greve na história do ANDES-Sindicato Nacional. As dificuldades para informar sobre o movimento paredista e difundir as informações e matérias sobre a luta dos trabalhadores da educação se fizeram presentes. Devido a isso, entende-se ser fundamental pensar a Comunicação no âmbito deste sindicato a partir de duas perspectivas: a possibilitada a partir das relações de poder que conformam os mercados comunicacionais no Brasil; e a comunicação sindical, numa perspectiva classista.

- Comunicação e democracia: perspectiva histórica e os desafios atuais para a sociedade brasileira

O desafio de construção de espaços mais democráticos para exposição de ideias não é novidade para os movimentos sociais. A luta por mídias livres, populares, comunitárias e efetivamente públicas são históricas no Brasil, país que constituiu seus meios de comunicação com maior recepção numa perspectiva majoritariamente privada, caso principal da televisão – ainda que considerando o período de hegemonia nacional da Rádio Nacional, estatizada no Governo Getúlio Vargas e principal informador dos anos 1940.

Com a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, marcadamente com a maior utilização da internet e de suas ferramentas de comunicação, se podemos hoje com maior facilidade e de forma mais barata produzir conteúdo, seguimos dependentes de grandes grupos (transnacionais) de comunicação (casos de Google e Facebook). Além disso, mesmo que algo produzido de caráter popular possa “viralizar”, o impacto sobre o conjunto da população segue a depender da massificação promovida pelas indústrias culturais tradicionais.

O potencial dos grupos familiares que dominam o mercado de comunicação se apresenta ainda com força, especialmente quando tratamos da emissão gratuita pela TV. A liderança da Rede Globo de Televisão, constituída com apoio à ditadura militar e através de uma rede política a partir de suas afiliadas regionais, segue presente, mesmo com o aumento da concorrência a partir de maior oferta de conteúdo audiovisual, com Internet e TV fechada, espaços também ocupados por empresas do Grupo Globo.

Ainda com o redesenho deste cenário a partir dos anos 2000, a normatização da radiodifusão segue sendo o Código Brasileiro de Telecomunicações, promulgado em 1962. Mesmo nos

governos ditos populares capitaneados pelo PT, foram raros os momentos em que apareceu uma tentativa real de proposta de um novo marco regulatório da mídia.

Lembre-se que modelos de fiscalização e regulação de setores de mercado existem para além dos europeus, que se destacam pela importância dada à comunicação pública. Os Estados Unidos têm agência reguladora; vizinhos de continente aprovaram leis específicas para atualizar e gerar uma maior participação de movimentos sociais populares em concessões públicas (caso marcante da Ley de Medios, sancionada em 2010, na Argentina). Aqui, o medo venceu qualquer proposta de uma maior democracia na mídia.

A partir desta conjuntura, o primeiro ponto de atuação, que vem sendo trazido ao ANDES-SN nos últimos encontros – e demonstrado no Plano Geral de Comunicação, elaborado em 2011 –, é o apoio às mudanças na regulamentação da radiodifusão no Brasil, considerando uma perspectiva de maior democratização da produção e acesso à comunicação nos meios de maior recepção no país.

Neste sentido, dois caminhos se abrem a partir de propostas que já existem e são apresentadas pelos movimentos sociais da Comunicação: a regulação e implementação de todos os artigos do capítulo sobre a Comunicação Social na Constituição Federal; e a Proposta de Lei de Iniciativa Popular da Comunicação Social Eletrônica, desenvolvida por diversas entidades a partir do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), do qual o ANDES-SN faz parte.

Uma base para o caso da radiodifusão de transmissão gratuita, tendo em vista que o espectro eletromagnético é público, logo seu uso deve ser regido pelo atendimento à população, está no Art. 221, que define parâmetros de produção de conteúdo: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; regionalização da produção cultural, artística e jornalística.

Para isso, faz-se necessário um órgão fiscalizador para o setor, pois o mercado não pode se autorregulamentar, como os agentes destes setores econômicos afirmam e como vemos no histórico de produção de conteúdo e de barreiras de mercado que, inclusive, impossibilitam maior concorrência do ponto de vista econômico. Assim, há a necessidade da implementação de Conselhos de Comunicação Social nos estados e de reestruturação e ativação do Conselho Nacional, apenas consultivo, vinculado ao Congresso Nacional, para que possua representatividade real da sociedade civil, ao contrário do que vem acontecendo.

O Art. 223 da Constituição Federal, no Capítulo da Comunicação Social, trata da “complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”. Na prática da radiodifusão de transmissões gratuitas, temos apenas uma emissora de caráter público-estatal ou sob denominação educativa como opção. Mesmo no caso das rádios comunitárias, regulamentadas em 1998, são poucas as que não possuem ligação com um grupo religioso ou um líder político-partidário de determinada região.

A criação de opções para a comunicação socialmente referenciada se faz necessária, seja a partir de menor burocracia no processo de outorga, especialmente nos casos de rádios comunitárias e educativas; TVs educativas, comunitárias e, em especial, devido à digitalização do sinal, do Canal da Cidadania. É fundamental lutar por mecanismos legais que possibilitem fontes de investimento para a criação e a manutenção destas emissoras, de maneira a poderem se articular sem pressões externas.

Mesmo nos casos de exceção, em que há uma preocupação com a produção de conteúdo para a comunidade, o problema da organização se faz presente. É necessário criar uma estrutura em que as decisões se deem da maneira mais horizontal possível, com instâncias diretas que envolvam a comunidade e garantam a participação efetiva das pessoas na programação. Um modelo socializante de práticas comunicacionais se faz em todas as etapas, de produção, distribuição, circulação e gerência do que é informado.

O caso das emissoras público-estatais é ainda mais complicado, pois depende da articulação das redes nacionais (casos da TV Cultura e da TV Brasil) com as emissoras estaduais, cujos governos são de distintos partidos políticos e possuem diferentes maneiras de se preocupar (ou não) com o conglomerado público-estatal local. Criar leis e normas, inclusive no que se refere à TV Brasil e à TV Cultura – esta que vem sendo sucateada pelos governos do PSDB em São Paulo –, que garantam autonomia dos trabalhadores e segurança de investimento e de estrutura para o desenvolvimento e continuidade de um trabalho de cunho sociocultural é fundamental, para que estas possam evoluir para além dos interesses imediatos dos governos de plantão.

- A comunicação do ANDES-SN

Vive-se um momento em que se faz necessário analisar quais as formas em que os sindicalizados mais acessam a informação, tendo em vista a dispersão de atenção que marca a apropriação de informações no século XXI. Jornais com muito conteúdo escrito, com uma linguagem complicada para se entender, ou que não tratem de outros temas também de interesse social (casos de cultura e esporte), ainda que por um viés crítico, têm dificuldades para serem lidos.

As modificações recentes no InformANDES e a criação de um Repositório Digital que inclui a produção das seções sindicais representam importantes alterações na comunicação realizada pelo sindicato nacional. Neste sentido, a continuidade destas ações, com maior preocupação em produzir conteúdo para além do escrito se fazem presentes: exibição/gravação de mesas de congressos da entidade, palestras em seções sindicais e, principalmente, conteúdo multimídia sobre as principais pautas de atuação da entidade.

Algo importante é tentar restabelecer a construção coletiva dos produtos comunicacionais do sindicato, possibilitando que sindicalizados possam participar da construção desse espaço, para além da indicação da linha editorial para os profissionais das assessorias de comunicação. Isso possibilita um diálogo maior entre as secretarias de informação e comunicação, os sindicalizados e os profissionais da comunicação, quebrando certas barreiras que acabam por surgir em meio à profissionalização das assessorias de comunicação.

Este ponto é particularmente importante, pois não se pode esquecer que a comunicação não é atributo meramente de profissionais, mas trata-se de um direito humano fundamental, que cada indivíduo deve exercer e, do ponto de vista da luta de classes, tem um papel crucial na organização coletiva e na construção da consciência. Nas condições atuais enfrentadas pelo trabalho intelectual em geral e em particular pelo trabalho docente, com uma deterioração flagrante das condições de trabalho e ampliação de todas as formas de controle e ataque à autonomia, esse papel torna-se crucial.

Por outro lado, mas ainda considerando o papel organizativo da comunicação, em meio à pulverização de meios de comunicação a partir da Internet, e também da falta de um órgão impresso que possa aglutinar movimentos sociais e sindicatos de esquerda, é necessário pensar em formas de se criar, no âmbito da CSP-Conlutas, um meio de comunicação de caráter classista que possa levar as informações dos docentes federais para outras categorias e vice-versa.

TR - 21

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Ampliar a participação e o intercâmbio das seções sindicais na luta pela democratização das comunicações, tanto no âmbito nacional como local, em parceria com movimentos e grupos de pesquisa que atuam nesta temática, caso do FNDC, que a entidade constrói;
2. Articular com grupos de pesquisa a produção de materiais especiais sobre as políticas de radiodifusão gratuita no Brasil, assim como de crítica à mídia numa perspectiva classista.
3. Incentivar as seções sindicais a participar na retomada e nos debates dos Conselhos Estaduais de Comunicação Social;

4. Aprofundar o debate com movimentos sociais regionais para a criação e consolidação do Canal da Cidadania, que possibilite que movimentos sociais e entidades representativas dos trabalhadores tenham duas emissoras na TV aberta por município, a partir de princípios a serem construídos coletivamente;
5. Promover o Encontro Nacional de Comunicação e Artes do ANDES-SN em 2016 com uma programação que possibilite a participação de profissionais de outras entidades sindicais, mas também de militantes em prol da democratização da comunicação, de maneira a se tornar um evento que constitua a agenda sobre a temática;
6. Investir na formação e aperfeiçoamento das equipes e assessorias de comunicação nacional e das seções sindicais para melhorar a linguagem e expressão dos conteúdos que defendemos em relação à mídia e público alvo, respeitando as diferentes variações linguísticas regionais e sociais e as novas formas de apropriação de conteúdo.
7. Usar o portal do ANDES-SN para disponibilizar mesas e palestras do sindicato nacional e de suas entidades sindicais, de maneira a constituir importante banco de dados em audiovisual;
8. Articular a partir da CSP-Conlutas a produção de materiais informativos, impressos ou digitais, sobre pautas em comum dos sindicatos que estão presentes na central sindical.

TEXTO 22

Contribuição da(o)s professor(a)s Raquel Dias Araujo (SINDUECE), Cláudia Alves Durans (APRUMA), Lana Bleicher (APUB), Raphael Góes Furtado (ADUFES), Douglas Moraes Bezerra (ADUFPI), Wagner Miquéias F. Damasceno (Seção Sindical ANDES-SN na UFSC).

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO OU ESCOLAS SEM EDUCAÇÃO?

TEXTO DE APOIO

O 34º Congresso do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições do Ensino Superior – ANDES-SN, realizado no período de 23 a 28 de fevereiro de 2015, em Brasília/DF, deliberou “Continuar o acompanhamento das matérias em tramitação no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais que digam respeito às políticas educacionais, atualizando as discussões, assim como realizando ações de enfrentamento às contrarreformas educacionais implementadas pelo Estado” (Tema 2 – Política Educacional).

Estamos vivendo uma conjuntura de profundos ataques à educação pública como parte do pacote de ajuste fiscal implementado desde o governo federal, passando pelos governos estaduais e municipais, que tem se revelado nos cortes do orçamento, no fechamento de escolas, na retirada de direitos dos profissionais da educação, na retirada do termo identidade de gênero dos Planos Municipais de Educação, dentre outras medidas.

Nesse contexto, insere-se também o **PL Nº 867/2015**, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB/DF), que “Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional o ‘Programa Escola sem Partido’”. O referido PL tem origem na Organização Não-Governamental – ONG que leva o mesmo nome – Escola sem Partido – presidida pelo advogado Miguel Nagib.

O Programa Escola sem Partido – ESP nasce, segundo Miguel Nagib, da preocupação com a “doutrinação político-ideológica praticada nas escolas brasileiras [que] tem um viés claramente de esquerda” (<http://www.escolasempartido.org/>). Para tanto, cita uma pesquisa realizada pela CNT/Sensus e publicada pela revista Veja, a qual revela que 78% dos professores acredita que a

principal missão da escola é “despertar a consciência crítica dos alunos” (<http://www.escolasempartido.org/>), ou seja, na leitura de Miguel Nagib, isto significaria “martelar ideias de esquerda” (<http://www.escolasempartido.org/>) na cabeça dos alunos. Nesse sentido, defende que a “educação deverá se pautar pela neutralidade política, ideológica e religiosa, garantindo o pluralismo das ideias” (<http://www.escolasempartido.org/>). O advogado insiste em afirmar que o “ESP não promove a defesa de qualquer ideologia. [...] **Todo professor tem o dever moral de perseguir o ideal da neutralidade e objetividade científica**” (<http://www.escolasempartido.org/>) (Grifos nossos).

O PL Nº 867/2015 pretende incluir, entre as diretrizes e bases da educação nacional, os seguintes princípios: “Art. 2º [...]. I – **Neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado**; II – Pluralidade de ideias no âmbito acadêmico; III – Liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência; IV – Liberdade de crença; V – Reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado; VI – Educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença; VII – Direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”. No artigo terceiro, o PL prevê o seguinte: “Art. 3º - **São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes**”. Dentre as atribuições dos docentes, no exercício de suas funções, não será permitido, por exemplo: “Art. 4º - **Não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas**” (Grifos nossos).

Caso o PL seja aprovado, cada escola deverá afixar na sala dos professores e em outros ambientes da escola um cartaz contendo as informações relativas ao que o professor pode e o que não pode no exercício de suas funções.

A Lei, após aprovada, aplicar-se-á às Instituições de Ensino Superior também, conforme estabelece o Art. 8º.

Ao PL Nº 867/2015 foram pensados outros projetos de lei, a saber: o **PL Nº 7180/2014**, que altera o art. 3º da Lei nº 9.394, que “Inclui entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa [...]”; o **PL Nº 7181/2014**, que dispõe sobre a fixação de parâmetros curriculares nacionais em lei com vigência decenal; o **PL Nº 1859/2015**, que acrescenta parágrafo único ao artigo 3º da Lei 9.394/96, com o objetivo de prever “Art. 1º [...] a proibição de adoção de formas tendentes à aplicação de ideologia de gênero ou orientação sexual na educação”. São três PL que alteram a LDB e os PCN com o claro teor conservador e obscurantista.

Embora o autor do ESP afirme que o Programa não seja movido por interesses ideológicos e se fundamente na neutralidade e objetividade científicas, o que, de fato, o conteúdo desses projetos de lei revela é uma tentativa de assepsiar a educação de seu caráter político e de estabelecer um controle cada vez maior do Estado sobre a política educacional e os profissionais de educação, inclusive criminalizando suas ações, quando prevê punição a quem descumprir o que estabelece a lei.

Como se pode observar, trata-se de um conjunto orquestrado de ataques à educação, ou seja, cortam as verbas da educação, precarizam e fecham as escolas, retiram direitos dos professores e tentam aprisioná-los em uma ideologia homofóbica, machista, racista, de apreço à intolerância, em nome de uma suposta defesa da vulnerabilidade do educando, da liberdade de aprender, da pluralidade de ideias.

São medidas claramente que constituem contrarreformas educacionais implementadas pelo Estado, por um lado, visando à uma descentralização de suas responsabilidades quanto à manutenção da educação pública, e, por outro, visando à uma maior centralização quanto ao controle político-ideológico, por meio do planejamento e da legislação, e que exigem ações de

enfrentamento por parte daqueles que defendem uma educação pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada.

TR - 22

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Posicionar-se contra o PL Nº 867/2015 e os Projetos de Lei apensados – o PL Nº 7180/2014, o PL Nº 7181/2014 e PL 1859/2015 e exigir o seu arquivamento.
2. Acompanhar a tramitação desses projetos de lei no Congresso Nacional e seus similares nas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.
3. Incorporar a discussão sobre estes temas no V Seminário de Estado e Educação.
4. Que as Secretarias Regionais envidem esforços juntos as seções sindicais para a realização de discussão sobre estes projetos.
5. Elaborar uma cartilha sobre o Programa Escola sem Partido evidenciando seus efeitos nocivos.

TEXTOS 23

Contribuição da(o)s professor(a)s Cláudia Durans (APRUMA), Raquel Dias (SINDUECE), Lana Bleicher (APUB), Douglas Bezerra (ADUFPI), Geraldo Carvalho (ADUFPI), Raphael Furtado (ADUFES) e Wagner Miquéias (Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC)

CONTRA O PL 5069/13

TEXTOS DE APOIO

O ANDES-SN, em seu 34º Congresso, realizado em 2015, aprovou a importante resolução de “acompanhar junto ao Congresso Nacional e debater nas seções sindicais, as discussões sobre direitos reprodutivos, posicionando-se a favor da descriminalização do aborto”. O tema se reveste de particular importância, uma vez que a Pesquisa Nacional de Aborto (PNA), realizada em 2010 revelou que 15% das mulheres entrevistadas relataram ter realizado aborto alguma vez na vida. Entre mulheres de baixa escolaridade, ou seja, aquelas situadas nas frações mais vulneráveis da classe trabalhadoras, a proporção chegava a 23%. O fato mais grave apontado é que 48% das mulheres que fizeram aborto precisaram recorrer aos serviços de saúde e foram internadas devido a complicações de aborto.

Ou seja, o Estado brasileiro, ao manter a criminalização do aborto, condena à morte milhares de mulheres, sobretudo as trabalhadoras negras da periferia, uma vez que o acesso às caras clínicas de aborto não é dificultado àquelas que podem pagar pelo serviço. A descriminalização do aborto é uma pauta democrática, que poderia ser resolvida pelo Estado democrático de direito (como ocorre em alguns países), mas que no Brasil parece muito longe de ser realizada. Ao mesmo tempo que há todo um conservadorismo dentro do debate sobre aborto, há também uma mobilização importante das mulheres pela descriminalização. É necessário fazer um corte de raça e também de classe na questão da descriminalização do aborto, porque são as trabalhadoras e as mulheres negras que sentem mais a insegurança do procedimento em clínicas clandestinas e que recorrem mais a métodos caseiros e de risco. Nas clínicas de luxo, às quais as mulheres burguesas têm acesso, o aborto é bastante seguro.

Somente em situações muito restritas o aborto não é penalizado: quando não há outro meio de

salvar a vida da gestante, quando o feto é anencéfalo e quando a gravidez resulta de estupro. É importante salientar que mesmo nos casos previstos em lei, o acesso a esta medida também é dificultada, devido às debilidades do sistema de saúde. Frente a isso, a iniciativa do Ministério da Saúde de incluir o aborto legal na tabela do SUS, em maio de 2014, foi saudada pelos movimentos de mulheres e por especialistas em saúde pública. Na prática, a medida não ampliava o direito ao aborto seguro, apenas alteraria a forma e valor pago pelo procedimento. Até mesmo uma medida extremamente recuada, bastante aquém da real necessidade das mulheres, foi alvo de barganha política no último ano do mandato de Dilma. Para não se enfrentar com a bancada parlamentar religiosa em pleno ano de reeleição, a portaria foi revogada, sem maiores explicações.

O tema volta à tona em outubro de 2015 com a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados do PL 5069/13 de Eduardo Cunha. Se aprovado este projeto de lei vai impor retrocessos históricos ao direito das mulheres, como a Lei 12.845. Por esta lei, as pessoas vítimas de violência sexual têm direito ao atendimento imediato e obrigatório em todos os hospitais do SUS ao tratamento integral, que inclui, entre outros procedimentos, profilaxia da gravidez; a facilitação do registro da ocorrência e o fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis. Caso o PL de Cunha seja aprovado, a vítima de violência deverá ser submetida a exame de corpo delito para que se comprove a agressão, aumentando a humilhação a que já é costumeiramente submetida. O PL elimina o termo “profilaxia da gravidez” e institui “Procedimento ou medicação, não abortivos, com eficiência precoce para prevenir gravidez”, o que na prática, pode inviabilizar o emprego da pílula do dia seguinte, ao não delimitar que procedimentos “não abortivos” seriam os permitidos. Mais grave ainda, o texto prevê que “Nenhum profissional de saúde ou instituição, em nenhum caso, poderá ser obrigado a aconselhar, receitar ou administrar procedimento ou medicamento que considere abortivo.” Isto significa que o direito do profissional de saúde à omissão do socorro, com base em critérios completamente subjetivos, oblitera o direito à vítima de receber o atendimento de que necessita.

O autor do projeto, Eduardo Cunha, tem se mantido na presidência da Câmara mesmo com todos os ataques às mulheres e à classe trabalhadora e as fortes denúncias de corrupção. Dilma e a oposição de direita temem contrariá-lo – esta por querer o impeachment, aquela por tentar impedi-lo. Mas a aprovação do PL 5069/13 na CCJ suscitou fortes manifestações por todo o país. Em diversas cidades as mulheres gritam “Fora Cunha”. O PL 5069/13 se coaduna à cultura do estupro que culpa as mulheres pela violência que lhes é afligida e está articulada ao desfinanciamento de políticas públicas que combatam a violência à mulher.

TR - 23

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Posicionar-se contra o PL 5069/13 e pelo seu arquivamento, somando-se às manifestações contrárias ao projeto.
- 2.** Encaminhar ao GTPCEGDS (Classe, Etnicorraciais, Gênero e Diversidade Sexual) a elaboração de material de campanha (cartilhas, folders, vídeos, etc) que abordem o tema do combate à violência contra a mulher e a descriminalização do aborto.
- 3.** Orientar as regionais do ANDES-SN para que organizem atividades com o tema, tanto na forma de mesas durante os encontros regionais, quanto em seminários e debates locais
- 4.** Articular junto ao Movimento Mulheres em Luta (MML), CSP Conlutas, ANEL e demais entidades e movimentos interessados, atividades no Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto, 28 de setembro.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015

Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

TEXTO DE APOIO

Toda e qualquer política educacional proposta pelos órgãos oficiais brasileiros, MEC, INEP, CAPES, etc... não pode ser analisada sem se fazer referência ao processo de reforma do Estado brasileiro, iniciado em 1995, no governo de FHC, com um Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado e com uma Emenda Constitucional que tinha como objetivo tornar a CF/1988 compatível com a reforma. Essa tarefa ficou sob a responsabilidade do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE e de seu ministro Bresser Pereira que, na introdução do livro de sua autoria, “Construindo o Estado Republicano, democracia e reforma da gestão pública”, diz ter como pressuposto: “assim como apenas uma sociedade civil forte pode garantir a democracia, apenas um Estado forte pode garantir mercados competitivos” (BRESEER PEREIRA, 2009). Lógica essa que marcou esse período de governo e teve continuidade nos governos subsequentes, do partido dos Trabalhadores (Lula da Silva de 2003-2010 e Dilma Rousseff de 2011-2014 - 2015) num processo que se constituiu em etapas de uma contrarreforma que vem aprofundando e tentando consolidar os compromissos da burguesia política e empresarial brasileira, com os ditames do Capital. Compromissos esses defendidos pelos países hegemônicos, particularmente pelos EEUU, que tem nos organismos multilaterais, sobretudo no Banco Mundial, seus legítimos representantes.

Não é demais lembrar que esses organismos multilaterais, desde a década de 1990, disseminam os pressupostos de uma vertente do modelo capitalista, conhecida como neoliberalismo, que busca ajustar os Estados nacionais dos países da América Latina à lógica capitalista, particularmente pós “as reformas que se processaram nas sociedades de capitalismo avançado que redefiniram as relações entre Estado e Sociedade para enfrentar as crises do capital, de modo singular, no enfrentamento de mais uma crise na década de 1970” (MEDEIROS, 2012, p. 46), em que a retórica dos intelectuais que representam tal corrente, defende um Estado mínimo no que se refere à garantia dos direitos sociais e máximo para exercer o controle sobre as políticas sociais, das quais se desresponsabiliza repassando-as à sociedade, particularmente, à iniciativa privada.

Nesse contexto, o Estado nas sociedades capitalistas, avançadas ou dependentes, assume com maior precisão sua natureza e seu papel definido por Marx (1998) em sua crítica à economia política de seu tempo, em que o Estado moderno nada mais é do que “a forma de organização que os burgueses constituem para garantirem, mutuamente, a sua propriedade e os seus interesses tanto no exterior como no interior de sua classe e o Poder Executivo do Estado não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns a toda a burguesia” (MARX, 1998, p.13 *apud*, MEDEIROS, 2012, p.46). Assim, nas sociedades capitalistas, de nossos dias, é esse Estado que enfrentamos em nossas lutas cotidianas em defesa dos direitos da classe trabalhadora e que, na concepção de Mészáros (2002) é caracterizado “como pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital em seu microcosmo e nas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediato e abrangente...” (MÉSZÁROS, 2002, p105-109, *apud* MEDEIROS, 2012, p.47)

É nessa perspectiva que se conforma a Resolução 2/2015 que *define as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de*

formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Uma política que como muitas outras editadas pelo governo Dilma, não é desinteressada, pois a lógica que a norteia, a capitalista, concebe a educação como ferramenta de formação de profissionais para atender às exigências do mercado, para quem os conteúdos dessa formação devem ser pragmáticos e utilitários para garantir o funcionamento permanente do sistema do capital em seus micro e macrocosmo ao assegurar “uma base comum nacional” que nega a diversidade brasileira e tenta homogeneizar “um modelo” de professor que perca, de vez, sua autonomia e passe a ser um executor de tarefas que levem ao cumprimento de metas pré-estabelecidas, para as quais os parâmetros são as avaliações de larga escala, cujos resultados interessam, sobretudo, aos “reformistas empresarias”, que veem na educação uma mercadoria a mais a ser ofertada no mercado e não se preocupam com a valorização da formação inicial e da titulação do professor. Assim, os professores submetidos ao controle do Estado sobre o conteúdo do seu trabalho acabam por se acomodar, seduzidos pelo slogan da “qualidade” na educação que captura sua subjetividade, retira sua autonomia de pensar sobre o quê ensinar e os leva a cair na armadilha de “uma política de responsabilização do docente pelo resultado do seu trabalho”. (SOLIMÕES, 2015, p 70). As regulações emitidas pelo Estado orientam e complementam esse processo que imobiliza os professores a fortalecerem a organização de seus sindicatos para atuarem como sujeitos coletivos construindo estratégias de luta e de resistência a qualquer medida ou política que os desvalorize.

Nesse sentido, a Resolução 2/2015, portanto, é um instrumento a mais, de caráter regulatório que retira conquistas do processo de formação de professores no Brasil, obtidas na CF 88 e na Lei 9304/1996- LDB no título VI, que trata *Dos profissionais da Educação*, no Art. 62 – *A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal* (grifos nossos) e, mais uma vez abre espaço à iniciativa privada para que amplie seus lucros ofertando vagas, inclusive via educação a distância, para formar professores. O Art 3º dessa Resolução, dispõe sobre a formação inicial e continuada “que se destinam à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para as funções de magistério na educação básica e suas etapas”, *tanto presencial quanto a distância*. (grifos nossos). O § 3º deste artigo dispõe que “a formação docente inicial e continuada para a educação básica constitui processo dinâmico e complexo, direcionado à melhoria permanente da qualidade social da educação e à valorização profissional, *devendo ser assumida em regime de colaboração pelos entes federados nos respectivos sistemas de ensino e desenvolvida pelas instituições de educação credenciadas*” (grifos nossos). O § 4º define que “os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica...” .

Diferente da LDB 9394/1996, que assegura que a formação de professores para a educação básica seria desenvolvida nas universidades, a Resolução 2/15, no Parágrafo Único, dispõe que essa formação seja nos “centros de formação de estados e municípios, bem como em instituições educativas de educação básica”, chamando atenção para que essas instituições “articulem ensino e pesquisa para garantir efetivo padrão de qualidade acadêmica”, o que é no mínimo curioso na medida em que são as universidades que desenvolvem suas atividades calcadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, deixando claro que a preocupação com a qualidade da formação é mais uma vez, força de retórica!

O Art. 9º dispõe que “Os cursos de formação inicial para os profissionais do magistério para a educação básica, em nível superior, compreendem: I- cursos de graduação em licenciatura; II- cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados; III- cursos de segunda licenciatura. Preocupante o que dispõe o § 3º deste artigo, sobre a formação inicial que será ofertada “*preferencialmente, de forma presencial...*” (grifos nossos) o que abre espaço ainda maior para a educação a distância que já se constitui numa estratégia de ampliação de lucro, pelos empresários da educação. Uma outra prerrogativa que se abre a esse setor, refere-se à

segunda licenciatura para graduados, cuja oferta “poderá ser por instituições de educação superior, *preferencialmente* universidades. (grifos nossos). O conteúdo e objetivos dessa Resolução 2/15 nega o acúmulo histórico dos educadores, particularmente, via a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - ANFOPE, mas também pelo ANDES-SN, na defesa de uma formação inicial e continuada, socialmente referenciadas e articuladas a planos de carreira, salários e condições de trabalho dignos. Nesse sentido, concordamos com Freitas (2014), quando refere-se à formação de professores como uma área estratégica ao Capital, pois segundo ela “*a formação de professores é o alvo principal das atuais políticas educativas, principalmente no âmbito dos estados e municípios. Como área estratégica para o capital, por agregar valor ao seu processo de exploração e acumulação, vem mobilizando em toda a América Latina articulações entre empresariado e poder público para uma intervenção mais direta na educação pública, especialmente nas áreas de gestão, currículo, formação, avaliação e financiamento*”. FREITAS, (2014, p. 427). Essas articulações, às quais se refere Freitas (2014), são observadas quando se analisa o § 2º do Art 2º da Resolução 2/15, que ao dispor sobre a ação do profissional do magistério da educação básica, aponta as dimensões e os conteúdos da formação: as dimensões serão “técnicas, políticas, éticas e estéticas” e o conteúdo será “uma sólida formação envolvendo, o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas linguagens, tecnologias e inovações, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional”.

Nessa concepção, formação, portanto, prescinde de uma sólida base teórica e como passa a ser de responsabilidade de estados e municípios e ofertadas por *instituições credenciadas*, retira do Estado a responsabilidade de garanti-la em universidades. A ANFOPE e o ANDES-SN defendem que a formação seja uma política pública de Estado que contemple a formação inicial e continuada, a valorização profissional, condições dignas de trabalho, a carreira e remuneração dos profissionais da educação. O ANDES-SN, historicamente, defende a carreira única e tem lutado e resistido às investidas contra a desvinculação das Escolas de Aplicação das universidades federais. Defende-se carreira única para que os docentes da EBTT, tenham seus direitos garantidos. Solimões (2015) em sua dissertação de mestrado chama a atenção para o fato de que “*além das diferentes formas de subjetivação, conquistadas pela retórica do Estado, a grande diversidade presente na formação e nível de atuação docentes traz implicações na própria organização e processo de lutas unitárias enquanto categoria, gerando diferentes significados acerca da profissão e resultando em formas de consciência e resistência distintas*” (SOLIMÕES, 2015, p. 136-137. Cabe, portanto, ao ANDES-SN e suas Seções Sindicais, a intensificação da luta em defesa de uma formação de professores atendida com os princípios que defendem e que estão contidos no Plano Nacional de Educação da Sociedade brasileira e no seu projeto de Universidade. Além do que, é fundamental reagir à mercantilização e a privatização da educação, que vem crescendo no Brasil, por meio de um discurso falacioso, amparado pela mídia, utilizando os slogans da “qualidade” e da “oportunidade de acesso para todos” que busca torná-lo consenso social, mas que no fundo sabemos se tratar de mais uma estratégia para responder às exigências do Capital.

TR - 24

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1 - Intensificar a organização dos docentes e a articulação com as entidades nacionais e locais, com as faculdades de educação das universidades federais, para que se construam estratégias que barrem essa política de formação de professores contemplada na Resolução 2/15 que privilegia os empresários da educação, desvaloriza o Magistério e ameaça a manutenção dos direitos dos professores brasileiros.

Referências Bibliográficas

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado republicano: democracia e reforma da gestão pública; tradução: Maria Cristina Godoy – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

FREITAS, C.L Helena. PNE e formação de professores: contradições e desafios; IN: Revista *Retratos da Escola*, Brasília, v. 8, n. 15, p. 427-446, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

MEDEIROS, Luciene. O REUNI – uma nova regulação da política de expansão da educação superior: o caso da UFPA. (Tese de Doutorado em Educação), Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Belém, 2012.

SOLIMÕES, Andréa Cristina Cunha. Impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da educação infantil / Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2015.

TEMA III – PLANO DE LUTAS DOS SETORES

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O ajuste fiscal e o conjunto de ataques aos direitos dos trabalhadores e às políticas públicas realizados no âmbito nacional têm se reproduzido, de forma articulada, nos Estados e Municípios, implicando cortes de verbas às instituições estaduais e municipais de ensino superior (IEES/IMES). Os impactos são sentidos na falta de novos investimentos ou mesmo na diminuição de verbas de custeio, implicando na paralisação de obras ou de processos licitatórios e num drástico e rápido sucateamento de estruturas físicas e de instalações. Várias instituições não têm dinheiro sequer para honrar contratos com empresas que prestam serviços terceirizados, o que se soma à crônica carência de pessoal docente, caracterizando um quadro de aprofundamento da precarização.

Por outro lado, em vários Estados, os governos têm negado, até mesmo, a correção inflacionária dos salários dos servidores públicos e, inclusive, impedido a progressão na carreira de docentes e de técnicos administrativos por diversos mecanismos que ferem, até, os planos de cargos e de carreiras ou os acordos firmados previamente.

Esse quadro provocou intensas mobilizações, inclusive greves, nas IEES/IMES em que há seções sindicais do ANDES-SN, durante o ano de 2015. As lutas têm pautado a defesa da autonomia, melhores condições de trabalho, salários, carreira e o financiamento das universidades. O descumprimento de acordos firmados com o Movimento Docente motivou a deflagração de greves. Nesses enfrentamentos, docentes, técnico-administrativos e estudantes atuaram conjuntamente, mostrando uma forte capacidade de unificação nas lutas em defesa de direitos e da universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada.

Na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a categoria iniciou uma longa e radicalizada greve em maio de 2015, reivindicando o cumprimento de acordo selado em 2014, que previa reajuste salarial de 12,35% para maio de 2015 e outros reajustes anuais escalonados até 2018. Além disso, os docentes reivindicavam condições de trabalho e melhorias infraestruturais nos diversos *campi* da instituição. Alegando limites estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dificuldades de caixa, o governo do Estado e a reitoria da UERN recusaram-se ao diálogo com os professores, provocando a greve de cinco meses. O movimento foi marcado por atividades nos diversos *campi* e grandes manifestações públicas, como a que ocorrera em 16 de junho quando da realização de audiência pública na assembleia legislativa. Mesmo tendo por objeto o não cumprimento de acordo por parte do governo, contando com a unidade de ação dos três segmentos da comunidade acadêmica e tendo angariado o apoio de setores da sociedade civil, a greve foi considerada ilegal em ação impetrada pelo Estado, o que ocasionou a suspensão do movimento em outubro de 2015.

Por motivos similares, os docentes da Universidade Estadual da Paraíba também deflagraram greve em 19 de junho de 2015. Até o fechamento deste texto, o movimento continuava. Ressalte-se, de início, que a instituição tem garantido pela Lei nº 7643/2004 verbas correspondentes a 3% da receita ordinária arrecadada pelo Estado, o que faculta à administração da universidade a gestão de tais recursos. Usando de suas atribuições, o Conselho Universitário (Consuni) aprovou um reajuste salarial para os professores da ordem de 8% em fevereiro de 2015, não cumprido pelo reitor, que alegou não ter base legal para o repasse dos valores à folha de pagamento dos docentes. Os docentes reagiram com amplo processo de mobilização da comunidade acadêmica, inclusive recorrendo à justiça que, em abril, exarou ordem para que a

reitoria reajustasse os vencimentos dos professores em 6,41%, retroativo a janeiro. Face ao descumprimento do mandado judicial e da decisão do Consuni, os docentes deflagraram greve por tempo indeterminado em massiva assembleia realizada em 19 de junho. Além da reposição salarial, a pauta inclui exigência de condições de trabalho e realização de melhorias na infraestrutura dos *campi* que se encontram em estado avançado de sucateamento e de precarização. O movimento tem sido conduzido com ampla participação dos três segmentos da comunidade acadêmica nas assembleias e nos atos públicos, tendo se radicalizado com a ocupação da reitoria por doze dias – que resultou na reabertura de negociações com a administração e com o governo do Estado.

No Estado do Paraná, em dezembro de 2014, o governo se nega a pagar o 13º salário. O governo anunciou, em janeiro, o sequestro da previdência dos trabalhadores públicos. Em fevereiro, as AD (SINDUNESPAR, SESDUEM, ADUNICENTRO, ADUNIOESTE, SINDUEPG) deflagram greve, suspensa no final de março, com a assinatura de um Termo de Compromisso. O líder do governo, deputado Romanelli, e o secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), João Carlos Gomes, e o secretário da Casa Civil, comprometeram-se, dentre outros itens, a estabelecer uma Mesa de Negociação e uma Agenda Positiva com os sindicatos docentes. Além disso, o governo se comprometia a realizar negociações em relação à previdência e a uma agenda positiva, além de retomar as negociações, o que não foi cumprido, culminando no massacre de 29 de Abril. Em maio, as seções sindicais do ANDES-SN deram início às negociações da data-base. Mais uma vez, o governo acena com a proposta de 1,37% de reajuste. As AD deflagraram uma segunda greve. Nessa negociação, a pauta foi o pagamento dos “8,17 já”, que foi derrotada. Nessa segunda greve, encerrada em 24 de junho, os principais pontos de pauta foram: 1. Alteração do percentual do ATT (Adicional Titulação Docente); 2. Forma de ingresso na Classe de Professor; 3. Saída da UNESPAR e da UEP do sistema Meta-4. Foi criado um GT que já tem proposta encaminhada ao governo, aguardando finalização. Em setembro, um GT iniciou os trabalhos na SETI cobrando do governo soluções para as universidades estaduais, tais como a contratação por concursos de docentes e de agentes universitários, e foi informado que o reajuste da carreira docente (7,14%) seguia seu curso normal com o pagamento da última parcela no final de outubro, conforme o estabelecido em lei sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB) em 2012. Na atual pauta de lutas, constam ainda os seguintes itens: os encaminhamentos estratégicos da minuta de alteração do percentual do ATT para o governo estadual e a proposta sobre a forma de ingresso na classe de professor titular.

Na Bahia, a intransigência do governo em negociar a pauta de reivindicações do movimento docente somado à redução sistemática nas rubricas de investimento, custeio e manutenção, levou as/os professoras/es das universidades estaduais da Bahia (ADUNEB, ADUSB, ADUSC e ADUFS) a deflagrarem uma greve que durou 88 dias. A pauta de reivindicações era: defesa da autonomia universitária; garantia de recursos financeiros adequados para universidades estaduais na forma de repasse de, no mínimo, o correspondente a 7% da Receita Líquida de Impostos; respeito aos direitos trabalhistas; ampliação do quadro docente e melhoria salarial. A greve contou com forte presença de estudantes, que mesmo não estando em greve em sua totalidade, mas apenas no *campus* da UNEB, participaram de todas as atividades do movimento paredista. Atos públicos, bloqueios de estradas e ocupação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, dentre outros foram ações necessárias para que o movimento conquistasse a garantia dos direitos trabalhistas e a revogação do dito “entulho autoritário” que atacava a autonomia das universidades. Após a greve, a mobilização continuou por conta da possibilidade de as universidades estaduais não finalizarem suas atividades, por conta do estrangulamento orçamentário imposto pelo governo Rui Costa (PT), que se utiliza da alegação da crise para implantar seus ataques às universidades. O cenário desenhado para 2016 é o da necessidade de intensificar a mobilização em conjunto com estudantes e técnico-administrativos para frear a política de desmonte da educação superior na Bahia.

Constou do percurso organizativo da greve de 2015, na Universidade Estadual do Pará (UEPA), a definição de uma pauta centrada na melhoria das condições de trabalho e em mudanças estruturais necessárias para os *campi*. Foi também amplamente divulgada a denúncia sobre o

cutte de investimentos sofrido nos últimos dois anos, que chegou ao percentual de 89% de redução no orçamento da universidade. Ocorreu também a greve estudantil, que se utilizou do mote “S. O. S. UEPA” e que gerou ocupações em oito *campi* da universidade. O primeiro *campus* foi ocupado a partir de uma chamada feita pelo SINDUEPA em 17 de março. Realizada em 30 de março, a assembleia dos docentes deflagrou greve, e o movimento unificou suas pautas. A greve durou 43 dias a contar do primeiro *campus* paralisado e ocorreram assembleias locais com apoio da direção provisória do SINDUEPA nos *campi* mais distantes. Podemos elencar algumas conquistas como: suplementação orçamentária da ordem de R\$ 3 milhões para solução de problemas emergenciais nos *campi*; retomada de obras da agenda mínima do governo, que estavam paralisadas; constituição de comissão paritária para rever a lei de reestruturação da UEPA; pagamento do reajuste salarial da ordem de 13,01%; compromisso de realizar concursos públicos; aprovação da proposta do PCCR que estava parada no Conselho Universitário.

No Piauí, o ano de 2015, foi de intensos ataques do governo Wellington Dias (PT) aos docentes da UESPI. O governador não seguiu a Lei do reajuste salarial aprovada ainda em 2013, que garantia reajuste em maio (pagou apenas a metade do índice previsto e promete pagar o restante apenas em janeiro de 2016). O governo diz que a parcela do reajuste prevista em Lei para novembro também só será paga em novembro de 2016. Além disso, está atrasando a implantação das mudanças de nível, de classe, de regime de trabalho. Em reação ao ajuste fiscal do Estado, os docentes realizaram paralisações em abril e em maio contra o calote do governo e, mais recentemente, realizou uma paralisação de 24h, no dia 11 de novembro, em defesa dos direitos da categoria docente, contra o corte no orçamento da UEPI, por um orçamento melhor em 2016, e contra a insegurança no *campus*.

As IEES do Ceará (Uece, Urca e Uva) iniciaram 2015 paralisadas, em função de uma greve que havia sido suspensa em janeiro de 2014 e fora retomada em novembro do mesmo ano, motivada pelo não cumprimento de pontos centrais do acordo entre o movimento e o então governador Cid Gomes (PSB). As pautas não cumpridas eram: a realização de concurso público para professores e servidores técnicos e administrativos, a aprovação de lei que regulamenta a classe de professor associado, a criação de novo curso e a ampliação do prédio da Faculdade de Educação de Itapipoca (Facedi). Empossado, o novo governador Camilo Santana (PT) recebeu o movimento e assumiu o compromisso de realização dos pontos pendentes do governo anterior, o que resultou na suspensão do movimento em janeiro de 2015. Porém, passados onze meses, o acordo foi cumprido apenas parcialmente: aprovação da lei que regulamenta a classe de professor associado, realização de concurso para preenchimento de parte das vagas de docentes e técnico-administrativos e feita a licitação da obra da Facedi. Além do não cumprimento do acordo em sua totalidade, o governo determinou corte de verbas de custeio da ordem de 20% para as IEES, comprometendo a manutenção da capacidade instalada, inclusive o pagamento de firmas terceirizadas responsáveis pelo fornecimento de vários serviços nas universidades e as bolsas de assistência estudantil, que havia sido conquistadas um ano atrás. Por meio de resoluções de órgãos vinculados à Secretaria da Fazenda, o governo tem embargado o repasse de ganhos pecuniários em função de progressões na carreira docente, bem como proibindo a liberação de servidores para cursar pós-graduação com ônus para o Estado e a concessão de diárias e de passagens para participarem de eventos científicos e de outra natureza. Organizadas no Fórum das Três, as seções sindicais do ANDES-SN se mobilizam com três finalidades: 1ª) garantir o cumprimento do acordo em sua totalidade; 2ª) reverter os cortes de verbas de custeio; 3ª) garantir autonomia e democracia nas IEES. Nessa direção, essas seções sindicais têm desenvolvido várias formas de mobilização e intensificado o trabalho de base, inclusive participando ativamente da reestruturação dos estatutos e dos regimentos das IEES, realizando audiências com reitorias e secretaria de ciência e tecnologia, bem como atuando para aglutinar forças com alguns movimentos sociais e estudantil locais.

Em São Paulo, conseguiu-se um reajuste de 4% em maio e mais 3,09% em outubro/15, resultando em um reajuste de 7,21% (índice Fipe) na Unesp, Unicamp e USP. Havia o compromisso do Conselho de Reitores (Cruesp) de eventual negociação no segundo semestre, dependendo da arrecadação do ICMS, que ficou muito aquém do previsto. Apesar da

mobilização realizada, não se conseguiu ampliar os 9,57% do ICMS-QPE hoje destinados à Unesp, Unicamp e USP. As discussões dos demais pontos da pauta unificada do Fórum das Seis estão ocorrendo de forma precária nas três universidades. Destaca-se, no período, que três projetos de lei relativos ao Plano Estadual de Educação (PEE) concorrem na Assembleia Legislativa (Alesp): um do Executivo, outro do Fórum Estadual de Educação (organismo meio “chapa branca”) e o elaborado, sob a coordenação da Adusp, pelas AD em conjunto com outras entidades. A correlação de forças na Alesp permite antever pouca chance de aprovação do PL nº 1.035/15, mas este constitui uma referência central para a defesa da utopia educacional do ANDES-SN no Estado.

Nos dias 24 e 25 de abril, foi realizada uma reunião do setor das IEES/IMES, que iniciou com um debate sobre o Funpresp e seus correlatos nos estados, no qual foi pontuado o ataque dos governos estaduais às previdências dos docentes das IES nos Estados, em particular, a instituição das previdências privadas. Além disso, discutiu-se os encaminhamentos do plano de lutas do setor aprovados no 34º Congresso do ANDES-SN, destacando-se a organização do Seminário e do Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES e a realização de uma semana de lutas do setor das IEES/IMES de 25 a 29 de maio. Essa semana de lutas foi marcada por mobilizações em vários estados em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, culminando com a paralisação nacional organizada pelas centrais sindicais, no dia 29 de maio, contra o PL 4330.

Em relação ao orçamento das universidades, discutiu-se a realização de estudos e análises das contas públicas e dos orçamentos, com ênfase no financiamento e na evolução salarial dos servidores das IEES/IMES, além de levantamento, nos âmbitos estadual e municipal, da situação orçamentária e do financiamento dessas instituições, tendo sido deliberado que o escritório do Dieese no ANDES-SN deverá realizar um levantamento, via orçamento e contas públicas, do financiamento das IEES e IMES, seguindo a seguinte metodologia: relacionar o valor do orçamento destinado às IEES/IMES com o Produto Interno Bruto (PIB), a Receita Líquida de Impostos (RLI), a Receita Corrente Líquida (RCL) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados, no período de 2000 a 2014.

Além dessa iniciativa, foi enviado às seções sindicais, pela diretoria, um modelo de requerimento a ser protocolado nas reitorias, em que são solicitadas informações sobre as receitas e as despesas das Instituições de Ensino Superior (IES). Em relação à dívida pública dos estados, foi reafirmado o compromisso de que as seções sindicais devem fomentar a criação de núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida e fortalecê-los onde já existe, bem como obter e analisar dados sobre o endividamento dos estados.

Em setembro, foi realizado o seminário “Federalização e Financiamento” e o XIII Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, na sede da ADUNICAMP, em Campinas (SP). O seminário foi um espaço privilegiado para a exposição de pesquisas, debates e reflexões sobre a temática geral do evento, buscando acumular saberes sobre o processo de federalização e de estadualização de IES estaduais e municipais, aspectos jurídicos do processo de federalização, estudos de caso sobre o financiamento das universidades, orçamentos e destinação de verbas para o custeio das políticas públicas. Foram relatadas lutas pela federalização e estadualização em IES, em particular, as experiências da FURB, em Joinville (SC), e da UERN, em Mossoró (RN). Em seguida, foi feita uma análise dos aspectos legais da federalização e da estadualização, pela nossa assessoria jurídica, que entre outros pontos defende que é possível a transposição de funcionários públicos estaduais e/ou municipais para o serviço público federal.

O Encontro Nacional abordou o tema “Expansão, *multicampia* e precarização”. Com mesas redondas e painéis, discutiu-se a temática, indicando alguns encaminhamentos para a reunião do setor. O tema central do encontro mereceu um TR específico, conforme indicado na última reunião do setor, em novembro, no Rio de Janeiro, em que também foi atualizado o plano de lutas do Setor das IEES/IMES, tomando como documento base as deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN.

O TR abaixo leva em consideração os indicativos deliberados na reunião do setor, com os ajustes e as atualizações necessários. Em relação aos itens gerais, manteve-se o Encontro Nacional do Setor, sem o Seminário que o antecede, que tem sido realizado no mesmo dia da abertura do Encontro. Avaliou-se que o tema do Seminário pode ser incluído na programação do Encontro. Além disso, manteve-se a semana de lutas do setor em defesa de mais recursos para as IEES/IMES, a ser realizada na última semana do mês de maio, período em que a LDO é discutida nas assembleias legislativas. Inseriu-se a luta contra a precarização do trabalho docente e os ataques aos direitos trabalhistas, pauta de lutas realizadas em 2015, e que deve continuar em 2016.

Em relação à valorização do trabalho docente, a manutenção das campanhas salariais e os ataques à previdência dos servidores foram mantidos, tendo em vista que muitas lutas têm sido travadas pela quebra de acordos e de “saque” ou modificações aos/dos regimes de previdência dos servidores públicos.

No que tange ao financiamento, um dos problemas nodais das IES nos Estados, estando no centro de diversas lutas no setor, optou-se por intensificar as lutas e os estudos indicados nas deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN. Finalmente, em relação à democracia e à autonomia, em vista dos processos estatuintes em andamento em algumas IES do setor, indicou-se pelo aprofundamento da luta por estatuintes democráticas, paritárias e soberanas. Com o objetivo de se socializar as diversas experiências de estatuintes, indicou-se a realização de uma publicação especial sobre o tema. No bojo da luta por democracia interna, atualizou-se a deliberação sobre as eleições para reitores constantes no Caderno 2 do ANDES-SN.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

O 34º CONGRESSO delibera:

A - Geral

- 1. Construir, onde não existam, ou fortalecer, onde já existam, fóruns dos três segmentos acadêmicos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) nas/das IEES/IMES, com o fim de fortalecer lutas unitárias em articulação com os trabalhadores terceirizados destas IES.*
- 2. Lutar contra os processos de avaliação docente orientados pelo produtivismo, oriundos seja das administrações das Instituições de Ensino Superior (IES), seja das agências de fomento e outros agentes, defendendo parâmetros qualitativos.*
- 3. Realizar, no segundo semestre de 2015, o XIII Encontro do Setor das IEES-IMES com o tema a ser definido na reunião do setor das estaduais preparatória para o XIII Encontro, recomendado que seja Expansão, multicampia e precarização.*
- 4. Realizar, no segundo semestre de 2015, o Seminário Nacional sobre federalização e financiamento das IEES/IMES*
- 5. Realizar um Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 27 de maio de 2015.*

B - SOBRE O FINANCIAMENTO:

1. Intensificar a luta, em cada estado, pela vinculação e aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar intervindo por meio de mobilizações:

1.1 Na LDO e, se necessário, na LOA;

1.2 Nos planos Plurianuais de governo.

2. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:

2.1 campanhas salariais;

2.2 defesa do teto salarial em cada estado - e seus municípios - de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

2.3 defesa da carreira, segundo os princípios do caderno 2 do Andes-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

3. Realizar estudos e análises das contas públicas e orçamentos, com foco no financiamento e evolução salarial dos servidores das IEES-IMES;

4. Orientar as seções sindicais e secretarias regionais a procederem levantamento, no plano estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, se necessário, assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por meio do seu escritório no Andes-SN de modo a atender efetivamente a demanda das ADs.

5. Realizar pesquisa sobre a dívida de estados e municípios, e suas implicações para o financiamento público das IEES-IMES;

6. Cobrar transparência dos governos sobre transferência de recursos para pagamento das dívidas públicas e divulgar suas implicações sobre o cumprimento das obrigações dos diversos entes federados em relação aos direitos sociais fundamentais, como educação e saúde;

7. Denunciar o comprometimento dos orçamentos dos estados e municípios em face de suas dívidas com a União;

8. Integrar e fortalecer comitês e jornadas de lutas locais em defesa da educação pública, por 10% do PIB para educação pública já, conforme definido no Encontro Nacional de Educação (ENE), incorporando a demanda de financiamento das estaduais e municipais;

9. Reforçar o combate nos estados e municípios contra a transferência de recursos públicos para o setor privado, como o ProUni e Fies, e outras similares que estão sendo implantadas nos estados.

10. Lutar pelo financiamento público e fortalecimento do SUS, garantindo a qualidade dos cursos de saúde e Hospitais Universitários nas IEES.

C - SOBRE DEMOCRACIA E AUTONOMIA

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas;

2. Divulgar as experiências de realização de Estatuintes nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais);

3. Defender a democratização da gestão universitária com:

3.1 Defender a democratização da gestão das Instituições de Ensino Superior com eleição direta para todos os cargos dirigentes e conselheiros e com processo realizado e finalizado na própria Instituição de Ensino Superior;

3.2 Garantia de autonomia e democracia nas relações das instâncias deliberativas das Instituições de Ensino Superior, bem como destas com o governo.

D- SOBRE FEDERALIZAÇÃO

1. Sobre Federalização: a. Aprofundar a discussão da temática federalização/estadualização das Instituições públicas de Ensino Superior (IES) estaduais e municipais, considerando a sua relação com a expansão sem qualidade do ensino superior público associado, cobrando a responsabilidade dos governos;

2. Realizar estudos e produzir pareceres sobre a situação funcional e trabalhista dos servidores em caso de federalização/estadualização;

3. Esclarecer as condições jurídicas e operacionais da inversão de recursos federais e da utilização da capacidade instalada das IEES/IMES;

4. Problematizar as implicações acerca da implementação de cursos em IFE na mesma área de abrangência das IEES/IMES, com foco na estratégia de desresponsabilização dos governos estaduais e municipais com o ensino superior.

TR - 25

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A – Geral:

1. Realizar, no segundo semestre de 2016, em Salvador (BA), sob a organização da ADUNEB, o XIV Encontro Nacional do Setor das IEES/IMES, com tema a ser definido na reunião do Setor, preparatória para o XIV Encontro Nacional.
2. Realizar uma semana de lutas do setor das IEES/IMES, de 23 a 27 de maio de 2016, em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES.
3. Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente e a violação dos direitos trabalhistas.

B – Sobre a Seguridade Social:

1. Lutar contra a apropriação de recursos dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos dos Estados, por parte dos governos, e sua utilização para outros fins.
2. Lutar contra a implantação dos Fundos de Pensão nos Estados, em articulação com os demais servidores públicos nos Estados.
3. Atualizar os dados sobre os planos de carreira dos docentes das IEES/IMES e analisar as mudanças nas carreiras, que retiram direitos de aposentadoria.

C – Sobre a Valorização do Trabalho Docente:

1. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:
 - 1.1 campanhas salariais;
 - 1.2 intensificar a defesa do teto salarial em cada estado – e seus municípios – de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF);
 - 1.3 defesa da carreira, segundo os princípios do Caderno 2 do ANDES-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

D – Sobre o Financiamento:

1. Intensificar a luta, em cada estado, pelo aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando, no mínimo, o “total do produto” da receita de impostos. Continuar atuando por meio de mobilizações:
 - 1.1. na LDO e, se necessário, na LOA;
 - 1.2. nos planos Plurianuais de governo.
2. Dar continuidade a estudos e a análises das contas públicas e dos orçamentos, com foco no financiamento e na evolução salarial dos servidores das IEES/IMES.
3. Continuar a orientar as seções sindicais e as secretarias regionais a procederem levantamento, no âmbito estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, se necessário, assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por meio do seu escritório no ANDES-SN de modo a atender efetivamente a demanda das AD.
4. Contribuir para realização de pesquisas sobre a dívida de estados e municípios, e suas implicações para o financiamento das IEES/IMES, inclusive fomentando a participação das S. Sind. e das AD em núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida.

E – Sobre Democracia e Autonomia:

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas, com participação paritária de docentes, técnico-administrativos e estudantes.

2. Socializar e divulgar as experiências de luta pela realização de Estatuintes nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais), por meio de uma publicação especial no 1º semestre de 2016, elaborado com base nos relatos das S. Sind. ou das AD que realizaram processos estatuintes.

F - Sobre o Processo de Eleições:

1. Defender a eleição direta, paritária ou universal, para todos os cargos dirigentes e conselheiros, com processo realizado e finalizado na própria instituição.



Diretoria do ANDES-SN

SOBRE A MULTICAMPIA E A INTERIORIZAÇÃO DAS IES

TEXTO DE APOIO

Aparentemente, a *multicampia* surgiu no Brasil com os objetivos de expandir e de democratizar o acesso à educação superior num país de dimensões continentais. E é razoável supor que seria mais fácil utilizar alguma infraestrutura acadêmica já existente para expandir as instituições de ensino superior (IES). O mesmo poderia ter se dado com a interiorização dessas instituições – isso, muito provavelmente, é o que sucessivos governos gostariam que pensássemos. Mas tudo leva a crer que esse fato não corresponde à realidade histórica.

No Brasil, para o setor das IEES/IMES prevalece o entendimento de que a *multicampia* foi implantada por interesses particulares de segmentos sociais dominantes em determinados períodos, mesmo que, algumas vezes, em resposta a demandas de setores sociais organizados da sociedade civil. Ou seja, é muito provável que a razão primeira da expansão da oferta desse ensino no país tenha se dado por interesses de grupos políticos e mesmo pessoais de presidentes, de deputados, de senadores, de governadores, de prefeitos etc. O exemplo mais claro que nos ocorre foi a expansão havida, em São Paulo, após a luta travada pelos “excedentes do vestibular” no final dos anos de 1960, quando estudantes, que mesmo alcançando a nota mínima para passar no processo seletivo, não conseguiam se matricular, pois não havia vagas suficientes para ingresso no ensino superior. Há, ainda, quem sugere, e com argumentos plausíveis, que *multicampia* no Brasil seria reflexo de experiências ocorridas em outros países.

O central aqui é deixar claro que não nos opomos, por princípio, à expansão das IES por meio da *multicampia*, ou por meio de um processo de interiorização dessas instituições, o que nos faz questionar a opção por essa alternativa é a forma como ela vem sendo realizada, propiciando uma expansão sem financiamento público necessário à qualidade do trabalho acadêmico; sem o devido planejamento, sem um diagnóstico das necessidades regionais e locais; sem a garantia de condições adequadas de trabalho – de docentes e de funcionários técnico-administrativos – para o cumprimento do tripé ensino, pesquisa e extensão; com fragmentação geográfica do local de trabalho; sem políticas reais de acesso e permanência estudantil.

A *multicampia*, na forma como tem sido implantada, tem aprofundado no interior das IES a precarização do trabalho, bem como tem imposto desafios organizativos ao ANDES-SN, em especial no que diz respeito à participação democrática.

TR - 26

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A expansão e a interiorização das IEES/IMES devem ser garantidas com as seguintes condições:

1. como parte de um projeto de universidade pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada;
2. planejadas, democraticamente, com base em diagnóstico das necessidades locais e de modo que assegurem a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
3. financiadas com verba pública que assegure condições dignas de trabalho e de estudo;
4. contratação de professores efetivos por meio de concurso público e o fim de todas as formas de precarização do trabalho docente;
5. não fragmentação geográfica do local de trabalho, sem a obrigatoriedade de os professores desenvolverem suas atividades em *campus* multicidade ou em mais de uma localidade, a exemplo dos cursos interdepartamentais;
6. adequação de moradia e/ou permanência dos docentes nos locais e nas cidades em que trabalham;
7. política adequada de acesso e de permanência estudantil.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

Em 2015, em consonância com últimas análises de conjuntura feitas em nossas instâncias deliberativas, constatamos o aprofundamento da contrarreforma do Estado, com sua lógica privatista, bem como dos ataques ao conjunto dos serviços públicos e de seus trabalhadores. Da mesma forma, caracterizamos que o enfrentamento a esse processo colocava para os docentes federais a necessária articulação da luta pela pauta específica à luta pela pauta geral dos SPF, construída, especialmente, pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais.

A luta pela conquista das reivindicações dos docentes das IFES, conforme aprovadas no 34º Congresso e atualizada no 60º CONAD, o qual ocorreu durante a mais longa greve nacional do Setor, se deu diante do endurecimento da política econômica, com volumosos cortes na área social em geral e na educação em particular, ao mesmo tempo em que houve o acirramento da disputa de projetos societários e de educação, com forte repercussão no interior das instituições federais de ensino.

A campanha Salarial o âmbito dos SPF

Com base nas ações realizadas desde o ano de 2014 para definição da pauta, o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF fez o lançamento da Campanha Salarial Unificada em fevereiro de 2015, protocolizando a pauta no MPOG. Diante da falta de resposta do governo, o Fórum realizou a Jornada de lutas nos dias 7, 8 e 9 de abril, além outras mobilizações, atos locais e

paralisações, pressionando o governo a iniciar, em abril, a discussão sobre a pauta dos SPF, quando a sua perspectiva era que isso se desse apenas a partir do final de maio, com reduzido tempo para negociação.

Dividindo a pauta em dois blocos, negocial e financeiro, foi estabelecido um calendário de reuniões entre o Fórum e o governo. Com pouco avanço na negociação geral e sem respostas efetivas às demandas específicas apresentadas por diferentes categorias, colocava-se, como necessário, para avançar nesse processo, a construção de uma greve dos SPF. A unidade do Fórum com a realização de novas manifestações em Brasília, já com a deflagração de greve por algumas entidades (ANDES, FASUBRA e FENAJUFE), fez com que o governo voltasse a reunir com os SPF, em 25 junho, e apresentasse proposta de índice linear (21,3% dividido em 4 parcelas de 2016-2019), ao passo que a reivindicação do Fórum consistia em 27,3%, em janeiro de 2016.

A proposta do governo foi rechaçada pelo conjunto das Entidades. Além de representar o confisco salarial dos SPF, por desconsiderar perdas passadas e projeções futuras, buscava reduzir a pauta da campanha salarial a único ponto: o reajuste linear. Assim, o Fórum exigiu do governo a apresentação de nova proposta, considerando o conjunto da pauta apresentada.

Diante desse cenário, em Reunião Ampliada, realizada em 28 de junho, o Fórum apontou a necessidade de fortalecer as greves em curso, na perspectiva de construção de greve unificada dos SPF, a partir de julho. Esse movimento fez com que outras Entidades também deflagrassem greves (FENASPS, SINASEFE, ASFOC e CONDSEF), com diferentes estágios de enfrentamento e de mobilização. Ainda que não tenhamos conseguido construir uma greve unificada de todo o funcionalismo público federal, as diversas ações realizadas forçaram o governo a incluir em sua contraproposta o reajuste dos benefícios para janeiro de 2016.

Diante da reiteração da contraproposta do governo, referente ao índice de reajuste, passou-se a construir, no interior do Fórum, a possibilidade de apresentação de um índice intermediário, que considerasse as perdas acumuladas até 2015, sem projeção de inflação futura. A partir de um estudo realizado no Fórum, apontou-se o índice de reajuste linear de 19,7% em uma única parcela para 2016, com base na inflação acumulada desde 1º de julho de 2010 até junho de 2015, descontado o reajuste de 15,8% concedido, em 3 parcelas, a partir de 2012. Porém, tal estudo não foi aprovado por todas as Entidades que compõe o Fórum, não sendo assim apresentado ao governo.

De toda forma, o Fórum persistiu na unidade se posicionado contrário à contraproposta do governo, realizando novas ações de mobilização em Brasília, com mais radicalização, como o Trancaço no MPOG no dia 27 de agosto. Essa ação arrancou nova reunião, ocorrida no dia 30/08/15, na qual o governo se comprometeu em estudar mudanças na contraproposta, com a sinalização da redução no número de parcelas do reajuste.

Com a intensificação da mobilização e com o fortalecimento das greves, o governo procurou impor sua contraproposta como condição para realização de mesas setoriais. Com esse intuito, o governo reapresentou para algumas entidades sua contraproposta com 10,5% dividido em duas parcelas (janeiro de 2016 e janeiro de 2017) e reajuste nos benefícios (janeiro de 2016). No âmbito do Fórum, foi reafirmada a necessidade de negociação do índice e dos benefícios, bem como dos demais pontos da pauta, bem como a premissa de que a negociação deveria se dar de forma coletiva, com base nas mesas, com o conjunto das Entidades, organizadas no Fórum. Também foi ressaltado, no que tange ao reajuste linear, não aceitar nenhum índice abaixo da inflação. Entretanto, após receber a proposta, algumas entidades indicaram a aceitação do acordo nos termos apresentados pelo governo, com atendimento de outros pontos das pautas específicas.

Em 14/9/2015, o governo anunciou novo pacote de “ajustes”, com mais severos cortes, R\$ 26 bilhões, no orçamento previsto para 2016. Para os SPF, esse pacote de maldades, além de implicar na suspensão dos concursos públicos e na extinção do abono permanência, implicou no adiamento da primeira parcela do reajuste então apresentado para agosto de 2016.

O anúncio dessas medidas deu novo impulso à mobilização das Entidades dos SPF. Em reunião realizada com presença de 19 das 23 Entidades do Fórum, por unanimidade, foi repudiado o novo pacote do governo, o qual retira direitos dos trabalhadores e aprofunda o desmonte dos serviços públicos. Também foi aprovado o dia de Manifestação Nacional dos SPF em Brasília/DF em unidade com o MTST, no dia 23 de setembro, com atos, paralisações e atividades radicalizadas nos Estados.

As ações desenvolvidas no dia 23/9/15, com destaque para a ocupação do Ministério da Fazenda pelo MTST, ainda que tenha evidenciado a disposição de enfrentamento e de luta contra as medidas que atacam direitos, não garantiram a reabertura de reuniões com o Fórum.

Mesmo tendo o Fórum considerado a proposta de reajuste (10,5%, dívida em 2 anos, com primeira parcela em agosto de 2016) um confisco salarial aos SPF, algumas entidades (como CONDSEF, FASUBRA e FENASPS) aprovaram a aceitação do acordo, com a inclusão de outros pontos de suas pautas específicas.

Em nossa avaliação, a construção da Campanha Salarial Unificada foi elemento central na construção de amplas mobilizações nacionais, proporcionando o acúmulo de forças dos SPF. Entretanto, é necessário que identifiquemos as fragilidades desse processo, evidenciadas, especialmente, no desfecho da campanha. Assim, merece destaque: a diversidade dos processos políticos, organizativos das entidades que compõem o Fórum e posicionamentos em relação ao governo federal; a intervenção do governo na tentativa de desarticulação do Fórum, procurando sempre tratar da pauta geral a partir das mesas setoriais, com as Entidades isoladamente; e a necessidade intensificar as ações do Fórum no âmbito dos estados.

Mesmo com tais fragilidades, com a unidade construída, os SPF expuseram as implicações da política econômica nos ataques aos direitos dos trabalhadores em geral, e, particularmente no serviço público. Além disso, avaliamos que essa ação impediu maiores retrocessos de direitos. Nesse sentido, é fundamental mantermos o Fórum e construirmos também, em 2016, uma forte Campanha Unificada dos SPF. Conforme discutido na reunião do Setor das Federais, realizada nos dias 30 e 31/10/15, apontou-se a continuidade das ações de mobilização e das lutas conjuntas com os SPF, organizados no Fórum das Entidades Nacionais dos SPF. Da mesma forma, em reunião do Fórum, em 10/11/15, destacou-se a necessidade de acumular forças, em conjunto com os trabalhadores do setor público e privado, na construção de uma agenda de luta para barrar os ataques contra os trabalhadores, na perspectiva de construir condições para uma greve geral. Nessa mesma reunião, definiu-se por nova reunião do Fórum, para avaliar a Campanha Salarial Unificada 2015 e apontar elementos para a Campanha Salarial 2016, a partir da realização de Reunião Ampliada do Fórum dos SPF.

Campanha salarial no âmbito específico do Setor das Federais

Em relação à luta específica do setor das IFES, após a definição da pauta no 34º Congresso, o ANDES-SN deslançou a campanha salarial protocolizando a pauta no MEC e MPOG em março. Ainda naquele mês, de 16 a 25, realizamos a rodada de AG para tratar da mobilização da categoria, da pauta local, de estratégias de luta e de negociação e da construção da greve. Em 28 e 29/03, ocorreu reunião do Setor com a presença de 41 seções na qual foi deliberado que, no mês de abril, deveriam acontecer ações de mobilização e a definição de pautas locais articuladas com a pauta do Setor e do Fórum Nacional das entidades nacionais dos SPF, bem como a realização de outra rodada de AG de 15 a 24/04, pautando a greve nacional dos docentes das IFE, com indicação do período e da articulação com a construção da greve unificada dos SPF.

Nos dias 25 e 26/04, a reunião do Setor, com a presença de representantes de 37 seções sindicais, avaliou o resultado das AG. Como deliberação, foi reafirmada a necessidade de construção de mobilizações conjuntas com os SPF, para construir uma greve unificada a fim de arrancar do governo uma resposta em relação à pauta protocolizada pelo Fórum. Também foi aprovado o indicativo de greve nacional dos docentes das IFE, com início no período de 25 a 29 de maio. Na ocasião, foi encaminhado Texto de Análise do Setor, com o título “Setor das Federais aprova indicativo de greve docente nas IFE”, acompanhado de Calendário de

Mobilização, que apontou, entre outras ações, nova rodada de AG, de 28/4 a 12/5, pautando o indicativo de greve.

Nos dias 15 e 16/5 ocorreu nova reunião do Setor, com representantes de 43 Seções Sindicais, na qual foi avaliada a conjuntura e os resultados das assembleias sobre o indicativo de greve. Na reunião, foi deliberado pela deflagração da greve nacional dos docentes das IFE, no dia 28 de maio, com rodada de AG de 20 a 25/5, tendo tal pauta.

Pressionado por essa decisão, o governo/MEC realizou uma reunião com o ANDES-SN em 22 de maio. Na ocasião, em que Luiz Cláudio Costa (Secretário Executivo do MEC, Ministro da Educação em Exercício), entre outras posições, indicou o não reconhecimento do acordo firmado entre o MEC e o ANDES-SN (assinado em 23 de abril de 2014) para retomar o processo de reestruturação da carreira docente com base nos eixos apresentados pelo Sindicato Nacional. Nessa reunião, ao ser questionado sobre os cortes no orçamento e na realização de concurso público para docentes nas IFE, o MEC, reafirmando os cortes, indicou não ter dimensão dos seus impactos nas instituições e que estavam estudando com o MPOG a liberação dos concursos.

Diante da negligência do governo com a pauta da categoria, da negação do acordo firmado em 2014 e dos cortes no orçamento das IFE, após mais uma rodada de AG, foi aprovada, em 18 Seções Sindicais, a deflagração da greve para o dia 28 de maio.

Seguindo a decisão da categoria, o Comando Nacional de Greve (CNG-ANDES-SN) foi instalado no dia da deflagração da greve nacional. Com o crescimento do movimento grevista, que atingiu 38 Seções Sindicais em um mês, a SESu/MEC reuniu com o ANDES-SN, em 23/06/15. Na ocasião, o secretário Jesualdo Farias apresentou um documento que, além de evasivo em relação à pauta do setor, reafirmava as medidas privatizantes em curso como solução para os problemas das IFE. Os representantes do CNG-ANDES-SN cobraram respostas concretas à pauta de reivindicações e a retomada das negociações a partir do acordo firmado em 2014. Em resposta, o MEC apontou a possibilidade de criação de um GT para tratar da reestruturação da carreira, sem nenhuma definição clara de prazo.

No desenrolar da greve dos docentes das IFE, a categoria, respondendo a consulta do CNG-ANDES-SN, aprovou, com base em estudo produzido no Fórum, a definição de novo índice linear de 19,7%, para janeiro de 2016, como uma contraproposta dos SPF para ser levada ao governo. Como já mencionado, tal proposição não foi aprovada pelo conjunto das Entidades, não sendo assim incorporada pelo Fórum.

Diante da reiterada disposição do governo MEC-SESU em não estabelecer um efetivo processo de negociação com o CNG-ANDES-SN, deliberou-se pela realização de ações mais contundentes. Assim, uma série de mobilizações e de atos radicalizados foram realizados no âmbito das IFE e nacionalmente. Dentre tais ações, cabe destaque às manifestações articuladas com técnico-administrativos e, especialmente, com estudantes, como o trancaço da porta principal do MEC (em 28/08) e à ocupação da entrada do gabinete do Ministro da Educação, Janine Ribeiro, em 24/09. Tais ações forçaram, respectivamente, a retomada de reuniões com a SESu/MEC, no mesmo dia 28/8, e o agendamento de reunião, para 5/10, com o Ministro da Educação (a qual não se efetivou, com a alegação da falta de agenda em função da troca de ministros).

Em todo esse processo, ficou evidente a determinação do governo em tocar seu projeto educacional privatizante a qualquer custo. Para tal, utilizou-se de toda truculência do aparato militar repressor, como ocorreram em diferentes momentos em que fomos ao MEC cobrar negociações efetivas. O auge dessa situação ocorreu no dia 5/10, no ato público em que o CNG-ANDES-SN, com apoio de representantes do SINASEFE e de estudantes, cobrava a reunião agendada com o Ministro da Educação, após a ocupação do gabinete do ministro.

Nos ataques e nos embates estabelecidos durante nossa greve, merece destaque a campanha “Abre as contas reitor/a”, que provocou a exposição, em diversas IFE, dos impactos do corte no orçamento da educação federal. Também cabe ressaltar o enfrentamento aos ataques à educação em curso no Congresso Nacional, com aval do governo federal, com destaque para o PLC

77/2015, que dispõe sobre o estímulo à ciência, tecnologia e inovação e a Proposta de Emenda Constitucional 395/2014, que busca limitar o caráter público e gratuito da educação superior nas instituições públicas. Isso num contexto de intensificação dos cortes nas áreas sociais, impostos pelo “pacotão”. Conforme avaliou o CNG-ANDES-SN, essa greve cumpriu papel fundamental na defesa da educação pública e da carreira docente, articulada à luta em defesa dos serviços públicos e dos direitos dos trabalhadores.

Certamente, a saída da greve se deu num momento duríssimo para a universidade pública. Exatamente pela necessidade de manter a mobilização e de evidenciar a unidade da categoria em torno do Sindicato Nacional, a base definiu pelo encerramento da greve 2015. Em 26 de setembro, o CNG-ANDES-SN, analisando o momento da Campanha Salarial Unificada dos SPF e o movimento interno em nossa base, com 43 Seções Sindicais em greve, apontou a realização de AG, até 1/10, para avaliação da conjuntura e das perspectivas da greve nacional dos docentes federais. Considerando os resultados das AG, em 4/10, encaminhou para as bases texto de avaliação “Construir a saída unificada da greve para fortalecer a unidade da categoria docente”, com a deliberação de rodada de AG, de 6 a 8/10, para avaliar e se posicionar sobre a saída unificada. Em 9/10, em novo Comunicado do CNG-ANDES-SN, com base nas deliberações das AG, foi definida a saída unificada da greve nacional dos docentes federais, no período de 13 a 16/10.

O cenário de construção de nossa greve foi bastante adverso. Antes mesmo de sua deflagração, tínhamos o entendimento da dureza da conjuntura nacional marcada pelo aprofundamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores, em geral e em particular dos SPF. Seguindo os ditames da política econômica neoliberal, o governo, com o discurso da necessidade de ajuste fiscal, fez severos cortes no orçamento social. Para a educação, além do corte acima de R\$ 10 bilhões, esse processo também foi acompanhado de ampliação de recursos para o setor mercantil (via PROUNI e FIES) e de ataques ao caráter público e gratuito nas IES públicas. Em tal contexto, acirrou-se, também em nossa base, a disputa em torno de projetos antagônicos de educação. Nossa greve com uma adesão temporal desigual das seções, a mais longa do Setor das IFES, além de expor o projeto do governo/capital para a educação, cumpriu importante papel na defesa da educação pública e gratuita, com a participação considerável, no âmbito das IFE e nas atividades nacionais, de professores recém-ingressados na carreira, o que representa a renovação de quadros e a manutenção da disposição de luta das novas gerações de professores.

Também é preciso registrar, que durante a greve, avançamos na unidade com os técnico-administrativos e estudantes. Essa articulação ocorreu com base na ação conjunta nacionalmente construída pelas entidades sindicais (ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE) e no movimento estudantil (ANEL, FENET e Oposição de Esquerda da UNE). Nesse movimento, merece destaque a Reunião e a Marcha da Educação Federal, ocorrida nos dias 6 e 7/7, além das diversas caravanas, marchas e atos realizados em Brasília e no âmbito de cada IFE.

Mesmo no encerramento da greve, nossa base reafirmou disposição de luta e a convicção da necessidade de não compactuarmos com os ataques do governo federal. Por decisão da quase totalidade das assembleias de base, saímos da greve sem assinar acordo. Na prática, isso significa não legitimar o confisco salarial, a continuidade da desestruturação da carreira docente e a destruição das IFE. Reafirma-se a defesa da educação pública, gratuita, autônoma e democrática, comprometida com os interesses da maioria da população na realização do ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito específico do setor, continua, mais do que nunca, na ordem do dia, a defesa intransigente e cotidiana do caráter público das IFE, da autonomia, da valorização do trabalho docente e reestruturação da carreira, da isonomia e paridade salarial entre docentes das carreiras de EBTT e Magistério Superior e entre ativos e aposentados, bem como o direito à previdência pública. Dessa forma, conforme apontado pela Reunião do Setor, ocorrida nos dias 30 e 31/11/15, a primeira após a greve nacional, faz-se necessário mantermo-nos mobilizados em cada IFE, e nacionalmente, para darmos continuidade à luta contra os ataques em curso. Destaque especial nesse embate à luta contra a aprovação da PEC 395/2014, do PLC 77/15 e do PL 4643/12. Também é indispensável intensificar a luta contra o FUNPRESP (particularmente

em função da adesão automática imposta pela Lei nº 13.183/15), a EBSEH e as Organizações Sociais.

Em 2016, os ataques contra o serviço público, em geral, e a educação, em particular, tendem a ser aprofundados. Isso exigirá uma ampla mobilização para garantir direitos. Assim, é necessário mantermos e ampliarmos a articulação com as demais entidades sindicais da educação federal (FASUBRA e SINASEFE) e com o movimento estudantil. Da mesma forma, é fundamental a manutenção do Fórum das Entidades Nacional dos SPF, com seu efetivo enraizamento em todos os estados do Brasil.

O aumento da investida contra o caráter público das IFE coloca a necessidade de darmos uma maior organicidade entre as diversas ações construídas nacionalmente. Será fundamental a intensificação do trabalho de base na disputa dos projetos sociais e educacionais no interior de cada IFE e na sociedade em geral. A presença ativa das direções locais no cotidiano dos docentes, para marcar posição clara e firme em todas as instâncias das instituições na defesa do projeto do ANDES-SN, contra o projeto hegemônico de privatização da educação, coloca-se como tarefa indispensável a ser desenvolvida.

Nesse embate, as Seções Sindicais devem manter a luta por suas pautas locais perante às reitorias, de forma articulada com o movimento nacional. No contexto de retirada dos recursos públicos para o setor social, no âmbito de cada IFE, é necessário que continuemos cobrar das reitorias transparência dos cortes, impactos, iniciativas privatizantes, como forma de corporificar os pontos da pauta nacional e de potencializar o processo de mobilização.

Nacionalmente, impõe-se a necessidade de organização de um calendário de atividades. Isso possibilitará ao conjunto do Sindicato articular ações e lutas com outras entidades e categorias dos SPF e da educação federal, na perspectiva de nos colocar, em 2016, no patamar de mobilização necessário para garantir e ampliar direitos.

RESOLUÇÕES DO 34º CONGRESSO DO ANDES-SN

I - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 34º CONGRESSO delibera:

A- NO ÂMBITO DOS SPF

1. Desenvolver a Campanha 2015 dos SPF de forma articulada com outras entidades dos SPF, que se disponham a construir as lutas a partir da definição de eixos, pauta, estratégias de ação e calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores públicos federais:

2. Pauta unitária da campanha salarial dos SPF para 2015 definidos na reunião ampliada dos SPF em janeiro de 2015:

a) política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias

b) Índice linear de 27,3%

c) Data-base 1 de maio

d) Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)

e) Paridade Salarial entre ativos e aposentados

f) Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores;

g) Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores

h) Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.

i) Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares.

j) Extinção do fator previdenciário

k) Incorporação de todas as gratificações produtivistas

l) Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores.

m) Concurso público pelo RJU.

- n) Combate a toda forma de privatização.*
- o) Pela aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados*
- p) Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais.*
- q) Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.*
- r) Pela aprovação da Pec 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.*
- s) Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira.*
- t) Pela revogação do FUNPRESP e da EBSEH*

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E AGENDA DO SETOR

1. Construir os seguintes eixos centrais de luta para 2015: a defesa do caráter público de educação e a garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora; projeto de carreira única do ANDES-SN para o magistério federal, condições de trabalho, salário e luta contra a reforma da previdência (revogando as MPs 664 e 665/2014).

2. Desencadear, a partir do 34º Congresso, jornada de luta incluindo caravanas, materiais específicos, seminários, debates e atos, que intensifiquem a mobilização da categoria tratando de carreira, condições de trabalho e salário

3. Delegar à diretoria do ANDES-SN a condução do processo de negociação com o Governo, de acordo com o posicionamento do setor das IFE, tendo como referência a pauta de reivindicações aprovadas no 34º Congresso

4. Que as seções sindicais recepcionem os docentes em 2015, em cada período letivo, com materiais específicos a respeito da situação da carreira docente, considerando a vigência da Lei nº 12.772/12 e da Lei nº 12.863/13, e os desdobramentos da implementação das referidas leis através de resoluções sobre promoção/progressão e RSC em cada IFE, conclamando para intensificar a luta pela reestruturação da carreira e pelo fim da mercantilização da educação, incluindo material contra a FUNPRESP.

5. Imprimir caráter nacional à campanha específica do setor das IFES em 2015, nos seguintes termos:

5.1 Desenvolver ações nacionalmente articuladas, tendo como referência a Pauta de Reivindicações aprovada neste 34º Congresso e a atualização das pautas locais pelas seções sindicais, para estabelecer negociações concomitantes em todas as IFE;

5.2 Ampliar a mobilização da base em torno da Campanha 2015, a partir de balanços periódicos realizados nas reuniões do Setor, tendo como referência o Plano de Lutas aprovado no 34º Congresso;

5.3 Dar visibilidade nacional às ações de enfrentamento sobre as diversas lutas empreendidas pelas seções sindicais, em relação à pauta de reivindicações aprovada no 34º Congresso.

5.4 Sobre condições de trabalho, atualizar as pautas locais com definições de prioridade nos seguintes pontos:

a) cargos/vagas: cobrar a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos administrativos) em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao banco de professor equivalente, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação;

b) infraestrutura e orçamento: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, destacando as insuficiências e as impropriedades, tais como: falta de acessibilidade, inadequação para a função, falta de qualidade técnica na obra e discrepância dos custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras e o orçamento federal para as IFES (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e permanência estudantil;

c) democracia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, assim como, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como, as atitudes autoritárias de Reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH;

d) destacar outras situações que resultem em precarização ou ataques específicos, tais como: aposentadoria; adoecimento docente; assédio moral; opressões machistas, homofóbicas, racistas e outras; campi descentralizados; hospitais universitários; CEFET, IF, CAP e demais escolas vinculadas.

CARREIRA E SALÁRIO

6. Que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e ANDES-SN no dia 23 de abril de 2014, onde constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.

7. Que as seções sindicais tenham como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFES, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.

8. Que as seções sindicais enfatizem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.

9. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e seus impactos na carreira EBTT.

10. Denunciar as práticas autoritárias utilizadas pelas administrações superiores nos processos de regulamentação da progressão, promoção e RSC.

11. Que o ANDES-SN atualize os estudos sobre as perdas salariais evidenciando as distorções salariais impostas pela Lei nº 12772/2012 e Lei nº 12.863/13.

12. A partir do levantamento realizado sobre as resoluções ou minutas sobre promoção e progressão na carreira aprofundar a análise, tendo como elemento central a discussão sobre democracia, autonomia e precarização do trabalho docente nas IFES.

13. Atuar nas diversas instâncias em cada IFE para que não sejam criadas barreiras que dificultem a progressão/promoção dos docentes na carreira, e para que os critérios sejam definidos no âmbito da autonomia universitária, aprofundando a discussão sobre a Carreira Única de Professor Federal com os docentes.

14. Que as seções sindicais lutem para que os efeitos financeiros e funcionais das promoções/progressões sejam contados a partir da data em que o docente cumpre o interstício de vinte e quatro meses na classe e/ou nível, percebendo remuneração retroativa a partir desta data (conforme apontado pelo Parecer da AJN do ANDES-SN).

15. Que as seções sindicais intensifiquem a divulgação do material elaborado em 2014 (vídeos, textos, cartaz e peças de divulgação), que explicita as nefastas consequências da implantação do projeto de carreira do governo para o trabalho docente e os direitos dos professores.

16. Garantir a isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC.

17. Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados exigindo o reenquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.

18. Denunciar as práticas autoritárias de políticas de remoção e afastamento para qualificação.

PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

19. Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância e subnotificação do trabalho nas IFES, tais como a utilização do ponto eletrônico para controle da jornada de trabalho do docente.

20. Utilizar os dossiês sobre precarização do trabalho como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFES e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho, ampliando a produção de outros dossiês locais que registrem os problemas vivenciados pelas IFES, com descrições de fatos, mobilizações, fotos, vídeos etc.

21. Combater os critérios Qualis e Capes e outras plataformas congêneres, que induzem a uma produtividade e competitividade prejudicando as condições de trabalho e impactando negativamente na saúde do professor.

22. Que as seções sindicais promovam estudos para identificar e denunciar as consequências do produtivismo, provocados pelos mecanismos de avaliação externa e interna sobre as condições de trabalho docente nas IES brasileiras.

FUNPRESP/EBSERH/FUNDAÇÕES/OS

23. *Que as seções sindicais realizem levantamento sobre as ações que o governo e as administrações locais das IFE estão utilizando para a adesão dos docentes ao Funpresp.*

24. *Intensificar o trabalho junto aos docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que a adesão ao Funpresp representa, indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência, denunciando as iniciativas de assédio aos docentes para adesão ao referido Fundo.*

25. *Dar continuidade às estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA e o movimento estudantil, com objetivo de construir agendas de debates e lutas constantes visando combater a EBSEH, precarização nas IFE, FUNPRESP e a implementação do PNE.*

26. *Intensificar a luta contra as fundações ditas de apoio, reagindo às manobras respaldadas pelo governo para aumentar a ingerência desses entes privados nas atividades próprias da esfera pública das IFES, denunciando ao Ministério Público as irregularidades.*

27. *Denunciar as iniciativas do governo em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais (OS), tal como foi recentemente divulgada pelo presidente da CAPES com aval do MEC.*

28. CRONOGRAMA DA CAMPANHA

MARÇO

- *Jornada de Luta dos SPF nos estados, com discussão sobre indicativo de greve unificada dos SPF;*

- *Pautar nas assembleias geral dia nacional de paralisação na semana da Jornada Nacional de Lutas dos SPF;*

- *enviar para as seções sindicais InformANDES especial, frente e verso, para mobilização da categoria;*

- *Entre 2 e 6 de março - protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o MPOG, solicitando audiência com o Ministro da Educação;*

- *6 de março: Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSEH*

- *De 16 a 25 de março - rodada de Assembleias Gerais das seções sindicais do Setor para discutir a mobilização da categoria, atualização da pauta local, SPF e a definição de estratégias de luta e negociação;*

- *Rodada de assembleias das seções sindicais do setor para discutir a construção da greve, pautando na reunião do setor das IFES nos dias 28 e 29 de março.*

- *Dias 27 e 28 de março - Reunião do Setor das IFES, em Brasília, pautando a mobilização da categoria docente e a definição das estratégias de luta e negociação;*

ABRIL

- *7, 8 e 9 de abril: Jornada nacional de Lutas, em Brasília com discussão sobre indicativo de greve dos SPFs*

TR - 27

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

A – NO ÂMBITO DOS SPF

1. Indicar para as seções sindicais do ANDES-SN a necessidade de articulação em âmbito local com as demais entidades dos Servidores públicos federais (SPF).

2. Indicar às seções sindicais a organização de fóruns regionais dos servidores públicos federais, especialmente nos Estados em que ainda não estão constituídos, para potencializar as ações da agenda nacional e local a serem desenvolvidas nos Estados.

3. Desenvolver a Campanha 2016 dos SPF de forma articulada com o Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal, construindo as lutas com base na definição de eixos, pauta, estratégias de ação e calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos

servidores públicos federais tendo como tema central a defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores.

4. Pauta unificada da campanha dos SPF para 2016:

- a) Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias.
- b) Data-base 1º de maio.
- c) Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT).
- d) Paridade salarial entre ativos e aposentados.
- e) Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos SPF.
- f) Aprovação imediata dos projetos de interesse dos SPF.
- g) Isonomia de todos os benefícios entre os poderes.
- h) Anulação da reforma da previdência.
- i) Extinção do fator previdenciário e da fórmula 85/95.
- j) Incorporação de todas as gratificações produtivistas.
- k) Fim da terceirização.
- l) Garantia de tratamento isonômico aos trabalhadores terceirizados em relação aos contratados e efetivos, tanto no que se refere a direitos, condições de trabalho e salário, quanto à título de “benefícios”, enquanto houver essa forma de contrato no serviço público federal.
- m) Concurso público pelo RJU.
- n) Reposição imediata de cargos vagos por exoneração, falecimento ou aposentadoria.
- o) Criação de novas vagas para concurso público.
- p) Combate a toda forma de privatização e de precarização.
- q) Aprovação da PEC 555/06 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados.
- r) Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira e demais direitos trabalhistas.
- s) Revogação das leis que criaram a EBSEH e as Organizações Sociais.
- t) Revogação do FUNPRESP.
- u) Reversão dos cortes no orçamento para o serviço público.
- v) Lutar contra o PL 2723/15 que autoriza a implantação de “home office”, sistema de escritório remoto, no âmbito da Administração Pública Federal.

Mobilização/Campanhas:

- a) Desenvolver campanha contra a adesão automática ao FUNPRESP.
- b) Desenvolver ações políticas e jurídicas conjuntas contra a obrigatoriedade de adesão automática ao FUNPRESP.
- c) Campanha nacional pela defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores, combatendo a suspensão do concurso público aliado ao fim do abono permanência que aprofunda a precarização do serviço público.

B - QUANTO À PAUTA ESPECÍFICA E À AGENDA DO SETOR

ESTRATÉGIA GERAL:

1. Articular as lutas do Setor em defesa do caráter público, gratuito e de qualidade das IFE e de garantia da função social das IFE em prol da classe trabalhadora.
2. Intensificar a luta pela reestruturação da carreira docente, por valorização salarial de ativos e aposentados, por melhoria das condições de trabalho e autonomia das IFE, tendo como referência a pauta do Setor e o projeto de carreira única, aprovado no 30º Congresso.

INICIATIVAS E AÇÕES:

1. Cargos/vagas: cobrar a ampliação do quadro efetivo de servidores (docentes e técnicos-administrativos) em número correspondente às necessidades para manter o padrão unitário de qualidade. Cobrar transparência e divulgação dos dados, centralmente no que se refere ao banco de professor equivalente, número de docentes efetivos, substitutos e temporários, política de utilização das vagas abertas e critérios de alocação.
2. Infraestrutura e orçamento: cobrar demonstrativo contendo o quadro atual das obras, com vistas a verificar adequações técnicas e de custos e prazos. Cobrar das reitorias informações sobre os novos acordos com o governo a respeito das obras e do orçamento federal para as IFE (previsto e executado), distinguindo verbas de pessoal, custeio, investimento e HUs, incluindo os recursos do acesso e a permanência estudantil.
3. Democracia: denunciar os ataques à autonomia das IFE e as arbitrariedades praticadas pelos dirigentes, a inversão do sentido das decisões institucionais por submissão aos critérios de editais externos, a adesão compulsória aos projetos e prioridades emanadas do MEC, a criminalização/punição do direito de divergir, bem como as atitudes autoritárias de Reitores que estabelecem acordos com o governo à revelia da comunidade universitária, tais como as resoluções de promoção/progressão/RSC, processos estatuintes e contratualização com a EBSEH.

CARREIRA E SALÁRIO

1. que as seções sindicais utilizem, para a discussão dos critérios para o desenvolvimento na carreira, o documento assinado pelo MEC e ANDES-SN no dia 23 de abril de 2014, em que constam os princípios da proposta de carreira do ANDES-SN.
2. Que as seções sindicais tenham como referência a concepção do ANDES-SN para a discussão e implementação da carreira docente nas IFE, destacando os princípios estabelecidos no Art. 14, do nosso projeto de carreira, que defende a valorização, de forma equilibrada, do tempo de serviço, da formação continuada e da avaliação do plano de trabalho aprovado na unidade acadêmica de lotação de cada docente.
3. Que as seções sindicais enfatizem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC.
4. Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e os seus impactos na carreira EBTT.
5. Garantir a isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC.
6. Denunciar e dar visibilidade às perdas que as mudanças na carreira docente têm imposto aos professores aposentados, exigindo o reenquadramento dos aposentados na posição relativa ao topo quando do estabelecimento de novas carreiras.

PRECARIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

1. Lutar para que os sistemas de operacionalização acadêmica não sejam utilizados como ferramenta de vigilância, controle e subnotificação do trabalho nas IFE.

2. Realizar levantamento em cada IFE, sobre o impacto da suspensão do abono permanência e suspensão de concurso público e utilizar como ferramenta de denúncia no interior e fora das IFE e de mobilização da categoria em busca de melhores condições de trabalho.
3. Combater a utilização de critérios produtivistas, como Qualis e Capes, que induzem à competição na avaliação do trabalho e desenvolvimento da carreira docente.
4. Que as seções sindicais promovam estudos a fim de identificar e de denunciar as consequências do produtivismo, provocados pelos mecanismos de avaliação externa e interna sobre as condições de trabalho docente nas IES brasileiras.

FUNPRESP:

1. Acompanhar, por meio das seções sindicais, a adesão dos docentes ao FUNPRESP, a partir da lei que obriga a adesão ao Fundo.
2. Intensificar o trabalho com os docentes para esclarecimento e divulgação dos efeitos nefastos que o Funpresp representa, denunciando a obrigatoriedade imposta pela lei e indicando a necessidade de intensificar a luta pela revogação da reforma da previdência.

EBSERH E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS:

1. Denunciar as iniciativas do governo e de dirigentes das IFE em relação à contratação de docentes via Organizações Sociais.
2. Intensificar as estratégias de unidade entre ANDES-SN, SINASEFE, FASUBRA e o movimento estudantil, com objetivo de construir agendas de debates e de lutas constantes para combater a EBSEH, a precarização nas IFE, FUNPRESP, a ameaça de contratação via Organização Social (OS), os cortes no orçamento das IFE e na defesa do caráter público e de qualidade da educação.
3. Atuar junto aos parlamentares federais em seus estados para votarem contra a PEC 395/2014, o PLC 77/15 e o PL 4643/12 que atacam o caráter público das IES públicas.
4. Construir ações conjuntas nacionalmente e nos estados, com o movimento estudantil, FASUBRA, SINASAFE contra a PEC 395/2014, o PLC 77/15 e o PL 4643/12 que atacam o caráter público das IFE.

AÇÕES:

1. Reafirmar em 2016 a pauta do setor aprovada em 2015.
2. Protocolar nas instâncias governamentais e divulgar a Pauta da Campanha a partir de março.
3. Exigir reuniões de negociações com o governo federal sobre reestruturação da carreira, condições de trabalho, verbas para as IFE e liberação de vagas para concurso público.
4. Ajustar o cronograma de lutas da Campanha 2016 nas reuniões do Setor das IFE.
5. Aprovar o cronograma da Campanha Específica do Setor em 2016.
6. CRONOGRAMA DA CAMPANHA

Agenda

Mês de fevereiro:

TEMA:DEFESA DO CARÁTER PÚBLICO DAS IFE E FUNPRESP

- a) Protocolar a pauta da campanha salarial 2016 no Ministério da Educação e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- b) Exigir reuniões de negociações com o governo federal.

c) Intensificar atividades, em articulação com o Setor das IEES/IMES, em defesa do caráter público e de qualidade da educação, especialmente na luta contra a aprovação da PEC 395/2014, do PLC 77/15, do PL 4643/12, realizando debates públicos com os parlamentares federais nos estados, realizando atos e aulas públicas.

d) Articular, nos estados, os Fóruns dos servidores públicos federais, buscando definir ações contra o FUNPRESP.

e) Realizar ampla divulgação contra o FUNPRESP, promovendo debates, distribuindo materiais e informando os setores de recursos humanos da IFE de que a obrigatoriedade ao FUNPRESP é inconstitucional e não pode ser aplicada.

Mês de março:

TEMA: ORÇAMENTO DAS IFE E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

a) Dias 5 e 6 de março: reunião do setor das IFES em Brasília (DF).

b) Articular com os técnico-administrativos e com estudantes, em cada IFE, para pressionar os dirigentes a divulgarem o montante de verbas de custeio e de capital orçado e executado nos anos de 2015 e orçado para 2016, e enviar as informações a secretaria do ANDES até dia 18 de março de 2016.

c) Construir ações em conjunto com os técnico-administrativos e com estudantes contra a contratação via Organizações Sociais pressionando os Conselhos Superiores e os dirigentes das IFES para se posicionarem contrariamente às Organizações sociais.

d) que as seções sindicais enviem até o dia 18 de março, para a secretaria do ANDES-SN, informações em relação ao número de professores que se aposentarão a partir da aprovação do abono de permanência e a demanda de concurso público em cada IFE.

Mês de abril:

TEMA: CARREIRA DOCENTE E

a) Realizar debates e ações relacionadas ao desenvolvimento na carreira docente (promoção e progressão) nas IFE.

b) Até o dia 22 de abril: as seções sindicais deverão enviar informações à secretaria do ANDES-SN acerca dos processos de promoção e de progressão e de estatuintes que estão acontecendo em suas respectivas IFE.

Mês de maio:

TEMA: AUTONOMIA E DEMOCRACIA

Aprofundar os debates sobre Universidade brasileira (tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN), especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas democracia e autonomia universitária em contraposição à proposta de Lei Orgânica da ANDIFES.

TEXTO 28

Contribuição das professoras Márcia Cristina Fontes Almeida, Renata Pires Gonçalves, Valdênia Carvalho e Almeida e Vânia Aparecida Lopes Leal - Sindicalizadas da ASPUV Seção Sindical

RECONHECIMENTO DE SABERES E COMPETÊNCIAS - RSC

TEXTO DE APOIO

O Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), instituído pela Lei 12.772/2012, foi ao longo do ano de 2015 regulamentado nas instituições de ensino que têm em seus quadros docentes da carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Em algumas instituições as resoluções já foram aprovadas e já estão em vigor, em algumas outras, essas estão em fase de implementação.

Mesmo o RSC já sendo uma realidade, sua concepção ainda não é bem entendida pela maioria dos professores, nem os da EBTT, nem os do Magistério Superior (MS). Alguns professores da EBTT não conseguem problematizar a questão e reduzem seu entendimento ao ganho financeiro que foi proporcionado. Infelizmente, esses professores não conseguem ver que este reconhecimento, na verdade, traz consigo um desmerecimento à carreira de EBTT, como se os professores não precisassem cursar o Mestrado e/ou o Doutorado, pois a pesquisa não é reconhecida como parte da natureza do trabalho dos mesmos. Além disso, esse benefício pode funcionar como um desestímulo aos professores além de vir associado de políticas que dificultam ainda mais a saída desses para esses cursos.

No 34º Congresso do ANDES-SN foi levantado pela Diretoria a necessidade de se problematizar na base “o paradoxo da criação de um dispositivo de percepção remuneratória que enfatize ainda mais as discrepâncias entre as carreiras, possivelmente aprofundando a falta de incentivo à qualificação dos docentes EBTT e crie critérios diferentes de promoção/progressão e RSC na mesma carreira, mas que traga aos professores um benefício financeiro”. O Congresso levantou também como elemento negativo a questão do direito dos aposentados que ficaram sem ter a possibilidade de ter a “correção histórica” a que se refere um dos argumentos em favor do RSC.

Como resolução, o 34º Congresso deliberou “Que as seções sindicais enfatizem, na discussão sobre o desenvolvimento da carreira EBTT, o direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC” e “Que o ANDES-SN aprofunde a discussão sobre o RSC e seus impactos na carreira EBTT”.

Entretanto, apesar das deliberações aprovadas no 34º Congresso e no 60º CONAD o quadro de “desinformação” a respeito não só do conceito do RSC, mas também de suas implicações políticas e estruturais para a carreira EBTT ainda é grande tanto para docentes da EBTT quanto do MS. Assim, é necessário que esse assunto seja elaborado e aprofundado nos Grupos de Trabalho do ANDES-SN de Políticas Educacionais (GT-PE) e de Carreira (GT-Carreira) para que a partir daí as Seções Sindicais tenham acúmulo para fazer o debate nas bases. Além disso, é a partir dessa elaboração que será possível aprofundar a denúncia que está por trás dessa política. Por isso propomos o seguinte Texto Resolução:

TR - 28

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o GTPE juntamente com o GT-Carreira aprofundem a discussão acerca do RSC, suas implicações para a carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e para a política de capacitação dos docentes da mesma para subsidiar as discussões nas bases.
2. Que o ANDES-SN produza materiais, a partir da elaboração desses GT's a fim de instrumentalizar as Seções Sindicais para fazerem a discussão nas bases.

TEXTOS 29

Contribuição das professoras Joana D'Arc Germano Hollerbackh, Márcia Cristina Fontes Almeida, Renata Pires Gonçalves, Valdênia Carvalho e Almeida e Vânia Aparecida Lopes Leal – sindicalizadas da ASPUV Seção Sindical

ABONO PERMANÊNCIA

TEXTO DE APOIO

O corte orçamentário afetou diretamente as condições de trabalho e funcionamento das universidades federais no ano de 2015. Esse corte veio para ficar e provavelmente fará parte da política para os próximos anos.

Além dos cortes no orçamento, o pacote do Governo propõe uma série de Projetos de Lei (PL), Propostas de Emenda Constitucional (PEC) e Medidas Provisórias (MP) que implicarão negativamente na educação pública no Brasil. Dentre elas, a **PEC 139/15** que **extingue o abono permanência**, concedido aos servidores públicos federais que optam por continuar trabalhando após terem atingido todas as condições para se aposentar, pode implicar em um grande número de aposentadorias nas universidades federais.

Além de ser uma medida que ataca direitos trabalhistas do funcionalismo público, esta proposta não vem de maneira isolada. Ela vem acompanhada da intenção do Governo **de suspender os concursos públicos para o ano de 2016**. A combinação das possibilidades de grande número de aposentadorias nas universidades juntamente com a proibição de realização de concursos para preenchimento dessas vagas pode inviabilizar o funcionamento das instituições federais de ensino.

Arelado a esses dois fatos, há ainda a intenção do Governo **de terceirizar a contratação de professores** para as instituições federais de ensino **via Organizações Sociais (OS)**. Esta pode ser apontada pelas administrações e pelo próprio governo federal como uma saída a ser adotada nas instituições para a viabilização de seu funcionamento.

A partir desse cenário para o ano de 2016, é necessário que o ANDES-SN antecipe o debate sobre essas três medidas em conjunto para preparar as Seções Sindicais e suas bases para denunciar e fortalecer a resistência contra as mesmas. As Seções Sindicais devem estar preparadas, inclusive com dados para o enfrentamento dessas medidas. A ampla denúncia do que está por vir deve ser feita tanto para dentro das universidades – junto aos docentes, discentes e técnicos administrativos, quanto para fora das mesmas – junto à sociedade como um todo.

TR - 29

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que o ANDES-SN faça um debate político a cerca da correlação entre as três medidas – extinção do abono permanência, proibição de realização de concursos e contratação de professores via Organizações Sociais (OS) e suas implicações para as universidades federais e para a educação como um todo.
2. Que o debate acumulado a nível nacional seja reverberado nas bases a partir das Seções Sindicais para denúncia e resistência.
3. Que as Seções Sindicais solicitem junto às administrações locais informação sobre o número de docentes que recebem o abono permanência em suas instituições de ensino para uma posterior problematização sobre os dados obtidos e as possíveis implicações.

TEMA IV – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS



Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÕES NO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta os artigos do Estatuto do ANDES-SN a seguir enumerados para atualização no 35º Congresso.

TR - 30

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova as seguintes alterações no Estatuto do ANDES-SN:

1. Alterações:

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativa de seções sindicais (AD-Seções Sindicais) a todas as Associações de Docentes (AD) filiadas, até o trigésimo sexto (36º) Congresso, ressalvados os direitos daquelas que, em assembleia geral, decidirem o contrário.

Parágrafo único. As AD às quais se refere o caput deste artigo deverão, para se constituírem em AD-Seções Sindicais, até o 36º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à Diretoria as atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com a comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência (art. 45), para homologação no CONAD, ad referendum do congresso (art. 23, XI), ou no Congresso (art. 15 VI).

Parágrafo 2º do Artigo 72

§ 2º O 35º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 36º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos sindicalizados do ANDES - Sindicato Nacional, nos termos do estabelecido no § 1º, para o caso das seções sindicais que ainda estejam arrecadando percentual inferior ao reconhecido no caput.

2. Supressão de artigos já revogados:

Art. 71. (Revogado)

Art. 73. (Revogado)

Parágrafo único. (Revogado)

Art. 74. (Revogado)

Art. 75. (Revogado)

3. Revogação e supressão de artigos:

Art. 76. Fica estabelecida a duração do mandato da Diretoria do ANDES-SN, gestão 2004-2006, em dois anos e treze dias.

Art. 79. Fica estabelecida a duração do mandato da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, gestão 2012-2014, em 2 (dois) anos e 61 (sessenta e um) dias.

4. Renumeração dos artigos a partir do 72 que a passa a ser 71 e seguintes

5. Inclusão de um novo artigo (75)

Art. 75. Fica estabelecida a duração do mandato da Diretoria do ANDES-SN, gestão 2014-2016, em 1 (um) ano, 10 (dez) meses e 9 (nove) dias.



Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 60º CONAD

TR - 31

O 35º CONGRESSO DO ANDES-SN aprova a prestação de contas do 60º CONAD.

Nº	ITEM	RATEIO ANDES-SN	RATEIO ADUFES
1	Pessoal		
1.1	ANDES-SN		
	Horas Extras	19.720,10	7.400,97
	Diárias	2.600,00	0,00
	Passagem Aérea	3.559,01	0,00
	Hospedagem	3.178,00	0,00
	SUBTOTAL	29.057,11	7.400,97
1.2	Apoio		
	Serviço de Apoio/ Monitores	0,00	4.628,13
	Apresentação Cultural	0,00	561,80
	Segurança	0,00	1.516,85
	Serviço de Enfermagem e Ambulância	0,00	3.200,00
	Transporte/ônibus	0,00	0,00
	Combustível	0,00	0,00
	SUBTOTAL	0,00	9.906,78
2	Imprensa e Divulgação		
	Cartazes/Outdoor	0,00	2.103,20
	Banner/ Folder	0,00	1.488,00
	Filmagem	0,00	5.250,00
	Transportadora	1.300,00	0,00
	Informandes	0,00	2.120,20
	SUBTOTAL	1.300,00	10.961,40
3	Infraestrutura		

	Material de Escritório	202,70	2.151,77
	Aluguel de Impressora	0,00	4.590,00
	Tonner para Impressora	1.087,00	0,00
	Computador/ Notebook	0,00	3.590,00
	Balão	0,00	4.075,50
	Operador/Serviço de montagem	0,00	1.000,00
	Correios	0,00	657,65
	Medicamentos	99,22	0,00
	Coffe Break	0,00	9.000,00
	Café/ Água Mineral	0,00	52,63
	Papel A4	823,20	1.079,30
	Rádios	0,00	300,00
	Material de Limpeza	0,00	877,48
	SUBTOTAL	2.212,12	27.374,33
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores		
	Bolsas	0,00	4.000,00
	Camisetas	0,00	3.347,50
	Sqeezer/ Garrafinhas	0,00	800,00
	Crachás	0,00	732,29
	Bloco de anotações	0,00	500,00
	SUBTOTAL	0,00	9.379,79
5	Gastos com Comissão Organizadora		
	Diárias	600,00	0,00
	Hospedagem	2.071,30	0,00
	Passagens Aéreas	2.404,22	0,00
	Pedágios, Combustíveis, Passagens Terrestres	0,00	0,00
	SUBTOTAL	5.075,52	0,00
	TOTAL	37.644,75	65.023,27

	Total de Despesas Realizadas	102.668,02
--	-------------------------------------	-------------------

TEXTO 32

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO (GT) DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES-SN tem em funcionamento os seguintes Grupos de Trabalho: GTPE, GTC&T, GTCA, GTPAUA, GT-Carreira, GT-Verbas, GTHMD, GTPFS, GTPCEGDS, GT-Fundações e GTSS/A. As seções sindicais que desejarem se integrar aos Grupos de Trabalho ou modificar a sua participação deverão preencher o formulário abaixo e encaminhá-lo com suas propostas de participação nos GTs à Secretaria do ANDES-SN, para homologação no 35º CONGRESSO.

Seção Sindical:
Grupo de Trabalho:
Componentes:

TEXTO 33

Diretoria do ANDES-SN

FUNDO ÚNICO – FUNDO NACIONAL DE SOLIDARIEDADE, MOBILIZAÇÃO E GREVE DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O Fundo Único, denominado Fundo Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve do ANDES-SN, foi criado no 32º Congresso, realizado no Rio de Janeiro, em Março de 2013, sendo mantido pela destinação de 2% (dois por cento) da receita integral das contribuições mensais dos sindicalizados, relativamente às parcelas correspondentes a cada seção sindical e à tesouraria nacional. Nessa premissa, cada seção sindical destina 2% de suas arrecadações líquidas mensais (arrecadação total menos repasse à tesouraria nacional) ao fundo, e a tesouraria nacional destina 2% de sua receita mensal de contribuições ao fundo. Os recursos do Fundo Único foram distribuídos nos seguintes montantes: 25% para a Solidariedade, 35% para a Mobilização e 40% para a Greve, definidos relativamente ao saldo de 1º de Março de 2012 e recalculados anualmente tendo como referência o saldo total do fundo no dia 1º de Janeiro de cada ano.

No ano de 2015, o Fundo Único foi utilizado em sua parcela relativa à mobilização na realização da Jornada de Lutas de 7 a 9 de abril, da Plenária e Marcha da Educação Federal juntamente com os SPF, de 6 e 7 de julho, Marcha organizada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPF) realizada no dia 22 de julho, atos dos servidores federais (6 de agosto), manifestações que ocorreram em Brasília nos dias 27 e 28 de agosto em defesa da educação pública, Marcha Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras, em São Paulo no dia 18 de outubro, dias 23 e 24 de setembro dia nacional de paralisação, com atos nos estados e manifestação em Brasília contra o pacote de cortes orçamentários do governo federal e também para pressionar o governo pela reabertura de negociações com os servidores públicos federais (SPF) e do ato em frente ao MEC no dia 5 de outubro.

Essas atividades de mobilização permitiram ao ANDES-SN contribuir com o conjunto das entidades, seções sindicais e com a CSP-CONLUTAS, no esforço de trazer a Brasília várias caravanas de estudantes, de professores e de movimentos populares organizados.

Além dessas despesas, convocamos a Comissão Nacional de Mobilização por várias semanas e repassamos recurso para implantação de novas seções sindicais e ajuda para outras com dificuldades financeiras.

O Fundo contribuiu, ainda, com sua parcela referente à greve, com o movimento das estaduais do Ceará, da Bahia, do Rio Grande do Norte, do Paraná e do Pará, que entraram em greve em 2015.

O 34º Congresso autorizou a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, de campanhas, de marchas e de eventos, reconhecidos como centrais na luta do Sindicato, no limite de 600 mil reais da parcela referente à mobilização para 2015. Na mesma resolução, também autorizou o 60º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2015.

No entanto, não foi submetido ao 60º CONAD a previsão das despesas com mobilização para o segundo semestre. Com a greve do setor das federais, o caixa nacional disponibilizou para a mobilização aproximadamente de R\$ 330.000,00 para custeios de manifestações em 2015, houve uma recomposição de R\$ 500.000,00 (em 10 parcelas) do caixa nacional para o Fundo Único.

Durante esse período, tivemos a suspensão das consignações de 15 seções sindicais com uma redução na arrecadação do caixa nacional da ordem de R\$ 400.000,00 (setembro e outubro). Em relação ao caixa nacional, mesmo depois de um período (2011-2013) de déficit e das despesas extras de 2015, conseguimos, a partir de uma reorganização das despesas e de renegociação com fornecedores, reverter esse comportamento e passamos a ter um superávit. Nesse sentido, estamos com o caixa equilibrado em relação às receitas e às despesas. Porém, mantido o comportamento da arrecadação, podemos ficar com o caixa em déficit se não considerarmos que as despesas de mobilização do segundo semestre de 2015 sejam aportadas pelo Fundo Único.

Tomando como referência 10 de novembro de 2015, o Fundo Único apresenta um saldo de R\$ 4.709.147,08. Nesse balanço preliminar, podemos afirmar que o aporte financeiro mensal, proveniente da contribuição das seções sindicais e do ANDES-SN, estabelecido pelo 32º Congresso, está sendo suficiente para a manutenção do Fundo Único e ao cumprimento das ações previstas para o seu uso. Há condições plausíveis para o ressarcimento das despesas com as mobilizações do segundo semestre de 2015.

Dessa forma, entendemos que em decorrência da ausência de aprovação no 60º CONAD com as despesas de mobilização no segundo semestre, solicitamos que o caixa nacional possa ser ressarcido pelo Fundo Único desses custos. Ao mesmo tempo, encaminhamos também a TR sobre a utilização do fundo para 2016.

TR – 33

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- 1.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a ordenar despesas para garantir o custeio das atividades de mobilização, das campanhas, das marchas e dos eventos definidos pelo 35º Congresso, como centrais na luta do Sindicato, no limite de 600 mil reais da parcela referente à mobilização.
- 2.** Autorizar o 61º CONAD a apreciar e a deliberar sobre os custeios de mobilização e de luta para o segundo semestre de 2016.
- 3.** Autorizar as seções sindicais do setor das IEES/IMES, que entrarem em greve no ano de 2016, a suspender a contribuição para o Fundo Único, enquanto permanecerem em greve.
- 4.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a disponibilizar recursos da parcela de mobilização do Fundo Único Nacional de Solidariedade, Mobilização e Greve para ajudar nas ações políticas e organizativas de novas seções sindicais pelo prazo de um ano, a partir de sua homologação, tempo para que consigam viabilizar sua autossustentação e a regularização de suas receitas por meio da contribuição dos sindicalizados, mantendo-se válidas as demais resoluções pertinentes definidas pelo 58º CONAD.
- 5.** Autorizar a diretoria do ANDES-SN a utilizar recursos do Fundo Único para o ressarcimento ao caixa nacional das despesas com mobilização no segundo semestre de 2015, no valor de R\$ 330.000,00.

TEXTO 34

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES (ENFF)

TEXTO DE APOIO

A Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF, situada em Guararema (SP), a 70 km de São Paulo, inaugurada em 23 de Janeiro de 2005, foi construída entre os anos de 2000 e 2005, graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores do MST e simpatizantes.

Atualmente, a ENFF conta com o apoio de mais de 700 professores voluntários – do Brasil, da América Latina e de outras regiões –, e oferece cursos de nível superior nas áreas de Filosofia Política, Serviço Social, Pedagogia, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos, além dos cursos de especialização, em convênio com outras universidades (por exemplo, Direito e Comunicação no campo). Possui uma biblioteca com mais de 40 mil volumes impressos, formada por meio de doações. Para garantir o acesso às mulheres, foram construídas creches para que as crianças nelas permaneçam enquanto as mães estudam.

A ENFF recebe ajuda de várias entidades e do ANDES-SN, de forma contínua, a fim de suprir as necessidades inerentes à formação de militantes de movimentos sociais e organizações que lutam por um mundo mais justo.

TR - 34

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a ENFF.

TEXTO 35

Diretoria do ANDES-SN

MANUTENÇÃO DO APOIO FINANCEIRO À AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

TEXTO DE APOIO

A Auditoria Cidadã da Dívida trabalha no sentido de investigar o endividamento público brasileiro – interno e externo –, visando a promoção de uma auditoria que se denomina cidadã, exatamente pelo fato de ser realizada por cidadãos e para os cidadãos.

As atividades da Auditoria Cidadã da Dívida se iniciaram logo após o Plebiscito Popular da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro do ano 2000, em 3.444 municípios do país,

organizado por diversas entidades da sociedade civil brasileira, especialmente pela Campanha Jubileu Sul.

É inegável o valor do trabalho investigativo realizado pela Auditoria Cidadã da Dívida, desnudando a origem e o montante real da dívida pública brasileira. Pela qualidade técnica, o material produzido pela Auditoria tem subsidiado, de forma ímpar, as reflexões e os debates realizados pelo ANDES-SN e por outras entidades de servidores públicos envolvidos na luta em defesa de políticas públicas de qualidade. As consequências advindas do compromisso dos sucessivos governos de pagar uma conta, sem realizar uma auditoria determinada pela Constituição de 88 e cujos valores em 2014 (até 25/10) atingiram R\$ 910 bilhões, ou seja, 50 % do gasto federal, são desastrosas à educação, à saúde e à aposentadoria dos trabalhadores.

Outra atividade que a Auditoria Cidadã realiza são cursos de formação sobre a dívida pública, cuja finalidade é a ampliação/criação de núcleos nos estados e no municípios e a formação de pessoas capacitadas para enfrentar a questão. Já existem núcleos organizados nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Pela contribuição que a Auditoria Cidadã tem prestado aos movimentos sociais e ao ANDES-SN, faz-se importante a manutenção do apoio político e financeiro.

TR – 35

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

- autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais para a Associação Auditoria Cidadã da Dívida.

TEXTO 36

Diretoria do ANDES-SN

APOIO FINANCEIRO AO CASARÃO DA LUTA E AO SISTEMA DE FORMAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

TEXTO DE APOIO

O Casarão da Luta realizou um conjunto variado de atividades de formação, mobilização e organização políticas, ao longo de todo o ano de 2015. Essas atividades permitiram a qualificação e a ampliação da formação de militantes populares e multiplicadores da luta, cujos resultados foram a ampliação das ocupações urbanas e as mobilizações de rua.

Por meio de encontros de formação política, com a participação de aliados e a criação de coletivos de trabalho, o Casarão da Luta possibilitou, por exemplo:

- consolidar um setor nacional de Formação Política e Educação Popular, além da elaboração de materiais para subsidiar a formação cotidiana nas ocupações e nos núcleos territoriais;
- criar um setor nacional de Comunicação Popular, focando nas ferramentas da internet e na linguagem audiovisual;
- organizar oficinas de audiovisual e fotografia, com a participação de mídia-ativistas de esquerda;
- criar um setor de luta antirracista, com a elaboração de cartilhas e de materiais para divulgar na internet;
- criar um setor de luta contra a violência de gênero e as expressões do machismo, também com a elaboração de materiais;
- fazer reuniões periódicas para debater a revista Territórios Transversais;

- criar atividades lúdicas com os Sem-Tetinho;
- realizar eventos diversos de outros Movimentos Populares que atuam nas periferias urbanas e que encontram dificuldades de local. O Casarão da Luta possui estrutura de alojamento.

TR - 36

O 35º CONGRESSO delibera:

- Autorizar o ANDES-SN a manter a contribuição, por um período de 12 meses, de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais ao Casarão da Luta e ao sistema de formação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

TEXTO 37

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 36º CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 36º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até às 18h do dia 27/01/16, para garantir a sua discussão nos grupos mistos do Tema 4 - Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 37

O 36º CONGRESSO do ANDES - SINDICATO NACIONAL realizar-se-á na cidade de, sob a organização da ... Seção Sindical.

TEXTO 38

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 35º CONGRESSO a homologação de seções sindicais.

RESOLUÇÃO DO 60º CONAD
II - HOMOLOGAÇÕES: NOVAS SEÇÕES SINDICAIS, ALTERAÇÕES REGIMENTAIS, TRANSFORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE DOCENTE EM SEÇÃO SINDICAL

2.1 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 60º CONAD, manifesta-se, ad referendum, do 35º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos

Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Seção Sindical do ANDES-SN – ADUFOB-Sind.

2.2 Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 60º CONAD, manifesta-se, ad referendum, do 35º CONGRESSO, favoravelmente à aprovação das alterações do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João Del Rei, Seção Sindical do ANDES-SN - ADUFSJ

TR – 38

O 35º Congresso do ANDES-SN delibera:

1 – CONSTITUIÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

1.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Seção Sindical do ANDES-SN – ADUFOB-Sind.

2 – ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

2.1 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a aprovação das alterações no Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João Del Rei, Seção Sindical do ANDES-SN – ADUFSJ.

2.2 Em consonância com o art. 15 do estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 35º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favoravelmente a aprovação das alterações no Regimento da APRUMA Seção Sindical do ANDES-SN.



Diretoria do ANDES-SN

REGIMENTO ELEITORAL

TEXTO DE APOIO

Considerando que uma das atribuições/competências do Congresso é a elaboração do Regimento Eleitoral para a “Eleição da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2016/2018 (Art. 52 do Estatuto), a Diretoria apresenta, para apreciação do 35º Congresso, uma proposta de Regimento Eleitoral, nos termos contidos no Texto de Resolução (TR) e Texto Documento (TD).

TR - 39

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN aprova o Regimento Eleitoral – Eleições da Diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL biênio 2016/2018.

TEXTO DOCUMENTO

Regimento Eleitoral

Eleição da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL – Biênio 2016/2018

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO

Art. 1º O presente Regimento Eleitoral define as normas e procedimentos para a eleição da diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SINDICATO NACIONAL), para o biênio 2016/2018, de acordo com o estabelecido pelo Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º A eleição a que se refere o caput deste artigo realizar-se-á nos dias **10 e 11 de maio de 2016**.

§ 2º O escrutínio dar-se-á pelo voto secreto, universal e direto dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL em pleno gozo de seus direitos.

CAPÍTULO II DOS ELEITORES

Art. 2º São eleitores todos os sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL que:

I – nele se sindicalizarem **até 12 de fevereiro de 2016**;

II – estiverem em dia com suas contribuições **até 7 de março de 2016**.

§ 1º As seções sindicais que apresentam dificuldades em repassar as contribuições dos sindicalizados em razão de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais deverão notificar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e esta, à Comissão Eleitoral, os motivos para tal **até 8 de abril de 2016**.

§ 2º A tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverá encaminhar à Comissão Eleitoral Central (CEC), **até o dia 21 de março de 2016**, a relação das seções sindicais que apresentaram dificuldades no repasse das contribuições a partir do 60º CONAD (Vitória/ES, agosto de 2015), bem como a situação dos acordos a respeito dos repasses de contribuições em vigor até a data mencionada neste parágrafo.

§ 3º O não repasse das contribuições decorrente de procedimentos administrativos das IES ou órgãos governamentais, após o prazo previsto no inciso II, não será impeditivo de participação dos sindicalizados no processo eleitoral.

Art. 3º As seções sindicais e as secretarias regionais têm prazo **até o dia 6 de abril de 2016** para enviarem à CEC a relação completa de seus sindicalizados aptos a exercer o direito ao voto.

§ 1º O número de sindicalizados aptos a votar não poderá ser superior ao número de sindicalizados declarados à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL quando do envio das contribuições referentes ao mês **de fevereiro de 2016**.

§ 2º Quaisquer alterações na lista que venham a ser identificadas após a data estipulada no *caput* deste artigo deverão ser comunicadas à CEC e à Comissão Eleitoral Local (CEL) até 7 (sete)

dias corridos antes do primeiro dia previsto para o início da eleição. A solicitação de retificação deverá ser devidamente comprovada.

§ 3º As seções sindicais disponibilizarão, **no dia 12 de abril**, cópia da lista de filiados aptos a votar aos representantes das chapas concorrentes, desde que por eles solicitada.

Art. 4º Aos eleitores é assegurado o direito de voto em trânsito, a ser disciplinado pela CEC e pelas comissões eleitorais locais nos termos do disposto no artigo 35.

CAPÍTULO III DOS CANDIDATOS

Art. 5º Podem ser candidatos todos os docentes pertencentes ao quadro de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 16 de novembro de 2015** e que estiverem em dia com sua contribuição financeira ao ANDES-SINDICATO NACIONAL **até 23 de dezembro de 2015**.

Parágrafo único. No caso de diretores e ex-diretores do ANDES-SINDICATO NACIONAL, estes poderão ser candidatos se estiverem em dia com a tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL **até o dia 26 de fevereiro de 2016**, ressalvando o disposto no parágrafo único do artigo 53 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

CAPÍTULO IV DO REGISTRO DE CHAPAS

Art. 6º Os candidatos devem compor chapas e registrá-las junto à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, obedecendo ao que se segue:

I – durante o 35º CONGRESSO, até uma hora após aprovado este Regimento Eleitoral pela plenária de Questões Organizativas e Financeiras, as chapas deverão registrar, pelo menos, os candidatos aos cargos de presidente, secretário geral e 1º tesoureiro, mediante requerimento (anexo I) assinado pelo(s) candidato(s) ao(s) cargo(s) de presidente ou secretário geral. O requerimento deve ser encaminhado à secretaria geral do ANDES-SINDICATO NACIONAL, acompanhado do respectivo Manifesto da chapa, bem como indicar seu representante e respectivos suplentes na CEC;

II – o registro definitivo das chapas, com a nominata completa dos candidatos aos demais cargos, dar-se-á até o dia **1º de março de 2016, das 9h às 18h, ressalvado o disposto nos parágrafos primeiro e segundo deste artigo**.

III – os componentes das chapas deverão entregar à secretaria da CEC, **até o prazo final de registro definitivo**, os seguintes documentos, sendo os dos itens “a” e “b” originais:

a) termo de concordância (anexo II), assinado por cada candidato, contendo: endereço residencial completo; nº de telefone; endereço eletrônico, nº do PIS/PASEP; nº do RG; nº do CPF; estado civil; denominação da seção sindical ou, se for o caso, da secretaria regional à qual o candidato encontra-se vinculado; denominação da IES à qual o candidato encontra-se vinculado e o cargo a que postula.

b) programa da chapa devidamente subscrito pelo candidato a Presidente.

c) fotocópia de um documento de identificação que contenha foto e assinatura do candidato (R.G. – CNH – CTPS – Passaporte ou carteira de conselho profissional).

d) documento original expedido pela seção sindical, associação de docentes (AD) ou secretaria regional à qual o(a) Candidato(a) se vincula, em papel timbrado, comprobatório de sindicalização ao ANDES-SN, com data de filiação e indicação de adimplência financeira ou cópia dos contracheques que comprovem filiação, dos meses que atendam aos prazos previstos no artigo 5º deste Regimento.

IV – Os documentos referido no inciso III deste artigo, recebidos pela secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, na sua sede, serão lacrados e abertos na primeira reunião da CEC.

V – Não havendo registro de chapas durante o 35º CONGRESSO, o prazo para registro, nos termos previstos no § 1º, do artigo 54 do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL, será prorrogado até 15 (quinze) dias a partir da data do final do 35º CONGRESSO, realizando-se na secretaria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, em horário comercial.

§ 1º – No caso previsto no inciso V, o registro dos candidatos aos demais cargos será estendido por mais 30 (trinta) dias corridos após o prazo final para o registro das chapas;

§ 2º – A chapa, ao ser registrada, receberá um número de identificação de acordo com a ordem cronológica de solicitação do registro.

Art. 7º - A CEC reunir-se-á no prazo de 24 horas após o prazo de registro das chapas para verificar a documentação entregue e proceder ao início da homologação da(s) chapa(s) **devendo manifestar-se definitivamente no prazo de até 7 (sete) dias corridos.**

Parágrafo único. Em caso de dúvida em relação às condições de elegibilidade de qualquer candidato, a CEC fará conferência junto à respectiva seção sindical, AD-Seção Sindical ou secretaria regional.

Art. 8º Qualquer alteração na nominata dos candidatos ou de cargos na chapa, após os prazos previstos nos incisos II e V do artigo 6º, deverão ser encaminhadas por documento com a exposição de motivos à CEC que, em reunião, deverá analisar e se pronunciar pelo aceite ou não dos motivos no prazo de 5 (cinco) dias corridos.

§ 1º A faculdade prevista no *caput* deste artigo não se aplica aos candidatos e aos cargos de presidente, secretário-geral e 1º tesoureiro.

§ 2º A não aceitação dos motivos apresentados, deliberada pela maioria absoluta dos componentes da CEC presentes à reunião, implicará a manutenção da chapa originalmente registrada.

§ 3º Diante da impossibilidade da manutenção da nominata originalmente registrada pela chapa, o registro estará cancelado.

Artigo 9º - Os candidatos descritos no artigo 32, inciso IV e V do Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão ser sindicalizados da área de abrangência geográfica da respectiva secretaria regional.

Parágrafo único. As alterações previstas no artigo 8º só poderão ser consideradas pela CEC se lhe forem entregues **em até quarenta e oito horas após o encerramento do prazo final de registro definitivo das chapas**, improrrogavelmente.

Art. 10 No ato de registro da chapa, seus integrantes comprometem-se a acatar este Regimento e as demais normas que venham a ser elaboradas pela CEC.

Art. 11 É livre a propaganda eleitoral, respeitado o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL SEÇÃO I DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 12 A eleição para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, biênio 2016/2018, será coordenada por uma Comissão Eleitoral Central (CEC) composta por:

I – 1 (um) membro da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, como seu presidente;

II – 1 (um) sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL indicado por cada chapa concorrente;

III – sindicalizado(s) do ANDES-SN, em número igual ao de chapa(s) registradas, indicado(s) e homologado(s) pela plenária das questões organizativas e financeiras do 35º Congresso do ANDES-Sindicato Nacional.

IV – a composição da CEC deverá ser em número ímpar.

V – No caso de não homologação do(s) registro(s) de chapa(s), o(s) seu(s) indicado(s) deixará(ão) de compor a CEC, situação a partir da qual será convocado o suplente mais votado pela respectiva plenária do 35º Congresso do ANDES-SN, visando a atender o inciso IV deste artigo.

§ 1º Os componentes da CEC, com exceção daquele previsto no inciso I deste artigo, terão seus nomes homologados no 35º CONGRESSO, na plenária do tema das Questões Organizativas e Financeiras.

§ 2º A diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, as chapas concorrentes e a plenária das Questões Organizativas e Financeiras do 35º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL deverão indicar 2 (dois) suplentes para cada integrante da CEC previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo.

§ 3º É vedada a participação dos membros da diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL como representante de qualquer uma das chapas concorrentes na CEC.

§ 4º É vedada a participação de candidato na CEC.

§ 5º No caso de registro de uma única chapa, a plenária indicará e homologará 3 (três) sindicalizados para composição da CEC.

Art. 13 Compete à CEC:

I – cumprir e fazer cumprir o Estatuto do ANDES-SINDICATO NACIONAL e este Regimento;

II – oficializar e divulgar o registro de chapa(s);

III – divulgar a composição do eleitorado até o dia **11 de abril de 2016**;

IV – confeccionar as cédulas eleitorais;

V – coordenar as comissões eleitorais locais;

VI – decidir sobre recursos interpostos;

VII – homologar, proclamar e divulgar o resultado da eleição, e

VIII – elaborar o Relatório Final a ser divulgado no **61º CONAD**

Parágrafo único. A CEC pode, sempre que necessário, arregimentar auxiliares.

Art. 14 A CEC só se reunirá com a presença de, no mínimo, mais da metade de seus integrantes, sendo em cada reunião lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEC por intermédio de seu representante na Comissão.

Art. 15 As decisões da CEC serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Art. 16 O integrante da CEC que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá a sua condição de membro titular dessa Comissão, assumindo-a seu suplente.

Parágrafo único. Na falta eventual de um membro titular, o suplente poderá assumir desde que essa ausência seja comunicada com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Art. 17 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, até dois representantes autorizados a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEC.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para o estabelecimento de contato entre a CEC e os representantes autorizados pela chapa.

SEÇÃO II DAS COMISSÕES ELEITORAIS LOCAIS

Art. 18 Em cada seção sindical será constituída uma Comissão Eleitoral Local (CEL) composta por:

- I** – 1 (um) membro de sua diretoria, na condição de presidente;
- II** – até 2 (dois) membros indicados por cada chapa concorrente, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;
- III** – nas seções sindicais onde as diretorias não constituírem comissões eleitorais locais, as secretarias regionais poderão fazê-lo, indicando o seu Presidente.

Parágrafo único. A diretoria e as chapas poderão indicar suplentes, obrigatoriamente sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, para os cargos previstos nos incisos I e II.

Art. 19 A composição das comissões eleitorais locais deve ser enviada para a CEC **até o dia 18 de abril de 2016.**

Art. 20 Compete às comissões eleitorais locais:

- I** – definir e organizar as seções eleitorais **até o dia 22 de abril de 2016;**
- II** – apurar os votos e enviar para a CEC o mapa dos resultados e a respectiva documentação;
- III** – decidir sobre a impugnação de urnas e recursos interpostos em primeira instância.

Parágrafo único. A CEL pode, sempre que necessário, arrematar auxiliares.

Art. 21 A CEL só se reunirá com a presença de mais da metade de seus integrantes, sendo que em cada reunião deverá ser lavrada uma ata, que será assinada pelos presentes.

Parágrafo único. As chapas concorrentes receberão cópias das atas das reuniões da CEL por intermédio de seus representantes na Comissão.

Art. 22 As decisões da CEL serão tomadas pela maioria simples de seus integrantes presentes à reunião.

Parágrafo único. Das decisões da CEL cabe recurso à CEC.

Art. 23 O integrante da CEL que faltar a duas reuniões consecutivas ou a três intercaladas, sem justificativa, perderá sua condição de membro titular dessa comissão, assumindo em seu lugar o suplente.

Art. 24 Cada chapa concorrente indicará, mediante documento, no mínimo um representante autorizado a realizar qualquer tipo de comunicação entre a respectiva chapa e a CEL.

Parágrafo único. No documento definido no *caput* deste artigo deverão estar explícitas as informações necessárias para contato entre a CEL e os representantes autorizados pela chapa.

CAPÍTULO VI DA VOTAÇÃO SEÇÃO I DA CÉDULA ELEITORAL

Art. 25 A votação é realizada em cédula eleitoral única.

§ 1º A cédula contém a(s) chapa(s) registrada(s), em ordem cronológica de registro e com o nome da(s) chapa(s).

§ 2º Ao lado de cada chapa, haverá um retângulo em branco onde o eleitor assinalará sua escolha.

Art. 26 Para efeito de votação, a cédula eleitoral só se tornará válida depois de rubricada por, pelo menos, dois integrantes da mesa receptora de votos da respectiva seção eleitoral.

SEÇÃO II DAS SEÇÕES ELEITORAIS

Art. 27 As seções eleitorais serão estabelecidas pelas comissões eleitorais locais em número e locais suficientes para o atendimento dos eleitores de cada IES.

Parágrafo único. Os locais de votação deverão ser fixos, sendo vedada a prática da chamada “urna itinerante”.

Art. 28 Os eleitores sindicalizados nas seções sindicais votam nas seções eleitorais designadas pela Comissão Eleitoral de sua respectiva seção sindical.

Art. 29 Nas seções sindicais, previamente definidas pela CEC, haverá uma seção eleitoral designada pela CEL para o recolhimento dos votos dos sindicalizados, via secretaria regional.

Art. 30 As secretarias regionais têm prazo **até o dia 4 de abril de 2016** para fornecer a listagem completa dos sindicalizados, via secretaria regional, às seções sindicais onde estes poderão votar.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no *caput* deste artigo, as secretarias regionais deverão informar aos sindicalizados, via secretaria regional, a seção eleitoral onde estes poderão votar.

§ 2º O voto desses sindicalizados em qualquer outra seção eleitoral deverá ser considerado em trânsito.

§ 3º Mediante autorização da CEL e da fiscalização das chapas concorrentes, a secretaria regional poderá constituir uma seção eleitoral para recepção de votos dos sindicalizados definidos no *caput* deste artigo.

Art. 31 Em cada seção eleitoral, haverá uma mesa receptora composta por 1 (um) Presidente e 2 (dois) mesários, indicados pela CEL.

§ 1º Só podem permanecer na seção eleitoral, além do presidente e dos mesários, 1 (um) fiscal de cada chapa concorrente, e o eleitor, que ficará durante o tempo necessário para votar.

§ 2º A mesa receptora de cada seção eleitoral é responsável pela urna e pelos documentos relativos ao processo eleitoral, durante os dias de eleição e até que sejam entregues à CEL.

Art. 32 Na seção eleitoral, providenciado pela CEL, deve existir:

I – urna;

II – cédulas oficiais;

III – folha de ocorrência;

IV – lista específica para eleitor em trânsito;

V – cópia deste Regimento;

VI – lista de eleitores;

VII – nominata com a composição integral das chapas a ser afixada na cabine de votação;

VIII – cabine indevassável;

IX – lacre para as urnas;

X – envelopes para o voto em trânsito;

XI – modelo de ata de votação;

XII – envelope para voto em separado.

SEÇÃO III DO ATO DE VOTAR

Art. 33 Visando a resguardar a lisura do pleito, o sigilo do voto e a inviolabilidade das urnas, devem-se adotar as seguintes providências:

I – no início da votação, o rompimento do lacre da urna deve ser feito na presença dos fiscais das chapas.

II – a ordem de votação é a da chegada dos eleitores;

III – identificado, o eleitor assinará a lista de presença e receberá a cédula rubricada pelos integrantes da mesa receptora;

IV – o eleitor usará cabine indevassável para votar;

V – ao final de cada período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa;

VI – a guarda do material de votação e da respectiva urna é de responsabilidade da CEL;

VII – ao término do último período de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos integrantes da mesa receptora e pelos fiscais de chapa e, juntamente com o restante do material, deverá ser entregue à CEL.

Parágrafo único. Na ausência de fiscais, o rompimento do lacre será feito na presença do primeiro eleitor, devendo ser registrado em ata.

Art. 34 Os sindicalizados, via secretarias regionais, votarão na seção sindical indicada pela secretaria regional e na seção eleitoral indicada pela CEL segundo listas fornecidas pelas respectivas secretarias regionais.

Art. 35 O voto em trânsito obedecerá ao seguinte procedimento:

I – o eleitor assinará lista específica na seção eleitoral do local onde se encontre, declarando por escrito a sua seção sindical de origem ou, se sindicalizado via secretaria regional, a sua regional de sindicalização.

II – o voto será colocado em envelope que não contenha identificação e este num segundo envelope, que servirá de sobrecarta, numerado na sequência de ordem de chegada para votar.

SEÇÃO IV DA FISCALIZAÇÃO

Art. 36 É assegurado às chapas a fiscalização dos processos de votação e de apuração das urnas mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão à CEL, por meio de documento, sindicalizados para exercerem as funções de fiscais de votação e de apuração, com uma antecedência de, no mínimo, 48 horas do início da votação e 24 horas do início da apuração dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar quantos fiscais de votação desejar e, no máximo, 2 (dois) fiscais por mesa de apuração, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do (s) fiscal (is) de apuração não pode recair em integrantes da CEL ou de mesa receptora.

Art. 37 É assegurada a cada chapa a fiscalização da computação dos resultados pela CEC mediante a indicação de fiscais.

§ 1º As chapas indicarão para a CEC, por meio de documento, sindicalizados para exercerem a função de fiscal de computação dos resultados, até 24 (vinte e quatro) horas antes do início previsto para a computação dos votos.

§ 2º Cada chapa tem direito a indicar, no máximo, 2 (dois) fiscais, com seus respectivos suplentes.

§ 3º A indicação do(s) fiscal(is) não pode recair em integrante(s) da CEC.

CAPÍTULO VII DA APURAÇÃO

Art. 38 A apuração dos votos nas seções sindicais iniciar-se-á, obrigatoriamente, **no dia 12 de maio de 2016**, no horário indicado pela CEL e será concluída, impreterivelmente, até às 24h do mesmo dia.

Parágrafo único. Nos *campi* fora da sede da seção sindical, a apuração poderá ser feita pelos integrantes da mesa receptora, a critério da CEL, desde que obedecidos os preceitos estabelecidos nos artigos. 36 e 37.

Art. 39 As comissões eleitorais locais deverão encaminhar, impreterivelmente, **até as 16 horas do dia 13 de maio de 2016** (horário de Brasília), via meio eletrônico, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, o resultado da eleição na sua respectiva seção sindical.

§ 1º As comissões eleitorais locais têm, como prazo máximo, **até o dia 20 de maio de 2016** para encaminhar, por SEDEX, à sede do ANDES-SINDICATO NACIONAL, os originais dos mapas, atas, listas de assinaturas e relatórios. As **cédulas eleitorais ficarão sob a guarda da seção sindical.**

§ 2º A documentação pode ser entregue em mãos, até a data prevista no § 1º, ou, também, enviada, na referida data, por serviço ultrarrápido de entrega de correspondência.

Art. 40 A computação dos votos pela CEC iniciar-se-á **às 15 (quinze) horas (horário de Brasília) do dia 14 de maio de 2016**, estendendo-se, sem interrupção, até o cômputo da totalidade dos resultados parciais.

Art. 41 Os mapas eleitorais das seções sindicais somente serão liberados aos fiscais de chapa após sua computação pela CEC.

Art. 42 No caso de voto em separado, a CEL providenciará, junto à seção sindical ou, se for o caso, à secretaria regional de origem do eleitor, a confirmação da sua habilitação para votar.

Parágrafo único. Depois de confirmada a habilitação para votar, a sobrecarta será inutilizada e o envelope que contém o voto poderá ser colocado na urna.

Art. 43 As urnas somente serão abertas após a constatação da integridade do lacre, da presença da respectiva lista de eleitores e da folha de ocorrência.

Parágrafo único. Após a abertura da urna, o primeiro ato será incorporar os votos em separado já confirmados, contidos em envelopes, ao conjunto das cédulas.

Art. 44 Iniciada a apuração, os trabalhos somente serão interrompidos após a proclamação do resultado final.

Parágrafo único. O Resultado Oficial será promulgado no dia 16 de maio de 2016, respeitado o estabelecido nos artigos 50 e 60.

Art. 45 Será anulada a urna que:

I – apresentar, comprovadamente, sinais de violação;

II – apresentar número de cédulas superior em mais de 5% ao de assinaturas;

III – não estiver acompanhada das respectivas listas de eleitores e folha de ocorrência.

Art. 46 Será anulada a cédula que:

I – não contiver a rubrica dos integrantes da respectiva mesa receptora;

II – não corresponder ao modelo oficial.

Art. 47 Serão considerados nulos os votos que contiverem:

I – mais de uma chapa assinalada;

II – rasuras de qualquer espécie;

III – qualquer caractere que permita identificação.

Art. 48 As cédulas apuradas serão conservadas sob a guarda da CEL até a proclamação do resultado final pela CEC.

CAPÍTULO VIII DOS RECURSOS

Art. 49 Qualquer recurso deverá ser apresentado à CEL, no máximo, **até às 9h do dia 14 de maio de 2016**.

§ 1º A CEL, encerrado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, deverá, no prazo máximo de duas horas, deliberar sobre os recursos apresentados e publicar os resultados.

§ 2º Das deliberações da CEL cabem recursos à CEC, no prazo de três horas após sua publicação.

§ 3º Os recursos à CEC deverão ser apresentados pelos respectivos representantes da chapa junto à CEC.

Art. 50 Qualquer recurso relacionado à computação final dos resultados deverá ser apresentado à CEC no prazo máximo de até 24 horas após a divulgação dos resultados por esta.

Art. 51 Os recursos somente poderão ser apresentados pelos fiscais das chapas ou pelos candidatos às comissões eleitorais locais e central.

Parágrafo único. No caso de não haver na seção sindical fiscal indicado por chapa ou pelos candidatos, qualquer sindicalizado poderá apresentar recurso à CEL.

CAPÍTULO IX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 52 Compete à diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL e às diretorias das seções sindicais garantirem todo o apoio logístico necessário para o pleno funcionamento das comissões eleitorais central e locais.

Art. 53 O descumprimento de quaisquer das normas eleitorais implicará na anulação do registro da chapa pela CEC.

Art. 54 As comissões eleitorais, local e central, não têm prerrogativas de alterar as datas previstas neste Regimento.

Parágrafo único. Em situações comprovadamente excepcionais, a CEC poderá, com a aprovação de todos os seus membros efetivos, fazer alterações de datas previstas, excetuadas aquelas definidas pelos artigos 1º e 6º.

Art. 55 As chapas deverão encaminhar à CEC os originais dos documentos enviados por qualquer meio eletrônico num prazo máximo de 5 (cinco) dias, prazo de postagem, com aviso de recebimento (AR).

Parágrafo único. Caso não seja observado o prazo estipulado no *caput* deste artigo, os documentos não terão valor, o que acarretará as consequências cabíveis.

Art. 56 Os recursos materiais e financeiros necessários para levar a cabo as eleições para a diretoria do ANDES-SINDICATO NACIONAL serão providos pela tesouraria do Sindicato, mediante solicitação do presidente da CEC.

Parágrafo único. No prazo de quinze dias após a promulgação do resultado da eleição, o presidente da CEC apresentará à diretoria do Sindicato o relatório financeiro do processo eleitoral.

Art. 57 O presidente da CEC deverá, em tempo hábil, apresentar à tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL o cronograma de reuniões da CEC, a fim de permitir que esta providencie a aquisição de passagens, reserva de alojamento e repasse de diárias para os integrantes da Comissão.

§ 1º O valor da diária dos integrantes da CEC será o mesmo dos diretores do Sindicato e servirá para cobrir as despesas de alimentação e de deslocamento local.

§ 2º No prazo de sete dias após a promulgação do resultado da eleição, os integrantes da CEC deverão apresentar à tesouraria do Sindicato sua prestação de contas final.

Art. 58 A assessoria jurídica nacional do ANDES-SINDICATO NACIONAL estará à disposição da CEC durante todo o processo eleitoral.

Art. 59 É vedada qualquer alteração no presente Regimento Eleitoral, exceto aquelas definidas pelo parágrafo único do artigo 54.

Art. 60 A proclamação final dos resultados será feita pela CEC somente depois de esgotados todos os prazos estabelecidos no Capítulo VIII deste Regimento.

Parágrafo único. O Relatório Final dos trabalhos da CEC e o Relatório Financeiro definido no parágrafo único do artigo 56, deverão ser apresentados no 61º CONAD.

Art. 61 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela CEC.

Parágrafo único. Tratando-se de questões locais, os casos omissos neste Regimento serão resolvidos em primeira instância pela CEL e, em instância final, pela CEC.

Art. 62 Este Regimento entra em vigor a partir da sua aprovação pelo 35º CONGRESSO.

Curitiba (PR), 30 de Janeiro de 2016

**ANEXO I
REQUERIMENTO**

À
Professora Cláudia March Frota de Souza
Secretária-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Prezada Professora,

O/A(s) professor (es/as) _____ e
_____, candidato(s) ao(s) cargo(s)
de _____ e _____, vêm requerer o
REGISTRO da chapa denominada _____
_____ para concorrer à eleição
da Diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-
SINDICATO NACIONAL, biênio 2016-2018, e apresentam como candidato ao cargo de
Presidente, o (a) Professor(a) _____
_____, ao cargo de Secretário Geral, o (a) Professor(a)
_____, ao cargo de 1º Tesoureiro, o (a)
Professor(a) _____ e, como seu representante e seu
suplente na Comissão Eleitoral Central, os (as) Professores(as)

Apresentamos, anexo, o Manifesto da Chapa.

N. T.
Pede deferimento

, de de 2016.

Professor (a) _____
(assinatura)

Professor (a) _____
(assinatura)

RECIBO:
Documentos recebidos às _____ horas do dia ____/1/2016.
Número de identificação da chapa: _____

Profª Cláudia March Frota de Souza
Secretária-Geral - ANDES-SINDICATO NACIONAL

Anexo II
TERMO DE CONCORDÂNCIA

Professor (a) _____, abaixo assinado, declara, para fins de cumprimento do art. 6º, inciso III, do Regimento Eleitoral aprovado no 35º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, que concordo em concorrer à eleição da Diretoria, biênio 2016 - 2018 na condição de candidato (a) ao cargo de _____ na chapa denominada _____ e que tem o número ____ como identificação oficial.

, de _____ de 2016.

Professor _____
(assinatura igual ao documento de identidade)

Demais Informações:

1 - Endereço completo (rua, nº, cidade, Estado, CEP)

2 - Telefone: ()
()

3 - Endereço eletrônico (e-mail):

4 – Estado Civil:

5 – Nº do PIS/PASEP:

6 – Nº do RG:

7 – Nº do CPF:

8 – Sindicalizado a (Seção Sindical):

9 - Secretaria Regional (caso sindicalizado via Secretaria Regional):

10 - IES de vínculo:

TEXTO 40

Contribuição da Diretoria da APUFPR Seção Sindical

ALTERAÇÃO DO INCISO IX DO ARTIGO 5º DO ESTATUTO DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Dispõe o Estatuto do ANDES-SN:

Art. 5º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precípuos:

(...)

IX - defender a Educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

(...)

Chama a atenção que o texto estatutário conceitua a educação como “bem público” e Caderno nº 2 do ANDES-SN, que é a referência do sindicato para a política educacional, sequer menciona esse termo.

O Caderno nº 2 do ANDES-SN (versão 2013, pg.16) formula a educação como direito social:

(...)

1.2.1 A Educação deve ser pública e gratuita, em seus diferentes níveis e modalidades, pois é um direito social inalienável da população brasileira e não um serviço ou uma mercadoria, constituindo-se em obrigação do Estado, que deve proibir a cobrança de qualquer tipo de taxa;

(...)

Em uma conjuntura, nacional e internacional, em que a educação vem sendo, progressivamente, tratada como serviço (mercadoria) a ser ofertado em todos os níveis aos cidadãos, é importante acertarmos a linguagem do sindicato para fortalecer a nossa luta.

TR - 40

O 35º Congresso do ANDES-SN aprova a seguinte nova redação para o inciso IX do artigo 5º do Estatuto do ANDES-SN:

(...)

IX - defender a Educação como um direito social inalienável da população brasileira e uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;

(...)

TEXTO 41

Contribuição da(o)s professor(a)s: Cláudia Durans (Apruma), Raquel Dias (Sinduece), Wagner Miquéias (Seção Sindical do Andes na UFSC), Lana Bleicher (APUB), Douglas Moraes (ADUFPI), Raphael Furtado (Adufes)

PROPORCIONALIDADE DIRETA E QUALIFICADA NA COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

Queremos retomar aqui uma discussão que já temos trazido em outros momentos e na qual continuaremos insistindo: a necessidade de se alterar a forma de composição da diretoria do Andes.

Atualmente o critério de eleição para a diretoria do Andes é a majoritariedade. Ou seja: a chapa que ganhar a eleição fica com todos os 83 cargos. Assim, caso haja três chapas na disputa, por exemplo, e uma obtenha 40% dos votos, uma 39% e a outra 21%, a chapa que obteve 40% dos votos, apenas 1% a mais do que a segunda colocada, fica com 100% dos cargos, mesmo tendo sido rejeitada por 60% da categoria. Ora, é claro que este não é o critério mais justo!

Achamos que a diretoria deveria ser composta pelas chapas que disputarem a eleição do Andes utilizando-se a forma de proporcionalidade qualificada. O que isto significa, com base no exemplo que apresentamos anteriormente, a chapa mais votada teria 40% dos cargos, a segunda, 39% e a terceira, 20%. Como a categoria escolheu. Alguns alegam que isto tornaria o Andes inviável. Não concordamos. Uma diretoria assim composta espelhará mais fielmente o espectro de posições da categoria e é importante que se trabalhem de maneira conjunta soluções negociadas para as mesmas. Acreditamos na seriedade e na maturidade dos docentes para compor uma diretoria que seja mais plural. Acreditamos na sabedoria da nossa base.

Continuando a explicar. Defendemos que a proporcionalidade seja Qualificada. O que isto significa? Significa que a chapa mais votada não escolhe primeiro todos os cargos a que tem direito. Continuando com nosso exemplo das três chapas, primeiro a chapa mais votada escolhe um cargo, depois a segunda mais votada escolhe outro, depois é a vez da terceira. Aí a mais votada escolhe um cargo de novo... Até acabarem todas as vagas a que a chapa menos votada tem direito na diretoria. Aí as vagas restantes continuam a ser divididas entre as duas chapas mais votadas, até que acabem também os cargos a que tem direito a segunda colocada. A partir daí, todos os cargos restantes ficam todas com a chapa mais votada. Esta é a melhor forma de dividir os cargos entre todas as chapas.

Também defendemos que a proporcionalidade seja Direta, isto é, sem cláusula de barreira. Existem eleições em que é exigido uma votação mínima, por exemplo 25% para poder indicar pelo menos um diretor. Nesse caso, a terceira chapa do nosso exemplo, mesmo tendo obtido 21% dos votos, não indicaria nenhum diretor. Achamos que se uma chapa foi referendada pela base com 21% dos votos ela deve ter direito a 21% dos cargos na diretoria.

Por que defendemos isto?

Entendemos que a diretoria do Andes (e de qualquer sindicato) está muito longe de ser uma mera executora das políticas definidas nas instâncias deliberativas do mesmo. Pelo contrário, a diretoria não só interpreta a forma de aplicar as resoluções, como também é quem dá a linha orientadora para os espaços de deliberação da entidade. Ou seja, tem uma tarefa de elaboração política de primeira grandeza. Neste sentido, é importante que, assim como nos espaços deliberativos do Andes (Congresso e Conad), as diferentes posições representativas das diferentes correntes de opinião dentro do movimento docente também estejam representadas

dentro da diretoria, na proporção do peso que elas têm na base da categoria. Isto tornaria a direção do Andes menos monolítica e mais plural, como é o movimento docente.

Esta forma composição da diretoria é a forma adotada por TODAS as outras entidades do funcionalismo público federal: Fasubra, Sinasefe, Fenajufe e Condsef. E nenhuma delas cogita mudar a forma de composição de suas diretorias.

Então, é necessário refletir seriamente sobre esta proposta. Aachamos que é o melhor e mais democrático método de composição de uma diretoria.

A proporcionalidade oxigenaria a diretoria, antecipando debates que ocorrem na base do sindicato e que só aparecem em Congressos ou Conads. Ou que nem aparecem. Muitas discussões que o Andes faz em seus espaços nunca chegam às bases da categoria e muitas questões que são candentes para a categoria nunca são adequadamente debatidas nos fóruns do Andes-SN.

A proporcionalidade também garantiria que os melhores quadros do MD estivessem presentes na diretoria, conforme indicados pela base dos docentes. É evidente que a categoria perde quando apenas uma corrente de opinião monopoliza todos os cargos, enquanto outras formas de ver o movimento, representativas de posições expressivas na base, também com quadros preparados e respeitados pela categoria, ficam de fora. O Andes só se enfraquece assim. Esta forma de eleição majoritária favorece a burocratização. O exercício da convivência entre diferentes opiniões na diretoria é salutar, mais do que isto, necessário.

Alguns argumentam que isto faria com que o Andes fosse loteado entre correntes ou entre partidos políticos. Essa é uma argumentação que carece de sentido. Quer dizer que, se uma única corrente do movimento hegemoniza completamente a direção do Andes, então a categoria é amplamente representada, mas se duas ou mais correntes estão na diretoria, então não há mais representação da categoria? Que a força política que sozinha era democrática, ao estar com outras na diretoria vai se tornar aparelhista? Não nos parece correto pensar assim.

É necessário fazer essa discussão com seriedade e tranquilidade. Trata-se de pensar em como aperfeiçoar o nosso sindicato. Que, por melhor que seja, não é perfeito. Nada é perfeito e tudo pode e deve ser aperfeiçoado.

TR - 41

O 35º CONGRESSO do ANDES-SN delibera:

1. Que a eleição para a direção do Andes-SN seja feita seguindo a forma de proporcionalidade direta (sem cláusula de barreira) e qualificada entre as chapas concorrentes na composição da diretoria.

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico:
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distancia
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso
FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos
FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica
GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior
GT: Grupo de Trabalho
GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte
GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical
HU: Hospital Universitário
ICV: Índice do Custo de Vida
IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior
IES: Instituições de Ensino Superior
IFE: Instituições Federais de Ensino
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior
LDB: Lei de Diretrizes e Bases
LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias
LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero
LOA: Lei Orçamentária Anual
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
MEC: Ministério do Estado da Educação
MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MP: Medida Provisória
MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil
OCC: Outros Custeios de Capital
OIT: Organização Internacional do Trabalho
PAC: Programa de Aceleração do Crescimento
PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PIB: Produto Interno Bruto
PL: Projeto de Lei
PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente

PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU/PUCRCE:
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development